

METODOLOGIAS VULNERÁVEIS

Luiz Alex Silva Saraiva
Sônia Caldas Pessoa
Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
(Organizadores)



Neste livro, propomos reflexões provocativas, interdisciplinares e que, em diversos focos, direções, e linhas de argumentação, põem em xeque a noção estabelecida de que a metodologia é uma espécie de “carapaça” que, para ser minimamente discutida, precisa ter o seu debate inviabilizado por não iniciados, o que via de regra tem sido feito via erudição, formalismo e, ao fim e ao cabo, pela invulnerabilidade. Entendemos neste projeto coletivo que é precisamente humanizando a ciência que ela se fortalece em diálogo com saberes, existências e possibilidades de fazer jus, de maneira mais próxima e efetiva, à complexidade das relações sociais que nos cercam. Para isso, o conjunto de textos aqui reunidos assume que à medida que os métodos são vulneráveis, isto é, à medida que se abrem para assumir os limites de uma ciência levada a cabo por seres humanos, falhos e imperfeitos em essência, é que podemos alcançar um nível maior de honestidade intelectual.

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO



PROGRAD
PRÓ-REITORIA
DE GRADUAÇÃO



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



editora *fi.org*



METODOLOGIAS VULNERÁVEIS



Comunicação, Discursos & Experiências

Diretores

Profa. Dra. Sônia Caldas Pessoa

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais

Comitê Editorial

Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Dominique Ducard

Université Paris-Est Créteil Val de Marne, França

Profa. Dra. Graciela Martínez Matías

Universidad Nacional Autónoma del México, México

Profa. Dra. Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Daniel Martín Pena

Universidad de Extremadura, Espanha

METODOLOGIAS VULNERÁVEIS

Organizadores

Luiz Alex Silva Saraiva

Sônia Caldas Pessoa

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Fotografia / Imagem de Capa: "Pele", Luiz Alex Silva Saraiva

Revisão: Luiz Alex Silva Saraiva



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M593 Metodologias vulneráveis [recurso eletrônico] / Luiz Alex Silva Saraiva, Sônia Caldas Pessoa e Camila Maciel Campolina Alves Mantovani (orgs.). Cachoeirinha : Fi, 2023.
320p.

ISBN 978-65-85725-87-3

DOI 10.22350/9786585725873

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Metodologia vulnerável. I. Saraiva, Luiz Alex Silva. II. Pessoa, Sônia Caldas. III. Mantovani, Camila Maciel Campolina Alves.

CDU 303/308

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
VERDADE É A INVENÇÃO DE UM MENTIROSO <i>Pedro Demo</i>	
1	13
“VULNERABILIZAR” METODOLOGIAS: UM PROJETO COLETIVO <i>Luiz Alex Silva Saraiva</i>	
2	19
SOBRE METODOLOGIAS VULNERÁVEIS <i>Luiz Alex Silva Saraiva</i>	
3	46
TRAVESSIAS CIENTÍFICAS: VULNERABILIDADES NOSSAS EM TERRA FIRME OU MAR REVOLTO <i>Sônia Caldas Pessoa</i>	
4	107
PRÁTICAS CIENTÍFICAS E VULNERABILIDADES: PASSAGENS, INTERDIÇÕES E PONTES PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO <i>Camila Maciel Campolina Alves Mantovani</i>	
5	130
UM ENSAIO SOBRE OS RISCOS DE A NOÇÃO DE VULNERABILIDADE GERAR VULNERABILIZAÇÕES E PRECARIZAÇÕES <i>Carlos Alberto de Carvalho</i>	
6	153
O MÉTODO DA IGUALDADE: VOZES, CORPOS E MATERIALIDADES EM PERCURSOS METODOLÓGICOS COM EXPERIÊNCIAS SUBALTERNAS <i>Ângela Cristina Salgueiro Marques</i> <i>Marco Aurélio Máximo Prado</i>	

7	181
AUTOETNOGRAFIA: TESTEMUNHAR A PARTIR DE UM EU VULNERÁVEL	
<i>Jean-Luc Moriceau</i>	
8	212
A VIDA AFETIVA DOS ANTROPÓLOGOS: ETNOGRAFIA E ESCRITAS DE SI NA PESQUISA SOBRE SEXUALIDADES, GÊNERO E FAMÍLIA	
<i>Leandro de Oliveira</i>	
9	258
TEMPOS, NARRATIVAS E VULNERABILIZAÇÃO NA “SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS”	
<i>Phellipy Jácome</i>	
10	278
COMENTÁRIOS SOBRE UMA METODOLOGIA VULNERÁVEL: A ANÁLISE DO DISCURSO	
<i>Ida Lucia Machado</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES	304
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	307
ÍNDICE REMISSIVO	313

PREFÁCIO

VERDADE É A INVENÇÃO DE UM MENTIROSO

*Pedro Demo*¹

É um vício eurocêntrico pretender ser “verdadeiro”. Nenhum ser evolucionário é “verdadeiro” no sentido de autêntico pleno ou acabado. Dinâmicas evolucionárias são formações a caminho e não têm lugar para atracar. A natureza é incompleta (DEACON, 2012), não por defeito, mas por constituição dialética aberta, aperfeiçoável, pelo menos no sentido de se complexificar, mas não será perfeita. Verdade, em termos sociais, sempre tem dono e por isso Habermas dizia que verdade é uma pretensão de validade (1989). A ciência, porém, gostaria de ter validade universal, e nisto só trai sua origem religiosa. No positivismo duro é uma religião das certezas, das completudes, das validades incontestáveis, porque não distingue entre “a” matemática e “o” matemático. A primeira, em seus formalismos, pode ter validade universal (embora isto também se conteste) (UNGER; SMOLIN, 2014), enquanto o segundo é datado e localizado, multicultural, como diria Harding (1998). Foerster e Poerksen (2008) soltaram a tirada provocativa – “Verdade é a invenção de um mentiroso” – para reafirmar que só alguém tão mentiroso se imagina tão verdadeiro.

¹ Doutor em Sociologia pela Universität Des Saarlandes/Alemanha (1971). Professor Titular Aposentado da Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. Professor Emérito. Fez pós-doutorado na UCLA/Los Angeles (1999-2000). Tem experiência na área de Política Social, com ênfase em Sociologia da Educação e Pobreza Política. Trabalha com Metodologia Científica, no contexto da Teoria Crítica e Pesquisa Qualitativa. Pesquisa principalmente a questão da aprendizagem nas escolas públicas, por conta dos desafios da cidadania popular. Publicou mais de 100 livros. Contato: pedrodemo@gmail.com.

A noção de metodologias vulneráveis caiu do céu. Agradeço a oportunidade de prefaciá-la esta proposta tão alternativa, atualizada, rompedora de uma ciência aberta, da vida, da sociedade, não só de formalismos que podem ser válidos universalmente, porque neles não mora ninguém. Naturalmente, não nego o lado linear da realidade, fundamental para nossas tecnologias materiais – estas precisam ser previsíveis, controláveis. Não andaríamos num avião que tenha mau humor, duvide se o aeroporto no outro existe, só aceite brancos como passageiros. Gödel já derrubara a pretensão de completude da matemática, porque seria só formal (BUDIANSKY, 2021). Epistemologicamente, um sistema não pode se validar por e em si mesmo, porque faria um duplo fechamento: como inatingível de fora, como autossuficiente (circular). Hoje vemos a pretensão de objetividade e neutralidade como golpe de convencimento: para evitar o questionamento. Uma ciência interessante é sempre aquela que busca ser questionada: para dar conta da vulnerabilidade, cumpre expô-la. Validade possível é a “relativa”, por ser o modo evolucionário e histórico de valer. Não será relativista, porque não há sociedade na qual tudo vale ou nada vale. A vida vale, sim, aí pelo meio, é real, mas tem a tessitura da dinâmica aberta incompleta (vulnerável) por natureza.

Esta discussão foi importante no campo dos Direitos Humanos. A visão eurocêntrica imagina validade universal, só porque a Europa se acha universal. Como não há humanos universais, não há como montar Direitos Humanos universais. Mesmo assim, valem – relativamente por certo – e são produto de negociação igualitária. Falamos então de Direitos Humanos *iguais e diversos* (igualitários), o que também inclui riscos (vulnerabilidades), pois há culturas truculentas que pedem acatamento só porque são culturas diversas, como grupos terroristas.

Roudinesco (2022) denunciou o “eu soberano” de grupos que exageram na diversidade. Ao derrubarem o paradigma pretensamente universal europeu, querem outro paradigma não menos rígido. É neste contexto que muitos discutem a validade científica, agora “relativizada” (vulnerável). Esta vulnerabilidade é, porém, sua força, sua graça, porque, ao invés de a ciência se oferecer como esquema final da realidade (ditadura do método), posta-se como serva de uma realidade que não consegue abarcar plenamente em nenhuma teoria. Teoria final, como pede Kaku (2022), é paranoia supremacista, no fundo colonialista, dona da verdade. O uso dos formalismos é importante, nem estamos dispostos a renunciar a eles. Mas apanham o lado linear, sequencial, enquanto a vida tem outras dimensões fundamentais, tipicamente contraditórias, ilógicas, ambíguas que perfazem suas dinâmicas.

A mente humana, por condição evolucionária, formaliza para entender (arruma, sequencia, lineariza) (FOUCAULT, 2000): só explicamos o que simplificamos, por conta da condição abstrata do pensamento. A realidade é complexa, mas o pensamento é abstrato. Uma explicação complexa da realidade não resolveria nada. Para entender a confusão precisamos achar nela alguma ordem (“caos estruturado”); uma explicação confusa da confusão só confundiria! Precisamos, então, compor dois desafios bem vulneráveis: não largar a complexidade e flexibilizar a epistemologia. Ao fim, resulta o que este livro tão bem acentua: a ciência é importante, não porque detenha a verdade, mas porque não teme ser questionada. É de seu questionamento aberto, interminável, que vem sua credibilidade. Por sermos autorreferentes, não vemos as coisas como são, mas como somos. O positivismo, levado ao extremo, apaga o observador. A ciência

é, porém, não uma alma penada, mas o que os cientistas fazem. E o que eles fazem é sempre vulnerável.

Quando ciência quer substituir a religião, é porque ainda não sabe o que é ou quer ser mais do que pode ser. Conhecimento científico é uma autoria superlativa humana, mas é um conhecimento entre outros. A vida é tão complexa que precisamos de todos os conhecimentos, menos os fundamentalistas, os não vulneráveis. A ciência não produz a verdade, mas pode produzir a força sem força do melhor argumento – esta fragilidade é sua força.

REFERÊNCIAS

BUDIANSKY, S. **Journey to the edge of reason**: the life of Kurt Gödel. New York: W.W. Norton & Company, 2021.

DEACON, T. W. **Incomplete nature** – how mind emerged from matter. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

FOERSTER, H.; POERKSEN, B. **Wahrheit ist die Erfindung eines Lügners**: Gespräche für Skeptiker. Berlin: Carl-Auer-Systeme, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HARDING, S. **Is Science multicultural?** Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

KAKU, M. **The God equation**: the quest for a theory of everything. New York: Doubleday Books, 2022.

ROUDINESCO, E. **O eu soberano** – ensaio sobre as derivas identitárias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

UNGER, R. M.; SMOLIN, L. **The singular universe and the reality of time**: a proposal in natural philosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

1

“VULNERABILIZAR” METODOLOGIAS: UM PROJETO COLETIVO

Luiz Alex Silva Saraiva ¹

Antes que o título deste capítulo remeta a uma ideia de enfraquecimento da ciência e de um dos seus pilares, o método, nossa proposta é exatamente o contrário: entendemos neste projeto coletivo que é precisamente humanizando a ciência que ela se fortalece em diálogo com saberes, existências e possibilidades de fazer jus, de maneira mais próxima e efetiva, à complexidade das relações sociais que nos cercam. Para isso, o conjunto de textos aqui reunidos assume que à medida que os métodos são vulneráveis, isto é, à medida que se abrem para assumir os limites de uma ciência levada a cabo por seres humanos, falhos e imperfeitos em essência, é que podemos alcançar um nível maior de honestidade intelectual.

Nesse sentido, muito do que se verifica em termos metodológicos reifica a ciência à medida que lhe atribui um caráter modelar, no qual não há imperfeições e, por conta disso, tampouco a necessidade de ajustes. Este falso discurso “do acerto” é, no final das contas, francamente limitador do que é próprio da ciência, a capacidade de

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração (2023-2025). Coordenador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Editor-Chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

reconhecimento de limites e, justamente por isso, de incremento contínuo pela admissão de tais insuficiências. Ao apontar que as falhas inexoravelmente compõem o saber científico que a ciência reforça a necessidade de cuidados rumo à melhoria constante de suas concepções e práticas, pois é preciso reconhecer os equívocos para eliminá-los um a um (SAGAN, 2006), rumo ao que Demo (1987) denominou de “erro metodologicamente evitável”, aquele que podemos eliminar pelo rigor científico.

O rigor, todavia, não deve ser em si um objeto de fetiche da ciência. Não falamos aqui de rigor por rigor, de sarrafos excessivamente elevados apenas para confirmar nossa inteligência e a incapacidade do mundo que alcançar o que sabemos: esta perspectiva reforça a metáfora da torre de marfim e contribui para o insulamento das universidades como não-lugares (AUGÉ, 2017), ambientes distanciados da sociedade e, portanto, sujeitos à sua própria sorte, no sentido de não importarem senão aos que dela fazem parte.

Em outra direção propomos este livro: reflexões provocativas, interdisciplinares, e que em diversos focos, direções, e linhas de argumentação, põem em xeque a noção estabelecida de que a metodologia é uma espécie de “carapaça” que para ser minimamente discutida, precisa ter o seu debate inviabilizado por não iniciados, o que via de regra tem sido feito via erudição, formalismo e, ao fim e ao cabo, pela invulnerabilidade.

No prefácio “Verdade é a invenção de um mentiroso”, Pedro Demo nos instiga a pensar se não estamos diante de uma estranha forma de fé ao pensar a metodologia da ciência como algo que se acredita apenas por ser “científica”, e quais têm sido os nossos recursos para defender

que é vulnerável a metodologia, o que implica outras formas de pensar o fazer científico.

Luiz Alex Silva Saraiva, em “Sobre metodologias vulneráveis”, discorre sobre as bases da proposta desta obra ao incitar reflexões sobre se a metodologia da forma como tem sido hegemonicamente disposta não tem constituído uma espécie de profecia autorrealizada, fundamental para combater a ignorância, mas ela própria sendo pouco discutida o suficiente para constituir um campo assentado sobre a ignorância – inclusive e principalmente sobre os seus limites.

Em “Travessias científicas: vulnerabilidades nossas em terra firme ou mar revolto”, Sônia Caldas Pessoa traz um percurso memorialístico no qual assume que incertezas e vulnerabilidades inevitavelmente compõem a trajetória de quem vive, e que as certezas, seja na vida pessoal, mas principalmente na vida acadêmica, quase nunca se sustentam, o que demanda outras formas de encarar o risco, o erro, o imprevisível reconhecendo que se é vulnerável ao caminhar.

Com um olhar voltado para o que os cientistas efetivamente levam a cabo no cotidiano acadêmico, Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, em “Práticas científicas e vulnerabilidades: passagens, interdições e pontes para a produção do conhecimento” explora que a racionalidade pragmática embutida do método como aporte para a produção de conhecimento científico hegemônico é insuficiente para dar conta da complexidade das relações sociais, motivos pelos quais é preciso atentar continuamente para necessidade de mapear interdições e de construir pontes e passagens para que a prática científica seja efetiva.

Carlos Alberto de Carvalho, em “Um ensaio sobre os riscos de a noção de vulnerabilidade gerar vulnerabilizações e precarizações”, se

debruça sobre a banalização conceitual muitas vezes presentes na disputa de conceitos. Para tanto, instiga a pensar a vulnerabilidade e a precariedade como condições socialmente construídas, mantendo entre si relações complexas e possivelmente de mútua determinação.

No quinto capítulo, “O método da igualdade: vozes, corpos e materialidades em percursos metodológicos com experiências subalternas”, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Marco Aurélio Máximo Prado se dedicam a discutir como experiências de pesquisa a partir do método da igualdade podem ajudar a questionar a própria noção de ciência como uma prática de desvelamento do conteúdo oculto das aparências.

Em “Autoetnografia: testemunhar a partir de um eu vulnerável”, Jean-Luc Moriceau discorre sobre a autoetnografia e seu caráter testemunhal. Sua linha de argumentação parte da noção de vulnerabilidade imanente à condição de testemunhar algo do percurso da própria existência, um exercício simultaneamente ético e político de existir inclusive pelo que se etnógrafa.

Dando continuidade à tradição de tensionamento da Antropologia pela crítica aos ideais da imparcialidade, objetividade e neutralidade científica, em “A vida afetiva dos antropólogos: etnografia e escritas de si na pesquisa sobre sexualidades, gênero e família”, Leandro de Oliveira procura refletir sobre o lugar dos afetos na posicionalidade do sujeito do conhecimento e na construção de “saberes localizados” no campo das Ciências Humanas.

Phellipy Jácome, em “Tempos, narrativas e vulnerabilização na ‘sociedade das plataformas’” se põe a discutir como as relações coletivas com o tempo atual devem também ser pensadas a partir da força política e sensível das plataformas. Para tanto, invoca o conceito de narrativas

para perceber como agentes não humanos também devem ser pensados como propulsores temporais, algo fundamental para alcançar o que vivemos contemporaneamente.

Encerrando o livro, Ida Lucia Machado nos brinda com “Comentários sobre uma metodologia vulnerável: a Análise do discurso”, no qual é feito um resgate da história e dos desafios dos primeiros momentos da Análise do discurso no Brasil, originalmente uma teoria francesa, de linha materialista, criada pelo filósofo francês Michel Pêcheux. Ela conclui que “metodologias imperfeitas e sujeitas a críticas, mas, abertas às investigações que farão o pensamento avançar”.

Com olhares distintos, pontos de partida, de percurso e de chegada diversos, as autoras e os autores deste livro se lançam a uma formidável tarefa de humanizar a ciência por meio de reflexões potentes em torno dos métodos vulneráveis. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Luiz Alex Silva Saraiva e Sônia Caldas Pessoa, organizadores desta obra e também responsáveis pela organização de “Afetos da, na e para a universidade – volume 1” (já publicado em 2023 na série “Comunicação, Discursos e Experiências” da Editora Fi) e por “Afetos da, na e para a universidade – volume 2” (em preparação), abraçaram a tarefa de desafiar o status de um conhecimento científico pretensamente neutro e asséptico nas universidades, apresentando-o como permeado por afetos e por vulnerabilidades. É para este projeto coletivo que convidamos para a leitura, reflexão e adesão, a fim de que tenhamos possibilidades ampliadas para pensar outra universidade e, sobretudo, outra ciência. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2017.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

2

SOBRE METODOLOGIAS VULNERÁVEIS

*Luiz Alex Silva Saraiva*¹

PRIMEIRAS PALAVRAS

Se pensarmos todo o Iluminismo como uma espécie de “resposta” à Idade Média e seu foco na fé e na religião, podemos compreender que o conhecimento do tipo científico opera como uma categoria de saber que precisa de solidez e de robustez para não ser considerada como algo relativo ou eventualmente inválido. O conhecimento científico se reveste de particularidade à medida que se volta para investigar a verdade. Descobrir as coisas tal como elas são, sua finalidade precípua, implica serem necessários cuidados a fim de afastar a ciência do senso comum (HABERMAS, 2014). É a metodologia o grande mecanismo que confere singularidade, validade e confiabilidade à ciência ao sistematizar o registro de escolhas, procedimentos, técnicas que, no final, serão balizadores de um conhecimento válido e confiável a respeito do assunto investigado. Séculos de aprimoramentos tornaram a metodologia algo devidamente “científico”, portanto capaz de conferir

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração (2023-2025). Coordenador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Editor-Chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

“seriedade” e, por meio do seu rigor, mesmo “cientificidade” ao conhecimento produzido na forma de ciência (DEMO, 1987).

O problema é que a ciência não escapa, ela mesma, de ser uma forma de ideologia, portanto que em alguma medida se volta para a busca de adesão, de convencimento dos interlocutores a respeito da sua importância e necessidade. Ela se torna uma espécie de exótica profecia autorrealizada, pois se anuncia como imprescindível para superar as trevas da ignorância e da religião, e por isso se reveste de uma razão que apenas ela própria é capaz de trazer, reforçando seu valor – e fé – em si mesma. Trata-se de um contexto em que a metodologia termina por se converter em uma carapaça inexpugnável, que de certa forma garante proteção dos que duvidam da ciência e do fazer científico. A metodologia se converteu em um *locus* cujo acesso só é permitido a “iniciados”, capazes de compreender o que é a ciência, suas particularidades enquanto tipo de conhecimento e, mais importante, a forma pela qual ela é construída (SAGAN, 2006).

A solidez institucional adquirida pela ciência, cujo olhar para o saber permitiu significativos ganhos sociais – embora nem por isso se trate de algo desprovido de problemas – gerou, como desdobramento, uma categoria de profissionais, os cientistas, comprometidos com a manutenção de um *status quo* que só é garantido enquanto a ciência, em geral, e sua metodologia, em particular, forem dotadas de invulnerabilidade. Lidamos, por conta disso, com metodologias “invulneráveis”, uma vez que para delas se aproximar é preciso, no mínimo, familiaridade com teorias e metodologias. Em caso contrário, apenas presenciáramos tentativas inócuas de desqualificar aquilo que não se conhece. Para criticar algo no nível metodológico, assim, é preciso no mínimo ter qualificação – científica, diga-se de passagem –

para compreender do que o método se trata para poder apontar suas limitações.

Ser acessível apenas a quem partilhar de uma dada perspectiva de conhecer o real leva a que o método seja um elemento de formalidade técnica, de afastamento cognitivo, de elitização do saber (SARAIVA, 2020), e de “invulnerabilidade”. O que permitiu à ciência se institucionalizar como um conhecimento relevante e poderoso fez com que houvesse um esfriamento das relações sociais dentro e no entorno do fazer científico, à medida que a metodologia se tornou um refúgio hegemônico para a matemática e a estatística. Não surpreende assim que, ao longo do tempo, científico tenha rimado com objetivo, tendo sido os parâmetros de cientificidade revestidos de conceitos e aplicações matematizáveis. Fazer ciência, afastar-se da religião e do senso comum, conhecer as coisas a fundo significou tomá-las de forma objetiva; e o que há de mais objetivo do que os números? O positivismo, com sua episteme comprometida com a ordem e com o emprego de conceitos e práticas que permitem ordenar, quantificar e explicar o mundo, desde o Século XVIII vem ocupando uma posição indiscutivelmente hegemônica quanto ao que é – e quanto ao que deve ser – a ciência. Sua aridez parece ser o preço a ser pago para conhecer o mundo que nos cerca de forma objetiva – mesmo que tal objetividade não seja tão neutra e objetiva assim (BESSION, 1995).

Mas se tomarmos o sentido lato de universidade como universal nas possibilidades de conhecer o mundo que nos cerca, isso não incluiria o método? Acreditamos que sim: daí esta obra e a proposta de “vulnerabilizar o método”, mostrando-o como umas das facetas do humano, demasiadamente humano (NIETZSCHE, 2005). Vulnerável não significa frágil, mas tão somente reconhecê-lo como limitado e

imperfeito como os seres que o criaram. Implica assumirmos que as escolhas metodológicas não são neutras, tampouco objetivas: são tão humanas e legítimas quanto nossa própria busca de conhecimento.

Quando assumimos a vulnerabilidade da/na metodologia, registramos a imperfeição e a limitação dos agentes e de suas ferramentas para a apreensão do real, mas não como algo que avilta a produção de conhecimento não hegemônico, pelo contrário: isso significa abrir um leque de possibilidades lastreadas em criatividade, posicionamento, politização, diferenças e situações tão diversificadas quanto as pessoas que coletivamente constroem, habitam e conferem sentido ao mundo. Metodologias que assumem sua vulnerabilidade registram imperfeições ao mesmo tempo em que abrem portas e janelas para que seja possível a reflexão, a elaboração, e construção de investigações pautadas por limites diversos da humanidade tão própria e tão silenciada por metodologias positivistas.

A questão da vulnerabilidade merece um exame mais atento. O que é ser vulnerável? Por que precisamos de uma ciência sensível às diversas manifestações de vulnerabilidade? De que maneira as vulnerabilidades podem ser percebidas, compreendidas, captadas, analisadas e, eventualmente, combatidas do ponto de vista da ciência? Tais complexas questões, para as quais não temos pretensões de responder nessas poucas linhas iniciais, sugerem não apenas a imprescindibilidade, mas a oportunidade e mesmo a urgência de levarmos a sério a ideia de uma ciência voltada a se reconhecer metodologicamente vulnerável e se voltar para lidar com as vulnerabilidades sociais, para que o conhecimento de produzimos na universidade seja o que queremos e o que merecemos enquanto sociedade.

A MATRIZ EUROPEIA DE CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE

Apesar de a primeira universidade datar do Século VIII na Ásia, e diferir consideravelmente do que se toma por universidade nos dias de hoje, esta instituição se manteve e se multiplicou, sendo este um termo polissêmico, sustentado pelas inúmeras diferenças quanto ao que é propriamente “universidade”. Quanto à forma de propriedade, podem ser privadas, comunitárias ou públicas. Entre estas, de abrangência local, regional, nacional ou internacional. Quanto à especialidade, podem abranger todas as áreas de conhecimento ou se concentrar em ramos específicos da ciência. Podem ainda ser faculdades isoladas, e atuar de forma presencial, semipresencial ou de forma digital. E todos esses aspectos, que abrangem apenas algumas das distintas constituições universitárias, podem ser combinados de infinitas maneiras. O que há em conjunto entre todas essas configurações é a base institucional da universidade, que concentra a legitimidade para o desenvolvimento e a disseminação de um saber qualificado do ponto de vista científico (WELLMON, 2015).

Esta legitimidade se assenta sobre o argumento cartesiano, pedra fundamental do que se entende por universidade. Para René Descartes (1596-1650), um conhecimento pode ser considerado científico se for racionalmente voltado ao alcance da verdade. A ciência, assim, deve se valer de métodos práticos para buscar a essência das coisas, escapando à tentação da especulação filosófica. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de métodos específicos que possam assegurar a racionalidade do que se propõe, o que só pode ser levado a cabo mediante a fragmentação em diversos ramos de conhecimento científicos, todos dotados do mesmo espírito. Estavam lançadas as bases

do que se toma por universidade europeia, o que veio marcar as universidades em todo o mundo. Gerações posteriores de pensadores tornaram a universidade um projeto cada vez mais assentado sobre a forma racional de pensar, o que implicava assumir conceitos como os de objetividade e de neutralidade como parte indissociável da cientificidade.

A objetividade estaria associada ao conhecimento, à forma pela qual ele deve ser tratado. Abordagens teóricas, perspectivas metodológicas, procedimentos de escrita, tudo deve remeter a uma postura objetiva de maneira a deixar os dados “falarem por si”. A neutralidade, por sua vez, está associada ao sujeito do conhecimento, o cientista, alguém que deve deixar de lado suas questões pessoais e proceder de forma a interferir o mínimo possível na situação, fazendo com que saltem aos olhos os dados científicos. Objetividade e neutralidade são invocadas constantemente entre os cientistas que reificam e hierarquizam a ciência a partir da base matemática, com desdobramentos para toda a dinâmica acadêmica. Não é preciso ir longe para perceber a noção meritocrática sub-reptícia a esta ordem, e o quanto ela assume a disponibilidade ampla e irrestrita do conhecimento acadêmico a qualquer pessoa que nele tenha interesse. Mas as coisas não eram e não são assim.

Em termos históricos, o acesso à universidade só foi possível a uma pequena parcela da população com condições de poder se dedicar aos investimentos que a vida universitária demanda. A técnica foi o mecanismo básico para isso, pois constituía um argumento de mérito à medida que permitia selecionar os “aptos” e os “não aptos” para a ciência, reproduzindo a lógica de castas de “instruídos”, mas agora com

o argumento de que era necessário um preparo que terminava por tornar elitizado o acesso e a permanência nas universidades.

Não surpreende, assim, que homens, brancos, heterossexuais, cristãos, de classes médias e superiores tenham sido os criadores, ocupantes e destinatários da ciência (HARDING, 1986; BORDO, 2000). Esta passou a se retroalimentar de forma elitista e segregadora de um contexto que fazia sentido para si próprio, tornando-se gradativamente alheia tanto à sociedade e suas demandas quanto aos outros tipos de pessoas e saberes que poderiam compor outras formas de cognoscibilidade (BURRELL, 1998).

Sob a égide da cientificidade, a ciência apagou as diferenças como parte de um projeto político de neutralidade (LYOTARD, 2009) impossível de ser levado a cabo em razão de a universidade ser composta por pessoas. Mesmo negando sua subjetividade, os homens que lá estavam não deixavam de fazer escolhas a partir de suas idiossincrasias e ideologias, não importando o que professava sua ciência. O importante passou a ser como dispor isso de forma academicamente aceitável, de maneira a ser considerado “científico”, o que sugere um corpo de concepções e práticas disciplinadoras quanto às possibilidades do saber no âmbito acadêmico.

A QUESTÃO DO MÉTODO COMO CHAVE PARA A CIENTIFICIDADE

O método passou em si a constituir um dos principais campos de batalha da modernidade, uma vez que definir do que se tratava significava conferir substância ao projeto moderno de ordenamento do mundo, que precisava ser sistematizado de alguma forma, a partir de algum parâmetro. Não é coincidência, portanto, que a ascensão da universidade enquanto instituição ocorra ao mesmo tempo na institucionalização da ciência enquanto forma superior de saber

humano. Descartes (2001, p. 23) defende que o método deve seguir quatro preceitos básicos:

O primeiro era de não aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quanto fosse possível e necessário para melhor resolvê-las.

O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos; e supondo certa ordem mesmo entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E, o último, fazer em tudo numerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir.

Grosso modo, estes quatro preceitos, que podem ser resumidos em ceticismo, divisão dos problemas, ordenamento e revisão sistemática das questões, embora possam parecer simples, na prática fundam não apenas uma forma de pensar, mas sistematizam uma matriz cultural dos nossos tempos, enraizada na universidade sob a forma de ciência. Conhecer o mundo que nos cerca passou a ser matéria de domar o espírito para enxergá-lo sob um prisma analítico que sistematiza a forma pela qual lidamos com o que observamos. Não apenas se assume uma rigidez na forma sujeito-que-observa-um-objeto, como se estabelece a primazia daquele em relação a este. Todavia, não é qualquer forma de lidar com o objeto que é válida, o que permitiu a emersão de

inúmeros mecanismos que circunscrevem o exercício da ciência a uma série de procedimentos metodológicos que, em conjunto, conferirão validade, confiabilidade e, ao fim e ao cabo, cientificidade às iniciativas acadêmicas.

Não se tratou de um movimento qualquer descontextualizado este de fortalecimento da ciência. Como já discutimos em outro momento,

O contexto de emergência do Iluminismo, como uma espécie de resposta ao que representou a Idade Média e sua ênfase na fé, se deu em um período histórico que privilegiou a razão em geral, e a ciência, em particular, como grandes chaves de entendimento daquele momento. A um só tempo razão e ciência forneciam um quadro de referência para as incertezas que se apresentavam, uma vez que estabilizavam as questões em torno do que é racional, do que pode ser conhecido de forma sistemática.

Para afastar as incertezas associadas à crença, e aspectos como a subjetividade, era necessário à ciência se constituir como um tipo de conhecimento específico, sistemático, e voltado para o alcance da verdade. O método se apresenta como aspecto central, uma vez que permitiria, de forma objetiva, que pessoas diferentes, em circunstâncias distintas, repetissem o mesmo percurso e chegassem a resultados semelhantes. A sistematização das perspectivas de conhecer o mundo via ciência precisava compor a agenda desta emergente forma de conhecimento para reagir às trevas da ignorância, que se baseavam na fé como elemento central de ser e estar no mundo, já que tudo provinha da e resultava na vontade divina, um esquema sujeito a manipulações de toda ordem e à proliferação de desigualdades sociais.

A perspectiva de ciência, exata, objetiva, e ainda hegemônica nos dias atuais, erigiu uma instituição fortemente reificada, o conhecimento científico, uma vez que universaliza aspectos concernentes a apenas alguns ramos de conhecimento, e os prescreve como evidência de cientificidade. Isso cria não apenas uma lógica de perseguição a uma exatidão impossível em ciências humanas e sociais em geral, mas um estranho fetiche de

esvaziamento de humanidade em uma busca implacável de um vazio subjetivo no lugar do pesquisador

À medida que a ciência se expandia, se especializada e se institucionalizava, se tornava mais e mais autônoma, portanto cada vez mais capaz de explicar o mundo que nos cercava (FEINGOLD; GIANNINI, 2020). Como era necessário garantir que esta nascente forma de conhecimento se perpetuasse, era preciso criar condições para sua ampliação, aprofundamento e difusão, o que foi concretizado nas universidades, principalmente as europeias. A técnica foi o mecanismo básico para isso, pois constituía um argumento de mérito à medida que permitia selecionar os “aptos” e os “não aptos” para aprender a ciência, reproduzindo a lógica de castas de “instruídos” tal como os monges da Idade Média, mas agora com o argumento de que era necessário um preparo técnico que terminava por tornar elitizado o acesso e a permanência nas universidades (SARAIVA, 2020, p. 2) (SARAIVA, 2022, p. 1-2).

Apesar de essas palavras caracterizarem uma crítica contundente à ciência enquanto forma de saber, elas só cabem em um contexto que assume a imprescindibilidade do conhecimento científico em nossa sociedade. Bem longe, portanto, de qualquer negacionismo desinformado. Assumimos, então, uma crítica informada sobre um tipo de saber no qual nos incluímos e para o qual procuramos contribuir. Uma das características elementares da ciência é sua capacidade de ser aberta e se aprimorar em função das críticas (SAGAN, 2006), diferente de outras formas de saber. Nesse sentido, não surpreende que o domínio da técnica científica, isto é, que a definição, aderência e disseminação metodológica passou a constituir uma das finalidades específicas da ciência, processo que convenientemente fechou os olhos para o que é próprio do humano na tessitura desse saber. Prosseguimos:

A ciência passou a ser produzida tendo como referência uma “normalidade técnica” que só podia existir nas condições de contextos homogêneos, elitizados e pouco acessíveis das universidades europeias (HARAWAY, 1995; KELLER, 1991).

A normalização da ciência, com sua realização e desenvolvimento levada a cabo por pessoas privilegiadas, negam os privilégios de sua concepção e manutenção ao se apresentar de uma forma de conhecimento neutra e objetiva com um difuso objetivo de alcance da verdade e bem comum. Trata-se de algo virtualmente impossível se seu ponto de partida repousa sobre um grupo que não conhece necessidades da sociedade, apenas delas vagamente entende enquanto demandas distantes de pessoas que não estão no mesmo nível de interlocução do dos cientistas. Isso leva a que a ciência como um todo seja pouco sensível a situações históricas de opressão e a grupos sistematicamente alijados da possibilidade de construir outra forma de conhecimento, mais politizada e em diálogo com a sociedade. E que tampouco reconheça outros saberes como legítimos, necessários e não concorrentes na constituição de uma sociedade plena e efetivamente plural (SARAIVA, 2022, p. 3)

Não se trata, portanto, de deixar de sistematizar o que precisa de uma compreensão que escape à observação do dia a dia, ou ao exercício de fé: mas reconhecer que ciência implica necessariamente diferenças – no plural – e que qualquer exercício nessa direção passa não pela invulnerabilidade, mas pelo inverso, pela vulnerabilidade, uma vez que apenas quando reconhecemos nossa humanidade somos capazes efetivamente de avançar rumo a um conhecimento do mundo em que nos inserimos, ao invés de um mundo que observamos como se dele não participássemos.

Reconhecer a necessidade de outra ciência, mais humanizada, que reconheça o outro, implica assumir ontologias do humano para além “do homem” (branco, masculino, europeu, cristão, heterossexual etc.): implica

epistemologias que não tratem apenas do conhecer, mas de um conhecer corporificado, isto é, viabilizado por meio de uma constituição corpórea que não se resume ao biológico, mas que carrega complexidades interseccionais diversas, como as relacionadas a aspectos raciais, de gênero, de sexualidade, de classe social, de imagem corporal, de deficiência física, e de idade, entre muitos outros aspectos do sujeito nas diversas formas de conhecer o mundo que o cerca.

A metodologia, o grande diferencial do conhecimento científico, assim, não se trata de algo objetivo, portanto: traz consigo um leque de escolhas associadas aos percursos que cada pesquisador e cada pesquisadora traz consigo, suas subjetividades, diferenças, dores e lutas. Não há como imaginar, portanto, a constituição de uma agenda de pesquisa com a qual não se seja minimamente comprometido, interessado, engajado. A ciência tem uma inevitável humanidade, portanto (RAMAN, 2017). Mesmo que eventualmente isso não seja assumido, precisamos de uma ciência mais humanizada (BRAINARD, 2009), que dialogue com nossas diferenças e necessidades enquanto seres humanos. Este é um ponto de partida para que a ciência possa ser concebida, praticada, acessada e difundida por diferentes pessoas e não apesar delas, um passo rumo à superação das desigualdades no contexto neoliberal, particularmente as de gênero (POGGIO, 2022) (SARAIVA, 2022, p. 4)

OUTROS SUJEITOS, OUTRAS AGENDAS, OUTROS LIMITES

Como do ponto de vista pós-estruturalista é o pensamento que constitui o real, o discurso – polifônico, múltiplo, fragmentado, móvel – constitui uma forma específica de construir o mundo. Esta perspectiva abriu a possibilidade que diversos grupos sociais, particularmente grupos aliados do lugar de hegemonia na sociedade passassem a produzir saberes de acordo com características ditas identitárias, o que permitiu uma multiplicação de referências e de questionamentos quanto ao conhecimento oriundo de uma matriz

central de saber. Esta possibilidade liberou a teorização a partir de um lugar de vivência e, por exemplo, se conhecesse o mundo a partir do ser mulher, do ser negro, *queer* e assim por diante, perspectivas interessantes porque validam existências alternativas à do homem branco, heterossexual, cristão, hegemônica na universidade ao longo da história. A universidade, assim estaria reproduzindo um conhecimento dito objetivo e neutro, mas que na verdade é professado por pessoas que tinham características dominantes e que não questionavam seus privilégios e tampouco as diferenças: essa nem mesmo era uma questão. Quando as diferenças emergem do ponto de vista epistêmico observamos a qualificação da diferença, a possibilidade de os “diferentes” falarem por si, e de o sistema poder ser questionado a partir de outro discurso que constrói saberes.

Antes de prosseguir, e de que nos acusem de conservadorismo, ressaltamos que a provocação que propomos definitivamente não é conservadora: somos partidários da ideia de que saberes expressam multiplicidades e diferenças, e que por isso não podem ser hierarquizados, inclusive no ambiente universitário. Todavia, se estamos falando de um saber do tipo científico, questões como teoria, método, e cientificidade passam a integrar a discussão de maneira inevitável, desafiando a noção de coexistência de saberes no mesmo plano da academia. Com isso queremos dizer que por maior que seja o engajamento dos pesquisadores, ele não escapa da agenda própria da ciência, qualquer que seja a sua natureza. Não queremos dizer com isso que acreditamos em uma ciência fetichizada, objetiva, precisa e levada a cabo por pessoas neutras: isso já se provou superado; mas que quem produz conhecimento científico não pode deixar de lado conceitos e métodos em favor de uma causa, por mais nobre que ela seja, sob pena

de outra coisa estar em produção, e não a ciência. Mas quando a ciência está em jogo como forma de saber, é preciso poder falar com respaldo (FOUCAULT, 2010).

Ao longo de sua existência, todas as pessoas vivem inúmeras situações que as ajudaram a ser quem são. Os que integram grupos vulneráveis possivelmente tiveram vivências de opressão, e sentiram na pele o peso de serem “diferentes”, o que permitirá a elaboração de um repertório associado a tais diferenças, que pode variar da conformidade à reação frente ao que é experimentado. Os que chegam à universidade, assim, questionam frontalmente o conhecimento produzido e disseminado ali por ter a pretensão de objetividade, e ser, na verdade, insensível às discrepâncias sociais. Do lugar de surgem posições políticas que orientam outras possibilidades de saber ao considerar as pessoas, suas histórias e diferenças. Mas isso leva a uma série de questões. A primeira se refere à fragmentação identitária operando quase no limite da individualidade, o que impossibilita articulações políticas mais amplas, já que a busca pelo direito de existir e expressar a diferença muitas vezes se sobrepõe a uma pauta coletiva: não se enxerga o *status* de diferença em todos aqueles que não correspondem ao que é normalizado.

A segunda questão diz respeito à condenação dos ditos diferentes a serem sempre objetos do seu pertencimento, isto é a *sempre* serem ativistas, aptos a falar *todas* as vezes que forem mobilizados a apresentar sua posição *invariavelmente a respeito de um só tema*: a diferença que trazem no seu pertencimento. Este esquema termina favorecendo que tais sujeitos sejam estereotipados e objetificados, representando menos quem são como pessoas a partir das suas diferenças e respectivos pertencimentos, e mais como objetos que

simbolizam aquilo que não consegue ser resolvido, e por isso precisam estar sempre disponíveis à denúncia. Será que interessa aos membros de grupos minoritários serem resumidos apenas a esta faceta de pertencimento? Se o próprio pós-estruturalismo sustenta que as pessoas são múltiplas, atravessadas por muitas possibilidades fluidas de vínculo, isso não seria estar mais uma vez diminuindo pessoas em grupos politicamente aviltados reconhecendo sua existência apenas a partir de um repertório autorizado para aqueles corpos?

A terceira questão se refere às posições em si. Os antropólogos discutem há anos a posicionalidade, que se refere a refletir sobre o seu lugar relativo no mundo. É necessário para lidar com grupos, quaisquer que sejam eles, saber a sua posição em relação às demais pessoas, o que implica uma reflexão ética, social e política que atravessa o pesquisador em múltiplas direções e estabelece um diálogo mais franco no que tange ao horizonte de investigação. A produção de conhecimento a partir de pertencimentos, nos termos de Naburede (2008), faz com que existências habituadas a situações desfavoráveis sejam a base para a geração de conhecimento produto da contestação e da ação. Essa perspectiva leva a uma situação paradoxal na qual quem não vive a vulnerabilidade nada teria a dizer sobre aquilo, criando zonas de interdição, um paradoxo do ponto de vista da ciência.

Não negamos em absoluto que grupos vulneráveis desenvolvam estratégias sociais de sobrevivência, o que significa conhecer a si próprios e pensar o mundo a partir de outras referências a partir das margens por elas ocupadas. Todavia, parece-nos um exagero criar uma lógica de automatismos, garantias de que toda pessoa que pertence a um determinado grupo automaticamente conhece todos os aspectos relacionados a esse grupo e pode emitir juízos *válidos do ponto de vista*

científico sobre qualquer tema relacionado ao seu pertencimento por ter a vivência. Há duas questões aqui sobre conhecimento: uma constante tensão entre teoria e prática, e formas distintas de acessá-lo. Nem todo pesquisador interessado em teoria precisa ser especialista nas práticas do seu campo e vice-versa. Mas no campo da ciência é preciso ter em mente que a teoria se propõe a explicar o mundo que nos cerca, ao passo que a prática testa os limites teóricos. Sem se complementar, nesses dois polos temos pessoas com foco em especulação e empiria apenas, perspectivas incompletas.

Dito isso, é preciso qualificar o conhecimento oriundo do pertencimento: ele vem de um lugar específico, a que só a vivência permite acesso. E como se trata de experiência, não pode ser extensivo a todos os casos porque as vidas são particulares, ainda que sem dúvida articuladas do ponto de vista social, isto é, o pertencimento é condição necessária, mas não suficiente para a geração de conhecimento válido na universidade. Na outra ponta, há pesquisadores que não têm características dos grupos vulneráveis que estudam, e nem por isso podem ser automaticamente descartados porque acessam o conhecimento via teoria, algo importante para a compreensão da vida social. Mas esse esquema só se completa de forma adequada se se assumir que por mais que teóricos possam ser eruditos a respeito de temas da vida de pessoas vulneráveis, a experiência destes sujeitos é mais importante que qualquer teorização porque foi objeto de sofrimento direto, vivido. Ao falar sobre um grupo vulnerável, assim, tem preponderância a experiência de quem vive a vulnerabilidade em relação a quem apenas a estuda, como forma inclusive de evitar o ridículo de homens ensinando a mulheres o que é machismo, por exemplo. Isso não significa que a teoria não tenha relevância; mas que

seu lugar é de elucidação e suporte a vidas que são vividas nas margens sociais. Os teóricos têm ainda outro papel relevante: o de, enquanto aliados políticos, abrir espaço para os vulneráveis nos lugares de poder que frequentam, ajudando efetivamente a abrir a universidade às diferenças.

O MÉTODO COMO FORMA DE VULNERABILIDADE

Nosso percurso até aqui permitiu caracterizar um constructo científico como:

uma forma de saber essencialmente objetiva. Isso em tese permitiria que se alcançasse a realidade tal como ela é, à medida que os conceitos e procedimentos científicos privilegiariam o mínimo possível de intervenção nesse real, o que permitiria seu estudo detalhado. Nessa seara, o pesquisador precisa ser neutro, uma vez que suas paixões enviesariam seus atos, turvando a sua visão e, dessa forma, tornando impreciso o processo de investigação científica. Não é preciso ir longe para perceber que esse tipo de conhecimento é desprovido de afeto, sendo a razão o grande mote de fazer ciência. É perseguindo a razão que se definem problemas de pesquisa, é por meio dela que se criam metodologias mais precisas, e é sobre ela que todo o edifício do conhecimento científico é erigido (SARAIVA, 2020, p. 225).

No que predomina quanto ao que é científico, há um silenciamento sobre a ideologia própria da ciência, o que inclui os aspectos metodológicos. A defesa intransigente de uma metodologia “invulnerável”, que só possa ser alcançada por aqueles que minimamente compreendam o *métier* acadêmico, além dos processos próprios da matriz de sistematização do método, faz com que a perspectiva da invulnerabilidade tenha se constituído em muitos casos a chave para a dinâmica da universidade e das suas práticas. Ainda que isso não signifique fechamento para críticas, não é qualquer crítica que

é qualificada o suficiente para ser dirigida aos cientistas, o que criou um estranho processo de insulamento e de afastamento da sociedade para quem a ciência deveria ser integralmente destinada. Mas

Há muito que esse constructo indefectível se viu com rachaduras que deixaram escapar outras possibilidades de fazer ciência. Neste texto destacamos às relacionadas ao afeto. Afeto tanto no sentido de afetividade quanto no sentido de afetação, isto é, de ser afetado. Não acreditamos em uma ciência objetiva porque aqueles que a concebem e a levam adiante não têm a capacidade de sê-lo: falta aos homens e mulheres a ausência de paixões das máquinas. Um tema, assim, é definido pelos contornos de escolhas afetivas, que aproximam ou afastam os pesquisadores de uma ou outra possibilidade de enquadramento temático. Da mesma forma, a formulação de metodologias está mais para escolhas que são justificáveis mais por conta dos afetos que encerram do que propriamente pela sua capacidade racional de construir caminhos para a investigação, um processo muito menos sobre nosso estrito controle racional do que assumiríamos dentro de uma perspectiva que atribui plena razão aos pesquisadores.

O processo científico, ao incorporar o afeto, traz humanização às práticas científicas, à medida que permite diálogos mais francos em torno de escolhas, aproximações e afastamentos, algo sem dúvida mais desejável que a elaboração de intermináveis raciocínios elípticos para justificar rotas tomadas em planos regidas por outras questões. Isso não significa que a ciência se torne menos rigorosa ou que se afaste do seu propósito de tentar conhecer o mundo que nos cerca: mas ao tomar seriamente o afeto como possibilidade, amplia o nosso ambiente ao torna-lo humano e, assim, passível de ser, além de explicado, sentido, intuído, sonhado etc., entre muitas possibilidades facultadas aos que se permitem olhares mais humanizados para a vida que levam.

E isso nos apresenta questões a serem resolvidas, como por exemplo:

Quais os desafios para que o pesquisador seja capaz de estar em relação consigo, suas próprias vulnerabilidades, estar em pesquisa, e dialogar, sem impor seu discurso ou sem querer que o outro sinta a sua dor como tantas vezes fizeram com ele? (PESSOA, 2021, p. 55).

Esta pergunta despreziosa esbarra em questões complexas, como a consciência da própria subjetividade do pesquisador e as formas pelas quais ela define relações de equilíbrio consigo próprio, a questão das vulnerabilidades humanas daqueles que conduzem investigações científicas, a questão das relações de poder nas práticas da ciência, e a alteridade a partir da reflexividade, pautas complexas tomadas individualmente, mas particularmente desafiadoras se o percurso passa pela reconcepção de uma ciência que abraça os afetos.

Nossa experiência tem demonstrado que quando se assumem pontos de partida, posições pessoais e políticas, assimetrias e falhas metodologicamente inevitáveis (DEMO, 1987), o trabalho se torna mais honesto – e por isso mais completo do ponto de vista acadêmico – dos pontos de vista metodológico e político. Assumir limites está longe de significar fragilização do texto, do tema ou da investigação, é exatamente o oposto: fortalecem-se pesquisadores, pesquisados e a ciência como um todo ao permitir que nuances humanas sejam enunciadas e componham a elaboração de textos voltados para públicos cansados de tanta simulação e afastamento em prol de uma objetividade que só distancia a ciência da sociedade a quem deveria servir.

Este processo não é imune a contradições, decerto; mas isso se deve menos à honestidade acadêmica do que às fragilidades de fazer do afeto um elemento central da cientificidade. A questão é que o engajamento é contraditório à medida que é próprio do que constitui o humano (HALE, 2008). Procuramos ser racionais e coerentes, mas isso quase sempre é um exercício frustrado por conta de relações sociais que demandam novas posições, e sobreposições em relação a coisas que já dissemos ou fizemos, um processo que é de aprimoramento contínuo, como é próprio do devir humano. É nesse sentido que somar ciência é afeto é uma aposta em uma

forma de conhecer mais pautada pelo que o mundo efetivamente é, e não pelo que gostaríamos que ele fosse. É considerar que o social nos afeta e nos impele mais do que a razão pode supor ou formular. E que reconhecer tais elementos é potência, e não ausência (SARAIVA, 2023, p. 225-226).

Nossa jornada até aqui permitiu a formulação de que metodologias vulneráveis assumem a pluralidade dos humanos que corporificam as práticas da ciência. Vulnerabilidade não significa fragilidade em absoluto, mas uma condição desarmada de produção de saberes a partir de quem se é e das relações construídas com o outro nos inúmeros processos associados à investigação. Significa abandonar a armadura pretensamente intransponível dos métodos positivistas para permitir uma construção metodológica histórica, relacional, política e reflexiva de um conhecimento que abraça e reconhece a condição humana dos que estão envolvidos com o processo, não disfarçando-a sob subterfúgios ilusoriamente racionais.

Metodologias vulneráveis são históricas porque se situam em um tempo tributário de outros tempos, o que ajuda a entender que as coisas se apresentam de uma dada forma nos dias de hoje porque foram de alguma maneira configuradas temporalmente em meio a uma dinâmica social construída. Por conta disso, a condição de vulnerabilidade permite diálogos potentes a partir do reconhecimento de uma produção histórica que é assimétrica, desigual, e que por isso demanda olhares atentos à forma como a ciência se apresenta, uma vez que se trata de um processo em contínua construção e desconstrução. Há, portanto, a possibilidade de agência dos sujeitos na elevação de outros caminhos para o ontem, para o hoje e para o amanhã.

Metodologias vulneráveis são relacionais porque sendo os seres humanos sociais por definição, é difícil pensar em suas obras como algo

rigorosamente individualizado. No que se refere ao conhecimento científico, em particular, trata-se de uma construção histórico-social, em que camadas de saberes são acrescidas a outras camadas existentes, ainda que eventualmente os interlocutores não tenham convivido em um mesmo período de tempo. Não há um saber que reconheça nossa condição humana no nível metodológico, portanto, que não invoque as inúmeras diferenças que nos atravessam como condição de coletividade que associa a alteridade como destinatária da ciência que se vulnera no nível do método.

Metodologias vulneráveis são políticas porque não saber humano neutro: mesmo aquele que não assuma claramente uma posição, ao silenciar sobre a questão do poder, em geral assume o lado hegemônico, que não precisa falar de si. Ao reconhecer a possibilidade de um método desarmado, esta é uma condição política para a produção de saberes com as pessoas, e não apesar delas. É reconhecer o outro como interlocutor inclusive de uma ciência menos ritualizada e mais humanizada.

Metodologias vulneráveis são reflexivas porque partem de uma autocrítica necessária a respeito do lugar onde a ciência veio parar com séculos de hegemonia de uma forma de conceber e sistematizar métodos que não tratam da ciência. Onde estamos, o que sabemos, como sabemos, de que forma sabemos, como produzimos este saber, e, principalmente, a que preço e a revelia de quem nos parecem questões incontornáveis de uma universidade que precisa rever o seu papel e desgastar a torre de marfim em que se materializou nos últimos séculos. Para isso, despir-se do autorreferenciamento e desarmar seus métodos para poder captar a dinâmica efetiva da sociedade ao assumir a

humanidade dos envolvidos é um caminho que me parece interessante, potente e promissor.

VULNERABILIDADES E PERTENCIMENTOS NA PRODUÇÃO DE SABERES ACADÊMICOS, UM DESAFIO

Para que a universidade se legitime como instituição a permanecer na sociedade, um lugar a ser aprimorado, e não destruído, precisa se abrir de forma efetiva às diferenças, permitir que os saberes oriundos do pertencimento e da vulnerabilidade dialoguem com aqueles estritamente acadêmicos. Mas como fazer isso sem prescrições simplificadoras e que considerem a complexidade universitária (DERRIDA, 2003)? Há alguns pontos que nos parecem que devem ser considerados, e que serão percorridos aqui de forma breve.

O primeiro desafio é o do acesso e permanência dos ditos diferentes à universidade. Não é mera impressão que a universidade seja europeizada e elitista: ela o é. E isso revela a naturalização de uma configuração de elementos que toma vários aspectos como resolvidos, como a possibilidade de adquirir os livros necessários para os estudos, de tempo disponível para a ocupação das instalações das bibliotecas, de recursos para fazer refeições nos restaurantes universitários, na disponibilidade de condições plenas de leitura e concentração das residências dos estudantes etc. Poderiam estes poucos aspectos citados serem descritores de todas as vidas em sociedade, ou de apenas uma parte dela, com recursos disponíveis para fazer da universidade uma etapa esperada da formação? O ingresso recente de grupos minoritários nas universidades públicas brasileiras via políticas de ação afirmativa desnudou um universo de assunções e lacunas equivocadas nas configurações universitárias, lugares desenhados para um perfil

específico de pessoas ali permanecer. Todos os demais não são sequer previstos como públicos-alvo, razão pela qual os sistemas de inclusão são aprimorados para tentar resolver pelo menos o problema do acesso à universidade pública. Este não é o único problema, e já se vê desafiado por outro, coligado: o da permanência. Permanecer em uma universidade que supõe a familiaridade com uma estrutura que pode ser estranha aos grupos oprimidos por si só pode minar sua permanência na universidade. Quando isso é somado à formação acadêmica em si, a situação fica mais aguda: com algumas exceções, a bibliografia, a teoria, o método, os livros, a língua, são todos oriundos de realidades que não a nossa. Se isso pode não constituir um problema para segmentos sociais familiarizados com línguas e culturas estrangeiras, isso pode ser demais para outros grupos que já sentem de antemão que aquele lugar não foi pensado para eles ali estarem. E, ao perceber que estudar significa ignorar quem são, podem perceber que são desconvidados a continuar na vida acadêmica. Outros saberes, assim, alimentam o ideal universal e podem constituir um estímulo para permanecer na universidade.

O segundo desafio é tornar os saberes acadêmicos dialógicos com relação à vida fora das universidades. Se é plausível assumir o autorreferenciamento de uma universidade de poucos para poucos, abri-la a outros grupos implica envolver a universidade com outras formas de existência social, para além das já por ela conhecidas. Implica considerar que a cultura é mais multifacetada do que as noções elitistas de “bom gosto” permitem compreender; que a periferia produz entretenimento variado e referenciado porque as pessoas são capazes de entender e elaborar elementos de ordem cultural por serem quem são e também em função da ausência de um Estado que as reconheça

como parte da sociedade; que existências periféricas importam, quaisquer que sejam elas, pois trazem referências de vida distantes do que é esperado nos esquemas universitários, podendo, por isso, enriquecê-los sobremaneira. Dialogar com outras formas de existência amplia o repertório de referências da universidade, aproximando-a do ideal universal. Mas isso não significa abraçar o pertencimento como como panaceia explicadora de tudo a partir do que se conhece.

O terceiro desafio é humanizar a universidade no pensamento, para além da infraestrutura. Isso significa reconhecer a necessidade de outra ciência, mais humanizada, que reconheça o outro, o que implica assumir ontologias do ser humano para além “do homem” (branco, masculino, europeu, cristão, heterossexual etc.); implica epistemologias que não tratem apenas do conhecer, mas de um conhecer corporificado, isto é, viabilizado por meio de uma constituição corpórea que não se resume ao biológico, mas que carrega complexidades interseccionais diversas, como as relacionadas a aspectos raciais, de gênero, de sexualidade, de classe social, de imagem corporal, de deficiência física, e de idade, entre muitos outros aspectos do sujeito nas diversas formas de conhecer o mundo que o cerca. Não estamos dizendo com isso que o que constitui a ciência, isto é o que a diferencia dos outros saberes, deva ser abandonado em prol da inclusão: é fundamental que a ciência se mantenha como um saber qualificado, ainda mais em um quadro de ignorância generalizada; mas chamamos a atenção que cada vez mais a nossa capacidade de gerar respostas para as demandas sociais vai passar por uma forma institucionalizada de produção de saber científico que incorpore de fato as diferenças em termos de concepções e práticas de ciência.

Isso implica questionar o senso comum de que o pertencimento leva automaticamente a uma posição qualificada do ponto de vista da ciência. Significa assumir que o ativismo social pode atuar redefinindo o cientista na universidade (NABUDERE, 2008). Outra ciência é necessária, isso não se discute; enquanto forem reproduzidas crenças, ideias, técnicas e ideologias de forma desproblematizada, haverá mais silêncio do que voz, e a universidade continuará a ser um meio elitista que oprime no cotidiano ao prometer um futuro melhor, principalmente para grupos vulneráveis; ela precisa se abrir à vulnerabilidade, portanto, mas dentro dos seus próprios limites. O desafio parece ser, por um lado, lidar com pessoas que têm direito ao saber científico, mesmo que este não lhes seja favorável no espectro político, e, por outro, que este mesmo saber possa ser mobilizado a partir de experiências de apagamento e de exclusão, reforçando a pretensão universitária universalista. Esta é uma luta coletiva dos que criticam as falências da universidade que temos para que ela, um dia, se torne tudo o que pode ser.

REFERÊNCIAS

- BESSION, J.-L. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995.
- BORDO, S. A feminista como o Outro. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.
- BRAINARD, C. **Can Science be “humanized”?** Or is democracy doomed, Harper’s Wonders. *Columbia Journalism Review*, 2009. Recuperado em 21 novembro, 2022 de: https://archives.cjr.org/the_observatory/can_science_be_humanized.php.
- BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 439-462.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.
- DERRIDA, J. **A universidade sem condição**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. [1637]
- FEINGOLD, M.; GIANNINI, G. **The institutionalization of Science in Early Modern Europe**. Leiden: Brill, 2020.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Unesp, 2014.
- HALE, C. R. (Ed.). **Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Berkeley: University of California Press, 2008.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-42, 1995.
- HARDING, S. **The Science question in feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- KELLER, E. F. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Valencia: Alfons El Magnanim, 1991.
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- NABUDERE, D. W. Research, activism, and knowledge production. In: HALE, C. R. (Ed.). **Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Berkeley: University of California Press, 2008. p. 62-87.
- NIETZSCHE, F. **Humano, demasiadamente humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. [1878]
- PESSOA, S. C. Inquietações que nos movem: argumento e polifonia em pesquisa de dimensão afetiva. In: PESSOA, S. C.; MARQUES, Â. S.; MENDONÇA, C. M. C. (Org.). **Afetos: teses e argumentos**. Belo Horizonte: PPGCPM/UFMG, 2021. p. 51-64.
- POGGIO, B. Trabalhando pela igualdade de gênero na academia neoliberal: entre a teoria e a prática. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, Sup., e220014, 2022.
- RAMAN, I. M. The humanity of Science. **eLife**, v. 6, e27982, 2017.
- SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SARAIVA, L. A. S. Ciência e afeto. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 225-231, 2023.

SARAIVA, L. A. S. Por uma ciência humanizada. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 9, n. 24, p. 1-10, 2022.

SARAIVA, L. A. S. Ciência e responsabilidade. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 1-16, 2020.

WELLMON, C. **Organizing Enlightenment**: information overload and the invention of the modern research university. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.

3

TRAVESSIAS CIENTÍFICAS: VULNERABILIDADES NOSSAS EM TERRA FIRME OU MAR REVOLTO

*Sônia Caldas Pessoa*¹

As ideias se relacionam com as coisas como as constelações com as estrelas

Walter Benjamin

MAPA METAFÓRICO

Duas metáforas principais guiam a sua leitura desta escritura: a **expedição** e o **mergulho**, ambas ligadas a atividades na Terra e nas águas, à natureza. A primeira engloba processos metodológicos sem dimensão afetiva e a segunda se refere às metodologias que vamos constituindo ao longo do percurso, com afetos. Delas derivam várias outras, que estão entrelaçadas em diversos momentos, sem uma hierarquia temporal e que estão ancoradas na ideia de uma grande e desafiadora travessia, a pesquisa científica. Não se trata de uma viagem cômoda na qual outra pessoa se ocupa das providências para você. Mas você não estará só. A pessoa pesquisadora é tomada como agente de um processo constituído por diversas outras colaborações. O protagonismo não nos autoriza, no entanto, a posturas autoritárias e pouco cautelosas, pois os encontros nos demandam um equilíbrio cuidadoso em movimentos que são nossos e dos outros, e estão em permanente relação entre eles.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG), Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, do Laboratório de Experimentações Sonoras e da Rádio Terceiro Andar. Bolsista de Produtividade do CNPq e professora visitante do Institut Mines-Telecom (França) entre agosto de 2023/2024 com bolsa Capes. Coordenadora do Projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” com financiamento da Fapemig. Contato: soniacaldaspessoa@gmail.com.

O tempo do trabalho científico pode estar descrito em manuais, nos programas de graduação e de pós-graduação e nos editais de agências de fomento, mas na pesquisa com **afetos** (MENDONÇA; MORICEAU, 2018; MORICEAU, 2020; PESSOA, MARQUES; MENDONÇA, 2021) não seguirá, necessariamente, ordem hierarquizada de fatos e de decisões como apresentamos nas tabelas dos nossos projetos, em uma sequência lógica de organização temporal. Os prazos da produção científica às vezes nos apressam e nos sufocam e não nos permitem um amadurecimento que gostaríamos. Por outro lado, podem nos surpreender e se apresentar mais rapidamente do que planejamos. A maturação vem aos poucos e, ao longo da prática cotidiana para quem pesquisa, a maturação é singular. Haverá quase sempre uma sensação de incompletude, um algo mais a fazer, a descobrir e a compreender. É preciso respeitar o curso dos acontecimentos em pesquisa, mas podemos transgredi-los, com responsabilidade. Estar em pesquisa em **dimensão afetiva** nos impulsiona a assumir um comprometimento de negociação permanente com a nossa formação como pessoas pesquisadoras em um **processo metodológico** constante e ininterrupto, com nossa atenção voltada para uma política do cuidado (PESSOA; PAZ, 2019), uma ética em pesquisa (MORICEAU, 2020). A pesquisa qualitativa, com afetos, nos permite e nos exige, nos expor, caminhar e refletir nesta grande aventura, que de tão bela, dá origem à arte do método nas Ciências Sociais (MORICEAU; SOPARNOT, 2019).

A inspiração teórica para a expedição vem de uma releitura crítica de Charaudeau (2012), para quem a pesquisa científica é uma aventura com muitas surpresas e fatos inesperados. Apesar de não desenvolver a ideia, pensamos nesta aventura a partir de uma ótica de pesquisas centradas em uma universidade brasileira e em um grupo de pesquisa

que acolhe escritas científicas divergentes de um modelo de pensamento eurocêntrico. Se saímos e estamos dispostos a nos aventurar cientificamente, assumimos que o fazemos a partir de um olhar brasileiro e, mais especificamente, com afetos. Já o mergulho está relacionado à experiência, proposto por Mendonça e Moriceau (2018) ao destacarem a importância de nos colocarmos em relação com a ambiência, os sujeitos, os cenários e o *corpus*, nos mantendo abertos para a diversidade de possibilidades que os afetos podem nos suscitar. Quando acabo de escrever as frases anteriores penso que, na verdade, a inspiração é resgatada *a priori* das minhas vivências, nas quais longas viagens, nomeadas expedições, e mergulhos no mar ou ainda na infância em rios, tiveram lugar por alguns anos. Talvez ainda tenham, agora em perspectiva diferente. Neste sentido sugiro que aqui está intercambiada uma das ideias principais deste texto: a não separação da experiência pessoal e profissional das investigações científicas. Talvez por receio de sermos contestadas, da necessidade de sempre acionarmos autores e noções para sustentar nossos pensamentos, nos sentimos inseguras em propor, naturalmente, a articulação da expedição e do mergulho como reflexões metodológicas tendo em vista que estiveram e estão comigo muito antes das leituras que aqui apresento.

As pessoas com leituras prévias podem identificar algo aqui da cartografia da indiana Veena Das (2020). Provocando uma ruptura na noção de uma cartografia que pensa em mapas e rotas que direcionam a uma chegada, a autora pensa em percurso que promova um retorno. Se seguir adiante não é o objetivo de Veena, para usar as palavras da autora, a ideia é coligar palavras e pensamentos que forjaram as ligações entre elas e os interlocutores no campo. Mas devo avisar: o método se

faz presente em inspiração, porém, sem pretensão de segui-lo, de aplicá-lo ou de fazer reverências. Explico, espero que entendam.

Proponho uma triangulação das noções conceituais com as quais venho trabalhando nos últimos oito anos envolvendo **narrativas epistemológicas e de vida, afetos e corpus sensível** (PESSOA, 2015; 2018) em alguns atravessamentos com a **expedição** e o **mergulho** em longas travessias. Ao acordar com esta escritura em minha mente, no dia 28 de fevereiro de 2023, redigi as páginas que aqui estão como um compilado que busca discutir, a partir destes três conceitos mencionados, a expedição e o mergulho, em vinculação com fragmentos das minhas experiências.

Breve interrupção para comentar a escrita científica, que tem tomado a minha atenção há algum tempo. Ela se dá de modos bastante distintos para cada pessoa. Nos últimos anos tem sido cada vez mais frequente acordar com longos textos, depois de um bom café, me lanço no arquivo e o texto completo está digitado. Alguns amigos, em ambientes informais, brincam que ando psicografando. Divertimento à parte, e que bom que a gente se permite entretenimento em meio à seriedade da pesquisa, escrever, assim, em empreitada, tanto pode ser bom porque conseguimos cumprir as tarefas em menor espaço-tempo, quanto pode ser complicado porque o grau de exposição é ainda maior. Por outro lado, gosto de me dar o prazer de escrever textos em afetação, como se me desse de presente licença poética para certas incoerências e contradições típicas da pesquisa científica e tão bem apontadas por nós mesmos em pareceres e bancas avaliadoras. Por isso, termino a escritura no mesmo dia em que a comecei e a coloco para dormir. Só volto a ela quando sinto que já me distanciei o suficiente e, aí sim, vou fazendo ajustes. Mas não muitos porque a escritura para mim faz parte

do método da pesquisa com afetos e estou disposta a seguir assumindo as **vulnerabilidades** (BUTLER, 2018; 2019) de pessoa pesquisadora e os **riscos** de processos de pesquisa, em vida.

Por isso, me permito me perder nos fragmentos, chamá-los para me ajudar a compor a narrativa, sem obrigação de chegar, mas com foco nos processos. Deixo as ideias se relacionarem com as coisas da vida e as coisas da pesquisa. Vocês vão perceber que os marcos temporais estão intercambiados, não há uma sequência hierarquizada de fatos embora em alguns momentos eles estejam encadeados. A ideia é que possamos compreender, a partir da minha constatação de que meu corpo estava em pesquisa muito antes de eu atuar como professora pesquisadora em uma universidade pública. Não se trata de modelo nem de roteiro e muito menos de exemplo para lidar com as vulnerabilidades metodológicas. Trago um exercício experiencial, entre a expedição e o mergulho, a partir de vivências pessoais e profissionais, que contribuem para o meu pensar com afetos e quem sabe com o de tantos outros. Considero que este seja um bom encontro (SPINOZA, 2009) para uma troca entre os meus aprendizados ao longo dos anos e o meu desejo de partilhá-los com vocês. Um encontro com vocês, corpos em pesquisa, e com o meu próprio corpo de pesquisadora. E uma proposta, que alguns consideram como prática biográfica, para pensar as intersecções entre as narrativas de vida e as narrativas epistemológicas.

Dito isso, vou pedir a paciência de quem nos lê porque não trarei citações literais de autoras e autores a esta narrativa e tampouco vou me ater a explicações sobre cada noção conceitual que aciono. Fichamentos, resenhas e revisões do estado da arte, eu deixo para cada pessoa que nos lê de acordo com a necessidade que surgir. A compreensão conceitual das linhas que tecem esta teia discursiva,

metafórica e disruptiva, também faz parte da metodologia em pesquisa. Garimpar referências, entender a quem me refiro sem, necessariamente, dizer a vocês. Este texto é repleto de intencionalidades (AUSTIN, 1990; SEARLE, 2002). Mas não vou revelá-las a vocês em frases explicativas conceituais porque a riqueza da travessia requer perspicácia para a compreensão das leituras tanto dos mapas que nos levam às trilhas em terra quanto às águas profundas. E se explicar tudo, estaria em contradição com os meus próprios pensamentos sobre escrita performativa (MORICEAU; MARQUES; PESSOA, 2022) assim como o meu pensamento sobre a escrita científica a partir de uma proposta de **discurso decolonial** (PAVEAU, 2021). Não se trata de fazer aqui uma análise do discurso, tenho a intenção, no entanto, de convidá-los a pensar comigo, escritas possíveis que se apresentem como parte fundamental da pesquisa científica, tão importante quanto o caminho da investigação. Intenciono também me aproximar, com bastante respeito e cautela, da perspectiva da **escrivência** de Conceição Evaristo (2013), pensando que provocar movimentos decoloniais e contra-hegemônicos requer pensar no todo e nos detalhes do processo científico: compreender as propostas de autores do Sul Global em diálogo com autores do Norte, repensar metodologias arraigadas a este pensamento teórico e, por fim, mas não menos importante, materializar tudo isso em escritas científicas que sejam disruptivas em relação a um modelo pré-estabelecido. Permitam-se escutar a mim, as minhas narrativas de vida (MACHADO, 2020) e aos meus **testemunhos** (DAS, 2020; MARQUES; PESSOA; SÁ MARTINO, 2022) para deixar a **potência do corpo** de vocês agir (SPINOZA, 2009) em direção às pesquisas e às metodologias. Quero sugerir, a partir desta proposta de escritura, que a decolonialidade pode estar presente

também no discurso materializado no texto e não somente nas leituras de autores do Sul Global.

As figuras que compõem essa tessitura fazem parte do meu arquivo pessoal. Elas não são meramente ilustrativas, compõem um acervo de fontes primárias nas quais me baseei e que foram fundamentais para a compreensão de algumas travessias. Quando voltei a este texto, quatro dias depois de escrevê-lo, decidi incluí-las junto às narrativas de expedições e mergulhos, inspirada por uma fala do historiador Geraldo Pieroni, professor e membro do Comitê de Ética da Universidade Tuiuti do Paraná. No dia anterior, em uma banca de doutorado, refletimos sobre o uso de diários e arquivos pessoais como material valioso na pesquisa. Grata, Geraldo, me senti mais segura e amparada pelo seu pensar e por me dar as mãos no uso de imagens pessoais representativas de um percurso no qual me constituo cotidianamente como pesquisadora sem que haja uma separação dicotômica entre algumas experiências pessoais e profissionais.

Tenho certeza que você prestou atenção nas palavras e sintagmas destacados nos parágrafos anteriores. São referências conceituais que me guiam na escritura e que você poderá encontrar facilmente nas referências bibliográficas ao final ou terá que fazer um movimento exterior ao texto e buscá-las. Vai ser um excelente exercício metodológico. Vamos falar de problemas de pesquisa, escolhas, *corpus*, métodos e técnicas sem que haja a necessidade de conceituá-los um a um, mas paradoxalmente conceituando por meio das narrativas e suas fissuras aqui apresentadas. Se eu fosse ser avaliada por uma banca cujo pensamento possa estar eurocentricamente organizado, certamente seria cobrada por isso. Nesse ensaio, corro o risco. Por outro lado, meu convite é para percorrermos um percurso que talvez seja mais um

desafio da atividade *bricoleur* ou de artesã intelectual no pensamento selvagem de Levy-Strauss (1989), na qual, a partir da junção de pequenas peças preciosas conseguimos, com criatividade e sensibilidade, criar possibilidades e explorar campos ao nos lançar em um trabalho cujo principal valor, a meu ver, está situado nas metodologias.

ESCOLHAS METODOLÓGICAS: PULSÃO OU FALÊNCIA

As experiências metodológicas e o modo como as apresentamos nos nossos trabalhos são a maior riqueza de uma investigação científica; dão conta de um processo delicado e permeiam toda a realização da pesquisa. É injusto o lugar garantido a elas em alguns textos científicos, com alguns poucos parágrafos nos quais nos limitamos a descrever uma espécie de roteiro com marcos temporais, recortes de dados, critérios, coleta, instrumentos e ferramentas. As experiências metodológicas desempenham função dupla, articulada por dois centros de pulsão principais, como no corpo humano: o coração e o cérebro. Se não estou enganada e baseando-me na experiência de morte cerebral do meu filho, quando o coração deixa de pulsar é o sinal para que os médicos indiquem a morte cerebral de um ser humano. A interligação entre eles e os demais órgãos é tal que, no momento em que deixam de estar em relação, não é possível prosseguir. As metodologias são assim: a força e a fragilidade de uma pesquisa científica; a pulsão e a falência de um projeto.

A reflexão metodológica estaria, então, envolvendo todo o processo da pesquisa, desde a concepção inicial da investigação às propostas de formas outras de promover ações textuais que deem conta da junção teórico-metodológica, afastando-se de uma perspectiva meramente analítica e aproximando-se de uma postura dialógica com o *corpus* com o qual nos relacionamos, os caminhos e os afetos. A tessitura que aqui

pensamos é um encontro que envolve amostras, *corpus*, técnicas de coletas de dados e registros de afetações que estão conosco desde a escolha temática e sua problematização e se desenrola pelos processos da feitura; provoca incidência sobre a escritura. Ah! A escritura: essa aqui não vai seguir o roteiro de uma discussão teórica, apresentar os métodos e analisar os dados coletados, nem tampouco trazer conclusões assertivas embora a assertividade esteja presente aqui e será explicada adiante. Mas estamos atentos às pistas, ou deveríamos estar.

Opto por uma escrita falada, como a contar a vocês, em partilha, trajetórias e afetações. A linguagem é coloquial – eu quero falar com todas as pessoas que se interessam por pesquisa científica e ficaria muito grata se esse texto não fosse lido e compreendido apenas por quem está no nosso *métier*. É também trazer à cena a sonoridade, a espontaneidade, a coloquialidade e o alcance do áudio (GOFFMAN, 2008; PESSOA, 2008). Já imaginaram se der certo? Talvez uma linha condutora nesta cartografia seja a empiria experiencial como componente importante na formação em pesquisa. Prefiro dizer inspiração cartográfica e idealizar que não se trata de um conjunto de elementos pré-determinados para se chegar a um objetivo. Vou falar de método com uma vinculação à pesquisa traçada na experiência. Não me escutem como se estivesse aplicando o método cartográfico de um ou outro autor. Gostaria que me permitissem flunar.

Questionamentos são bem-vindos, inquietações, debates e diálogos são a proposta do convite para continuar conosco nas próximas páginas.

PRIMEIROS PASSOS? O PREPARO DO CORPO E DA BAGAGEM

Gosto de imaginar que a instabilidade do corpo que atravessa os pontos iniciais e finais dessa travessia pode ser sentida por vocês, caso

se permitam afetar pelo caminho, ou melhor, se permitam a reconhecer que estão sendo afetados. O escrito é longo, assim como o é a travessia entre dois pontos. Mas na pesquisa, não são apenas dois, e sim, inúmeros pontos, cheios de encruzilhadas. Partilho com vocês trecho do prefácio que escrevi em 2022 para o livro “Vozes femininas em narrativas de vida: Olhares sobre sujeitos transclasses?”, organizado por Ida Lucia Machado, Adriana do Carmo Figueiredo e Maira Guimarães, e publicado em Portugal pela Grácio Editora. Nesta oportunidade, organizei um compilado de experiências que indicam pistas do caminho trilhado para as concepções de ciência como um bem que atravessa a nossa vida em suas diversas dimensões, incluindo as vulnerabilidades:

O primeiro e mais significativo dos passos da caminhada pessoal e profissional foi aprender a lidar com a morte repentina do meu filho Pedro, aos quase dez anos de idade, em janeiro de 2016. Um mal súbito o levou para outra dimensão após uma década de saúde vigiada, controlada e que estava em seu auge, na melhor fase da vida. Ele viveu com hidrocefalia e contrariou as expectativas mais pessimistas, baseadas em comprovações científicas, é verdade, de que uma criança com a gravidade do quadro da doença que ele tinha e as sequelas adquiridas pela retirada de um tumor benigno do cérebro, em um local maligno, o tal do terceiro ventrículo cerebral, como sempre me lembravam os neurocirurgiões, apresentava muitas limitações e uma vida pouco afeita às experiências que pessoas neurotípicas podem experimentar. O tumor se foi, mas a hidrocefalia, por motivos diversos, prevaleceu. Para quem não sabe do que se trata, explico com palavras bem simples, aquelas do aprendizado cotidiano de uma mãe que aprendeu a imprimir sentidos e significados complexos: hidrocefalia é um acúmulo do líquido no cérebro, podendo provocar pressão intracraniana e afetando algumas funções do corpo, como coordenação motora, memória, raciocínios lógicos, aspectos sensoriais, entre outros.

Pedro tinha um andar “diferente”, mais lento e mais desequilibrado que a maioria das crianças da idade. Apresentou um desenvolvimento atípico. Falou frases inteiras sem esboçar que estava passando pelas diversas fases do aprendizado da fala dos bebês, como balbuciar sons e dizer palavras isoladas. As frases se apresentavam inteiras, completas, após longos períodos de silenciamento e observação. Por outro lado, as frases eram ditas em língua portuguesa com concordância correta, sempre chamando a atenção pela excelente comunicação com outras pessoas, em especial, adultos e aquelas que estão à margem, geralmente excluídas da sociedade. Parece que havia uma atração entre ele e pessoas com as quais a maioria da sociedade não queria conversar. Foi assim também quando aprendeu francês, contrariando os laudos das psicopedagogas, para estudar um ano em uma escola pública em Paris, França, enquanto eu fazia o doutorado sanduíche. Ficou conhecido na comunidade do 14 arrondissement, onde moramos na capital francesa. - Pedro, Pedro, Pedro!!!! Era chamado, com sotaque e acento franceses com ênfase no O, nas ruas, praças e parques da região por moradores locais, já que se “enturmava” facilmente por ali, também contrariando os estereótipos de franceses pouco simpáticos a estrangeiros.

A memória de curto prazo, volta e meia, o traía, em episódios na escola e nas relações cotidianas. Já a memória de longo prazo, aquela sobre nomes de pessoas, datas, acontecimentos passados, estava sempre lá, vívida a ponto de nos provocar inveja. Não raras foram as vezes em que as professoras dele desconfiavam de tal condição: - Como pode uma criança com memória tão boa dizer que se esqueceu de como fazer contas, por exemplo.

Também fui alertada, por médicos, muitas vezes, a apresentar imediatamente as ressonâncias magnéticas nos hospitais onde ele era atendido em situações de emergência para explicar que as imagens cerebrais davam conta de um garoto que não andaria, não falaria, não aprenderia... Até 2021, cinco anos após a sua morte, eu guardava todos estes exames, quase a comprovar para mim mesma que ele havia rompido as fronteiras sociais e da ciência, que catalogam as pessoas pelos exames,

dados, números, imagens, entre outros elementos. Não se trata de uma crítica à ciência, baseada em evidências, mas sim à sociedade, e de um narrar a nossa experiência. Resolvi jogar tudo fora, afinal, não preciso mais apresentar estes exames, mas posso me ocupar de trazer à cena essas vivências e de conectá-las a outras dimensões que estão no campo da pesquisa e da investigação científica.

Por que trazer para esse prefácio histórias do Pedro? Porque as experiências que a nossa vida conjunta me proporcionou foram conformando a minha vivência profissional, que encontra eco nos escritos dessa coletânea.

O segundo passo foi assumir que as experiências pessoais – aquilo que me tocou profundamente e que provocou reverberações na minha existência – fariam parte, essencial, da minha carreira profissional. A afirmação pode parecer óbvia, isto é, imagina-se que a carreira de um profissional esteja relacionada às suas vivências, às informações que são adquiridas ao longo da vida, ao conhecimento constituído, à experiência de trabalho. Arrisco dizer que, ainda que seja possível elaborar uma lista com inúmeros fatores que compõem a vida profissional de alguém, nada pode ser mais importante do que permitir o protagonismo do que nos afeta, em essência, e em permanência.

Os primeiros passos para esta decisão tiveram lugar no doutorado, quando Pedro ainda era vivo, e decidi mudar meu projeto de pesquisa, que se vinculava ao estudo da análise do discurso em entrevistas radiofônicas, para uma investigação centrada em imaginários sociodiscursivos de e sobre pessoas com deficiência. Aprendizado para a vida: uma pesquisadora com o apoio da orientadora percorre caminhos que jamais imaginou fazerem parte de sua trajetória. Mais importante do que alcançar pontos de chegada, são os percursos e processos. E tão fundamentais quanto eles são os sujeitos que estão conosco e acreditam em nós. Assim foi e é a presença de Ida Lucia Machado, uma das organizadoras desta coletânea, minha eterna orientadora, que me ensinou um tratamento singular aos orientandos: autonomia, responsabilidade e abertura, tanto para mudanças quanto para críticas. Espero, a cada dia, honrar estes ensinamentos e aprendizados. E

este livro, repleto de textos consistentes cientificamente baseados na Análise do Discurso e seus entrelaçamentos com as narrativas de vida, está também povoado por ex orientandas e ex orientandos de Ida, fazendo jus aos seus ensinamentos, a possibilidade de pesquisas inéditas e ousadas e a presença de temáticas sociais relevantes mas nem sempre valorizadas.

Uma mudança de rota em pesquisa é algo que pode ser considerado corriqueiro em programas de pós-graduação. Nada demais até aí. Um ponto que se aquieta como primordial é o respeito de quem nos orienta para que possamos desenvolver a nossa própria pesquisa, nos permitindo criar, co-criar, imaginar, caminhar. Uma das lições que aprendi, no final da década de 1990, quando percorri 24 países em 240 dias, mochilando em companhia do meu parceiro na época, é que o caminho, por mais previsível que possamos supor, por mais mapas, análises, e medidas preventivas que possamos adotar, é sempre incontrolável. Percorrer caminhos está no campo do imprevisível, como se lançar a uma aventura na qual muito se pode planejar e pouco se pode assegurar. Em alguns casos, mudar a rota não é uma escolha fácil; exige-nos certa coragem, maturidade e disponibilidade para o que está por vir. Certas vezes, nos deparamos com indagações para as quais não temos respostas, problemas para os quais não temos soluções, enfrentamentos para os quais não temos armamentos, a não ser, um desejo, ainda que camuflado, de seguir. E, há momentos em que não basta seguir, é preciso prosseguir, com efeitos de sentido imperativo. Sinto na presença das vozes das mulheres neste livro essa arte de se reinventar cotidianamente.

Um terceiro passo, e provavelmente, não o último, se apresentou espontaneamente em encontro recente. Qual não foi a minha surpresa e também a minha alegria ao ouvir de Ida Lucia Machado, quando já havia me convidado para escrever o prefácio dessa obra, que eu era uma pessoa transclasse. Durante uma aula na disciplina Territorialidades e dinâmicas políticas, artísticas, afetivas e institucionais, que divido com a parceira Camila Mantovani, na Linha de Pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Ida tentava explicar à turma que há várias possibilidades que devemos

considerar ao refletirmos sobre transclasse. Uma delas diz respeito ao fato de que a pessoa não necessariamente tenha enfrentado problemas financeiros ou de classe social, mas que poderia ter experimentado situações traumáticas, que tenham efetivamente mudado sua visão de mundo, sua permanência e a permanência de outros no mundo. E naturalmente se pôs a narrar parte da história que compartilho aqui com vocês. e eu, imediatamente, comecei a compreender a minha trajetória transclasse, assim como a das mulheres cujas vozes emprestam dignidade à pesquisa desta coletânea.

Foi então que percebi que parte de um percurso iniciado quando meu filho nasceu, do ponto de vista pessoal, ganhou contornos profissionais, ainda que eu já tivesse escrito e falado sobre isso em outras oportunidades, mobilizando um conjunto de elementos que se tornam transgressão de uma certa expectativa social sobre mães cujos filhos estão mortos. Senti na pele alguns estereótipos, nas práticas discursivas cotidianas, sobre mães de filhos mortos. Primeiro, não somos consideradas mais mães do ponto de vista da troca de experiências entre amigas e de datas comemorativas como o Dia das Mães. Lidamos, no dia a dia, com olhares de pena, como se a nossa vida tivesse sido finalizada por conta das circunstâncias. Somos vistas com desconfiança quando salientamos às mães, sempre se sentindo sobrecarregadas e cheias de reclamações, que a maternidade é preciosa mesmo em condições adversas. Quem compreende a experiência como uma possibilidade de movimento, como eu, também é percebida como um caso de superação. Um case de sucesso, como já repetiram muitos jornalistas ao me convidarem para falar sobre o tema. Esses imaginários muito me incomodam. É importante dizer que o movimento de transgressão sobre o que se espera de nós não é retilíneo, não segue uma linha cronológica, nem dá conta da complexidade do sofrimento. Talvez seja mais fácil dizer o que ele não é. Mas vou arriscar: é cheio de curvas, de atalhos, de picadas, como nas trilhas nas quais muitas vezes nos perdemos no meio do mato, as encruzilhadas estão por toda parte, a possibilidade de queda é iminente, é frequente a necessidade de refletir sobre a rota e refazer os caminhos. Não há fórmula, receita nem reza que se aplique. O que há é a possibilidade de vislumbrar que as experiências da dor e do trauma sejam permanentes em

nós, sem que nos paralitem. Ao contrário, essas experiências, se nos tocaram, são capazes, se compreendidas e reconfiguradas, de nos mover em direção a itinerários que vão surgindo a partir dos nossos próprios deslocamentos. De novo, pontos em comum com as vozes femininas sobre as quais estamos falando na obra aqui prefaciada.

Não raras vezes me perguntam como faço para “superar” a dor pela morte do filho. Não há resposta para tal já que não há superação da dor. No meu sentir, há um modo, bem particular, de escolher encontrar um lugar para a dor, como aquele destino com o qual você sonhou muito tempo, que gostaria de conhecer, que se preparou para estar lá, e que imaginou que seria o melhor lugar do mundo. A travessia, no entanto, nos revela que, mesmo sendo maravilhosa, essa experiência é permeada por eventualidades incontroláveis, mas contornáveis. Assim, cabe a cada uma, tendo consciência de si e do mundo em seu entorno, ir acolhendo este sofrimento, entendendo que ele pode ter um ponto de morada no nosso corpo, e que, em alguns momentos, ele vai se mover, querendo ocupar outros espaços, mesmo sem autorização. Negociar com a dor é compreender que a convivência pode ser harmoniosa, não menos dolorida, porém, com respeito mútuo.

Entendo que cada vez que escolhemos um modo de realizar algo, outras tantas maneiras se apresentam em nossos destinos e nos dispomos a coreografar entre passar, entrar, avançar, retornar, retomar, como a encarar de frente obstáculos, impedimentos ou perigos – não se pode desconsiderá-los – fugir não é uma opção. A sensação que tenho, sempre a me inquietar, é que vamos desenhando, cada uma a seu modo e com suas condições estruturais e psicológicas, um mapa detalhado, no qual uma linha vai surgindo à procura de espaços não percorridos pelos nossos corpos. Na medida em que o corpo se move, tomando corpo aqui sem separação dicotômica com a mente, vamos encontrando rumos, repletos de trajetos, eventos e fatos, que refletem a perspectiva de pouca ou nenhuma importância para encurtar o caminho, para chegar mais rapidamente ou para atingir objetivos e metas.

Quantas vezes, nas nossas práticas cotidianas, repetimos que vamos ensinar “o caminho das pedras” para amigos e colegas ou para alguém mais jovem. A expressão da *doxa* nos incentiva a repassar informações e conhecimentos para que alguém consiga passar mais facilmente por determinada situação sem ter que enfrentar os percalços pelos quais passamos. A ideia solidária pode até funcionar em determinadas situações, as singularidades das experiências já são um indicativo de que colaborações são bem-vindas. O percurso, no entanto, é de cada uma, embora possa operar fortemente ligado à coletividade.

No amadurecer do pensar, vou retomando alguns fragmentos, elencando reminiscências, caminhando em direção a reflexões que possam lançar luz em meio a vias por vezes cobertas por céu nublado e outras tantas iluminadas com ideias criativas do pesquisar. Vou refazendo e ampliando os passos que narrei acima e repensando a reorganização temporal e a importância dos eventos. As narrativas de vida podem estar impactadas pela proximidade ou pelo distanciamento temporal, como nosso corpo reagiu e ainda reage a determinados acontecimentos. Inevitável a incidência de tudo isso no constructo epistemológico e na escritura. Os processos metodológicos se dão, assim, em permanente constituição e revisão e, certamente, foram iniciados muito antes da narrativa apresentada acima.

ENTRE ENCRUZILHADAS E PINGUELAS

Uma questão habita o meu pensamento desde 2003. Eu vinha de uma trajetória profissional no Jornalismo iniciada em 1990 como estagiária e a partir de 1993 como bacharel em Belo Horizonte, Minas Gerais. Havia me formado na antiga Fafi-BH que carregava, injustamente, o estereótipo de que era uma faculdade fácil para entrar, com um vestibular sem grandes desafios.

- Basta atravessar a avenida Antônio Carlos, diziam por aí em referência a uma movimentada avenida de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no Brasil.

Contraditoriamente, vinha de lá para o mercado jornalístico a maioria dos profissionais que literalmente asseguravam a credibilidade dos principais veículos de comunicação mineiros e muitos seguiam para outros estados ou países, tornando-se famosos e recebendo os melhores salários da categoria. Toda vez que esta piada de mal gosto surgia em rodas de conversa, eu me sentia diretamente afetada, como se estivéssemos em uma fronteira não reconhecida, e respondia que, em condições adversas, diante de terrenos instáveis, a criatividade se sobressai e surge um certo esforço para não se perder no percurso. Talvez um esforço para encontrar caminhos que tenham sido menos íngremes para outros estudantes ou até mesmo para revelar o potencial de quem parecia estar à margem das universidades reconhecidamente importantes. Mas gostava de frisar que o resultado era o número de ótimos profissionais em atuação. Era como precisar me justificar, provar às outras pessoas. Meu foco era o resultado, embora gostasse de destacar os desafios do trajeto.

Fiz esse recuo temporal de 2003 para a década de 1990, quando a tal pergunta começou a me acompanhar porque gostaria de dizer que não tive uma trajetória construída na academia. Fiz graduação, me formei em 1993, vinha de atuação em emissoras de rádio e de televisão, prefeituras e outros órgãos públicos, *freelancer* com o projeto Volta ao Mundo: 24 países em 240 dias, consultorias e sócia de empresa de Comunicação e Marketing. Havia recebido prêmios pela atuação como

jornalista, era relativamente reconhecida e me dedicava também a projetos voluntários por acreditar que a sociedade merecia conhecer quem tinha boas ideias e as executava, mas que não contava com recursos para a divulgação e a circulação mais amplas. Fazia assessoria de imprensa gratuita para projetos de pessoas próximas, organizações não governamentais e expedições por estradas e rios, comuns nos anos 2000.

Pesquisa, no meu cotidiano, era aquele conjunto de ações para conhecer a história a ser contada pelo repórter, as necessidades dos clientes, as ideias práticas que poderiam ser transformadas em projetos interessantes com estratégias e desenvolvimento adequados ou informações sobre lugares pouco conhecidos e aonde queríamos chegar. Era também um modo de levantar informações sobre pessoas: um interesse permanente me acompanhava: contar as histórias de pessoas. Nada estava pronto em nenhum desses exemplos, tudo estava por descobrir, avaliar, checar, refazer, confirmar, recuar, encontrar novos rumos, implantar, analisar os achados e pensar nos próximos passos. Todos os trabalhos exigiam método.

Em 2002 fui convidada para ser professora de uma disciplina prática do curso de Produção Editorial no UNI-BH, novo nome da antiga Fafi, lembram-se? Aquela onde me graduei. Pelos atalhos que surgem na trilha, um professor, aprovado em concurso público na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), deixou o cargo na faculdade particular e eu assumi, repentinamente, 28 horas-aula de disciplinas diferentes. Era bastante para uma professora iniciante e que era sócia de empresa. Começava ali, na encruzilhada entre seguir adiante com o quadro de relativa estabilidade na empresa, ou pegar um atalho, aquela oportunidade que poderia me proporcionar experiências

desconhecidas. O atalho aqui não seria um caminho secundário, derivado de um principal, tampouco se propunha a encurtar distâncias para chegar mais rapidamente a algum destino. Era um corte, sem rupturas, em uma via inesperada, com o jornalismo diário, a consultoria, a lida da vida de microempresária da Comunicação. Era também um investimento em muitas leituras, nos clássicos que as pessoas que tinham uma trajetória dentro das universidades dominavam sem pestanejar e que para mim estavam muito distantes. Sentia-me como em permanente *déficit* teórico-metodológico. A bagagem de férias, feriados e finais de semana ganhou muitos exemplares impressos de obras que considerava fundamentais para uma autoformação de professora. Leituras literárias e de aventura, livres e despreziosas, foram substituídas, gradativamente, por anotações, fichamentos, catalogações, índices remissivos. E como sistematizar tudo o que vivi como jornalista em ensinamentos organizados e compreensíveis para estudantes? Foi preciso método. A sensação é de que deveria provar que o conhecimento extrapolava a experiência e que era possível acreditar no ensino no qual teoria e prática estavam juntos, lado a lado, se apoiando e se complementando. A separação dicotômica entre os saberes conceituais e a aplicação empírica se apresentavam como um incômodo para mim desde que era estudante universitária. Diante de colegas, sentia que todos eram mais teóricos do que eu – eles eram dos conceitos e eu das experiências – nesta época, eu separava o mundo docente assim.

Eu já tinha dez anos de mercado como jornalista em 2003, tomando como base o tempo de formada, mas 14 levando-se em consideração que comecei no Jornalismo desde o primeiro período do curso. Fiz de tudo um pouco e adorava a profissão. Mas de algum modo, o trajeto parecia

confiável do ponto de vista do desafiar-me. Era como se a agulha magnetizada da bússola estivesse apontando sempre para uma superfície terrestre, na qual os meus pés estavam no chão. Considerava-me uma pessoa cheia de sonhos e projetos, que provocava movimentos, aceitava os ventos convidativos para outras oportunidades, mas os pés se mantinham assim, em um solo no qual o próximo passo parecia estar muito nítido na minha caminhada. Isso não significa dizer que fiz apenas o óbvio e que não me arrisquei, pelo contrário, mas outro dia conto sobre as peripécias da minha carreira de jornalista e as experiências incríveis que a profissão me apresentou. E um pouco mais sobre estas experiências também constituem o meu corpo de pesquisadora. Talvez me incomodasse o fato de perceber os pés como raízes que crescem em uma direção definida, em uma escalada na qual havia um cume a conquistar em posição geográfica distante e quase inalcançável. Como se mal tivesse acabado de comemorar uma conquista e já quisesse estabelecer novas metas e pontos de chegada. Queria impulsionar o crescimento das raízes para que rompessem a solidez da terra. Aproveitava os sabores da viagem, mas já desejava logo uma próxima. A tal da superfície em que pisamos me desestabilizava, ao invés de estabilizar, e provocava uma frequente sensação de incompletude.

Não se trata de desprezar a chegada ao topo nem o mérito de quem algum dia chega lá, se é que este não é um lugar imaginário, mas sim de uma preocupação com os percursos e os processos, nos quais a superfície terrestre não é tão concreta, é mais movediça, arenosa, abstrata e, por vezes, semelhante a um lamaçal onde nem sempre você respira com tranquilidade e tem a garantia de que vai encontrar a saída. Mas quanto à tal pergunta que me acompanha desde 2003, vocês devem estar se perguntando...

- Se o meu colega conhece tão bem todos os teóricos estudados na aula de Mestrado em Estudos Linguísticos na UFMG a ponto de citar, sem consultar anotações, até a página em que estão determinados conceitos, por que ele não investe tamanha capacidade para nos contar como vai percorrer o trajeto da própria pesquisa articulando toda esta teoria com a metodologia? Quais serão as escolhas metodológicas que ele vai fazer? Quais os dilemas? Como ele lida com tudo isso? Ele conhece o *corpus*? Os sujeitos envolvidos? Por que escolheu estudar o tema? Deve haver tantas encruzilhadas, pensava eu, silenciosamente, enquanto me deliciava com as aulas de professores maravilhosos da Faculdade de Letras da UFMG, como Hugo Mari e Ida Lucia Machado, que se tornaria minha orientadora de doutorado, companheira de projetos vida afora e uma amiga querida.

Se optei pela incerteza do atalho e segui a carreira de professora, entendi que até ali, com 32 anos, eu havia transitado por territórios com riscos calculados, o que me parecia contraditório, pois sou péssima em matemática e ainda mais em identificar localizações e regiões na complexa geografia cartográfica. Pensando melhor, talvez seja mais adequado a cartografia geográfica. E em uma sala de aula de Mestrado, sendo eu uma completa desconhecida, uma professora iniciante e sem trajetória de pesquisa científica, o melhor era me recolher, em meus pensamentos, e tentar encontrar a mim mesma, as minhas próprias escolhas metodológicas. Imaginava, ao ler inúmeros trabalhos científicos, que havia uma certa padronização nas reflexões teóricas que

marcaram alguns períodos. Quase uma moda a ser adotada para se sentir incluído. Era algo como as roupas e equipamentos de *trekking* para você que está nessa viagem comigo, para que se sinta seguro o suficiente ao enfrentar as intempéries da trilha, ainda que ela já tivesse sido mapeada e te apresentasse placas indicativas. Mas, e quando as placas tiveram suas direções modificadas pelo vento? Quando não forem posicionadas corretamente? Quando as cores utilizadas por quem fez as marcações não representam os efeitos de sentido esperados? Quando a pessoa caminhante não tem um dos sentidos humanos desenvolvidos? E o que muda para cada pessoa pesquisadora ao usar um conjunto de métodos testados? Não são poucas as variáveis, aqui relaciono apenas as primeiras que me ocorreram. Eventualmente, deixava escapar uma pergunta incômoda, que despertava olhares pouco gentis. Considerava-me inadequada. Mas, de algum modo, impulsionada a continuar perguntando, muito de vez em quando, e a buscar respostas.

E aí, a inquietação insistia: Se há o que eu considerava uma estabilização crítica de pensamentos teóricos e muitos pontos em comum em dissertações e teses de uma mesma linha de pesquisa e de uma mesma geração, talvez a metodologia seja o diferencial de uma investigação científica. Não me reconhecia na escolha de um modelo metodológico que estivesse ali pronto para ser conhecido, percorrido e aplicado – talvez fosse petulância minha, no início do mestrado – achar que podia fazer algo diferente. Não estava estimulada a fazer uma caminhada na praça plana de concreto. Parecia-me mais atraente e gratificante enveredar por *lôcus* inexplorados não apenas do ponto de vista do *corpus* ou conjunto de documentos e dados para a análise. Interessavam-me os circuitos que o *corpus* – sempre achei essa palavra

maravilhosa a demonstrar toda a vida que nela há – poderiam conectar. E a conexão para mim se fazia, a partir de uma série de relações que eu estabelecia, como pesquisadora, com os dados, a relação que a minha orientadora estabelecia comigo e também com eles, a relação que o próprio *corpus* nos despertava e, em especial, a relação social daquele *corpus*, isto é, o que vou estudar e como vou estudar vai fazer sentido para alguém além do meu grupo de pesquisa e da comunidade científica? As pessoas que lerem o meu trabalho vão entender o que estou dizendo?

O Jornalismo não constituía um campo de reminiscências, estava viva em mim a experiência de anos. E muitas das práticas em reportagem e nas redações eram um emaranhado de aprendizados e descobertas que vão se consolidando e se tornando uma marca de cada profissional: a escolha, a abordagem, o modo de entrevistar, um jeito de fazer que o diferencie, uma entonação que indique o seu posicionamento crítico, uma análise que dê pistas de diálogo mas também de questionamentos, uma entrega de resultados que possam ser compreendidos por pessoas que chamamos de comuns, ou seja, aquelas que não são especialistas no tema tratado. E não menos importante, as incertezas, as dúvidas, as possibilidades e a diversidade de olhares.

Esse era meu desejo, não deixar ao longo do caminho cada amuleto que escolhi levar comigo porque entendia que aquela peça, pequena ou sem *glamour*, a princípio comum, poderia ser essencial em algum momento. Mas também, entender porque decidi considerar outras peças que pareciam pedregulhos e me faziam tropeçar nos anos de Jornalismo, e a escolher desvios. E entendam, os tropeços são importantes, eles nos alertam para um estado de coisas que podem

parecer estabilizadas, sob o nosso domínio, e que, no entanto, trazem revelações encantadoras, provavelmente, pouco observadas. Este é o princípio do *bricoleur*, de Lévi-Strauss, como descrevi no meu livro “Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas”, permitindo que o próprio *corpus* e a problemática de pesquisa falem por si e apontem para a necessidade das escolhas: Em um tempo e em um espaço de pesquisa somos compelidos a escolher as peças e a colecionar outras, haverá o momento delas.

Obviamente, consegui sistematizar isso em 2015, na feitura da tese, e hoje, em 2023, desafiada pela escritura deste texto. Há 20 anos, no início do mestrado, era tudo uma grande confusão na minha cabeça e organizar as ideias exigia que eu tivesse método. O ponteiro da bússola estava desgovernado, apontava em tantas direções que os pontos cardeais não eram suficientes para me sentir segura no caminho a percorrer. Eu não tinha maturidade científica suficiente para sustentar novidades que já não estivessem devidamente testadas e consolidadas. E não encontrava trabalhos que exploraram este tipo de experiência prática na pesquisa. Mas eu podia escolher um *corpus* que me deixasse confortável o suficiente por causa da minha proximidade com ele, mas que me incomodasse, como uma bota de caminhada que às vezes fere o nosso pé e provoca bolhas, por não conhecê-lo o suficiente a ponto de baixar a guarda, de acreditar que o terreno era plano demais e que bastava seguir, sem muita reflexão, comprando o modelo mais vendido ou mais conhecido no mercado. Proteger os pés ou as bases do corpo em uma caminhada longa, em especial em meio à natureza selvagem, é um dos segredos para garantir que a pessoa caminhante não vai desistir antes de completar o trajeto. No mergulho as sapatilhas aquáticas são igualmente importantes. Elas protegem os pés de choque térmico e da

natureza viva que habita o fundo dos rios e oceanos e que pode provocar acidentes. Claro que há inúmeras outras condições importantes, mas vou me ater às raízes, que me parecem ancorar também o topo, lá em cima, onde almejamos alcançar a conquista. A chegada ao topo ou à conclusão do trabalho importa e muito; a história do percurso, no entanto, é mais rica em aprendizados. Já o retorno, a volta para casa, esse sim, é motivo de comemoração de um trabalho bem feito, ainda que não tenha sido possível alçar voos tão altos que tenham te feito pousar no cume. Após comemorar, é comum um certo esvaziamento pós pesquisa, tanto tempo em imersão profunda requer um retorno cauteloso, sem pressa para evitar a pressão, comum nos mergulhos. Pensando melhor, até mesmo nas expedições terrestres nosso corpo pode sofrer, como quando caminhei quatro dias consecutivos subindo o Monte Annapurna, na Cordilheira do Himalaia, nas montanhas do Nepal. Três dias em subida íngreme de mais de 3.500 metros de altitude. Na descida as pernas estavam sem controle, continuaram a caminhar meia hora além do necessário. Foi preciso tranquilidade e método para aquietar o corpo.

Figura 1

Fonte: Arquivo Pessoal

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: A professora Sônia Caldas Pessoa está em pé, vestida com calça verde clara, camiseta verde escuro, óculos escuros na cor marrom, boné branco e bota de caminhada cor marrom. Ela segura um cajado de madeira e ao fundo há pedras e rochas, que compõem o entorno do Monte Anapurna, na Cordilheira do Himalaia, no Nepal. Fim da descrição.

A essa altura do nosso caminhar conjunto neste texto, você deve estar esperando que eu apresente uma fórmula mágica metodológica que desenvolvi no meu Mestrado. Sinto decepcionar vocês. O que posso compartilhar é que escolhi primeiro o meu *corpus*, antes mesmo da teoria: programa policial radiofônico por ter feito reportagens para o Itatiaia Patrulha nos tempos em que trabalhei na Rádio Itatiaia, uma das maiores emissoras de rádio do Brasil, localizada em Belo Horizonte. A

escolha se deu porque o rádio era uma paixão, daquelas que despertam afetos positivos e negativos. Amava muito trabalhar em rádio, sentia tesão pela atividade cotidiana. Até mesmo as coberturas policiais, que não eram o meu foco principal de atuação, tanto aquelas rotineiras quanto as grandes rebeliões da década de 1990, sempre despertavam em mim um caldeirão de inquietações, como as águas “cor de coca-cola”, ora turbulentas ora de calmaria da Chapada Diamantina, um dos principais destinos de ecoturismo brasileiros e onde estive em um verão escaldante. Até chegar ao relaxamento, o turista vai percorrer alguns quilômetros a pé, outros de barco, vai precisar se cuidar para evitar queimaduras com o sol radiante, se desvencilhar de árvores e galhos, suar bastante, talvez controlar a ansiedade, e, enfim, desfrutar da paisagem paradisíaca e do mergulho nas piscinas naturais que parecem te acolher com a hospitalidade que só mesmo um lugar localizado no coração da Bahia consegue te proporcionar. Por outro lado, são estreitas e profundas, o que pode provocar alguma sensação de que poderá ser sugado para um buraco cujo fundo você não consegue enxergar. Pelo menos esta é a afetação que registro em memória da minha passagem por lá nos anos 2000 e que retomo algumas vezes quando penso na grande aventura do pesquisar.

Definido o *corpus* da minha dissertação, formatei meu projeto a partir de uma lógica na qual concepções teóricas põem em diálogo a Análise do Discurso (AD) e a Comunicação. Ali era clareira, aquele espaço que você encontra repentinamente em uma floresta ou um bosque, onde as árvores e o mato se dissiparam e é possível se sentar ou até mesmo se deitar. A cobertura vegetal está no entorno, pode ser percebida como uma proteção ou uma ameaça, a depender do seu estado de espírito, do conhecimento acumulado, das incertezas e das vulnerabilidades. A

aproximação entre a AD e a Comunicação me rendeu críticas, em especial, de colegas da Comunicação com leituras pouco atualizadas sobre análise do discurso vinculadas a textos de vertentes estruturalistas, eurocentradas e pouco afeitas à decolonialidade e às vulnerabilidades. Foi bem recebida pelos colegas de Estudos Linguísticos. Se a teoria era clara para mim, ainda que com incursões pouco amadurecidas e nebulosas, os percursos metodológicos poderiam se tornar mais problema do que solução.

“Itatiaia Patrulha, as histórias da vida: a co-construção de identidades em programa radiofônico policial” foi desenvolvida e escrita sem que eu contasse às pessoas que a leram a minha experiência no rádio e sem problematizar teórica e metodologicamente as minhas críticas aos programas policiais e as pistas que reuni na experiência profissional para pensar outros jornalismo a partir do diálogo teórico ali proposto. Não era comum, na época, trazer à cena algo que estivesse diretamente relacionado às experiências de quem pesquisa. Identifiquei pressupostos metodológicos que deram conta de recorte temporal, dos critérios para a escolha das entrevistas, as transcrições das falas, a aplicabilidade de padrões a partir das discussões teórico-conceituais. Talvez, tenha deixado pelo caminho o que, à época, considerei pedregulhos com receio de que pusessem em xeque os meus resultados analíticos. Ainda não tinha dimensão do quão importante e revelador é o que foge ao padrão, o que desestabiliza, o que provoca abalos em terrenos pouco férteis. Concluindo: me rendi, apliquei um modelo analítico, fui em busca de padrões.

Gosto de reler a dissertação e imaginar como a escreveria hoje, incluindo passagens e reflexões de um vivido que foi fundamental para a realização da investigação científica. Confesso certo orgulho por ter

saltitado do mercado profissional jornalístico para a pesquisa na academia. Por outro lado, não nego que volto a ela com certo desejo de ler, no meu escrever imaginário de um novo texto, entrelinhas entrelaçadas entre as diversas afetações suscitadas nas entrevistas que realizei, nas transmissões que comandeï, e nas posturas equivocadas e adequadas que precisei escolher no Jornalismo, além da experiência de escutar todas as entrevistas gravadas com uma visada de uma nova pesquisadora – é como se eu estivesse querendo encontrar logo a clareira, em meio à mata, aplicar fórmulas que me levassem a resultados confiáveis de equações discursivas, mas tivesse hesitado em atravessar a pinguela, como fiz em 2021 na Serra do Cipó, uma viga estreita geralmente de madeira, suspensa, na qual é preciso dar os passos pé ante pé para evitar a queda. O foco no deslocar-se é fundamental, assim como o equilíbrio – a distração é uma armadilha que pode provocar a queda. Travessia tão arriscada requer uma boa dose de autoconhecimento, de abertura ao desconhecido e da certeza de que a chegada é incerta – mais do que isso, que o estado de quem chega poderá ser alterado a julgar pelo modo como consegue transpor o obstáculo. E não se enganem, mesmo que já tenha trilhado determinados percursos e enfrentado diversas pinguelas, a certitude está no campo dos enigmas a serem desvendados.

Figura 2



Fonte: Arquivo Pessoal.

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: A professora Sônia Caldas Pessoa está em pé, com braços abertos, atravessando um pinguela, feita com o galho de uma árvore para atravessar entre dois pontos de uma trilha. Ela está vestida com bermuda cinza e rosa, camiseta cinza e óculos escuros na cor marrom. A pinguela, na Serra do Cipó, está em meio a uma paisagem cheia de árvores com folhas verdes e galhos marrons. O chão está coberto de pedras claras, no leito de um rio. Fim da descrição.

EXPEDIÇÕES EM TERRAS FIRMES E MERGULHOS EM ÁGUAS TURBULENTAS

Por vezes, na travessia, com afetos, é preciso abrir mão de pisar em solos e superfícies estáveis para se lançar em um mergulho mais profundo. A terra pode estar segura, dependendo das condições sociopolíticas e dos privilégios que uns de nós desfrutam mais do que os

outros na vida e na pesquisa, levando-se em consideração inúmeros fatores que comungam a nossa existência e expõem as desigualdades, as intolerâncias e as vulnerabilidades. Conheço bem galhos, matos, animais e caminhos pouco hospitaleiros de uma expedição terrestre – aquelas previstas nas trilhas literais, onde já me perdi – e aquelas metafóricas. Não estou desconsiderando os riscos nem as dificuldades – parecem-me distintas – e as águas, elas tanto me atraem quanto me provocam medo, que também está no campo dos afetos.

Mergulhar pressupõe arriscar-se a se lançar a entradas em águas sob as quais não se tem controle. Os passos não são firmes como no solo, eles são cautelosos, flutuantes e lentos para que nos mantenham em um estado de suspensão que garanta estabilidade ao corpo, movimento e conexão com a profundidade a que conseguimos imergir. A técnica é fundamental tendo em vista que os movimentos bruscos não são recomendados – bastam as ondas inesperadas, mas a sensibilidade é uma aliada que faz muita diferença entre a experiência de imergir ou de naufragar. O corpo dança, com espontaneidade, mas também com senso de responsabilidade. A comunicação no mergulho é sutil, as palavras são substituídas por gestos, parte do método de quem nos observa e a quem observamos, em uma constituição conjunta de descobertas que, paradoxalmente, são singulares e coletivas para quem está em relação. É uma escuta atenta, minuciosa e surpreendente.

Falta-me experiência mais recente com mergulhos oceânicos – ultimamente tenho me dedicado aos mergulhos que o meu corpo de pesquisadora me proporciona em correlação com *corpus* diversos. O distanciamento temporal, no entanto, não prejudica a intencionalidade da reflexão. Da minha memória surgem lembranças do mergulho livre nos rios de Paracatu, noroeste de Minas Gerais, onde nasci, na década

de 1970. Na infância pulava de ribanceiras, acompanhando o meu pai, para disputar quem conseguia mergulhar mais profundamente e ficar mais tempo sem qualquer equipamento. Não havia exatamente uma técnica, era uma prática intuitiva que eu imitava. Às vezes me saía melhor do que ele; mas nem sempre. Uma das memórias que mais gosto são da Cachoeira Ascânio, quando era adolescente, e de onde pulava para uma profundidade que não imagino a medida em metros, mas que me induzia a pensar que estava a muita distância da superfície. Nas viagens turísticas, aprendi a usar o *snorkel* para, boiando na superfície, apreciar a maravilhosa vida marinha em paraísos tropicais com seus peixes coloridos e animais que desconhecemos. Duas foram as oportunidades de mergulho autônomo, aquele no qual usamos um cilindro de oxigênio que nos possibilita ir mais longe por mais tempo: uma em Fernando de Noronha e outra no Mar Vermelho, em Hurghada, no Egito.

A primeira foi um tanto quanto frustrante. Em 1996, o instrutor de mergulho em Noronha era um nativo considerado belo e descolado. Dominava naturalmente a técnica, era um excelente mergulhador, e se tornava um espetáculo para quem chegava com o desejo de aprender a mergulhar na complexa natureza que conjuga o mar de dentro, voltado para o Brasil, e o mar de fora, voltado para a África. Na pesquisa, o mar de dentro e o mar de fora ainda revelam a força da ligação entre a África e o Brasil e a pouca valorização dos saberes tradicionais e científicos entre ambos. O domínio do método do mergulho, no mar e podemos dizer também em pesquisa, não estava aliado à sensibilidade para os envolvidos naquela expedição. O instrutor assumiu o protagonismo e nós, coadjuvantes, nos limitamos a posar dentro do barco e dentro do mar como sujeitos que compunham uma paisagem orquestrada, uma ilustração para uma exibição de conhecimentos, uma *performance* verbal

e corporal encantadora com nomes difíceis e pouco compreensíveis para amadores. Aquela foi uma experiência pouco acessível, voltada para quem era padrão, isto é, desfrutou quem já tinha uma vivência ou naturalmente se encaixou sem precisar de apoio na atividade proposta. Quem ali se lançava pela primeira vez ou já tinha experimentado a atividade, mas enfrentou dificuldades como labirintite, comum em mergulhos para algumas pessoas, ficou fora da norma e da atenção do instrutor. O batismo, então, como é denominada a introdução de iniciantes no mergulho autônomo, se tornou uma daquelas lembranças que você inclui nas histórias que te afetam e que estarão por aí a te incomodar. Mas também te ensinam. E ensinam que, assim como no mergulho oceânico, na pesquisa em dimensão afetiva, precisamos de iniciativa, de abertura para o experimentar, de ferramentas e equipamentos, e de muita, muita sensibilidade, um olhar hospitaleiro para os desviantes.

Nem sempre a primeira tentativa é a mais bem sucedida; assim como na pesquisa. E nem sempre devemos desistir, embora haja momentos em que nosso corpo nos peça para não seguir e é preciso acolher a sensação de que não damos conta de tudo. Nem sempre devemos evitar a primeira tentativa ou outras tentativas porque as primeiras não deram certo. Decidi tentar novamente. Uns dois anos depois, o cenário era o Mar Vermelho, no Egito. O instrutor atendia os turistas, a maioria de origem local, e falava pouquíssimas palavras em inglês. Não desenvolvia frases; eram palavras soltas. Português e árabe, o idioma dele, obviamente, não faziam parte da nossa troca linguageira. Mas engana-se quem pensa que comunicação e práticas discursivas só se dão no campo verbal, com fala e escrita. Não preciso mencionar aqui as inúmeras possibilidades de comunicação que pessoas com

deficiência, por exemplo, podem descobrir, encontrar ou desenvolver com uma capacidade incrível de se conectar com o outro, como Libras Tátil, por exemplo.

Figura 3



Fonte: Arquivo Pessoal.

#ParaTodosVerem

Descrição das duas imagens colocadas lado a lado: Na imagem da esquerda, a professora Sônia Caldas Pessoa sorri em pé ao lado do instrutor de mergulho. Ela veste short azul escuro, camiseta branca com desenhos na cor preta. Ela carrega nas costas o equipamento de mergulho e está descalça. O instrutor de mergulho está em pé ao lado dela, com bermuda cor vinho, camiseta branca com desenhos na cor preta, sapatilha azul e carrega nas costas o equipamento de mergulho. Eles pisam o chão de terra e ao fundo está o Mar Vermelho, no Egito, que tem a cor da água azul. Na segunda imagem, a professora Sônia e o instrutor de mergulho estão dentro do mar, com a cabeça para fora da água. Eles fazem exercício de respiração, com o equipamento, para começar o mergulho. Fim da descrição.

O gestual foi o tom que guiou a nossa experiência comunicacional e permeou nosso discurso. O instrutor egípcio de um centro de mergulho de propriedade de alemães, era distante do tipo atlético do noronhense. Sério, porém simpático, estatura mediana, não evitava o contato visual com turistas estrangeiras nem se dirigia ao parceiro

delas quando queria falar com a mulher, como era comum no local. Era direto, objetivo, e se certificava de que havia compreensão mútua. A confiança dele era a nossa segurança em momentos que antecedem a instabilidade das ondas revoltas. Ele trabalhava em um local no qual circulavam muito mais homens do que mulheres, me ensinava com as mãos, os olhos e os movimentos corporais, as orientações que repassava aos turistas locais. Lembro-me de algumas mulheres nadando a metros de distância de nós com vestidos longos e véus que cobriam o rosto e deixavam os olhos à mostra. O sorriso do olhar denunciava que se divertiam, discretamente, com a dança gestual dos nossos corpos desengonçados que se adaptavam ao esforço conjunto para a compreensão um do outro. Nenhuma mulher mergulhou conosco, marca evidente da posição subalterna das mulheres no país e do direito ao divertimento. Os nossos olhos curiosos, meus e do instrutor, por segundos se distraíam em direção ao encarar discreto, mas assertivo, das mulheres para aquele encontro inusitado. Logo recobrávamos a concentração, pois sem ela, um lapso poderia ser grave. Tão próximas quanto distantes, aquelas mulheres não eram peças decorativas do cenário; compuseram, em intensidade e importância, a experiência. Performance?

Se eu consegui respirar com o equipamento e imergir no Mar Vermelho em 1998? Garanto a vocês que sim, em uma das experiências mais impressionantes da minha vida. Recorro ao meu diário de viagem, manuscrito em um caderno que ainda guardo, e que contém registros que aqui me ajudam a lembrar. Curioso como o diário de viagem foi sendo substituído ao longo dos anos por mim pelo diário de campo – um para cada pesquisa e um geral são sempre fortes aliados na hora das reflexões e da escrita. Hoje alterno entre arquivos digitais, notas no

Whatsapp em um “grupo” no qual somos eu, pessoa afetada, e eu pesquisadora reconhecendo os afetos e os achados de pesquisa, e cadernos, em papel mesmo. Gosto de escrever manualmente, usar as mãos para o trabalho intelectual estimula as minhas ideias e me faz me sentir mais livre. Mas o diário de 1998 me diz que alcancei sete metros de profundidade, o que não é nada para um profissional que pode descer até 300 metros, mas muito para uma amadora de primeira imersão. Senti-me tão desafiada quanto segura, tão incomunicável quanto em conexão permanente, tão solitária quanto acompanhada e tão cheia de certezas quanto de incertezas, muito vulnerável. O instrutor me guiou com técnicas e métodos; sobretudo, trouxe para o mergulho a sensibilidade que a experiência lhe concedeu para que a minha própria experiência pudesse ser interessante, sem traumas. Às vezes, precisamos recorrer ao oxigênio dos equipamentos, o que não minimiza a importância da presença humana, na pesquisa e na vida.

Submergir é aquela fração de segundos na qual a solidão da descoberta é rodeada por colaboradores, sem os quais nada disso seria possível. É o estado individual da pesquisa de outros tipos de existência e de lugares desconhecidos permeado pela sensação de contemplação, do silêncio acrescido de sons que teimam em te fazer escutar, do respiro, ainda que com aparelhos, para evitar o afogamento ou a paralisia. É a solidude porque se faz viva a sensação de estar só e estar bem consigo mesma. É também o sentimento de que não se caminha sem companhias, ainda que elas não estejam tão evidenciadas para quem não olha com apreço para dentro de si. É voltar o olhar para o outro enquanto está concentrada em si mesma. E se permitir ao olhar do outro. É se abrir para o que você não pode tocar, mas pode permitir-se afetar e ser afetado. É ressignificar experiências mal-sucedidas ou

que te provocaram sofrimento, é compreender que a abertura do corpo ao novo nos exhibe mais possibilidades do que podemos imaginar ao aplicarmos técnicas e métodos apenas por indução ou por comodismo. É permitir-se criar, com receio sim, mas também com sensibilidade e criatividade para que um outro ali a seu lado possa literalmente navegar por águas turbulentas. Em algum momento, haverá contemplação, distanciamento e calma neste movimento de pesquisa com afetos, como o do mar de Noronha, de dentro e de fora, Brasil e África, e vice-versa.

FRAGILIDADES PESSOAIS E EM PESQUISA: TROPEÇOS ENTRE A VIDA E A MORTE

O mergulho autônomo se faz em grupo ou pelo menos em dupla. Não são permitidas aventuras solitárias para a segurança das pessoas mergulhadoras. Na pesquisa, há pelo menos uma dupla em caminhada conjunta: pessoas que orientam e que são orientadas, e associados a elas, participantes de grupos de pesquisa, professores de disciplinas obrigatórias e optativas, colegas de turma, amigos que fazemos no percurso e colaboradores imprescindíveis para o trabalho. É um mito reafirmar, por indução, comodismo, egoísmo ou autocentramento, que a pesquisa é essencialmente solitária. Talvez haja nela a solidão, em uma confusão amadora com a solidão. São cada vez mais presentes a troca, o compartilhamento, o mergulhar em parceria. Quantas perguntas de estudantes em sala de aula nos fazem pensar? Quantas trocas com colegas pelo *Whatsapp* nos conduzem para outras reflexões? Quantas inquietações de outras pessoas e quantas presenças, quantos discursos individuais tensionados pelo coletivo são materializados no texto ainda que nem sempre quem os escreve seja generoso o bastante

para dar os devidos créditos? Quantas ideias são comungadas em orientação? Se você ainda não se descobriu nessa partilha, permita-se ampliar o seu olhar, uma política do cuidado requer também a partilha de percursos, de créditos e conquistas.

Em meados dos anos 2000, eu ainda estava imersa prioritariamente no universo sonoro, como a concentrar-me em um sentido único. Trabalhei em emissoras de rádio, era professora de rádio, uma das minhas paixões era e ainda é o rádio, o áudio, a voz, a entonação, a *performance* vocal, o discurso oral, as interações, as possibilidades, a acessibilidade do produto, a ideia permanente da metáfora “rádio é companheiro”, a solidão e a solitude. Pensava que “dominava” o rádio e a produção em áudio, o que me garantiria boas chances para uma vaga no doutorado em Análise do Discurso alguns anos depois de ter concluído o mestrado e ter seguido com a minha carreira de professora em universidades particulares. Já me sentia segura com as teorias, tinha bastante experiência e estava confiante, era um terreno supostamente estável. Preparei-me para uma expedição terrestre, em terreno mapeado, os ponteiros da bússola pareciam magnetizados na direção correta.

Mas a cartografia da vida nos prega peças e não é linear nem sem espaços temporais, não é mesmo? Na minha primeira tentativa para a seleção para o doutorado no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, onde havia concluído o mestrado, uma das professoras da banca me questionou, em detalhes, sobre os métodos que eu desenvolveria durante a pesquisa. As respostas, ancoradas em raízes que eu considerava sólidas, não deram conta da criatividade e dos passos da sensibilidade. Fiquei intrigada com a minha dificuldade em elencar os passos com assertividade, em refletir sobre métodos, técnicas

e instrumentos, extrapolando a simples aplicabilidade e a viabilidade de um modelo aprovado, como fiz no mestrado. Tinha consciência de que não aplicaria o que já estava pronto e era isso que a banca esperava na entrevista, mas diante das perguntas, fui me calando, constrangida por não me sentir capaz de organizar verbalmente o que estava na mente. Fiquei sem chão, minhas raízes foram abaladas. Como quase todas as pessoas que tentam um processo seletivo de pós-graduação e não são aprovadas, arrasada, fiquei. Jurei nunca mais tentar fazer doutorado. Senti que a vida de pesquisadora não era para mim. O doutorado não era para mim. A frustração por não chegar próximo ao cume é inerente ao ser humano. A professora Vera Menezes, que me desbancou na banca, publicou uma foto em suas redes sociais anos depois, após a minha defesa de tese, em minha homenagem com a metáfora: "A vida deu a ela limões e surgiu uma bela limonada". Foi um dos brindes mais saborosos que experienciei. Grata, Vera, por ter percebido que ainda havia tempo para maturação.

Com o passar dos anos e algumas estradas percorridas, mudei de ideia, tentei novamente, levei o rádio de novo comigo para o projeto, e fui aprovada. Desta vez, assim como quase dez antes, quando fiz o mestrado, pensava que era o momento de me dedicar à pesquisa e novos desafios. Havia pedido licença sem vencimento em uma faculdade particular onde trabalhava há dez anos, viajava três dias na semana para dar aula como professora substituta na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e almejava uma estadia mais permanente em uma universidade pública. Mas precisava do doutorado e o concurso tinha que ser em Belo Horizonte, por motivos pessoais e onde tinha uma vida estabelecida. Não havia condições de mover as raízes. Queria, no entanto, ter a experiência em uma instituição pública de ensino

superior, tão distinta da iniciativa privada. Por isso, fiz um concurso para substituta, era um *test drive* para uma viagem maior, aquelas tentativas de controle de variáveis que fazemos e que podem não significar absolutamente nada porque, como na pesquisa, podemos nos inspirar nos outros, mas experiências, territórios e corpos são únicos. Ou quem sabe tenha sido um batismo para um mergulho mais profundo: estas experiências podem te trazer o conforto mínimo de um solo onde já pisou, as trilhas de reconhecimento antes da grande travessia, ou águas por onde mergulhou. Na pesquisa, testes e batismos são bem-vindos, nos apontam possibilidades. Experimentei a UFOP mas estava determinada a passar em um concurso na UFMG para não provocar transtornos na vida pessoal.

Quem acompanha os meus escritos conhece a história. Entrei no doutorado com o projeto sobre rádio e após um ano e meio de curso, recalculei a rota. De novo, havia uma encruzilhada a me desafiar, era preciso alinhar os ponteiros da bússola. Se escolhesse a sorte de um amor tranquilo, como diz a música de Cazuza, seguiria com o rádio; se me dedicasse aos estudos sobre deficiência, aceitaria um convite feito pela vida para olhar para dentro, para as minhas inquietações pessoais, e dialogar para fora, com inquietações que poderiam ser de tantas outras pessoas e poderiam não ser de tantas mais, mas que mereciam ser pesquisadas pela importância social e do coletivo.

Podemos nos interessar, como sujeitos em pesquisa, por inúmeras temáticas que não estão vinculadas à nossa experiência e ainda assim pesquisar com afetos, nos permitindo a afecções diversas na travessia. E podemos, sem culpa, nos interessar pelo que nos afeta diretamente, o que está próximo de nós, o que nos move em sofrimento e em contentamento.

Há muitas palavras e sintagmas para expressar a felicidade de ser mãe, em especial, quando pensamos em uma gravidez planejada, desejada, em boas condições de saúde e financeiras, em uma parceria que se deseja para a vida com o pai da criança, no caso de casais heterossexuais, e com a própria criança. Nem vou perder meu tempo escolhendo algumas dessas palavras porque tenho certeza que, mesmo quem nunca experimentou nem deseja experimentar a maternidade, mas já teve a curiosidade de ouvir sobre o assunto, ler ou acompanhar a chegada de um bebê, neste cenário aqui apresentado, na vida das pessoas, já respirou a atmosfera à qual me refiro. Estou pensando a maternidade aqui simbolicamente, aquela relação de afetos que se estabelece entre as pessoas e cria vínculos que estão para além do consanguíneo; pode ser experienciada independentemente do gênero e da gravidez. Quem nunca o fez, pode se sentir convidado a acompanhar relatos por aí.

É bem verdade que a maternidade desperta muitos afetos e nem todos são maravilhosos e positivos para as mulheres que concebem crianças em suas vidas, pela gravidez, adoção ou outros encontros possíveis. Inúmeros são os problemas sociais enfrentados por mães solo, viúvas, mulheres vítimas de violência, mulheres com deficiência e mulheres trans, para nomear algumas e me perdoem as que não estão aqui mencionadas. Mas quero me ater a outras questões: a maternidade afetou profundamente a minha vida em todos os aspectos.

Fiquem tranquilos, o texto não é um tratado terapêutico embora escrever seja um exercício importante na compreensão de nós mesmos e no exercício de se olhar para dentro para mirar o olhar para fora, na pesquisa com afetos, e na vida. A maternidade afetou profundamente o meu olhar para a pesquisa e os métodos para o desenvolvimento das

investigações. Afetou o meu modo de trabalhar e me faz crer, cada vez mais, que nossos corpos, sem que separemos o corpo físico do mental, do psicológico e do espiritual, são o conjunto da experiência em vida. Onde o corpo está é o aqui e o agora (LAPOUJADE, 2017a; 2017b), e a vida para uma pesquisadora, com afetos, é estar em constante movimento de pesquisa mesmo antes da formatação do projeto. Também me afetou profundamente, como descrevi no início deste texto, a presença da maternidade com a ausência de um filho em vida – aquela transgressão para uma lógica temporal na qual as mães partem antes dos filhos. A finitude da vida de um filho é uma experiência que, ao contrário da concepção e do nascimento, não se encontra palavras para descrever. Já procurei na ciência, na literatura, na música, na poesia, nas artes, nas experiências... Há muitas referências, mas a ausência de palavras que consigam dar conta de descrever o sofrimento é perceptível, assim como é a profundidade dessa vivência.

A maternidade me encorajou a modificar meu projeto de pesquisa, após um ano e meio de doutorado, deixando para outro momento o rádio, e assumindo que a deficiência deveria ocupar a centralidade da investigação, ou os discursos sobre a deficiência. Já estávamos em meados de 2013 e muitos eram os fatores desfavoráveis, do ponto de vista burocrático, a um movimento brusco naquele momento. Já havia decidido fazer um estágio doutoral em Paris, no Centre D'étude des Discours, Images, Textes, Écrits, Communication (Céditec), na Université Paris-Est Créteil. Toda a documentação para suspender a bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que eu tinha no Brasil, e passar a receber a bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na França, já havia tramitado. O processo estava aprovado com a anuência

da UFMG e da universidade que me receberia. Seria necessário refazer todo o percurso documental. E assim o fiz. A travessia e a pesquisa incluem caminhos burocráticos e financeiros.

Eu já havia saído da UFOP, me dedicava ao doutorado e aos cuidados do meu filho Pedro, que tinha sete anos. Era a primeira vez na vida em que podia “ficar por conta” de estudar porque contava com suporte financeiro, familiar e rede de apoio profissional para o meu filho, um privilégio em uma sociedade na qual as mães, muitas vezes, são privadas de qualquer tipo de suporte para continuar a estudar e a trabalhar. Na maioria das vezes estão sobrecarregadas e se sentem culpadas por não dar conta ‘de tudo’. O ‘ficar por conta’ significava não atuar temporariamente como professora porque naquela ocasião, após sete anos de instabilidades na saúde do Pedro, que foi diagnosticado com hidrocefalia aos quatro meses e havia passado por sete ou oito cirurgias neurológicas, havia decidido que não vestiria a roupagem ou a armadura da mulher guerreira que dá conta de tudo. Trabalhar, fazer doutorado e me dedicar com a atenção necessária que ele requeria e merecia era demais para mim. Só de lembrar de exames médicos, consultas, terapias, horas de espera em serviços de saúde e de cuidados, penso que poderia preencher páginas e páginas de um longo e interminável arquivo. Na pesquisa também há limites, e é preciso que saibamos reconhecê-los, tanto teóricos quanto metodológicos. E não há mal algum em assumir os limites da própria pesquisa, é mais honesto com a ciência, com você e com quem te lê. Assim, escrevi os capítulos da minha vida nos quais me despi da capa da heroína.

A deficiência entrou na minha vida em 2006, quatro meses após o nascimento do Pedro. A fontanela estufada era um indício de hidrocefalia, provocada por um tumor benigno no terceiro ventrículo

cerebral. Internação imediata, cirurgias, Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), paradas cardíacas, pneumotórax, sequelas no desenvolvimento da coordenação motora, conquistas, vitórias, alegrias, comemorações, acompanhamento permanente do desenvolvimento, testes de psicopedagogas, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudióloga, neurologista, convulsões, controle do efeito de medicamentos em órgãos como rins e fígado... A lista é interminável. Variáveis observáveis e controláveis, algumas nem tanto, outras de modo algum. As incertezas do amor, da permanência da vida, de momentos em suspensão, a inexatidão do que não se pode mensurar, as vulnerabilidades. As surpresas agradáveis de prognósticos para diagnósticos graves, a impermanência.

Viver, junto e a partir do Pedro, as experiências de uma criança fora do padrão, da norma, foi um descortinar inesperado e surpreendente. Havia tantos mundos possíveis por mim desconhecidos, tanta terra não assentada, tanto mar a desbravar, tanto discurso novo a aprender, tanta comunicação a se estabelecer, tanto a performar. Quando engravidei, havia no meu imaginário a concepção de um filho que seria tão espoleta quanto eu, que subiria em árvores, saltaria de cachoeiras, enfrentaria bois bravos no curral, jogaria futebol no meio da rua e faria mil outras coisas com um corpo ágil fisicamente. Repetiria todas estas que eram as minhas brincadeiras preferidas. Curioso pensar como nós, mães e pais, tantas vezes depositamos nos filhos a expectativa de que reproduzam o que fomos e que achamos que era muito interessante. Talvez este seja um sentimento narcísico para além do egoísmo, para desfilar-mos com nossos filhos diante de outros, talvez acreditemos que eles são os melhores a partir de padrões que nós construímos, apoiados em imaginários sociais, sobre o que é ser bom, o

melhor, o mais isso ou aquilo, o capaz, o campeão. Seria projetar no espelho o que fui e penso que é bacana. Quantas vezes lemos ou ouvimos mães e pais dizerem: “Meu filho é a minha melhor versão”. Com todo respeito às mães e pais que assim se identificam e identificam seus filhos, estou apenas fazendo um exercício sobre expectativa e realidade, ou desconstruindo imaginários projetados em mim e por mim mesma. Eu fui esta criança que repetia as aventuras do meu pai. A sensação que acabei de descrever me remete a uma aplicação de modelos, uma reprodução de métodos para que dê certo. Mas, de novo, não há certezas e é preciso lidar com elas.

Há imaginários projetados também na pesquisa, como aquela em que a pessoa pesquisadora vai encontrar exatamente o que ela tem certeza porque se ancora exclusivamente em suas próprias experiências ou convicções teóricas. Mas se já tem certeza, o projeto está fadado à falência. Onde estaria a pulsão da descoberta? Veja, a articulação da experiência com a pesquisa é importante, em especial, com afetos, mas ampliar horizontes, se lançar em outros campos, mergulhar e estar disponível para os atropelos é ainda mais imprescindível para o respeito ao *corpus*, aos sujeitos envolvidos e às descobertas que estão por vir. A nossa experiência conta, mas não é imperativa nem determinante para o que vamos encontrar e para a nossa auto permissão para encontrar. Não se trata de apenas narrar experiências singulares com a valorização das subjetividades; é fundamental que a investigação e o discurso científico nascido a partir daí dêem conta de problemáticas sociais e coletivas.

Acho que expliquei no início texto, mas para quem não sabe ou a esta altura já se perdeu, hidrocefalia, de modo bastante simples e a partir da experiência de mãe e não como profissional de saúde, é o

acúmulo em excesso de líquido no cérebro, o que pode provocar a não drenagem do líquido e trazer consequências como aumento da pressão intracraniana e sequelas no desenvolvimento da criança. Pense em uma barragem ou represa de um rio e seu sistema para contenção e vazão da água. O nosso cérebro precisa de uma produção em volume adequado e de um sistema que promova, em condições ideais, a drenagem natural do líquido. Caso não ocorra espontaneamente, é preciso ajudar o organismo a fazer o escoamento, em pequenas doses, para que o cérebro não fique imerso em líquido. Se a barragem estourar, as consequências são gravíssimas e podem ficar fora de controle. Se o líquido escoar rápido demais, também pode haver desequilíbrio.

Os imaginários iniciais de mãe foram reconfigurados gradativamente ao conhecer uma criança que, desde os quatro meses, se mostrou mais quieta do que agitada, resiliente com as situações inesperadas de saúde, paciente ao viver entre os hospitais e a casa, desenvolveu alta habilidade de se comunicar verbal, gestual e sensivelmente com profissionais e pessoas estranhas que ele considerava amigos. Uma criança que experimentou o silêncio de adultos em meio a barulhos de instrumentos médicos insistentes nas madrugadas em UTIs e que passava dos braços da mãe para os do médico na porta do centro cirúrgico com o olhar doce e a confiança de que voltaria, sem chorar, sem derramar uma lágrima. Essa criança também precisou do meu corpo para aprender a engatinhar e a fazer outros movimentos para que o corpo dele, junto ao meu, memorizasse o engatinhar, o ajoelhar-se, o levantar-se, o andar, o se equilibrar, o correr. A responsabilidade consigo era tal que ficava bravo quando faltava a alguma sessão terapêutica. É bem verdade que, quando queria, usava todo o seu charme para enrolar as profissionais tão dedicadas que

o acompanharam ao longo da vida. Tinha a impressão, muitas vezes, que ele estava mais interessado na interação, na troca comunicacional, no discurso dos outros do que no aprender novos movimentos físicos. Pedro se movia em outras direções e não exatamente naquelas que os diagnósticos apontavam para ele. E hoje tenho a sensação de que o próprio Pedro desenvolveu os seus métodos e modos de ocupar o mundo a partir de variáveis que ele conhecia muito bem e de outras tantas que o desafiavam pelo caminho.

Já eu fui selecionando e constituindo meus próprios métodos para mergulhar no universo da deficiência do ponto de vista pessoal e levando para a pesquisa os métodos experienciais, tendo me tornado uma *pessoa em situação de deficiência*, como são os familiares que se ocupam dos cuidados. Fazia leituras, revisões bibliográficas, fichamentos de textos, descobria autores poucos conhecidos, tentava compreender conceitual e empiricamente um conjunto de elementos que me aproximassem da deficiência, seguia blogs, páginas no Facebook, e perfis no Twitter para ter uma ideia de como produtores de conteúdo se posicionaram, coletava, arquivava e consultava materiais com frequências, passei a frequentar eventos sobre o tema, li tudo o que encontrei sobre educação inclusiva, preconceito, discriminação e imaginários sociais. Ia nas referências bibliográficas de cada texto que me chegava à mão e lia e fazia fichamentos de todos os que foram mencionados. Estas providências e atividades cotidianas eram para satisfazer a minha necessidade de tentar caminhar ao lado do meu filho, a informação era a técnica para alimentar a travessia. Era uma pesquisa, ancorada em um mapa mental cheio de palavras-chave que eu escolhia e com muitas referências, mas ainda não era o tema da minha tese. Pouco antes de entrar no doutorado, um processo desgastante em uma

escola onde o Pedro estudava me levou a criar o blog Tudo Bem Ser Diferente para refletir sobre educação inclusiva.

Do ponto de vista das afetações, hoje consigo entender que era uma reação imediata, pouco refletida e desesperada a comportamentos de profissionais de educação que considerei pouco adequados do ponto de vista da inclusão. Eu precisava falar e ouvir. E, ao falar, eu era escutada e escutava. Como no mundo da vida não temos controle sobre as consequências de nossas ações, o blog ganhou visibilidade, deu origem a uma construção colaborativa e passou a ser acessado por pessoas famosas, como Marieta Severo, Chico Buarque, Miguel Falabella, entre vários outros, que deixaram comentários em postagens por lá. Passei a ser considerada produtora de conteúdo sobre deficiência e discussões sobre preconceito. Era chamada para palestras e para partilhar experiências. Eu continuava pesquisando, de um modo que hoje me parece compulsivo. Talvez seja esta uma sensação comum a muitas pessoas pesquisadoras... Sempre pensava que havia algo a descobrir, algo a refletir, algo a propor. Não me considerava satisfeita. Queria mais, sempre mais, incansável.

As discussões teóricas na pós-graduação passaram a me remeter à deficiência, eu fazia associações, muitas anotações e, principalmente, hipóteses e inquietações. Ainda doutoranda, comecei a criar coragem para fazer comentários nas reuniões de grupos de pesquisa sobre o tema e aos poucos o rádio foi se tornando uma segunda voz. Certo dia, durante uma reunião, escrevi em um caderno notas que eram, na verdade, um novo projeto de pesquisa. Minha orientadora Ida Lucia Machado aceitou prontamente a proposta. Segui, ciente dos riscos, e preocupada com o meu engajamento pessoal com a temática. Sabia que me exporia, que traria, em uma tese, fragmentos de narrativas de vida que, comumente,

naquele momento, não faziam parte do *script* da maioria dos trabalhos acadêmicos. Mas pesquisa qualitativa, com afetos, é mesmo assim: se expor, caminhar e refletir, como parte do nome do livro organizado por Moriceau e Soparnot (2019), em busca de metodologias possíveis.

Mais uma travessia, importante profissionalmente e que acolhia as minhas experiências e inquietudes, que trazia calma por representar um atalho, não aquele para chegar mais rapidamente a um local. Mas do tipo que nos leva a um *locus* tão próximo quanto distante, tão assustador quanto hospitaleiro, tão turbulento quanto pacífico.

CORPUS SENSÍVEL: TRILHAS A EXPLORAR

A minha preocupação com esse entrelaçamento da vida pessoal e profissional estava ancorada em uma visão de ciência que pressupõe um distanciamento supostamente seguro entre a pessoa que pesquisa, o tema, a problemática e o *corpus* a serem trabalhados. Muitos receios estavam comigo naquele momento de que o meu trabalho de pesquisadora fosse contestado e tivesse a sua credibilidade ameaçada por conta do meu engajamento com causas relacionadas à deficiência e à minha própria maternidade. Tinha conhecimento de pesquisadores que se dedicavam a temáticas próximas a eles, mas esta questão não costumava ser problematizada como uma inquietação metodológica. Certa vez recebi um parecer para um artigo que dizia que o discurso ali apresentado não era científico e sim literário. Prossegui...

Do meu ponto de vista, essa articulação entre a experiência, a metodologia, o *corpus* e os achados de pesquisa precisava ser não só objeto de discussão mas tratava-se de uma postura ética, de permitir às pessoas que leriam o texto conhecer os bastidores, os motivos que me moveram, as minhas relações e conexões, os meus processos de

afetação, as minhas contradições humanas. E diante desse conhecimento, compreender as fragilidades não de equipamentos, *softwares* ou aplicativos para coleta de dados de pesquisa, mas acessar as fragilidades da pesquisadora, a situação de vulnerabilidade de quem pesquisa em diálogo com a instabilidade em pesquisa e a vulnerabilidade do que se pesquisa, assim como a vulnerabilidade da metodologia. Concebo, ainda, essa articulação como uma potência, que valoriza a vivência de quem pesquisa, os conhecimentos prévios e os adquiridos durante a investigação, coloca o corpo da pessoa pesquisadora em cena, e estabelece possibilidades comunicativas entre quem pesquisa e quem colabora com a pesquisa.

Algumas vezes, essas possibilidades comunicativas incluem comunicação não verbal, não somente com um corpo literal, aquele físico, mas um corpo abstrato, aquele que se desloca da posição de pesquisa na qual o protagonismo da pessoa pesquisadora sobrepõe o *corpus*, em um movimento autoritário de não potencializar a voz de tantos outros. Aquele que se desloca em direção a possibilidades de investigação que estão para além dos muros da universidade, que se dá a ver, em exercício de pesquisa, para além dos gabinetes, uma conduta que visa hospitalidade em meio a tanta hostilidade. É comum o jargão midiático “dar voz” a determinados sujeitos e populações ser repetido em trabalhos científicos. Eu mesma, infelizmente, já o utilizei há alguns anos. Entendemos que a investigação científica é um *locus* privilegiado para a compreensão e a potencialização de vozes de pessoas vulneráveis, sejam essas vozes escutadas em entrevistas realizadas de modo presencial ou virtualmente, em postagens em redes sociais ou em outros conjuntos de materiais de pesquisa. Mas quem somos nós para dar voz a alguém? Que poder supremo teriam comunicadores e

cientistas para garantir a voz? Os sujeitos e suas vozes merecem ser ouvidos e valorizados. Mas vozes, eles sempre tiveram, o que lhes falta é a visibilidade política, incluindo a ciência, que acolha a diversidade de cada uma delas, em suas especificidades.

Por isso, em 2015, na tese “Estética da diferença: contribuição ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de *mise en scène*”, propus a noção de *corpus* sensível, que vem sendo, devagar, a partir de então, amadurecida a partir de um conjunto de iniciativas que promovem um mergulho coletivo em atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFMG. Nosso porto seguro, porém sujeito a instabilidades e a mudanças constantes, é o Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades.

Associada à preocupação ética estava a minha dificuldade para lidar com a quantidade de materiais de pesquisa recolhidos pelo caminho da tese. Por isso, fiz um exercício de flexibilizar as escolhas, pensá-las sobre outros ângulos, manter recortes temporais, mas que não tivessem a preocupação de categorizar, analisar e enquadrar os achados na investigação. Foi também um movimento de me permitir contar com outros materiais de pesquisa que extrapolaram a coleta em blogs e redes sociais digitais, considerando registros em diários pessoais e trazendo para perto pessoas conhecidas, interessadas na temática, e que se tornaram colaboradoras imprescindíveis na construção coletiva da tese. Foi um ensaio, de novo, um *test drive* ou uma trilha de conhecimento e de reconhecimento para o modo como hoje fazemos pesquisa e que já está mais concretizado nos nossos projetos com o avançar das nossas leituras, reflexões e imersões nos afetos.

Como caminhante, adepta do *trekking*, entendo que longas caminhadas trazem mais aprendizado do que as curtas. Há nelas, o

tempo para planejar, observar, executar, errar, se perder pelo caminho, refazer a rota, compreender a importância da parceria, acolher o outro, oferecer e receber hospitalidade, se expor aos riscos, enfrentar os desafios e hostilidades, desistir quando necessário, dialogar com o que e quem se encontra pelo trajeto, fazer escolhas, reconhecer as próprias fragilidades e, finalmente, reunir um conjunto de experiências que podem gerar conhecimento. Haverá o espaço-tempo do distanciamento e da contemplação para que nosso corpo se coloque novamente em potência de agir. O mergulho nesta caminhada não é opcional, ele faz parte do pacote da travessia.

Venho trabalhando com essa noção de *corpus sensível* ao longo dos últimos oito anos e há algo escrito por aí, no meu livro “Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas”, que teve origem na tese, em trabalhos de estudantes de graduação, mestrado e doutorado que orientei, em artigos científicos, que escrevi com parceiros, palestras e conferências que realizei, além de inúmeras atividades pedagógicas que tenho experimentado em sala de aula. No Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, são cinco disciplinas ministradas cuja temática são os afetos. 1) “Afetos possíveis” (primeiro semestre de 2019); 2) “Textualidades e discursos: dissensos e afetos entre sujeitos e organizações” (em parceria com Camila Alves Mantovani, primeiro semestre de 2020); 3) “Territorialidades e dinâmicas políticas, artísticas, afetivas e institucionais” (em parceria com Ângela Cristina Salgueiro Marques, segundo semestre de 2021); 4) “Territorialidades e dinâmicas políticas, artísticas, afetivas e institucionais” (em parceria com Camila Alves Mantovani, primeiro semestre de 2022) e 5) “Fundamentos em Comunicação, territorialidades e vulnerabilidades – Espaços, experiências e cenas de dissenso”. Além

das disciplinas relacionadas, em atividades acadêmicas curriculares obrigatórias do mestrado e doutorado, desde 2018, venho incluindo as temáticas de pesquisa em dimensão afetiva e *corpus* sensível nas discussões e possibilidades de pesquisa científica em Comunicação e em Ciências Sociais Aplicadas. Qual não é a minha surpresa para os comentários recorrentes de pós-graduandos de Comunicação e de outras áreas que cursam as disciplinas:

- Mas eu não sabia que isso existia
- Não me lembro de ter estudado esse tema em Teorias da Comunicação nem me Metodologias

Na graduação em Comunicação Social, Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda da UFMG, são as seguintes disciplinas já ofertadas por mim: 1) “Comunicação e afetos na pandemia” (segundo semestre de 2021); e 2) “Pesquisa na área da comunicação: afetos e experiências” (segundo semestre de 2022). Além delas, os afetos e o *corpus* sensível sempre nos acompanham na Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão, com a disciplina “Mídia, deficiência, corpo e acessibilidade” (ofertada anualmente) e na disciplina “Rádio e mídias digitais”, que é a base do projeto de ensino, pesquisa e extensão da web Rádio Terceiro Andar, que teve início em 2017, e no qual buscamos trabalhar temáticas que afetam estudantes a partir de perspectivas sensíveis. Obviamente, *corpus sensível* e valorização também são questionados por alguns estudantes, que sentem o desconforto de colocar o corpo na universidade, de mergulhar em suas vivências para compreender a própria pesquisa, que sofrem ao tocar em temáticas sensíveis e que não suportam a abordagem afetiva

centrada na experiência. Estamos vulneráveis como professores, expostos a toda sorte de questionamentos que nos fazem repensar, abandonar algumas propostas, e nos apegar a outras.

Meu projeto de pesquisa para professora visitante no Institut Mines-Telecom (França), intitulado “Grafias de vida e afetos: experiências metodológicas do narrar vulnerabilidades contra o preconceito”, aprovado para financiamento no edital Capes Print, de agosto de 2023 a julho de 2024, tem o objetivo de consolidar um conjunto de pesquisas e de articulações de parcerias entre o Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, o Laboratório de Experimentações Sonoras e a Web Rádio Terceiro Andar, projetos por mim coordenados em parceria com colegas, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e três instituições com as quais temos mantido diálogo e trabalho conjunto nos últimos anos, a saber: Business School do Institut Mines-Télécom (Evry/França), Le Céditec (Centre d’étude des discours, images, textes, écrits, communication) / Université Paris-Est Créteil (Paris/França) e Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación, de la Universidad de Extremadura (UEx) (Badajoz/Espanha). O objetivo principal é ampliar as reflexões e aplicações empíricas para o ensino, a pesquisa e a extensão na graduação, na formação transversal e na pós-graduação, além de consolidar parcerias internacionais de pesquisa. O texto do projeto resume um pouco mais o meu pensamento:

Como pesquisadoras somos afetadas socialmente e afetamos os demais pela complexidade dos processos, *corpora* e fenômenos comunicacionais relacionados a indivíduos e grupos potencialmente vulneráveis. Assim, um movimento de afetar e ser afetado pelas múltiplas realidades de maneira afetiva nos conduz a entrelaçamentos que perpassam os estudos sobre

vulnerabilidades a partir tanto da teoria crítica dos estudos comunicacionais quanto da análise do discurso e dos estudos sobre mobilidade, tecnologias e design universal. As experiências dos pesquisadores, no entanto, têm se constituído não apenas como uma narrativa de vida que compunham parte do trabalho. Elas perpassam os processos e os percursos de pesquisa.

As reflexões aqui em cena nos fazem retomar a noção de *corpus sensível* (PESSOA, 2015; 2018), que propusemos como um “conjunto de materiais de pesquisa, como o do nosso *corpus*, que é capaz de despertar sentimentos diversos em função dos sujeitos que o compõem, da fragilidade ou vulnerabilidade social, da dificuldade para a obtenção de dados, dos dilemas éticos e das reações institucionais que possam vir a surgir, entre outros” (PESSOA, 2015, p. 28).

Em tentativa de avançar um pouco mais sobre a relação entre os pesquisadores e *corpus sensível*, entendemos ser necessária uma negociação entre os gestos epistemológicos, que dê conta de um universo inexplorado, no qual o próprio pesquisador, em pesquisa, é também potência a ser pesquisada. O ponto de vista do outro pode ser também o seu; mas não necessariamente. Aqui interpõe-se uma fronteira a ser cruzada: até onde o pesquisador está disposto a abrir mão de suas convicções, seus próprios pontos de vista, seus próprios preconceitos e, acolher, com disposição cuidadosa, para usar sintagma de Lapoujade, um outro supostamente semelhante a ele, mas tão singular em seus modos e maneiras de existir? Até que ponto refutar os imaginários e crenças sociais descritos por Souriau está pacificado coexistindo pensamento e articulação que deem conta de visibilizar, sem ofuscar, o outro? Até que ponto o pesquisador viabiliza a potência de estar em pesquisa sem cometer deslizes semelhantes àqueles que, por anos, trataram sujeitos como objetos, silenciando vozes e esmagando corpos? Esta inquietação poderia estar posta para qualquer pesquisador ou teria peso ainda maior para aqueles que se lançam em pesquisa com afetos ou para aqueles cujas existências questionadas se tornaram propulsoras da própria pesquisa?

Compreendo que os processos de afetação, em pesquisa cuja dimensão afetiva se faz importante, estão em todo o percurso de investigação e não há motivos para desconsiderá-los ou minimizá-los. Eles são fundantes nas raízes dos nossos pensamentos e nos gestos epistemológicos que adotamos. Agora nos interessa a escuta e o pensar com o outro.

Em outro projeto, cuja navegação se dá em conjunto com o anterior (lembram-se do mergulho em dupla e com colaboradores?) aprovado para bolsa de produtividade do CNPq a partir de março de 2023, intitulado “Hospitalidade? A experiência como potência em pesquisa: corpos, *corpus sensível* e afetos”, vejo um passo importante nesta longa jornada, uma junção que valoriza a experiência coletiva, que partilha experiências e acolhe os nossos gestos e de pessoas que pesquisam ou pesquisaram conosco, em afetos, para um investigar em permanente construção:

Este é um projeto que não se desenvolve sozinha. Pelo contrário, a riqueza dele vem da contribuição de pesquisadoras e pesquisadores do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, e em articulação com outros projetos em desenvolvimento e coordenados por mim, como o “Práticas biográficas e afetos: experiências metodológicas do narrar vulnerabilidades contra o preconceito”, aprovado com duas bolsas de graduação pelo CNPq e pela FAPEMIG, na Chamada 04/2022, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O projeto supracitado se dedica a pesquisar, em ambientes digitais, práticas biográficas e afetos a partir de dois conceitos articulados por Ida Lucia Machado nos últimos anos: narrativas de vida e sujeitos transclasse no livro *Narrativas de vida: saga familiar & sujeitos transclasse*, publicado pela Gracio Editora, em Portugal. Nosso objetivo é identificar como sujeitos em situação de vulnerabilidade articulam não apenas dados concretos referentes a datas e acontecimentos daqueles que narram, mas também

“mergulham em suas lembranças” e “preenchem lacunas das memórias com o poder da imaginação” (MACHADO, 2020, p.49). Essas estratégias, que incluem, do ponto de vista da análise do discurso, descrições, explicações, retificações, etc, de diferentes sujeitos, podem ser percebidas em discursos de pessoas consideradas não normativas?

Neste projeto em tela, o primeiro espaço-tempo de diálogos teóricos seria o do pensar com os outros; o segundo espaço-tempo seria o de pensar sobre os outros; e o terceiro espaço-tempo seria uma disposição cuidadosa para estar em pesquisa consigo, com e sobre o outro. Por isso, a importância da constelação dos projetos que coordeno no grupo Afetos, em parceria com outras instituições nacionais e internacionais, em um trabalho colaborativo.

Nosso objetivo geral é articular esse conjunto de informações e experiências para refletirmos sobre experiências metodológicas em pesquisa em dimensão afetiva com vistas a contribuir para melhor compreensão de um se colocar em pesquisa, estar em pesquisa e em relação a sujeitos e *corpus* (MORICEAU, 2017, informação verbal). O estar em pesquisa aqui é tomado por uma escolha de vida, um modo de existência que perpassa não somente os projetos e as atividades de grupo, mas que norteia a minha própria existência e a de pesquisadores em formação com os quais nos relacionamos.

Entre os objetivos específicos deste projeto de pesquisa enumeramos pelo menos quatro até o presente momento: 1) Compilar experiências metodológicas ancoradas na experiência com o corpo; 2) Perceber e identificar processos e percursos de pesquisa ancorados na experiência do corpo pesquisador; 3) Refletir sobre a potência da experiência, da relação entre corpo, *corpus sensível* e afetos; 4) Refletir sobre o respeito ético à alteridade do pesquisador e as relações com a pesquisa.

POR ONDE VAMOS PERAMBULAR AGORA?

Fui assertiva demais em partes diversas dessa tessitura, tenho consciência disso. Não me levem a mal, me libertei nestes escritos como a pensar alto em notas mentais para os meus diários pessoais e de

pesquisa sobre as vulnerabilidades arraigadas nos métodos, mas invisibilizadas nos textos e discursos científicos. Cada vez em que leio um trabalho científico que aponta um caminho que nos parece perfeito, bem-sucedido, sem percalços, tenho a sensação de que este mesmo texto empurrou para fora da margem a parte que poderia ajudar muitos outros pesquisadores e que reside exatamente nas fragilidades e vulnerabilidades da investigação e do encontro com as metodologias. Elas estão na essência do trabalho científico. Reconhecer esse estado de coisas não como uma verdade absoluta mas como construção de um pensar epistemológico, repito, é rico para o fazer científico.

A expedição não é melhor nem pior do que o mergulho, os dois podem até mesmo constituir uma longa travessia. Aqui, perambulei, tentei conduzir vocês, as experiências e as pesquisas em idas e vindas, no contemplar, no me afastar, me aproximar, fazer escolhas e prosseguir – a persistir. Prefiro persistir a resistir. Trata-se de uma sensação que me acompanha de um certo esvaziamento da palavra resistência, usada constantemente e se faz importante do ponto de vista político e também teórico. Por outro lado, me assombra a possibilidade da paralisia do movimento, da centralidade de um certo impedimento de determinadas situações, como a estabelecer um muro atrás do qual vamos nos posicionar para impedir que algo aconteça. A persistência me remete a uma condição de movimento permanente, com a busca de alternativas e possibilidades, para uma luta que se traduz em um continuum. Obviamente, é preciso amadurecer este pensar.

Vocês percebem, ao chegar ao final da jornada dessa leitura – e já paro por aqui, deixando outras reflexões para as nossas próximas conversas – que o meu texto deixa páginas em branco a serem escritas, caminhos a ser percorridos e águas a serem mergulhadas. Apresentei a

vocês como um conjunto de fragmentos de experiências contribuiu e contribui para a minha formação como professora e pesquisadora e para os modos para o desenvolvimento de pesquisas, assim como gestos epistemológicos escolhidos por nós para a caminhada e a navegação, a expedição e o mergulho. Aqui está o *script* para um diálogo mais amplo e detalhado que pretendo propor a vocês a partir dos dois projetos de pesquisa mencionados acima. E isso leva tempo... Enquanto isso, talvez vocês tenham a oportunidade de juntar pistas para este mover-se em suas experiências e na articulação delas com as suas pesquisas? Fiquem à vontade, há longos caminhos a explorar, com fôlego de caminhantes e de mergulhadores. E vou adorar conhecer as suas experiências em pesquisa, o seu despertar para esta longa e deliciosa travessia, permeada por uma necessária revisão decolonial não apenas do ponto de vista teórico, mas e principalmente, do ponto de vista metodológico e discursivo em ciência.

Para finalizar, a sabedoria de Aílton Krenak, que já repeti em alguns textos e que segue me inspirando em persistência:

Quando eu sugeri que falaria do sonho e da terra, eu queria comunicar a vocês um lugar, uma prática que é percebida em diferentes culturas, em diferentes povos, de reconhecer essa instituição do sonho não como experiência cotidiana de dormir e sonhar, mas como exercício disciplinado de buscar no sonho as orientações para as nossas escolhas do dia a dia (KRENAK, 2019, p. 51).

Assim como na vida ordinária, devemos conceber como natural a possibilidade de pensar as nossas pesquisas com perspectivas que nos tornem mais livres no sentido da materialização dos discursos científicos, em um exercício disciplinado de buscar no sonho alimentado neste texto – e que possa de ser de muitos – a criação e a

naturalização, que esteja para além das fórmulas até aqui conhecidas, e que alcance outros humanos além dos muros das ‘comunidades’ acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CHARAUDEAU, P. **Dis-moi quel est ton corpus, je te dirai quelle est ta problematique**. In: Revue Corpus, Nice, 2009. Consultado em 20 de março de 2023. <http://www.patrick-charaudeau.com/Dis-moi-quel-est-ton-corpus-je-te-...html>.
- DAS, V. **Vida e palavras**. A violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Unifesp, 2020.
- EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.
- GOFFMAN, E. A fala do rádio – um estudo dos percursos dos nossos erros. In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (Org.). **Teorias da Rádio Volume II**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 327-326.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.
- LAPOUJADE, D. **William James, a construção da experiência**. São Paulo: N-1, 2017a.
- LAPOUJADE, D. **As existências mínimas**. São Paulo: n-1 edições, 2017b.
- LEVI-STRAUSS, C. **Pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.
- MACHADO, I. L. **Narrativas de vida: saga familiar & sujeitos transclasses**. Coimbra: Grácio, 2020.
- MARQUES, Â. C. S.; PESSOA, S. C.; SÁ MARTINO, L. M.; Relatos, histórias, testemunhos: modalidades da produção de narrativas autobiográficas a partir de seu contexto político e situacional. **Revista do NUPEM**, v. 14, p. 22-40, 2022.
- MENDONÇA, C. M. C.; MORICEAU, J.-L.; Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, C. M. C.; DUARTE, E.; CARDOSO FILHO, J. (Org.). **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018. p. 78-98.

MORICEAU, J.-L. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: PPGCOM/ UFMG, 2020.

MORICEAU, J.-L.; MARQUES, Â. C. S.; PESSOA, S. C. Textes performances: affecter, réenvisager, transmettre. **Communication**, v. 39, n. 2, p. 1-20, 2022.

MORICEAU, J.-L.; SOPARNOT, R. (Org.). **Recherche qualitative en sciences sociales: s'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode**. Paris: EMS Management & Societé, 2019.

PAVEAU, M.-A. 10/03/2021, "**La colonialité du discours**," in *La pensée du discours* [carnet de recherche], <https://penseedudiscours.hypotheses.org/19937>, consultado em 10/10/2023.

PESSOA, S. C. Goffman: a fala sutil entre a fala cotidiana e a locução no rádio. In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (Org.). **Teorias da Rádio Volume II**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 327-335.

PESSOA, S. C.; MARQUES, Â. C. S.; MENDONCA, C. M. C. (Org.). **Afetos, teses e argumentos**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2021.

PESSOA, S. C.; PAES, I.; Déficiences et capacités: bricoler avec care. In: MORICEAU, J.-L.; SOPARNOT, R. (Org.). **Recherche qualitative en sciences sociales: s'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode**. Paris: EMS Management & Societé, 2019. p. 221-226.

PESSOA, S. C. Prefácio. In: MACHADO, I. L.; FIGUEIREDO; A. C.; GUIMARÃES; M. (Org.). **Vozes femininas em narrativas de vida: Olhares sobre sujeitos transclasses?** Coimbra: Grácio, 2022.

SEARLE, J. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

4

PRÁTICAS CIENTÍFICAS E VULNERABILIDADES: PASSAGENS, INTERDIÇÕES E PONTES PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani ¹

INTRODUÇÃO

Nem sempre é fácil começar um texto. Cada um de nós tem suas estratégias, rituais e formas de se inspirar. Para alguns, a ideia vem quase pronta e, nesse momento, não há outra coisa que se fazer a não ser escrever. O argumento vai escorrendo por entre os dedos e preenchendo as páginas. Não há pausas. O texto tem sua urgência e precisa acontecer. Quem se vê diante desse tipo de escrita jorrante sabe o preço de não ceder à inspiração. Ela, como uma criança teimosa, vai embora e volta só quando bem entende, já vestida de outras cores e formas. Não é mais a mesma.

Já para outros, a escrita é algo sofrido, levam-se dias até que algo razoável surja por entre ideias aparentemente desconexas. Para esses tipos, disciplina é tudo. Sentar-se todos os dias em frente ao computador cria o compromisso necessário para que os pensamentos relutantes se organizem e, finalmente, terminem com a agonia de quem precisar colocar as ideias no papel.

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É jornalista e Doutora em Ciência da Informação. É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Seus interesses de pesquisa são: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Divulgação Científica; Corpo, Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é Diretora Adjunta e Coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Para quem se dedica à pesquisa científica, em especial no campo das ciências sociais e humanas, a escrita não cumpre somente a função de descrever fenômenos observados em experimentos mais ou menos controlados, mas diz do conhecimento em si. Muitas vezes, não é possível repetir, verificar, realizar uma mesma coleta com o intuito de se aferir a verdade daquele conhecimento que se constitui enquanto ciência. Observamos, interagimos, apreendemos situações que, talvez, nunca mais se repitam e que por serem únicas e não facilmente replicáveis desafiam o status científico das ciências sociais e humanas. Expõem suas fragilidades, suas vulnerabilidades.

A noção de vulnerabilidade ganhou a cena pública nos últimos anos a partir de uma perspectiva que convida os sujeitos a abraçarem suas fragilidades, reconhecendo suas imperfeições não como algo que necessite ser corrigido, mas como atributos a serem valorizados e reconhecidos. Brené Brown, pesquisadora da Universidade de Houston, dedicada aos estudos sobre vulnerabilidade, coragem, empatia e vergonha, e bastante conhecida pela TED Talk “O poder da vulnerabilidade”, afirma que:

Nossa rejeição da vulnerabilidade deriva com frequência da associação que fazemos entre elas e as emoções sombrias como o medo, a vergonha, o sofrimento, a tristeza e a decepção – sentimentos que não queremos abordar, mesmo quando afetam profundamente a maneira como vivemos, amamos, trabalhamos e até exercemos a liderança. O que muitos não conseguem entender, e que me consumiu uma década de pesquisa para descobrir, é que a vulnerabilidade é também o berço das emoções e das experiências que almejamos (BROWN, 2016. p. 28).

Quando associamos escrita e pesquisa científica, no contexto das universidades e instituições acadêmicas e, em especial no campo das ciências sociais e humanas, a noção de vulnerabilidade nos parece ser

potente na tentativa de se compreender os desafios e riscos envolvidos no processo. A ideia que desejamos partilhar aqui é a de que, quando nos lançamos à empreitada da pesquisa científica, em certa medida, lançamo-nos nesse terreno movediço que nos coloca diante de nossas fragilidades, tendo em vista as potencialidades e os limites da produção do conhecimento.

Se desejamos aqui falar da ciência e, em especial, de questões que se fazem presentes no cotidiano de pesquisadores em diferentes fases de sua carreira, é preciso, então, que comecemos de algum lugar, que indiquemos um ponto de partida. Nossa escolha, um tanto arbitrária, será a de começar a pensar sobre os impulsos e as motivações que nos levam ao fazer científico. Ainda que eles carreguem um certo pragmatismo, fazendo parte de uma decisão (aparentemente) pensada e muito bem-informada, acreditamos que a essa escolha, em certa medida, bastante racional, some-se a existência de um desejo quase atávico por conhecer um pouco mais sobre algo que nos desperta o interesse.

A ressalva é não nos esquecermos de que quem pergunta pelo sentido das coisas e do mundo é o próprio homem ou o sujeito, o qual em seu esforço de entender os enigmas do universo é levado a inquirir o “porquê” e “para quê” das coisas, pela origem e pelo fim que pode ser interno ou externo ao mundo. [...] Outra ressalva é que a natureza e o cosmo, abstraído do homem, são em última análise indiferentes ao sentido ou à falta de sentido, e se o físico, o astrônomo, o biólogo podem perguntar pelo sentido das coisas, ao indagarem pelas três origens (do cosmo, da vida e da consciência) e pelo fim que nos aguarda (a morte térmica, a desaparecimento do homem, o fim dos seres vivos etc.), é para esbarrarem no limite assinalado por Tolstói. O limite é a impotência da ciência e responder às duas questões que mais interessam em nossas vidas e de cuja resposta fica a depender a definição do sentido metafísico-existencial que emprestamos à nossa presença e missão no mundo, a saber: que devemos fazer? Como devemos viver? (DOMIGUES, 2004, p. 122)

Quando damos início à empreitada científica, muitos de nós não imaginam que iremos sair com mais perguntas do que respostas dessa jornada, o que, em certa medida, pode até gerar algumas angústias e desilusões. Tal sensação, que pode vir a acompanhar muitos pesquisadores durante o processo, não é exclusiva de um campo de conhecimento, mas permeia as práticas científicas como um todo.

No que concerne ao seu ao *modus operandi*, vemos que o pensamento científico se fundamenta na relação entre os fenômenos naturais e ou sociais e na capacidade lógica e racional do homem – razão – para apreendê-los, compreendê-los, explicá-los, derivando-se daí um conjunto de regras, leis, modelos explicativos, relatos científicos, que objetivam alcançar a verdade dos fatos.

Cabe aqui ressaltar que não pretendemos, com esta breve definição, ignorar o debate contemporâneo acerca do papel da ciência e do cientista; do que se entende por método científico; do seja a verdade. Não pretendemos também sublimar as diferenças fundamentais entre as ciências sociais e humanas e as ciências naturais e exatas.

No caso, entendemos que tais diferenciações se originam na distinta maneira com que os pesquisadores de cada um desses campos se lançam ao empreendimento científico. Em linhas gerais, enquanto a relação estabelecida pelas ciências naturais e os fenômenos por ela estudados são da ordem das explicações causais, nas ciências sociais há o exercício da compreensão. É necessário, portanto, compreender a experiência humana que se dá a partir de processos vivos, mutáveis, que precisam ser interpretados com vistas a apreender seu sentido. Sobre esse aspecto, podemos dizer que esse processo atuaria na perspectiva de promover uma ruptura com o a familiaridade do social, com o senso comum. (DOMINGUES, 2004).

Retomando o ponto das motivações, podemos dizer que pesquisar é reconhecer uma falta, é duvidar das obviedades que o cotidiano insiste em nos oferecer para, quem sabe, alcançar um entendimento mais amplo acerca de determinados aspectos da vida. E, ao nos lançarmos nesse exercício interpretativo, ainda que nos perguntemos pelos “porquês” e “para que”, estamos, no contexto das ciências sociais e humanas, em busca mais do sentido das coisas, como pontua Domingues (2004, p. 122), do que de uma explicação causal. Então, se desejamos aqui falar sobre a ciência de um lugar que reconhece potências e fragilidades, acreditamos que olhar para os imaginários, as práticas e as condições de produção seja um ponto de partida necessário para a reflexão que buscamos realizar.

Como um exercício inicial, talvez seja importante reconhecer que a produção de conhecimento é permeada por estereótipos: o imaginário do cientista homem, branco, de jaleco e cabelos despenteados, totalmente absorto em seu laboratório, sem tempo a perder com as “futilidades” da vida ainda se faz bastante presente.

O estudo “O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia?”², conduzido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e publicado em 2019, trouxe informações um tanto curiosas sobre as percepções do público jovem em relação à ciência. O estereótipo acima descrito é corroborado quando mais da metade dos entrevistados

² “Foram ouvidas 2.206 pessoas com idade entre 15 e 24 anos, residentes em todas as regiões do Brasil. Para seleção dos entrevistados, foi utilizada amostra probabilística até o penúltimo estágio, com aplicação de cotas amostrais de sexo, idade e escolaridade no último estágio. O intervalo de confiança é de 95%, com margem de erro de 2%. As entrevistas, realizadas por equipe treinada, foram feitas em domicílio entre os meses de março e abril de 2019.” (MASSARANI et al, 2019, p. 2) Disponível no link: https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/Resumo%20executivo%20survey%20jovens_FINAL.pdf

afirmam que “Quando penso em cientistas... Acho provável ou muito provável que...”: “São esquisitos” (60% dos respondentes); “Passam quase o tempo todo sozinhos” (75% dos respondentes); “Em geral, evitam as festas e a vida social (77% dos respondentes)”.

Talvez essa imagem ainda encontre ressonância em certos tipos de fazer científico, seja por características inerentes ao objeto, ao tipo de coleta, ou à metodologia a ser seguida, seja por um desejo do pesquisador em realizar tal performance. Entretanto, o fazer científico que buscamos refletir e tensionar neste texto, há como premissa a manutenção do contato com mundo da vida, com o cotidiano. É um aproximar-se e afastar-se, mergulhar e emergir, transitar entre lugares, imagens, contextos, é deixar-se afetar, mostrar-se vulnerável ao que se deseja conhecer. A essa perspectiva dá-se o nome de “virada afetiva”.

Na virada afetiva, os participantes da pesquisa (observadxs, pesquisadores, leitores, etc.) são considerados em sua capacidade de afetar e ser afetados. Isto dá as pesquisas que fazem parte da virada afetiva características muito singulares e interessantes: a) Sua capacidade de afetar e ser afetado coloca o pesquisador não em uma posição de estudo, mas de comunicação e essa comunicação precisa ser considerada eticamente; b) O que é comunicado são primeiro afetos antes de ser (possivelmente) transformado em conceitos; c) A relação de comunicação ética exige que o contexto e a experiência incorporada sejam compreendidos e induzem uma aprendizagem em vez de uma contribuição para um “knowledge gap”; c) O corpo e a narrativa de si do pesquisador são a mídia dos afetos, eles são importantes. d) O pesquisador tem gênero, raça, posição social, história, conhecimento. Mas um si imerso em um mundo, afetado e afetando, sensível e sentindo, plural singular mas opaco, um si capaz de aprender, de revisar sua narrativa de si (MORICEAU, 2019).

Para os pesquisadores que se filiam a essa perspectiva, a “virada afetiva” se apresenta, ao mesmo tempo, como um lugar de conforto e

também de inquietação. Isso porque, ao mesmo tempo em que possibilita a pesquisadores que não se enquadram em determinadas “caixas” reguladoras do fazer científico um lugar de experimentação, reflexão e crítica, ela os lança ao desafio de pensar outras formas e proposições que rompam com certos paradigmas, mas que ainda sejam reconhecidas como ciência. Na “virada afetiva” (ver MASSUMI, 2002; CLOUGH, 2007; STEWART, 2007; SEIGWORTH; GREGG, 2010), percebemos uma tentativa de trazer para o cenário da pesquisa elementos que, muitas vezes, figuram em segundo plano como texturas, cheiros, cores, e outros gestos ordinários que, numa pesquisa em dimensão afetiva, são resgatados com o intuito de nos fazer ver a complexidade, incoerência, imanência e instabilidade dos fenômenos cotidianos e que, através de metodologias já bem estabelecidas, acabamos por estabilizar, aparar, homogeneizar.

Sabemos que não há pesquisa, nem ciência social sem teoria, mas, ao mesmo tempo, que uma análise empírica permite (ou pode) se descortinar novas maneiras de se compreender a relação entre teoria, observação e participação. Ela engendra novos tipos de entidades pesquisáveis e um novo ou redescoberto campo empírico, além disso, abre novos caminhos para a análise crítica (BÜSCHER; URRY, 2009, p. 99).

Sendo assim, para Knudsen e Stage (2015), os afetos permitem a realização de pesquisas empíricas sob uma perspectiva inovadora na medida em que não se propõem a desafiar ou a desconstruir categorias metodológicas já estabelecidas, mas sim a refletir em bases mais propositivas sobre como essas “categorias podem ser usadas e reinterpretadas de uma forma mais inventiva com o objetivo de engajar com os processos imateriais e afetivos da vida social” (KNUDSEN; STAGE, 2015 p. 1, tradução livre).

Diante disso, no texto que aqui buscamos desenvolver nós nos propomos a olhar para a ciência a partir de uma abordagem afetiva e isso significa, entre outras coisas, reconhecer-nos sujeitos que afetam e são afetados pelo fazer científico. E isso se dá não apenas na relação com os objetos de pesquisa, teorias, conceitos e escolhas metodológicas, mas pelo diálogo, pela trajetória formativa, pelos encontros e desencontros, pelas possibilidades de acolhimento e trocas e até pelos não e desvios de rotas no processo de construção de uma pesquisa que também é o caminho que conduz à formação de um sujeito pesquisador.

DE QUE CIÊNCIAS ESTAMOS FALANDO?

A partir dessa breve introdução, vemos que são muitas as formas de se fazer pesquisa. Dadas as diferenças mais óbvias entre as ciências ditas “duras” (*hard Science*) e as “macias” (*soft Science*), há que se pontuar ainda as diferenças que se apresentam em uma mesma área de conhecimento, por exemplo. A ciência, enquanto fenômeno humano, pode ser abordada a partir de sua dimensão sociológica, filosófica ou história. São diversos os campos científicos que empreendem um esforço reflexivo e crítico em relação à própria ciência, a partir de questionamentos sobre seus processos, lógicas internas e capacidade de responder a problemas postos pela sociedade.

A ciência é hoje uma questão que preocupa cientistas e intelectuais, apresentando-se-nos, talvez pela primeira vez, desde Galileu, não mais apenas como adjuvante do trabalho, da saúde, e das luzes, mas como risco. Já não se discutem as revoluções científicas restringindo-as a seu caráter metodológico, como se os cientistas fossem os trabalhadores da prova *stricto sensu*, os trabalhadores meticolosos da boa consciência. [...] Considera-se a ciência uma das maiores fontes de patologia e mortalidade do mundo contemporâneo, sobretudo depois da Grande Guerra. Enfatiza-se sua

constituição ética e social, seja para desmistificar sua pretensão à neutralidade, seja para apontar o perigo que representa e a responsabilidade política de que deve estar investida. A ciência é apresentada como uma importante forma de poder, sobretudo em sua relação com a alta tecnologia que hoje conhecemos (PORTOCARRERO, 1994, p. 17).

Podemos dizer que, nos últimos anos, o debate acerca daquilo que se entende por ciência esteve em pauta. No entanto, mais que se tornar um exercício crítico que pudesse nos levar a um reconhecimento do quão trabalhosas são as conquistas científicas, tendo em vista o fato de a ciência ser um empreendimento humano e, portanto, sujeita às potencialidades e limitações humanas, nós nos vimos diante de uma tentativa de descredibilizá-la. Desde uma incompreensão acerca das práticas científicas, até uma intencional desvalorização da atividade. Quando refletimos sobre o contexto brasileiro dos últimos 5 anos, em que a pesquisa se dá, majoritariamente, em universidades e outras instituições públicas, as vulnerabilidades inerentes ao fazer científico foram destacadas, por determinadas parcelas da sociedade, para retirar o seu valor.

O fato de a ciência estar na ordem do dia, explica-se não apenas pelo desejo/necessidade que os seres humanos têm de obter determinadas respostas (e garantias) para seus processos de tomada de decisão - desde os mais cotidianos até aqueles de maior impacto nos percursos de vida -, mas também porque a ciência tem se colocado em circulação para além de seus circuitos tradicionais.

O período pós-Segunda Guerra Mundial é citado como marco para referenciar as dinâmicas advindas da então chamada “explosão informacional”, tendo em vista a rápida disseminação de informações propiciada pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação.

A partir daí, surgem campos e práticas de conhecimento que se voltam para o desafio que então se apresentava: organizar e tratar esse conhecimento potencial de maneira a permitir sua disseminação de forma mais acessível e democrática na sociedade. No entanto, as iniciativas para a organização do conhecimento, ao mesmo tempo em que buscavam ampliar o acesso à informação, forneciam condições materiais e intelectuais para a conformação de uma estrutura de validação e legitimação do conhecimento científico e, por conseguinte, da própria ciência.

Ao longo dos anos, o desenvolvimento da ciência e sua crescente disciplinarização fizeram surgir a necessidade da adoção de estratégias e práticas que buscavam exercer algum tipo de controle sobre a produção do conhecimento científico. Tais estratégias englobaram esforços diversos para o aprimoramento práticas e técnicas profissionais de áreas como a Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivologia, a Ciência da Informação, a Computação entre outros, numa tentativa de identificar, organizar e tornar acessíveis os fluxos informacionais, não só para os pesquisadores e profissionais que lidavam com as questões mais práticas da informação, como também pelos sujeitos e instituições produtoras de conhecimento – pesquisadores, universidades, centros e instituições de pesquisa – estabelecendo-se assim espaços preferenciais para a circulação das informações de caráter científico. Com isso, buscava-se solucionar alguns problemas relativos à fragmentação da informação, bem como a necessidade de identificação da fonte emissora, por questões de credibilidade e legitimidade.

A velocidade do progresso na ciência sempre esteve fortemente vinculada ao quanto os cientistas são eficientes em comunicar seus resultados de pesquisa aos seus pares e em deixar as pessoas desejosas por implementar os resultados obtidos em novas tecnologias e práticas. Por séculos, a cadeia de comunicação era bastante lenta, baseando-se no processo de cópia de textos científicos à mão. A comunicação científica tinha um alcance local, ocorrendo de forma oral nas poucas universidades existentes. A invenção da imprensa foi um grande passo, permitindo a redução dos custos de impressão dos textos, bem como o estabelecimento de uma comunicação mais sistemática, na forma de publicações científicas regulares. Ao mesmo tempo, os cientistas começaram a se organizar em sociedades científicas, cujo principal objetivo era facilitar a disseminação do conhecimento (BJÖRK, 2007, tradução livre).

Nesse sentido, o sistema de comunicação científica pode ser compreendido como a infraestrutura material da comunidade científica em si, sendo esta última a responsável por legitimar e validar o conhecimento produzido numa área. Sua função é zelar pela “qualidade” e “verdade” do conhecimento científico produzido, protegendo as ciências dos falsários e charlatões com suas teorias oportunistas, o que garantiria a credibilidade e a cientificidade de um determinado campo de conhecimento, ao mesmo tempo em que protegeria a sociedade dos riscos de uma ciência irresponsável. Sendo assim, determinadas formas de publicação alcançaram o status de mediações preferenciais para circulação do conhecimento.

A comunidade científica concedeu às revistas indexadas e arbitradas (com *peer review*) o status de canais preferenciais para a certificação do conhecimento científico e para a comunicação autorizada da ciência e de-lhe, ainda, a atribuição de confirmar a autoria da descoberta científica. As revistas indexadas estão, dessa forma, no centro do sistema tradicional de comunicação científica (MUELLER, 2006, p. 27).

Entretanto, esse processo adquiriu, ao longo do tempo, certos vícios que, nos últimos anos, acreditam alguns pesquisadores, têm dificultado o desenvolvimento da própria ciência. Atualmente, as questões sobre difusão e acesso ao conhecimento passam, invariavelmente, pelas discussões sobre o acesso livre, movimento considerado por muitos autores como um dos mais importantes do nosso século. Quando, nos anos 1990, surgem inovações na forma de publicação científica, houve a “esperança” de que os processos tradicionais de validação do conhecimento científico passariam por mudanças radicais. Porém, o que se viu foi que, “por mais atraentes que fossem, prometendo democratização, transparência e velocidade, as propostas para modificação da prática de avaliação pelos pares nunca conseguiram aprovação, jamais foram legitimadas” (MUELLER, 2006, p. 34).

Apesar de a verdade científica ser produto de consenso e de a lógica em rede e conectada – em que se encontram pesquisadores e instituições acadêmicas – ter, em princípio, a capacidade de democratizar o processo de avaliação do conhecimento científico, substituindo a avaliação anterior pela posterior, por exemplo, na visão de Mueller (2006), para muitos membros da comunidade científica, apenas a forma tradicional de divulgação do conhecimento seria capaz de garantir a segurança necessária para uma ciência legítima.

Portanto, no que concerne ao conhecimento científico, na medida em que assistimos ao seu crescimento e também a novas formas de circulação, vimos surgir mecanismos, processos e ferramentas, seja nas práticas formais ou informais de disseminação e acesso, que buscavam ordenar os fluxos, visando mapear, quantificar, analisar, organizar, mensurar, endereçar. Tudo isso trouxe consequências diversas para a vida do pesquisador, como: poder mapear a produção bibliográfica de

um campo de pesquisa, e assim, também ter sua produção mapeada e mais facilmente acessada seja pelo público geral, seja por pesquisadores interessados; poder usar o espaço virtual para implementar trocas informacionais entre colegas, ampliando sua rede de contatos para além daquela intramuros; poder divulgar seus *insights* em *blogs*, *sites* e outras redes sociais e plataformas digitais como Instagram, Facebook, Twitter, Youtube e até o TikTok e, assim, aproximar-se do público que está fora dos ambientes formais de produção do conhecimento, abrindo possibilidades, inclusive, para outras formas de financiamento da pesquisa (financiamentos coletivos)

Sendo assim, o debate em torno da questão tem variado entre perspectivas mais otimistas, focadas nas possibilidades de abertura e democratização da ciência e suas práticas, e as pessimistas, que demonstram preocupação com essa mesma abertura que, nessa visão, poderia comprometer (ou deslegitimar) o conhecimento produzido pela ciência.

[...] entendemos que legitimação significa tornar legal e que, embora seja um termo originalmente usado no contexto de sistemas legais, os processos que levam uma ação a ser considerada legítima extrapolam os sistemas legais, e esse é o caso da comunicação científica. Legitimação exige consenso. Legitimidade é a crença que autoridades, instituições e organizações sociais são corretas, adequadas e justas, por isso devem ser respeitadas e aceitas. A crença que autoridades e instituições são legítimas compele as pessoas a aceitar suas decisões e a voluntariamente obedecê-las. Legitimidade é um conceito eminentemente subjetivo, restrito a uma época e lugar e provoca a conformidade. No campo da ciência, legitimação é o processo pelo qual o “legislador” encarregado de zelar pelo discurso científico é autorizado, pela comunidade científica, a prescrever as condições que estabelecem se determinado conhecimento pode ser considerado científico (MUELLER, 2006, p. 29-30).

Tendo em vista esse quadro, tomaremos o cuidado de evitar uma análise fundamentada em valorações. Reconhecemos aqui que as dinâmicas contemporâneas de produção de conhecimento, que trazem muitas marcas da interrelação entre as tecnologias e seus desdobramentos em termos de circulação e trocas de informações somam-se aos desafios do fazer científico em si, em especial, para processos de validação do conhecimento.

Na ciência, o movimento de abertura e reconhecimento de suas vulnerabilidades é algo complexo e, por vezes, paradoxal. Paradoxal porque o ideal de cientificidade é sustentado por uma infraestrutura que combina mecanismos diversos como a avaliação entre pares, as formas colegiadas, as sociedades científicas, que buscam organizar e controlar a produção (de) e o acesso ao conhecimento. Como vimos, essas estruturas atuam como filtros que garantem a legitimidade e a validade do conhecimento científico. Portanto, quando outros elementos, que podem gerar inovação e/ou trazer diferentes perspectivas, mas que não são reconhecidos como pertencentes às práticas científicas comumente reconhecidas, entram em cena, eles costumam ser vistos como ameaça, pois sua ação parece ter um efeito “desordenador” dos processos já legitimados e referendados por um determinado grupo ou campo de conhecimento.

Há, portanto, um processo de socialização inerente à construção do conhecimento científico e ele se dá por meio da linguagem, complexo sistema de comunicação compartilhado por uma determinada comunidade. Na medida em que interagimos com os outros e com o ambiente do qual fazemos parte (a comunidade científica, por exemplo), passamos a compor nosso repertório de significação referente a esta prática. Sendo assim, ao criar um código comum, a linguagem permite

a interação entre os membros de uma comunidade que, em tese, compartilham um mesmo contexto histórico, cultural e social. E, justamente, por estabelecer esse campo comum de significados, ela tende a excluir aqueles que não fazem parte dessa comunidade, ou seja, que não estão familiarizados com o código utilizado, bem como com suas regras. Assim, ingressar no universo da ciência e suas práticas exige de nós, pesquisadores, um processo de aquisição de repertório e de aprendizagem que não se refere apenas à área em que desejamos nos inserir, mas também das práticas científicas como um todo. Daí nos perguntamos: Como então aprendemos a fazer ciência?

A CIÊNCIA NOSSA DE CADA DIA

Começamos a nossa trajetória científica de algum lugar. A minha, por exemplo, começou por acaso, quando estava transitando pelos corredores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) em direção à Escola de Biblioteconomia (atual escola de Ciência da Informação – ECI). Foi na transição entre um prédio e outro, quando não estava nem lá nem cá, que vi cartaz em que se anunciava a oportunidade de bolsa de iniciação científica para estudar semiótica. Já tinha realizado a disciplina no curso de Comunicação Social e, como a maioria dos colegas, havia me encantado pelos signos, sin-signos, quali-signos, legi-signos e tantos outros termos que compunham o universo da Semiótica.

Mais que me tornar especialista no tema (coisa que não me tornei), acabei descobrindo uma habilidade e um gosto (sim, um gosto) que eu sequer imaginava ter pelas mãos de uma orientadora generosa, que me ensinou a ser pesquisadora no campo das ciências sociais e humanas.

Nesse processo, os aprendizados são muitos e praticamente infundáveis, no entanto, existem alguns marcos e um deles tem a ver

com uma das primeiras coisas que a gente aprende que é: todo projeto começa com uma boa pergunta, com uma inquietação! E, nesse exercício de se fazer perguntas, a gente acaba encontrando ali algo para chamar de tema de pesquisa.

O encontro com nosso tema de pesquisa gera uma espécie de enamoramento que nos leva acreditar que ele é só nosso e de mais ninguém. Porém, é bem no segundo passo dessa jornada, que a gente tem nossa primeira desilusão ou choque de realidade, pois, na busca pelo tal “estado da arte” no campo em que iremos realizar a pesquisa vamos nos deparar com as muitas mentes brilhantes que vieram antes de nós e já pensaram sobre aquilo que acreditávamos ser tão único, tão nosso.

Onde, então, achar a tal originalidade quando tudo, absolutamente tudo parece já ter sido pesquisado, revirado, escarafunchado, organizado, documentando e (é claro) devidamente publicado pelas mais renomadas revistas científicas. Nessa perspectiva, a ciência parece, à primeira vista, ser um clube de difícil acesso, sem cotas disponíveis, e que, em nome das tais garantias científicas, revira os olhinhos para os novatos afoitos em escalar a torre de marfim³.

Se entrar não é fácil, a permanência também não é garantida e ainda que você pareça ter sido aceito, não dá para descansar ou “baixar a guarda”: “*Publish or perish*” (publicar ou perecer) esse é um dos lemas! Lembro de ter ouvido a famosa frase pela primeira vez de uma professora no mestrado que, em tom solene, alertava-nos para a busca do equilíbrio necessário entre o tempo da reflexão e o tempo de se colocar o conhecimento em circulação. Não podíamos ser precipitados

³ A partir do século XIX, o termo Torre de Marfim foi empregado para caracterizar práticas científicas descoladas da sociedade. Está vinculada a uma ideia de cientistas fazendo ciência pela ciência, de forma que ela se baste e não precise se legitimar ou se justificar perante a sociedade. Representa também a indisponibilidade para diálogos e trocas fora da comunidade científica.

demais, mas também não deveríamos deixar de pôr nossos achados em movimento, pois ciência se faz na troca, precisa dar-se a ver, seja para ser referendada ou refutada/debatida.

Mas conhecimento não é algo que se constrói da noite para o dia, leva tempo para se elaborar e, então, poder transitar por entre pares e, num segundo momento, pelo público em geral nas dinâmicas da divulgação científica. A própria estruturação das etapas de formação de um pesquisador foi organizada e pensada para garantir esse desenvolvimento gradual. Depois de toda a vida escolar no ensino fundamental e médio, temos a entrada na universidade para cursar a graduação e para muitos, esse é o primeiro contato com a pesquisa. Detectado o interesse na carreira acadêmica, os estudantes começam a se preparar para o ingresso na pós-graduação: primeira etapa, o mestrado (*stricto sensu*) e só, depois, o doutorado, última titulação⁴ que um pesquisador pode alcançar.

Durante esse período de formação no ensino superior, publicar, só se for em revistas que aceitem produções de mestrandos e/ou doutorandos e, em muitos casos, somente na companhia de um doutor, que, em muitos casos acaba sendo o/a orientador/a, que assume essa escrita também como parte de um processo formativo de seus orientandos. Os congressos também são uma opção viável, porém, apesar de serem espaços extremamente potentes para trocas, as publicações em anais não possuem tanto peso e relevância, o que, em certa medida, pode ser desestimulante para alguns pesquisadores.

⁴ Apesar de ser referido como um tipo de pós-graduação, o pós-doutorado não é grau acadêmico. Sendo assim, ao contrário do que postula o senso comum, o pós-doutorado não confere um título acadêmico a quem o realiza.

Após essa jornada, que culmina na defesa de tese, é comum pensarmos ter ao ápice de nossa jornada, no entanto, quando se deseja seguir a carreira científica, finalizar o doutorado, muitas vezes, é o passo necessário para que possamos concorrer a vagas em universidades, centros e instituições de pesquisa no Brasil e no Exterior. E, caso seja obtida a aprovação em alguma dessas instituições, dá-se início a uma nova caminhada em busca de afirmação, relevância e reconhecimento. E isso se dá em meio ao exercício de funções diversas ligadas a processos administrativos e de gestão acadêmica. Engana-se quem pensa que o pesquisador/professor passa o dia enfurnado em livros e artigos, numa relação exclusiva com suas disciplinas e temas de pesquisa. Há um bom tempo os prazos, as pressões e as dificuldades de financiamento tornaram a pesquisa bem menos idílica. Além disso, existe uma camada bem robusta de processos administrativos e de gestão que precisam ser enfrentados cotidianamente, seja na busca por financiamentos, seja na prestação de contas pelas verbas recebidas.

Para Shapin (2013, p. 381-2),

[...] um indicativo de autoridade da ciência na cultura acadêmica é a distribuição de dinheiro, uma distribuição que parece refletir - cruel mas eficazmente - as opiniões públicas acerca de quais formas de investigação possuem valor real e quais não possuem. [...] É a ciência, e não a sociologia ou a história, que possui a capacidade de produzir os bens desejados pelos militares e pela indústria, embora haja algumas qualificações óbvias que precisam ser feitas - nem todas as ciências naturais fazem isso, e houve um período, no início do pós-Segunda Guerra mundial, em que havia opiniões sobre como as ciências humanas poderiam dar contribuições maiores para problemas de conflitos, desvios, jogos de guerra estratégicos, condutas racionais de operações militares e desenvolvimento de armas, e a extensão global do poder benigno americano.

A ciência que se pratica sob essa lógica carrega em si a esperança de que, ao conhecer uma determinada realidade, seria possível garantir a justeza de suas recomendações, visando algum tipo de mudança ou resolução. No entanto, essa não é uma garantia possível. Nesse sentido, a ciência viu-se diante de uma certa ordenação de suas práticas de pesquisa que a conduziram para uma organização que se dá em torno de lógicas que buscam atender a necessidades diversas, mas que, em muitos casos, orientam-se para a sustentação de sua capacidade de produzir aquilo que é do interesse de seus financiadores diretos (ou indiretos).

Na obra “A condição pós-moderna”, Lyotard (2009, p. xvi-xvii) aponta que o critério de legitimidade do saber científico se tornaria o da performance do sistema. E, portanto, a questão-chave a ser feita para aferir a validade do conhecimento científico não seria mais um questionamento em torno da ideia de verdade, mas sim: “para que serve isto?”, o que, por conseguinte, se desdobraria em “isto é vendável?” e “isto é eficaz?” (LYOTARD, 2009, p. 92-93). Diante desse fato, pode ser que muitos pesquisadores se vejam impelidos a pesquisar temas que tenham mais apelo para financiamentos e investimentos públicos e/ou privados.

Longe de querer entrar em uma reflexão maniqueísta, que transforme pesquisadores e financiadores em mocinhos e/ou vilões, esse direcionamento das pesquisas pode ter um lado positivo por fazer chegar aos ambientes universitários e de pesquisa as demandas sociais, como também pode ser negativo ao limitar as temáticas pesquisadas com foco naquelas que têm maior aplicabilidade ou potencial para solucionar problemas sociais.

Outra questão importante é que parte do fazer científico demanda colaboração, sendo uma condição *sine qua non* para a pesquisa. Arriscamos dizer que, desde sempre, a produção de conhecimento é uma produção colaborativa. Portanto, não há conhecimento científico que não se faça, de algum modo, dentro da perspectiva das trocas e das parcerias. E, atualmente, essa questão apenas se complexifica diante das tecnologias, por exemplo, que permitem outras formas de co-presença, interação, intercâmbio de dados, manipulação de cenários e ambientes, entre outros.

Para alguns campos de conhecimento e projetos de pesquisa, a questão da colaboração parece estar mais bem resolvida. Por exemplo, o Projeto Genoma Humano, iniciado em 1998 e finalizado em 2003, é reconhecidamente um grande projeto científico, tecnológico, inter, transdisciplinar e essencialmente colaborativo. Por que não temos nenhum problema com isso? Porque está dentro dos parâmetros tradicionais de legitimação e validação pelos pares. Está dentro do universo de autoridade. A grande questão se coloca para os formatos colaborativos emergentes, em que a dimensão da autoridade está dissolvida, seja por uma premissa epistemológica que reconhece as contribuições diversas ao processo de construção do conhecimento, seja por uma estratégia que visa gerar anonimato para obter vantagens indevidas, ou mesmo evitar reconhecimentos que impliquem em remuneração e outros reconhecimentos.

Vale ainda dizer que a interação é a forma operacional da mediação e os ambientes colaborativos são muito diversos, possuindo formas específicas de mediação sociotécnicas, o que torna os ambientes colaborativos extremamente mediados. Nesse sentido, não há uma reinvenção da prática científica, mas uma possível reflexão acerca de

como ela se conforma nesse ambiente mais aberto, com outras formas de mediação. Isso porque as universidades e as instituições de pesquisa continuam sendo o *locus* da produção de conhecimento científico tradicional.

Portanto, se desejamos ensejar práticas científicas que estejam comprometidas com o social, mas não somente de um lugar de atendimento a demandas, mas cujo objetivo, “quando não de transformar diretamente a realidade social, busca colocar mundos em movimento, ou seja, produzir efeitos no real.” (MANTOVANI; PESSOA; BOAVENTURA, 2019, p. 80), precisamos nos desafiar a ocupar outros lugares e, assim, fazer outras perguntas.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo das páginas deste texto, nós nos propusemos a realizar um exercício crítico reflexivo em torno das práticas científicas com o intuito não só de trazer questões importantes que se voltam para a ciência, mas também para reconhecer como trajetórias individuais e coletivas atuam no processo de formação de um pesquisador. É possível perceber que esse exercício não é fácil. Há sempre alguma coisa que nos escapa, principalmente, pelo fato de estamos imersos, até o último fio de cabelo nesse processo.

No entanto, consideramos este esforço válido na medida em que seu objetivo primeiro se relaciona ao processo de humanização da ciência. É preciso dar visibilidade a processos e relações que permeiam a prática, mas que nem sempre encontram espaço para se apresentar e assim gerar importantes reflexões.

No que concerne à abordagem em dimensão afetiva e a ideia da vulnerabilidade, podemos dizer que ao fazermos pesquisa, revelamos,

em certa medida, um modo de estar no mundo. Diante dos atravessamentos sociais, culturais e materiais, que permeiam o fazer científico, corporificar a ciência pode ser um ato político, pois diz de uma tentativa de escapar a certas dinâmicas de controle e regulação que, em última instância, validam determinados saberes, procedimentos e áreas do conhecimento em detrimento a outras. Assim, apesar de sabemos que os caminhos para este outro fazer científico ainda não estão dados, sendo preciso criar alternativas para sua construção, acreditamos na potência criativa e reflexiva que há no fato de nos deixarmos guiar pelos afetos na pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BROWN, B. **A coragem de ser imperfeito**: como aceitar a própria vulnerabilidade, vencer a vergonha e ousar ser quem você é. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- BJORK, B. C. A model of scientific communication as a global distributed information system. **Information Research: An International Electronic Journal**, v. 12, n. 2, 2007.
- BÜSCHER, M.; URRY, J. Mobile Methods and the empirical. **European Journal of Social Theory**, v. 12, n. 1, p. 99-116, Feb. 2009.
- DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas** (Tomo I: Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber). São Paulo: Loyola, 2004.
- KNUDSEN, B. T.; STAGE, C. Introduction: affective methodologies. In: Knudsen, B. T.; Stage, C. (Ed.). **Affective methodologies: developing cultural research strategies for the study of affect**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-22.
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MANTOVANI, C.; PESSOA, S.; BOAVENTURA, S. Conheça-te a ti mesmo, enfrenta a ti mesmo: os relatos de si como ponto de partida para a produção de conhecimento. In: PESSOA, S. C.; MARQUES, Â. C. S.; MENDONÇA, C. M. C. (Org.). **Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em quatro encontros com Jean-Luc Moriceau**. Belo Horizonte: PPCOM/UFMG, 2019. p. 75-96.

MORICEAU, J.-L. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C. (Org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**, São Paulo: Intercom, 2019. p. 41-49.

MORICEAU, J.-L. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Â. C. S.; OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F.; REIS, D. (Org.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2017. p. 205-222.

MUELLER, S. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

SHAPIN, S. **Nunca pura**: estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

5

UM ENSAIO SOBRE OS RISCOS DE A NOÇÃO DE VULNERABILIDADE GERAR VULNERABILIZAÇÕES E PRECARIZAÇÕES

*Carlos Alberto de Carvalho*¹

UM CONCEITO ADEQUADO?

Mais do que um conceito em disputa, vulnerabilidade é, concretamente, condição a que todas as pessoas estão sujeitas ao longo da vida, em situações marcadas, dentre outras características, por dimensões relacionais e circunstanciais. Sob a perspectiva relacional, as vulnerabilidades dizem de condições que também se dão no embate entre alteridades, de que é paradigmática a lógica das políticas da inimizade detectadas por Achille Mbembe (2017) no contexto do racismo, mas também identificáveis na misoginia, na xenofobia, no capacitismo, no etarismo, na gordofobia, na LGBTQIAP+fobia e em outras estratégias de negação das alteridades. As políticas da inimizade estão centradas na eleição de inimigos a combater, fonte geradora de vulnerabilidades e de precariedades, não raras vezes extrapolando as violências simbólicas e alcançando violências físicas diversas e mortes, incluindo genocídios. Do ponto de vista circunstancial, as

¹ Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na Graduação e no Programa de Pós-Graduação. Pesquisador sobre narrativas jornalísticas relativas ao HIV, Aids e homofobia, decolonialidades, divulgação científica e relações de gênero. Assume posições políticas e éticas nas produções acadêmico-científicas, a partir de um corpo gay e em processo de envelhecimento, por não acreditar em ciências neutras ou objetivas. É o coordenador do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber, com dezenas de artigos em periódicos, capítulos de livros e livros organizados, no Brasil e no exterior. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com.

vulnerabilidades se dão em condições de variabilidade temporal, espacial, comportamental, política, religiosa, ética, moral, científica, econômica, ideológica etc. Circunstâncias sempre sujeitas às ações humanas, inclusive quando derivadas de intempéries naturais, como terremotos, chuvas torrenciais, tornados, dentre outros fenômenos, se consideramos, por exemplo, as alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global, as ocupações de áreas de risco geológico e outras imprudências.

Essa visada panorâmica inicial fornece as primeiras pistas para o propósito deste ensaio: refletir sobre o equívoco de que “a vulnerabilidade é ontológica e a precariedade é socialmente construída”. Parto do pressuposto de que vulnerabilidades e precariedades são, ambas, socialmente construídas e mantêm relações complexas entre si, talvez da ordem de mútua determinação. Um primeiro desafio está em não confundir as fragilidades físicas, biológicas e outras variáveis que nos são próprias ao nascermos e na velhice, quando nos encaminhamos para a morte, com a “condição ontológica” da vulnerabilidade. Antes de determinismos ontológicos, a vulnerabilização e a precarização de vidas no nascedouro e na velhice derivam das dimensões relacionais e circunstanciais referidas acima².

² Dados compilados por organismos internacionais como Unicef, ONU, Organização Mundial da Saúde, Oxfam, Médicos Sem Fronteiras, dentre outros, indicam como problemas de desnutrição, ausência de saneamento básico e falta de acesso integral a programas de saúde incidem diretamente na vulnerabilização e precarização de crianças recém-nascidas, em muitos casos, problemas que se originam na gestação, pois as mães enfrentaram os mesmos problemas ao longo da gravidez. Na velhice, novamente com dados compilados por organizações como as referidas antes (exceto Unicef), as vulnerabilidades e precariedades resultam de pobreza, abandono familiar, aposentadorias insuficientes, ausência de assistência médica adequada, saneamento precário ou inexistente, dentre outras mazelas. Tais dados são reveladores do equívoco da vulnerabilidade ontológica, mesmo quando ela parece óbvia pela ótica do ciclo de vida. Perceba-se que pela lista de indicadores de vulnerabilizações e de precarizações não se trata de negar, nas fases iniciais e finais da vida, a necessidade de amparos diversos às pessoas nessas idades, como de resto necessitamos de apoios materiais, espirituais, psicológicos e

Na segunda parte do ensaio recorro a exemplos que auxiliarão meus argumentos. Por ora, faço um breve sobrevoo sobre o conceito de vulnerabilidade, guiado sobretudo por autoras que refletem a partir do feminismo, portanto, comprometidas ética e politicamente em suas posições.

Judith Butler é uma das referências incontornáveis nos debates sobre vulnerabilidades, concorde-se ou não com suas proposições, que contêm a preocupação ética como eixo norteador, por exemplo, ao demonstrar as estratégias que culminam nas “vidas precárias”. Antes de condição inata, uma vida se torna precária em função de diversas modalidades de violências físicas e simbólicas aplicadas sobre ela (BUTLER, 2018; 2019). Não sendo condição inata, Butler, em outro momento das suas reflexões, aponta para o problema das relações entre vulnerabilidades e poder de agência.

A meu ver, a “vulnerabilidade” não deve ser afirmada como uma condição existencial, ainda que todos estejamos sujeitos a acidentes, doenças e ataques que podem extinguir nossas vidas rapidamente. Ainda assim, não seria uma política suficiente abraçar a vulnerabilidade ou entrar em contato com nossos sentimentos, ou expor nossas falhas como se isso pudesse lançar um novo modo de autenticidade ou inaugurar uma nova ordem de valores morais ou um surto repentino e generalizado de “cuidado”. Não sou a favor de tais movimentos em direção à autenticidade como forma de fazer política, pois continua a localizar a vulnerabilidade como o oposto da agência e a identificar a agência com modos defensivos soberanos e a deixar de reconhecer as maneiras pelas quais a vulnerabilidade pode ser um incipiente e duradouro momento de resistência. Uma vez que entendemos o modo como a vulnerabilidade entra na agência, nossa compreensão de ambos os termos pode mudar e a

tantos outros, em qualquer idade em que nos encontramos, assim como eticamente devemos oferecer estes apoios às outras pessoas, nos limites das nossas possibilidades, em gestos de reciprocidade.

oposição binária entre eles pode ser desfeita. Considero o desfazer desse binário uma tarefa feminista³ (BUTLER, 2014, p. 16, tradução livre, com aspas no original).

Mais do que não suprimir o poder de agência, Butler indica que a partir de uma condição supostamente primária de vulnerabilidade, estariam dadas as potencialidades de resistência, pela percepção de que atribuir vulnerabilidade é uma estratégia para a construção de precariedades. A autora, em diversas obras nas quais as vulnerabilidades estão sob foco, insiste que não é desejável separar as condições sob as quais se dão, ou se detectam vulnerabilidades, das ações políticas e éticas que devem levar à identificação dos modos como vulnerabilidades e precariedades se estabelecem. Em outro sentido, deve-se indagar a quais pessoas e estruturas de poder interessam as atribuições de vulnerabilidades e contra quais pessoas elas se dirigem, em tentativas de desumanizações e exclusões.

Negar a vulnerabilidade como condição biológica é o que encontramos em Catriona Mackenzie:

Um problema com a análise de Fineman (2008, 2010), no entanto, é que ela atribui processos biológicos, como doenças e envelhecimento, e danos corporais e infortúnios, como resultado de forças ambientais ou ações humanas. Fineman reconhece que a vulnerabilidade corporal e biológica pode originar e ser agravada por danos sociais e econômicos. Ela também

³ No original: In my view, "vulnerability" ought not to be affirmed as an existential condition, even though we are all subject to accidents, illness, and attacks that can expunge our lives quite quickly. Even so, it would not be a sufficient politics to embrace vulnerability or to get in touch with our feelings, or bare our faultlines as if that might launch a new mode of authenticity or inaugurate a new order of moral values or a sudden and widespread outbreak of "care." I am not in favor of such moves toward authenticity as a way of doing politics, for it continues to locate vulnerability as the opposite of agency, and to identify agency with sovereign modes of defensiveness, and to fail to recognize the ways in which vulnerability can be an incipient and enduring moment of resistance. Once we understand the way vulnerability enters into agency, then our understanding of both terms can change, and the binary opposition between them can become undone. I consider the undoing of this binary a feminist task.

reconhece até que ponto um indivíduo pode sofrer esses danos compostos depende dos vários recursos – físicos, humanos, sociais e ambientais – disponíveis para ele. É por isso que a vulnerabilidade também é específica do contexto e é experimentada e manifestada de forma diferente em diferentes indivíduos. No entanto, nossa corporificação humana continua sendo a principal fonte de vulnerabilidade na análise de Fineman. A dificuldade com essa suposição é que muitos tipos de vulnerabilidade são principalmente o resultado não de processos biológicos inevitáveis, mas de relações interpessoais e sociais ou de estruturas econômicas, legais e políticas. Como Robert Goodin (1985) argumenta, “Qualquer dependência ou vulnerabilidade é indiscutivelmente criada, moldada ou sustentada, pelo menos em parte, por arranjos sociais existentes. Nenhum é totalmente natural” (p. 191)⁴ (MACKENZIE, 2014, p. 37-38, tradução livre).

Desnaturalizar as condições propícias à instituição de vulnerabilidades – e por consequência das precariedades que daí podem advir – começaria, segundo Catriona Mackenzie, pelo reconhecimento dos contextos para além dos biológicos em que elas são identificadas, o que mais acima indico como condições circunstanciais. Circunstâncias que, das perspectivas teóricas e metodológicas exigidas em cada investigação, não devem ser tomadas como universais, mesmo quando tal esteja sugerido a princípio, como variáveis políticas, econômicas, religiosas e outras. Por mais tentador, por exemplo, possa ser atribuir à

⁴ No original: A problem with Fineman's (2008, 2010) analysis, however, is that it gives biological processes, such as illness and aging, and to bodily harms and misfortunes, whether these are the result of environmental forces or human actions. Fineman does acknowledge that corporeal, biological vulnerability can give rise to, and be compounded by, social and economic harms. She also acknowledges that the extent to which an individual may suffer these compounded harms depends on the various resources - physical, human, social, and environmental - available to her. This is why vulnerability is also context specific and is experienced and manifested differently in different individuals. Nevertheless, our human embodiment remains the primary source of vulnerability on Fineman's analysis. The difficulty with this assumption is that many kinds of vulnerability are primarily the result not of unavoidable biological processes but of interpersonal and social relationships or economic, legal, and political structures. As Robert Goodin (1985) argues, "Any dependency or vulnerability is arguably created, shaped, or sustained, at least in part, by existing social arrangements. None is wholly natural" (p. 191).

religião genericamente considerada um elemento-chave para vulnerabilizações e precarizações, é necessária atenção a que crença religiosa nos referimos e a quais usos e abusos dela são feitos por lideranças e dirigidas a quem. Vejam-se no Brasil os ataques de algumas denominações neopentecostais contra pessoas e religiões de matriz africana ou afro-brasileira, motivados por intolerâncias religiosas e que resultam efetivamente em assassinatos e situações de insegurança física e psicológica para as pessoas perseguidas. A perspectiva de contextualização, portanto, deve alcançar os próprios modos como as variáveis que incidem sobre processos de vulnerabilizações e precarizações ocorrem.

Os debates conceituais e metodológicos em torno das vulnerabilidades têm conduzido a questionamentos sobre a pertinência de se continuar a adotar tal noção em algumas pesquisas, pelo risco de esvaziamento político do conceito e da naturalização das condições em que as vulnerabilidades ocorrem. Como visto a partir de Butler e Mackenzie, adotar as perspectivas das vulnerabilidades não pode se dar sem atenção ao poder de agência das pessoas, aos cuidados com a atribuição biológica às condições de vulnerabilidades e às dimensões éticas e políticas implicadas nas reflexões sobre vulnerabilidades. Em síntese, trata-se de conceito que pode operar, mesmo que involuntariamente, no sentido da manutenção das dimensões relacionais e circunstanciais que favorecem a instituição social das vulnerabilizações e das precarizações.

Estelle Ferrarese, em artigo cujo título livremente traduzido é *Vulnerabilidade: um conceito para desfazer o mundo como ele é?*⁵, alerta

⁵ No original: Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is?

para a necessidade de avaliação moral no acionamento da noção de vulnerabilidade.

Parece-nos que, por detrás da multiplicidade de usos e críticas que dela se fazem, o recurso à ideia de vulnerabilidade pressupõe uma avaliação moral: a vulnerabilidade apareceria assim apenas na medida em que comporta um horizonte de obrigações (cumpridas ou não, mas percebidas por alguns e, via de regra, por quem faz uso do termo), do raciocínio normativo e dos arranjos e discursos políticos. Ela nos impõe uma forma de ação, de proteção, de cuidado – uma liminar que pode ser dirigida a instituições, a um grupo particular, ao sistema jurídico, a qualquer pessoa. Por fim, pode vir acompanhada da desaprovação daqueles que se aproveitam da fragilidade assim formada⁶ (Ferrarese, 2016, p. 150-151, tradução livre).

Se entendermos como avaliação moral o compromisso ético e político no manuseio teórico e metodológico da noção de vulnerabilidade podemos nos comprometer com posicionamentos de efetivo reconhecimento das alteridades, distanciando-nos das lógicas da política da inimizade de que trata Achille Mbembe. Reconhecer alteridades é um desafio tão mais denso quanto maiores forem as tentações de classificação como “vulneráveis” determinadas pessoas, comunidades ou instituições, imputando a elas incapacidade de poder de agência. Poder de agência, aliás, que precisa ser reconhecido na própria autodefinição, por pessoas, comunidades ou instituições, das atitudes alheias e das circunstâncias que produzem as bases que as tornam vulneráveis. Em suas capacidades de administração da própria

⁶ No original: It seems to us that, behind the multiplicity of uses and critiques made of it, recourse to the idea of vulnerability presupposes a moral evaluation: vulnerability would thus appear only insofar as it entails a horizon of obligations (fulfilled or not, but perceived by some and, as a rule, by one who makes use of the term), of normative reasoning and of political arrangements and discourses. It enjoins us to a form of action, of protection, of care – an injunction which can be addressed to institutions, to a particular group, to the juridical system, to anyone at all. Lastly, it can be accompanied by the disapproval of those who take advantage of fragility thus formed.

existência estão as lutas contra todas as estratégias relacionais e circunstanciais de produção de vulnerabilizações e de precarizações.

O compromisso ético e político deve também recair sobre o alerta que Butler faz acerca das políticas do cuidado. Como se define o que é o cuidado? A quem ele se destina? Quem se responsabilizará por ele? Há uma vasta literatura feminista, não necessariamente tendo a vulnerabilidade como foco, que indica o quanto a atribuição do cuidado como tarefa “natural” das mulheres tem resultados perversos, sob a forma de trabalho não remunerado, de cansaço no limite do suportável, do sentimento de culpa por eventualmente ter falhado na “missão” etc. Dito de forma mais direta, atribuir às mulheres a condição natural para o cuidado é impor-lhes regimes físicos e psicológicos excruciantes que tornam quem deveria proteger outras pessoas das vulnerabilizações e precarizações naquelas que por esse fardo são vulnerabilizadas e precarizadas. Ademais, resta saber se as “políticas do cuidado” resultam do pedido de quem deles supostamente se beneficiará, ou se trata, na verdade, de estratégia para o estabelecimento e/ou manutenção de relações de poder, fundadas em lógicas hierarquizantes de gênero, racismo, xenofobia, capacitismo, LGBTQIAP+fobia etc.

Recorrer às noções de vulnerabilidades requer, portanto, prudência, e uma dose de utopia contida no título-pergunta do artigo de Estelle Ferrarese. Do contrário, a noção de vulnerabilidades poderá ocultar como sua utilização potencialmente produz vulnerabilizações e precarizações, de que trato na segunda parte desse ensaio.

DA VULNERABILIDADE ÀS VULNERABILIZAÇÕES E PRECARIZAÇÕES

Nessa segunda parte do ensaio recorro a um livro que aborda preconceitos, estigmatizações e outras estratégias de desumanizações,

portanto, geradoras de vulnerabilizações e de precarizações, no contexto dos Estados Unidos, e às condições que no Brasil envolvem vulnerabilizações e precarizações resultantes das dinâmicas do racismo, da misoginia e da LGBTQIAP+fobia. São situações e exemplos que a meu ver reforçam a falácia e os riscos da máxima que propõe a “vulnerabilidade como ontológica e a precariedade como social”.

No livro *Longe da árvore*, Andrew Solomon (2013), a partir de entrevistas, das próprias vivências e experiências como homem gay, pai e filho, e da observação de movimentos de reivindicações e reuniões de entidades de representação, descreve como preconceitos, estigmas e outras estratégias de desumanizações atingem pessoas diversas, a exemplo daquelas com nanismo ou com deficiência auditiva⁷. Das entrevistas e dados compilados por Solomon relativos às pessoas com nanismo ou com deficiência auditiva, resultam depoimentos que simultaneamente desnudam os danos do capacitismo (DI MARCO, 2021; GESSER; BÖCK; LOPES, 2020; VENDRAMIN, 2019) e de outras modalidades de preconceitos, e o poder de agência dessas pessoas no enfrentamento de todas as dificuldades que lhes são artificialmente impostas pela suposição alheia de que sendo por nascença vulnerabilizadas por suas deficiências, por consequência não seriam capazes de autodefinição sobre o que podem ou não fazer. O livro

⁷ No livro, composto de doze capítulos, são descritas experiências além do nanismo e da deficiência auditiva, como consta na lista a seguir, que mantém os termos originais na publicação, alguns deles não mais adotados, por serem considerados reforçadores de preconceitos: 1. Filho, 2. Surdos, 3. Anões, 4. Síndrome de Down, 5. Autismo, 6. Esquizofrenia, 7. Deficiência, 8. Prodígios, 9. Estupro, 10. Crime, 11. Transgêneros e 12. Pai.

detalha as negligências dos poderes públicos e de empresas na adaptação de espaços e mobiliários adequados às pessoas com nanismo e com deficiência auditiva, assim como também relata situações nas quais políticas de tutelamento, a um só tempo, visam mascarar essas negligências e suprimir autonomias.

Em diversas entrevistas concedidas a Solomon, pessoas com nanismo ou com deficiência auditiva negam suas supostas condições ontológicas de vulnerabilidade, mas são também unânimes em reivindicarem tratamento respeitoso, que comece pela utilização de expressões adequadas às suas condições físicas, eliminando aquelas que historicamente fizeram parte das estratégias de desumanizá-las. Para além das palavras, pessoas com nanismo ou com deficiência auditiva, cada uma dentro das suas especificidades, têm enfrentado dilemas de submissão ou não a tratamentos apresentados como soluções para os “problemas” vivenciados por elas, nem sempre efetivos, e não raro com pressupostos estéticos fundados precisamente nas lógicas capacitistas. Polêmicos, alguns tratamentos, por exemplo para pessoas com nanismo, são aceitos por algumas delas, o que pode implicar passar toda a infância e adolescência usando pinos e aparelhos ortopédicos de sustentação a ossos permanentemente quebrados com a finalidade de aumentar o tamanho de pernas e braços.

É ainda por meio da ciência que pessoas com nanismo e com deficiência auditiva percebem e denunciam a mais grave ameaça às suas existências, particularmente com a evolução da medicina genética. Dos exames que detectam as condições de nanismo e de deficiência auditiva na fase fetal, com possibilidade de aborto, às potencialidades da manipulação genética que supostamente permitiria gerar fetos “puros”, algumas pessoas entrevistadas por Solomon se referem às ameaças de

destruição de comunidades culturais com suas riquezas e variabilidades. Pessoas com nanismo ou com deficiência auditiva se autoatribuem características de comunidades culturais, com linguagens e rituais próprios e uma série de outras contribuições para a necessária diversidade humana. Diversidade que está na própria constituição genética da espécie humana, é bom lembrar, com as probabilidades de que nasçamos com características físicas ou intelectuais preconceituosamente consideradas “defeituosas” resultantes de variações nos arranjos dos genes que nos definem.

O livro de Andrew Solomon oferece, com riqueza de detalhes, as condições relacionais e circunstanciais que promovem vulnerabilizações e precarizações, constituindo um importante documento sobre a falácia da vulnerabilidade como condição ontológica. Embora eu tenha destacado aqui somente dois exemplos, ambos marcados pelas desumanizações advindas do capacitismo, além de outros preconceitos, os doze capítulos são um convite à reflexão sobre como cotidianamente, ainda que de forma involuntária, contribuimos para a construção e manutenção de vulnerabilidades e de precariedades⁸. Nesse sentido, a própria indicação de que fazemos isso de maneira involuntária é um forte indício do quanto somos pessoas pouco atentas, no geral, aos diversos mecanismos produtores e perpetradores de racismos, xenofobias, capacitismo, misoginia,

⁸ Mantenho vivo na memória o incidente ocorrido em 2019, em Belém, no Pará, quando quase derrubei um senhor com deficiência visual que passava pela calçada no momento em que saí do hotel. Meu pedido de desculpas não redime meu despreparo para situações como essa, posto que não nos preparamos para essa possibilidade de encontro no cotidiano. O caráter involuntário, na verdade, resulta de não incluirmos dentre cuidados com automóveis que possam nos atropelar e outras situações de risco, a necessidade de também atentarmos para o potencial de, ao caminharmos nas ruas, atingirmos pessoas com deficiência.

LGBTQIAP+fobia e outras modalidades de hierarquizações, que ao promoverem exclusões, produzem vulnerabilizações e precarizações.

Dados compilados pelo Atlas da Violência 2021 indicam que uma pessoa negra tem no Brasil 2,6 vezes mais chance de ser assassinada do que uma pessoa não negra. “A taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros no Brasil em 2019 foi de 29,2, enquanto a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2”, apontam dados do Atlas (ACAYABA, ARCOVERDE, 2021, s/p.). Outros detalhamentos do Atlas da Violência 2021 permitem melhor compreender essas dinâmicas de vulnerabilizações e precarizações específicas das pessoas negras:

A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e coordenadora do Atlas, Samira Bueno, diz que há dois "Brasis". “Mais do que persistir, o fato é que o Atlas mostra que essa desigualdade racial se acentua ao longo da última década. Então, além de a gente ter, historicamente, negros mortos em função de homicídios, e essa taxa de mortalidade ser muito maior do que entre não negros, o fato é que a gente tem dois Brasil: o Brasil em que brancos, amarelos vivem e a taxa de homicídios é de 11 por grupo de 100 mil habitantes, e o Brasil em que negros habitam e a taxa é de 29 por 100 mil habitantes. Então, é essa distância brutal e isso vem se acentuando nos últimos anos”. O recorte por gênero também aponta os negros como a maioria das vítimas assassinadas no Brasil. Em 2019, as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres mortas no país, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, enquanto a taxa entre mulheres não negras foi de 2,5 (ACAYABA, ARCOVERDE, 2021, s/p.).

Resultado do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e do genocídio das pessoas negras no Brasil (NASCIMENTO, 1978), buscar

entendimentos à maneira de vulnerabilidade ontológica para os índices de violências contra pessoas negras é adotar uma das mais perniciosas e insidiosas manifestações de racismo: o científico, ou melhor seria dito, fundado em pseudociência, que se até o início do Século XX adotava princípios eugenistas como racismo explícito, posteriormente passou a adotar estratégias mais sutis (ROSA; ALVES-BRITO; PINHEIRO, 2020). Historicamente, as vulnerabilizações e precarizações de vidas negras são também o resultado da falsa suposição de inferioridade genética das pessoas negras, que as tornariam intelectualmente despreparadas para atividades exercidas por pessoas não negras, resultando em desemprego, salários menores para cargos idênticos, violências físicas e simbólicas, restrições de acesso à educação, à saúde, ao lazer e uma série de outras estratégias de desumanizações.

Tal como está fartamente discutido em autores como Achille Mbembe (2017), Abdias Nascimento (1978), Silvio Luiz de Almeida (2018) e em autoras como Lélia Gonzales (2020), a ideia de “raça” que sustenta o racismo tem suas origens no sequestro dos povos africanos pelos colonizadores europeus, escravizados para o exercício de trabalhos desumanos, e não em qualquer sustentação científica. Isso implica “raça” não ser condição natural (“ontológica”), mas uma potente ficção socialmente construída com o objetivo de justificar que, não sendo humanos segundo os critérios do humanismo europeu, os negros da África não estariam no espectro das garantias de vida digna reservada aos colonizadores. Uma sofisticada rede de argumentos filosóficos, éticos, morais, religiosos e de outras ordens foi acionada para justificar os regimes escravocratas, e mesmo sendo argumentos falaciosos, continuam a dar sustentação ao racismo.

No Brasil e em outras partes do mundo os movimentos negros de reivindicações de direitos e vidas dignas têm sido de importância fundamental para denunciar e não deixar dúvidas sobre como o racismo é estrutural e estruturante de políticas de construção de vulnerabilizações e de precarizações, jogando por terra qualquer hipótese de condição ontológica de vulnerabilidade das pessoas negras. Aliás, como se evidencia em políticas eugenistas e no racismo científico, recorrer à suposição de vulnerabilidade ontológica das pessoas negras sempre foi a maneira de negar o racismo naquilo que ele é e a desculpa não sustentável em evidências de quaisquer naturezas para as atitudes de pessoas racistas.

São também os dados estatísticos que desnudam outra realidade trágica promovida por estratégias de vulnerabilizações e de precarizações contra setores da população brasileira, dessa vez, sobre as pessoas LGBTQIAP+, na sigla que agrupa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queers*, intersexo, assexuais, pansexuais, pessoas não binárias e todas as não identificadas com a cisheteronormatividade. O Grupo Gay da Bahia anualmente apresenta dados que indicam o Brasil como o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+, resultado de LGBTQIAP+fobia que se sustenta em discursos de ódio vindos de áreas diversas, como religião, medicina, pedagogia, psicologia, direito etc., ainda que sejam nessas áreas em que também estejam pessoas comprometidas com lutas para erradicação da LGBTQIAP+fobia. Ao longo de 43 anos o Grupo Gay da Bahia tem compilado assassinatos que reiteram a posição do Brasil como país

perigoso e letal, a despeito da militância e crescente visibilidade pública das reivindicações pelo fim das violências físicas e simbólicas contra pessoas LGBTQIAP+ e pela aquisição de direitos que não as coloquem em situação de desigualdade social. Os números de assassinatos são elevados:

Em 2022, a cada 34 horas um LGBTQ+ foi vítima de morte violenta no Brasil. Segundo pesquisa e relatório da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, órgão extinto por Bolsonaro, entre 2011-2018 foram registradas 552 mortes de LGBTQ, “uma vítima de homofobia a cada 16 horas no país” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2023, s/p.).

Os impactos sobre a expectativa de vida, assim como no que diz respeito às demais condições de existência são reveladores de que variáveis interseccionais fazem com que pessoas abrigadas na extensa sigla enfrentem dificuldades acrescidas. Por exemplo, pessoas travestis e trans, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), têm expectativa média de vida no Brasil de apenas 35 anos, número que corresponde à média que a população geral vivia na Idade Média, uma era sempre reportada no imaginário popular como época de prevalência da barbárie.

Atribuir condição ontológica de vulnerabilidade às pessoas LGBTQIAP+ tem sido, por exemplo, a estratégia de diversas religiões ao redor do mundo ao afirmar que tais pessoas nasceriam sob o desígnio do pecado, justificando seus assassinatos, expulsão da vida religiosa, programas de “cura”, dentre outras atrocidades que minam suas resistências físicas e psicológicas. No livro *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTQIs* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019), os relatos dão a ver o quanto premissas religiosas, falta de apoio familiar

(não raro, franca hostilidade, inclusive com violências físicas e simbólicas e expulsão de casa), ataques sofridos na escola, no trabalho e em outros locais de convívio são experiências traumáticas para pessoas LGBTQIAP+. Isoladas ou em conjunto, as tentativas de aniquilamento de subjetividades têm como resultado mais perverso a negação da autonomia das pessoas LGBTQIAP+, com consequências trágicas que se revelam em elevados índices de suicídio e enormes desafios para alcance e manutenção de saúde mental.

Reforçando a necessidade de verificar as dimensões relacionais e circunstanciais em que são produzidas as vulnerabilizações e as precarizações, o período da pandemia de Covid-19 agravou as más condições de vida de pessoas LGBTQIAP+ vivendo no Brasil, com reflexos no aumento de desemprego, de falta de habitação, de situação de fome e outras mazelas, conforme documentado por pesquisas realizadas pela organização *votelgbt* nos anos de 2020 e 2021, os mais severos da pandemia (*VOTELGBT 2020; 2021*). A necessidade de convívio familiar forçado pelas políticas de isolamento social impostas pela Covid-19 aumentou o grau de vulnerabilizações e de precarizações para muitas pessoas LGBTQIAP+, que infelizmente têm na família a primeira estrutura que lhes impõe violências físicas e simbólicas.

O último exemplo a que recorro, que lamentavelmente não encerra a lista de grupos e pessoas que são vulnerabilizadas e precarizadas no Brasil (indígenas, pessoas em situação de rua, dependentes químicos, para não me estender na longa lista) é o das mulheres, expostas aos danos provocados pela misoginia e pelas relações de gênero

hierarquizantes fundadas nas lógicas do patriarcado e em outras estratégias que beneficiam o homem branco, cisheterormativo e capacitista. Pesquisadoras feministas como Rita Laura Segato (2016) referem-se às violências físicas e simbólicas contra mulheres como autênticas guerras, nas quais há ao menos dois objetivos complementares: o ataque deliberado às mulheres como parte de uma guerra que visa dominação; e a utilização das violências contra elas com o objetivo de atingir os homens e as sociedades em seus entornos. No Brasil, os dados estatísticos anuais sobre assassinatos de mulheres e feminicídios alcançam cifras de verdadeira guerra civil, como aliás verifica-se também nos genocídios de pessoas negras e de pessoas LGBTQIAP+ referidos anteriormente.

Os dados levantados pelo Monitor da Violência mostram, mais uma vez, um aumento no número de vítimas de feminicídio no Brasil. Em 2022, ao menos 1.410 mulheres foram assassinadas em razão de seu gênero. Este número representa um aumento de 5,5% em relação a 2021, quando foram registrados 1.337 casos. Cresceu também o número de mulheres vítimas de homicídio, que passou de 3.831 em 2021 para 3.930 em 2022 – uma variação de 2,6%. (BUENO, SOBRAL, 2023, s/p.)

Agrava a situação estatística a constatação de que enquanto o número de homicídios femininos e de feminicídios aumentou em 2022, houve um recuo de 1,1% nos dados gerais brasileiros, em igual período, do total de crimes violentos letais intencionais (BUENO; SOBRAL, 2023). As violências físicas e simbólicas contra mulheres têm resistido e aumentado no Brasil mesmo após a aprovação de importantes documentos legais, como a Lei Maria da Penha, voltada para a prevenção de violências contra as mulheres, e a Lei do Feminicídio, que tipifica e agrava a pena dos crimes cometidos em função do gênero

feminino. Romper com a cultura misógina é um desafio que se impõe para a eliminação das estratégias de vulnerabilizações e de precarizações das mulheres brasileiras, que também têm empreendido esforços políticos pela paridade de emprego, de salários, de representação política, de presença nas ciências e uma série de outras iniciativas que objetivam o fim das hierarquizações excludentes e geradoras de violências físicas e simbólicas.

Tal como aparece em destaque nos dados das violências contra pessoas negras, as chaves de leitura interseccionais são fundamentais para a compreensão sobre como racismo e misoginia tornam as mulheres negras vítimas de violências diversas quando comparadas às mulheres não negras. No quadro geral, a misoginia e demais lógicas derivadas das dinâmicas excludentes promovidas pelo patriarcado são um alerta para lidar teórica e metodologicamente com a noção de vulnerabilidade no que se refere ao múltiplo universo das mulheres fora dos marcos de suposta condição ontológica.

A área da Comunicação Social é uma das que requer maior atenção em pesquisas sobre vulnerabilidades e processos de vulnerabilizações e de precarizações, como campo que pode contribuir com políticas públicas e outras ações que visem denunciar e eliminar as mazelas derivadas das vulnerabilidades, incluindo a quem elas interessam e contra quem se dirigem. Mas também porque é no cinema, na publicidade, nas telenovelas, no jornalismo, nas plataformas sociais digitais e em outros produtos e processos de informação e de entretenimento que encontramos visões distorcidas que promovem ou

reforçam racismo, xenofobia, misoginia, capacitismo, LGBTQIAP+fobia e outras estratégias de desumanizações.

Andrew Solomon, no contexto dos Estados Unidos, traz exemplos sobre como pessoas com nanismo são ridicularizadas em filmes, séries televisivas e programas de humor, realidade que também se verifica no Brasil. As telenovelas brasileiras, ainda hoje, destinam pouco protagonismo a atrizes e atores negras e negros, quando não lhes reservam papéis de domésticas, estereótipos de bandidos e outras modalidades de reforço do racismo. Em que pese alguns avanços, telenovelas tendem a reservar papéis caricaturais a pessoas LGBTQIAP+, o mesmo ocorrendo no universo do humor, com tratamentos francamente LGBTQIAP+fóbicos em produtos jornalísticos em mídias diversas de cariz sensacionalistas. No que diz respeito às mulheres, há diversas pesquisas que concluem ser o jornalismo parte das redes que as violentam simbolicamente em estratégias narrativas variadas, da sugestão de culpa pelas próprias violências físicas e simbólicas sofridas, a processos de apagamento de suas memórias.

Em suas potencialidades ambíguas, produtos e processos comunicacionais requerem abordagens conceituais e enquadramentos metodológicos que considerem as múltiplas dimensões éticas e políticas exigidas em investigações que têm vulnerabilidades, precariedades e estratégias de vulnerabilizações e de precarizações como foco. Como busquei evidenciar, o primeiro desafio, de enfrentamento complexo, está em não lidar com a máxima da “vulnerabilidade como ontológica e da precariedade como socialmente construída”. Não é por acaso, tal como indica Estelle Ferrarese, que tem se disseminado uma desconfiança crescentemente acentuada em relação à pertinência do uso generalizado da noção de vulnerabilidade.

Recorro a Judith Butler ao fim desse breve percurso sobre a urgência de buscar eliminar os riscos do uso das vulnerabilidades como estratégias de vulnerabilizações e de precarizações.

É claro que existem muitas razões para se opor à vulnerabilidade, mas, no conjunto final de minhas observações, quero argumentar contra a ideia de que vulnerabilidade é o oposto de resistência. Na verdade, quero argumentar afirmativamente que a vulnerabilidade, entendida como uma exposição deliberada ao poder, faz parte do próprio significado da resistência política como uma representação corporificada. Sei que falar de vulnerabilidade produz resistências de vários tipos, e não apenas o tipo de resistência política que espero mostrar que a vulnerabilidade requer como parte de sua própria estrutura. Há aqueles que temem que a vulnerabilidade, se se tornar um tema ou um problema para pensar, seja afirmada como uma condição existencial primária, ontológica e constitutiva, e que esse tipo de fundacionalismo naufrague nas mesmas costas rochosas que outros, como a ética do cuidado ou o pensamento materno⁹. (BUTLER, 2014, p. 12, tradução livre.)

Recorrer ao conceito de vulnerabilidade deve, portanto, se dar como parte do compromisso de responder positivamente à pergunta formulada na livre tradução do título do artigo de Estelle Ferrarese: *Vulnerabilidade: um conceito para desfazer o mundo como ele é?* Eliminar as injustiças, as desumanizações, o desrespeito aos direitos humanos, as negações de alteridades, as estratégias de eliminação ou fragilização de autonomias deve ser uma orientação ética e política permanente, nas

⁹ No original: Of course, there are many reasons to be opposed to vulnerability, but in the final set of my remarks, I want to argue against the idea that vulnerability is the opposite of resistance. Indeed, I want to argue affirmatively that vulnerability, understood as a deliberate exposure to power, is part of the very meaning of political resistance as an embodied enactment. I know that speaking about vulnerability produces resistance of various kinds, and not just the kind of political resistance that I hope to show requires vulnerability as part of its very structure. There are those who worry that vulnerability, if it becomes a theme or a problem for thinking, will be asserted as a primary existential condition, ontological and constitutive, and that this sort of foundationalism will founder on the same rocky shores as have others, such as the ethics of care or maternal thinking.

nossas ações cotidianas, assim como nas abordagens teóricas e metodológicas que adotamos nas pesquisas que realizamos.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

REFERÊNCIAS

- ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. **G1 São Paulo**, 31/08/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>. Consultado em 02/04/2023.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BUENO, S.; SOBRAL, I. Números de uma tragédia anunciada: 10 mulheres assassinadas todos os dias no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/numeros-de-uma-tragedia-anunciada-10-mulheres-assassinadas-todos-os-dias-no-brasil.ghtml>. Consultado em 09/03/2023.
- BUTLER, J. **Rethinking Vulnerability and Resistance**. 2014. Disponível em: <http://bibacc.org/wp-content/uploads/2016/07/Rethinking-Vulnerability-and-Resistance-Judith-Butler.pdf>. Consultado em 09/03/2023.
- BUTLER, J. **Quadro de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

- DI MARCO, V. **Capacitismo**: o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2021.
- FERRARESE, E. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p. 149-159, May 2016.
- GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Org.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBTQ+ Brasil**: Observatório do Grupo Gay da Bahia 2022, 19/01/2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Consultado em 09/03/2023.
- LUCCA, B. **Brasil é o país que mais mata trans e travestis pelo 14º ano seguido**. Estado de Minas, 26/91/2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/01/26/noticia-diversidade,1449747/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-trans-e-travestis-pelo-14-ano-seguido.shtml>. Consultado em 03/04/2023.
- MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (Ed.). **Vulnerability**: new essays in ethics and feminist philosophy. New York: Oxford University Press, 2014.
- MACKENZIE, C. The importance of relational autonomy and capabilities for an ethics of vulnerability. In: MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (Ed.). **Vulnerability**: new essays in ethics and feminist philosophy. New York: Oxford University Press, 2014. p. 33-59.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do povo brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ROSA, K.; ALVES-BRITO, A.; PINHEIRO, B. C. S. Pós-verdade para quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1440-1468, 2020.
- SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- SOLOMON, A. **Longe da árvore**: pais, filhos e a busca da identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **Revista do Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**, 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/download/4389/4393>. Consultado em 09/03/2023.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**: Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2020. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagnóstico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf. Consultado em 09/03/2023.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021**: Desafios da comunidade LGBT+ no contexto no contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2021. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagnóstico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>. Consultado em 09/03/2023.

6

O MÉTODO DA IGUALDADE: VOZES, CORPOS E MATERIALIDADES EM PERCURSOS METODOLÓGICOS COM EXPERIÊNCIAS SUBALTERNAS

*Ângela Cristina Salgueiro Marques*¹

*Marco Aurélio Máximo Prado*²

A questão do método se transformou no Século XX um nódulo fundamental para se pensar o engajamento e a prática crítica no conhecimento científico. Desde meados do Século XX, quando as principais críticas metodológicas se fortaleceram, as metodologias se consolidaram como um amplo campo de debates e discussões relevantes para se pensar não só o engajamento da própria ciência, mas também

¹ Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. É co-autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017 – com Angie Biondi); *Diálogos e Dissidências: Foucault e Rancière* (Appris, 2018 – com Marco Aurélio Prado); e *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018 – com Luis Mauro Sá Martino). É organizadora dos livros *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018) e *Imagens e Alteridades* (SELO PPGCOM, 2019). É tradutora das seguintes obras do filósofo Jacques Rancière: *O trabalho das Imagens* (Chão da Feira, 2021) e *O método da cena* (Quixote + Do, 2021). Integra os grupos de pesquisa MARGEM (UFMG); DIZ (UFV) e Grupo de Pesquisa Corpo, imagem e sociabilidade (UTP). Pesquisadora colaboradora do Grupo LITEM, Université Évry Val d'Essone, Institut Mines-Télécom et Université Paris-Saclay. Este trabalho resulta de uma colaboração científica entre os autores, iniciada em 2014. Agradecemos o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e da Fapemig. Contato: angelasalgueiro@gmail.com.

² Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. É Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Realizou estágio doutoral junto ao Departamento de Sociologia da City University of New York (CUNY) e pós-doutoral na Cátedra de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts/Amherst pela Fundação Fulbright. É coautor do livro *Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière* (Appris, 2018) com Ângela Cristina Salgueiro Marques, autor do livro *Ambulare* (SELO PPGCOM, 2018) e de vários artigos científicos, bem como coorganizador por dossiês temáticos em diferentes revistas científicas. É editor auxiliar da Revista *Psicologia Política* e foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). É bolsista produtividade CNPq e conta generosamente com o apoio da Fapemig, CNPq, e fomentos de pesquisa nacionais e internacionais. Contato: mamprado@gmail.com.

suas ideologias, sua relação com diferentes sujeitos e seus destinatários. Exatamente no centro deste debate é que a visão da ciência sobre a vida ordinária, cotidiana, normal e aparente foi colocada em xeque (FOUCAULT, 1975).

Desse modo, a relação entre a ciência e a vida ordinária foi, sem dúvida, uma das discussões mais nodais no Século XX instalando por consequência desse debate um levante crítico sobre como e qual trajetória metodológica uma pesquisa deveria percorrer. Esta interpelação, já muito bem analisada por autores como Michel Foucault (1975), passa a colocar em questão não só vários procedimentos metodológicos, mas igualmente a própria ideia de método e ciência (Harding, 2007). Portanto, esta relação entre ciência e vida vivida e ordinária será tomada por reflexões que retomam projetos clássicos de ciência que engendraram quase todas as formas de pensamento social. Ela se tornará uma das questões mais complexas no âmbito das escolas acadêmicas e científicas, pois sua crítica impõe um duplo parênteses: tanto na relação entre poder e conhecimento como na relação entre quem tem o saber e quem é, nesta perspectiva, o suspeito de estar sob o engano do vivido.

Trata-se de sublinhar os séculos de construção através dos quais a ciência se posicionou como uma refinada ferramenta de investigar o oculto existente na experiência do vivido, nas aparências. Através dela seria possível portanto a busca pelo conhecimento verdadeiro ou da própria verdade (HELLER, 2003) no ato principal de ir além das aparências, desvelando assim, seu próprio engano, aquele comum da sua ordinaryidade lógica. Ou seja, esta posição de analista suspeita da vida cotidiana passa a ser o principal problema metodológico que se apresenta neste contexto de questionamentos e críticas. Portanto a

questão como escutar as experiências diversas e desiguais sem que a “lógica da suspeita” (RANCIÈRE, 1974) seja o princípio observador do mundo se afirma como uma questão premente (MARQUES; PRADO, 2018)

Esta dimensão se trata, sobretudo, de reflexionar como são erguidas as próprias ciências, sob quais patamares hierárquicos suas premissas estão depositadas, como se estruturam e como se erguem seus problemas que, ao considerarem muitas vezes suas gramáticas metodológicas não conseguem ver, ouvir e observar experiências ordinárias de vida que precarizadas e desprezadas pelo curso normal da história (RANCIERE, 2021), parecem não serem mais depositadas de humanidade que mereceriam ser contadas em uma certa aritmética científica.

O que se coloca primeiramente em litígio, portanto, é a praticidade do próprio método científico. Ou seja, como fazer, qual percurso e como escutar, ver e ouvir, passam a ser questões extremamente polêmicas, complexas e difíceis de lidar no mundo da reprodução sistemática da hierarquia do conhecimento. E aqui não se trata simplesmente de colocar esta hierarquia em uma lista crítica, em modelos acusatórios de petição, mas sobretudo de se pensar qual é a circulação da palavra científica e quais possibilidades de deslocamentos podem ser produzidos na ideia mesma de produção do conhecimento.

A lógica em que se insere essas questões é a lógica das hierarquias sociais (RANCIÈRE, 2021). Esse é talvez o ponto nevrálgico que nos cabe enfrentar para repensar, a partir da contribuição do pensamento de Jacques Rancière, como estruturar um método que subverta as hierarquias na construção de campos de pesquisa com populações,

grupos e experiências as quais, em grande parte da história do conhecimento, estiveram subalternas a própria ciência.

Nosso problema neste capítulo é exatamente pensar uma outra lógica da praticidade que não se imponha pela hierarquia social do conhecimento, pela verticalidade do poder da ciência e nem pela restrição da experiência da alteridade, especialmente quando se trata de pensar as experiências da vulnerabilidade que sempre são múltiplas e interseccionais. E para isso, percorrendo a trilha do pensamento de Rancière e os estudos de teses e dissertações que orientamos a partir desta perspectiva, buscaremos expor essa praticidade do pensamento da igualdade.

Neste texto nos interessa demonstrar como as experiências de pesquisa a partir do método da igualdade podem nos ajudar a responder estas interpelações, mas não sem antes questionar a própria noção de ciência como uma prática de desvelamento do conteúdo oculto das aparências (QUINTANA, 2019).

VOZES, LOGOS E LITERALIDADE: A CIRCULAÇÃO E O EXCESSO

A utilização do pensamento teórico-metodológico de Jacques Rancière tem sido um desafio para inúmeras pesquisas em diversas áreas onde a existência de metodologias consagradas consolidou uma certa gramática obrigatória tanto nas escritas como nas próprias estruturas das atividades de pesquisar. Neste sentido, tem sido fundamental em nosso fazer acadêmico estimular pesquisas a partir do método da igualdade bem como implicar reflexões sobre os usos do método em contextos bastante heterogêneos, de forma que esta experimentação colabore para o desenvolvimento desse campo de intencionalidades que se propõe a pensar desde lugares não

hierárquicos a própria produção do conhecimento científico e político de forma interdisciplinar.

O trabalho intitulado “Entre a luta, a voz e a palavra”, que foi desenvolvido por Otacílio de Oliveira Junior (2016), é um relevante exercício desse laboratório metodológico que temos realizado a partir do método da igualdade com populações subalternizadas e vulneráveis. O trabalho em tela, a partir da proposição de Rancière sobre a palavra e o logos para se pensar a própria noção de política, pesquisou a experiência de Saraus da Periferia da cidade de Belo Horizonte como uma experiência política de deslocamento das vozes da desigualdade.

Pois a ideia de que os seres falantes são iguais por sua capacidade comum de falar é uma ideia razoável/desarrazoada, desarrazoada em relação à maneira como se estruturam as sociedades, desde as antigas realezas sagradas até as modernas sociedades de peritos. A afirmação de um mundo comum efetua-se assim numa encenação paradoxal que coloca juntas a comunidade e a não-comunidade. E uma tal conjunção remete sempre ao paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos numa articulação entre a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser (Rancière, 1996, p. 62).

O interesse da pesquisa de Oliveira Junior era compreender “as redes de significação em torno de experiências de grupos que vinculam ativismo e performances artísticas ao conjunto de suas ações” (2016, p. 37). Nesse sentido, pensar a experiência dos Saraus periféricos foi muito profícuo para deslizar sobre essas redes de significação e apropriação da palavra.

A igualdade como um princípio articulador é para Rancière uma condição não ontológica das formas de conhecimento. Cabe aqui

salientar que o trabalho do método da igualdade é antes de tudo impor uma capacidade de verificação das redes de significação. Ou seja, é através do método que o autor rompe totalmente com a hierarquia dos saberes. Sua proposição se baliza, antes de tudo, em uma interpelação densa à condição hierárquica que impõe enquadramentos específicos ao lugar daquelas experiências que não são consideradas como parte do que é o comum em uma sociedade: o pobre periférico pode escrever poesias e declamar? Essa espécie de afronta ao sequestro das vozes e palavras produzido por efeito das hierarquias é o que o método da igualdade pretende fazer visível. Esse dano que está inscrito em todas as formas de hierarquia social (MARQUES; PRADO, 2021).

Foi com esse objetivo que Oliveira Junior (2016) construiu sua pesquisa sobre a experiência dos Saraus da Periferia na cidade de Belo Horizonte. A metodologia pensada como uma ação permitiu a partir do diálogo com o trabalho de J. Rancière escutar o Sarau não como um conjunto de experiências de poesia que seriam efeito de seu contexto das periferias, mas sim como a prática da apropriação da palavra do outro e como a circulação delas entre aqueles não previstos de declamar. Afinal, a poesia sempre esteve confiscada pela elite dos sábios.

Así, la literatura puede instaurar, en medio de ordenación dada completa los cuerpos, la existencia seres sin cuerpo, de seres hechos palabras, de palabras que no coinciden con ningún cuerpo, introduciendo una heteronomía en el yo, atravesando y deshaciendo al yo con la experiencia de singularidades que son cuerpos completos, cerrados, fijados a unas capacidades, sino cuerpos hablantes dividido (QUINTANA, 2016, p.18)

Rancière, ao nomear os giros metodológicos de seu pensamento, identifica dois principais passos metodológicos que permitiram constituir a prática de um método da cena. O primeiro que foi

identificar essa vontade de se voltar a palavra dos “de baixo” que historicamente foi confiscada pelos “de cima”.

No primeiro momento, relativo a 68 ou pós-68, isso me levou a fazer um apelo a uma palavra que era sufocada por uma dupla confiscação: aquela operada, por um lado, pela ciência marxista, mas também, por outro, a confiscação operada pelo aparelho político e sindical do partido comunista. Nesse primeiro momento, portanto, havia uma vontade de voltar a um tipo de palavra “de baixo”, que havia sido sufocada por uma pressão vinda “de cima” (RANCIÈRE, 2021, p. 7).

Esse primeiro momento demarca o passo que o autor deu em direção ao reconhecimento do confisco das vozes vulneráveis. A intensa movimentação política de enfrentamentos dos autoritarismos nas sociedades marca esse reconhecimento fundamental, embora ainda se mantenha o que Rancière vai chamar de uma visão dualista que lhe caberá interpelar.

(...) preso à ideia de que havia uma palavra de cima e uma palavra de baixo, uma palavra que de alguma forma era “mentirosa” e outra verdadeiramente “autêntica”. Isso remetia à ideia de que havia algo como “verdadeiros sujeitos populares” ou “verdadeiros sujeitos operários” e que havia uma palavra autêntica que precisava ser recuperada e que precisava se fazer ouvir contra a palavra dos acadêmicos e a palavra autoritária. Assim, no fundo era algo que ficava preso a essa espécie de dualismo entre uma palavra de cima e uma palavra de baixo; uma palavra dos acadêmicos e uma verdadeira palavra popular, imanente ao corpo popular ou ao sujeito operário. Era algo de que eu precisei me separar em um segundo momento (RANCIÈRE, 2021, p. 7).

Esse elemento revelado pela visão dualista que Rancière nos apresenta será fundamental para que este segundo giro possa acontecer na proposição metodológica do autor. Sua interpelação é de que não há

uma voz legítima a ser liberada, porque ela não está lá depositada e oculta nos limites do impedimento da relação hierárquica entre “os de baixo e os de cima”. O que há é uma ação de fazer a palavra circular. Para esta ação faz-se fundamental o reconhecimento de que não há a palavra do intelectual e a palavra do operário, mas que há um circular de inteligências partilhadas que deslocam significados, imagens e ações.

O que eu vi foi, ao contrário, que a circulação de palavras, os cruzamentos de palavras, todas as formas de apropriação da palavra do outro, da cultura do outro, estavam no cerne dos processos de emancipação. Assim, o que percebi na época foi que não existe a palavra dos intelectuais e a palavra do povo. Somos todas e todos intelectuais. Esses trabalhadores também usam suas cabeças, portanto são intelectuais. O que tentei fazer a partir disso foi colocar em evidência essa intelectualidade partilhada por todos (RANCIÈRE, 2021, p. 8).

É exatamente essa busca pela partilha das inteligências e pela tomada da palavra em sua circulação que o trabalho metodológico de Oliveira Junior vai propor como metodologia das experiências dos poetas da periferia. No estudo do Sarau da Periferia, o autor está intencionado a compreender esta circulação das palavras e o deslocamento dos sujeitos através das experiências de poetas que não são reconhecidos como proprietários da palavra, da escrita e da declamação. Estas múltiplas dimensionalidades temporais e espaciais que a apropriação da palavra pode permitir. Ao invés de tomar a produção da poesia da periferia como a representação da vulnerabilidade social, ou seja, como uma voz que represente o seu próprio contexto, a pesquisa tem como objeto a sua existência de um ato de retomar a palavra de inteligências partilhadas ao fazer circular a palavra. Ao invés de uma noção de representação única, o método se

abre para uma multiplicidade igualitária. Assim, sua proposição é uma forma de pensamento que trata da multiplicidade. Multiplicidade que é deslocamento, heterogeneidades articuláveis e arranjos de elementos do excesso.

No estudo sobre os Saraus, Oliveira Junior (2016) aborda esta questão evidenciando que esta noção de multiplicidade não é só “(...) para descrever as distintas partes definidas pelas hierarquias e aquilo que elas produzem, mas pela multiplicidade que lhe faz excesso. Não há sujeitos imanentes às ligações de palavras, mas ligações de palavras que nos permitem ou não conceber sujeitos” (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 53).

A partir desta perspectiva é que a metodologia será construída como um jogo de expor esta multiplicidade. Esse excesso a que o autor se refere é concebido pelo Rancière como sendo um efeito da literaridade como uma prática metodológica. A prática da descrição detalhada e excessiva que produz um desvio do curso previsto pelo regimento do estabelecido.

Esse excesso de palavras que chamo de literaridade interrompe a relação entre uma ordem do discurso e sua função social. Ou seja, a literaridade se refere, ao mesmo tempo, ao excesso de palavras disponíveis em relação à coisa nomeada; ao excesso relacionado aos requerimentos para a produção da vida; e ao excesso de palavras diante dos modos de comunicação que funcionam para legitimar o que é “próprio” (PANAGIA, 2000, p. 115).

As noções de excesso e circulação são muito importantes aqui pois denunciam os potenciais deslocamentos das palavras e das imagens do previsto e do consensuado. É o excessivo frente a uma percepção consensuada. É, portanto, um deslocamento da rede de significação, rompendo tanto a lógica da causalidade como de efeito, mas observando como esta rede pode fazer aparecer outras relações não previstas na

unidade perceptiva do consenso. O trabalho a partir do excesso e da circulação da palavra inspirado pelo método de Jacques Rancière e que Oliveira Junior usa para olhar e escutar o Sarau da Periferia desde a perspectiva da igualdade faz, portanto o trabalho de escutar a periferia como uma ação de circular a palavra do outro, outrora confiscada.

A periferia e a circunscrição do que são os pobres urbanos hoje e até onde eles podem ir. Conquista e limites. O sarau é essa encruzilhada da loucura e beleza de tomar a palavra, de ressignificar e criar sobre a própria matéria do sensível. Encruzilhada diante dos discursos que convocam a que cada um fique no seu lugar. Que apenas vejam o belo onde se oprime. Escritores e escritoras nascem dos saraus. Alguns lutam para que sua palavra seja vista pelo seu poder de palavra, para o que criam seja visto pelo brilho do único, para que vejamos a beleza que também viram quando se dedicaram a escrever sobre as palavras que não lhes deixam mais sossegados, quando dez mil poemas ecoam em suas mentes numa noite de vendaval da Vila Ventinha que não soterrava mais. Deslizamentos (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 74).

O autor da tese “*entre a luta, a voz e a palavra*” em seu estudo ao mirar a produção literária da pobreza reorganiza a partir da experiência do Sarau da Periferia o lugar da palavra escrita e falada e busca montar uma cena que faça aparecer dois movimentos: a da apropriação da palavra por quem não está previsto na percepção social que a utilize como poesia e como fabulação e a aparição de corpos deslocados de si mesmos, dos lugares sociais previstos, corpos desincorporados que fazem circular a palavra literária de forma a desarranjar os arranjos consensuais. Oliveira Júnior com este trabalho nos conta outras histórias da periferia, que não são as histórias esperadas, mas aquelas agora entre o local e o universal da literatura e da palavra poética. A cena do Sarau montada pelo autor faz-nos a pergunta: quem são esses

sujeitos que não existiam na posse da palavra literária e agora dão a sua aparição, como as produzem, o que colocam em questão, não são eles previstos para declamar a arte! A experiência do Sarau se desloca em representar a vida da periferia para ser a cena entre lá e outros mundos.

CORPOS, APARIÇÃO E DESLOCAMENTOS: A HORIZONTALIDADE COMO UM ARRANJO

Se a questão do excesso e da circulação a partir da literalidade faz-se uma das importantes dimensões do método de Rancière, a noção de horizontalidade e aparição igualmente constituem dimensões muito importantes. A questão da horizontalidade como um princípio da constituição do arranjo da cena é efeito de toda visão já interpelada por Rancière das inúmeras formas de hierarquias do conhecimento e da própria organização da vida em sociedade.

O trabalho de pesquisa de Abreu (2023), ao estudar a relação das travestilidades com o campo das possíveis empregabilidades, utiliza tanto da dimensão da horizontalidade como da aparição para através do método da cena colocar a questão da empregabilidade trans para além do consenso instituído. Esta construção de cenas a partir dos diferentes dados e informações que o pesquisador tem é uma reescrita das palavras de forma a apontar o excesso, a literalidade mas também a horizontalidade entre todos os elementos de uma cena.

A tese de doutorado defendida por Abreu, intitulada “Nós sempre trabalhamos. E muito. Atravessamentos e subversões de travestis no mundo do trabalho”, vai partir de depoimentos, documentos, entrevistas e dados etnográficos para construir, portanto, as cenas que recolocam os elementos que a constituem. A tarefa principal foi de escutar e reconstituir a trajetória de travestis rearranjando os

elementos que criam as cenas. O estudo sobre empregabilidade e travestilidades ao reconstruir essas trajetórias partilhadas busca tomar a horizontalidade das posições e das falas para então tornar visível o dano que constitui a relação entre travestis e trabalho.

Poucas são as produções que tomam travestis como figuras centrais quando a temática é sobre trabalho. As produções existentes, de forma geral, tendem a discutir esse tema através de referenciais que nunca enxergaram travestis como vidas ou como trabalhadoras, que nunca pararam para refletir que determinadas atividades de sobrevivência se configuram como trabalho, que o mercado de trabalho, tido como uno, é múltiplo e plural e, talvez o mais importante, que não podemos olhar para essas questões através de lentes embaçadas para a realidade que não é a nossa (ABREU, 2023, p.17).

Interessante mencionar que o campo de produção científica sobre a empregabilidade trans não tenha colocado a travestilidade como central na experiência do trabalho, quando elas são os primeiros corpos destinados a um não-trabalho. São tidos como corpos não contados na contabilidade do mercado, do trabalho e da participação. São corpos já previstos na percepção social de que eles possuem lugares e funções específicas porque não entram no regime da contabilidade consensual. São corpos não atribuídos de humanidade, de multiplicidade, não são vidas que podem ser vividas, mas sim que são parte de uma forma de vida que não há reconhecimento a não ser a já prevista concepção social de que travestis são prostitutas e, ainda assim, a prostituição tampouco terá o reconhecimento do trabalho laboral, não entrará na circunscrição das normas sociais do reconhecimento do trabalho.

Sou guiado pelas vozes de travestis cujas existências são socialmente transformadas no insuportável. Os atravessamentos cisheteronormativos

expõem essas pessoas a espaços abjetos, sem a possibilidade de uma vivência de cidadania e da garantia de seus direitos básicos, referentes à educação, saúde, previdência social, lazer, segurança, trabalho, dentre outros. Excluídas da ordem sociopolítica, sem a possibilidade de participar daquilo que é compartilhado na esfera pública da comunidade e, portanto, entendidas como destituídas de qualidade política, são relegadas a uma vida privada de reconhecimento pela ordem policial, sem parte na comunidade (Rancière, 2015). Por outro lado, resgatando o conceito de “violação habilitante” de Gayatri Spivak, utilizado por Judith Butler (2002, p. 180), a sujeita travesti é produto de uma cadeia de interpelações das quais não podem fugir, que enunciam sua posição na rede de poder, mas a ocupação dessa posição pode ser utilizada como forma de resistência. Daí, podemos compreender os atos de desobediência dos sujeitos subalternos, fazendo uso da própria norma para construir atos de oposição, criando um lugar de ambivalência entre exclusão e reconhecimento (ABREU, 2023, p. 15).

Como trabalhar na construção da pesquisa sobre travestilidade e empregabilidade de forma a fazer com que as experiências delas sejam dessaranjadoras deste mundo vivido onde o não reconhecimento seja uma regra já tácita? Esta é a pergunta do pesquisador na construção da sua metodologia de campo. Como construir este percurso metodológico em que a experiência, a inteligência e a ação delas ganham o estatuto de conhecimento visível, de aparição no campo dos direitos. São questões que nos levam a interpelar, portanto, qual a relação entre a voz e o corpo das travestis e as teorias sobre trabalho.

O autor da tese nos oferece construir as cenas a partir de um conjunto heterogêneo de dados e informações bem como a partir da experiência de diálogos com as travestis contando sobre suas trajetórias de trabalho. Seu trabalho é dar a ver como a relação das travestis com o trabalho denuncia a inexistência de seus corpos no reconhecimento do trabalho e no não reconhecimento da prostituição como um trabalho.

Ou seja, se trata de um duplo movimento: a aparição dos corpos travestis desarranjam o consenso normativo sobre gênero deslocando, portanto, a percepção já estabelecida. Esse desarranjo exige não só o movimento de deslocamento, mas também o da aparição. Neste sentido, deslocar-se é expor o dano que está inscrito na exclusão do corpo travesti das normas de reconhecimento, mas também não aceitar o já dado e estabelecido para o lugar e a função deste corpo na sociedade. Mas isso não basta, faz-se necessário que a aparição igualmente altere as condições de percepção social, faz importante que a aparição seja visibilidade e, ao mesmo tempo, desconstrução das regras de percepção da experiência social.

Ao mesmo tempo, o método da cena altera a condição do aparecimento político de sujeitos e coletividades. Como a construção teórica e metodológica da cena envolve a demonstração de um jogo conflitivo entre formas distintas de partilha de temporalidades, espacialidades, corporeidades e regimes discursivos, o aparecer pode ser evidenciado por meio da análise de acontecimentos sensíveis, que interrompem o ajuste dos corpos a ordens simbólicas opressoras (MARQUES, 2022, p. 5).

O estudo de Abreu (2023) buscou assim articular e montar cenas a partir do recorte de experiências singulares para tornar evidente outras lógicas perceptivas sobre os corpos travestis em relação às atividades laborais. Neste sentido, foi fundamental o trabalho a partir do princípio da horizontalidade. Uma das dimensões do método da igualdade se trata de como trabalhar com os dados de forma a não criar hierarquias entre eles. Na perspectiva de Rancière, os dados da experiência, os conceitos teóricos e as informações históricas não deveriam ser postos em hierarquias analíticas. Essa prática metodológica indica um trabalho político com a construção dos dados e do campo. Além disso, esse duplo

movimento no pensamento de Rancière indica sua principal crítica ao papel das ciências e do intelectual na história do pensamento científico.

Em geral, nas ciências sociais há a palavra que é recolhida – a palavra popular, a palavra do trabalhador, a palavra marginal etc. –, que é considerada um material, uma espécie de material bruto; e há a palavra do mestre, do cientista que explica o que significa esse material, em explicações endereçadas à própria comunidade acadêmica. Por imposição do material que encontrei nos arquivos e pela obrigação de falar sobre ele de modo coerente (mais do que por uma espécie de vontade programada), fui levado a operar um duplo deslocamento. Por um lado, finalmente fazer com que essas palavras de operários saíssem do lugar que normalmente lhes era atribuído; por outro, deslocar a minha própria palavra do lugar que lhe era normalmente atribuído: seja da argumentação filosófica, seja da explicação histórica. Fui levado a operar esse duplo deslocamento, a constituir um plano no qual a palavra do acadêmico e a palavra de seu “objeto” não se distinguem mais (WAKS *et al.*, 2021, p. 30).

A tese de doutorado de Ana Karina Carvalho de Oliveira (2019), intitulada “Só assim você me escuta: arranjos disposicionais dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do combate ao pixo em Belo Horizonte” tenta justamente trabalhar a experiência dos pichadores da cidade de Belo Horizonte em seu enfrentamento com agentes do poder institucional. Ela evidencia uma complexa teia de relações conflituosas entre sujeitos e lugares, em constante transformação e “aparição”. Para ela, “a pixação guarda uma potência para servir como artifício para a construção política de novos lugares para os pixadores. Assim como a subjetivação dos pixadores promove novas formas e artifícios de figuração e intervenção do pixo” (OLIVEIRA, 2019, p. 65).

Ao mesmo tempo em que o poder se organiza em torno do combate à pixação, enquadrando-a e aos seus autores pelo crime, pelo descaso com a cidade e a comunidade, pela pretensa ausência de contribuição para o desenvolvimento da comunidade, pixadores de Belo Horizonte surgem com outros modos de narrar a si mesmos e suas experiências. Através de seu aparecimento público e do ato de assumirem-se como pixadores, somando a esse diversos outros nomes (e lugares, funções, habilidades e capacidades), alguns desses sujeitos parecem tentar abrir a possibilidade de novas formas de entender o picho e o que seria uma justiça capaz de reconhecê-lo. A subjetivação política dos pichadores emerge num processo comunicacional de *mise en scène* de um desacordo que torna visível para todos (através de táticas imagéticas, performativas e discursivas) alguns cruzamentos, torções e reutilizações de argumentos e dinâmicas policiais, evidenciando as contradições que produzem e reproduzem desigualdades (QUINTANA, 2016).

Então, é com base nesse processo que a pesquisa monta dissensualmente a cena comunicacional e política do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte. Tal montagem tem como ponto de partida uma reflexão sobre o aparecimento público de pixadores e os diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e participação nos eventos e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade. É nesse sentido que o picho expõe um dano, um dano ambiental, um dano ao monumento, um dano à história que se pretende preservar, um dano patrimonial porque ele expõe um dano político, expõe o genocídio que é a cidade que se faz aparecer no sentido da polícia, visibiliza e dispõe a

cidade que funciona, as ruas em que circulam carros e gentes, ele torna exposta a cidade da desigualdade e a violência que a sustenta: que é no fundo a ideia de que alguns corpos não valem, porque a cidade não é produzida para todos. A superfície do espaço urbano se articula com a superfície da cena de maneira a evidenciar efeitos micropolíticos de desidentificação e deslocamentos que serão reapresentados no ato da escrita da tese:

O desafio, então, é construir, como na pesquisa, um espaço em que as vozes dos sujeitos que compõem a realidade que tomo como objeto de pesquisa não só não sejam sublimadas pela autoridade do discurso científico, mas que sejam reconhecidas como legítimas na construção desse saber. Nesse sentido, discuto, também, meu papel nesse processo. Enquanto pesquisadora, não atuo apenas como mediadora dessas vozes, mas reconheço e assumo meu protagonismo na função de montar essa cena dissensual através de seu relato pela escrita (OLIVEIRA, 2019, p. 26).

A questão da superfície se transforma em uma questão central, já que seu pensamento anti-substância retira qualquer noção de um algo potente por trás das aparências. Esta noção de plano torna-se uma dimensão crítica importante no trabalho de nosso autor. A ideia de superfície é um efeito da crítica a noção da produção da hierarquia da desigualdade produzida pela hierarquia do conhecimento.

MATERIALIDADES E A PESQUISA DE SUPERFÍCIES

O método de Rancière não pretende revelar verdades escondidas nos bastidores de uma cena, mas questiona uma ordem policial que condiciona o modo como nosso olhar percorre as superfícies do entendimento para conferir sentido a acontecimentos e formas, propondo outra organização do sensível e outra maneira de pensar as

experiências que se distanciam das hierarquias. Assim, há uma forte presença do espaço, dos intervalos e da montagem como elementos centrais de um método igualitário, cujo objetivo é criar “operações de reformulação, de reordenação de frases, de condensação, comparação, deslocamentos que entrelacem as articulações de meu discurso com as articulações dos textos operários na constituição de um objeto” (RANCIÈRE, 2019c, p. 31).

Falar acerca da importância da superfície no método de Rancière significa, primeiro, desfazer uma possível associação com o que seria “superficial”, “supérfluo”, “menor”. Não se trata de afirmar que explorar a superfície é permanecer em uma análise rasa dos acontecimentos, mas de conferir relevância aos rastros, aos vestígios que geralmente são desconsiderados nas reflexões acadêmicas que se preocupam com a objetividade parametrizada do conhecimento científico. Explorar e redispôr as coisas em uma superfície significa conferir importância aos fragmentos, mas também retrair as rotas que nos permitem produzir sentido acerca de eventos e de sua legibilidade. Se o princípio filosófico da panecastia e o elemento da horizontalidade são dimensões fundantes da prática metodológica da igualdade, a literariedade³ e a fabulação são igualmente elementos que conferem ao método da igualdade uma forma de dispor as rotas das coisas e das experiências em cenas de igualdade.

Reconfigurar a paisagem do perceptível e do pensável é modificar o território do possível e a distribuição das capacidades e incapacidades. O dissenso põe em jogo, ao mesmo tempo, a evidência do que é percebido,

³ “O excesso de palavras, ao qual chamo de literariedade, interrompe a relação entre uma ordem do discurso e sua função social. Ou seja, a literariedade refere-se, mesmo tempo, a um excesso de palavras disponíveis em relação à coisa nomeada; ao excesso relacionado aos requerimentos para a produção da vida; e finalmente, ao excesso de palavras diante dos modos de comunicação que funcionam para legitimar a própria ordem adequada” (RANCIÈRE, 2000a, p. 115).

pensável e factível e a partilha daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum (RANCIÈRE, 2012, p. 48).

O método da igualdade pode alterar nossa relação com a superfície da experiência e, por isso, o papel das topografias no trabalho de Rancière pode ser considerado como central para redispôr e redesenhar mapas e formas espaciais que orientam processos de construção da democracia e de consideração das demandas por justiça (RANCIÈRE, 2011; 2009, 2019a; 2009b; 2019c; 2016; 2018; 2020). A superfície sobre a qual Rancière configura uma “topografia intervalar” não se contrapõe a uma profundidade escondida ou a um véu que precisa ser erguido para vermos uma suposta verdade escondida. Nem tampouco afirma uma defesa de entidades sem corporeidade. Para Andrea Calderón (2020, p. 32), a superfície é um meio de formação ou de conversão, pois configura um “lugar que acolhe uma singularidade permitindo que ela comunique assimetrias sem relação prévia”.

Uma superfície de conversão surge de maneira performativa, ou seja, em sua própria formação, enquanto realização relacional. Trata-se de uma transformação que requer certo estado estável, o que não implica que seja rígido, mas que a conversão das operações modifica a estrutura e, por sua vez, toda mudança de estrutura modifica a relação. A superfície seria a textura do intervalo no processo, esse instante de disparidade que modula encontros e permite a reconfiguração de um mundo. Reconfiguração não quer dizer redistribuição num sentido tradicional, mas configuração de intensidades sensíveis que são polêmicas. [...] A matéria não fica inerte esperando uma forma, mas configura um dos vários elementos heterogêneos que, em seu conjunto de relações, alcançam ressonância até configurar outros sentidos do possível (CALDERÓN, 2020, p. 33).

A superfície é o espaço no qual e sobre o qual serão realizadas operações de condensação, comparação e deslocamentos que definem

as articulações do seu pensamento com as articulações feitas por outros interlocutores que o auxiliam na construção de um objeto de reflexão, de pesquisa. Dito de outro modo, a topografia intervalar trabalha a arquitetura da tensão entre palavra e imagem, aparecimento e desaparecimento, explicação e descrição, conferindo à cena uma capacidade de misturar e “articular diferentes níveis de sentido, criando uma linha transversal que corre entre diferentes níveis de discurso” (RANCIÈRE, 2016, p. 69).

A utilização de mapas e topografias que compõem o “espaço” da democracia como verificação da igualdade, para Rancière, não é para gerar uma mera metáfora. A superfície dessa verificação surge de maneira performativa, pois evidenciam articulações e desarticulações materiais, corporais e gestuais que atualizam a relação entre sentido (lógicas de inteligibilidade do mundo) e sentido (o que afeta a experiência). Essa produção performativa da superfície oferece a possibilidade de explorar outras operações de organização do sensível. “Poderíamos dizer que o conceito de partilha do sensível é uma noção performativa, uma vez que ela nos permite analisar o que torna uma situação ou uma ação política” (RANCIÈRE, 2016, p. 84). A performatividade da cena faz com que seja um “operador de diferença”, permitindo operações teóricas que vão reenquadrar a configuração de um problema, o aparecimento de sujeitos políticos e os modos de sua apreensão e consideração. Essas operações não são o resultado de uma mera imposição de uma forma sobre uma matéria inerte e materialidades destituídas de agência. Não se trata de afirmar que a matéria em si pode produzir novas configurações, mas de reconhecer que ela entra, junto a outros elementos, na composição de uma topologia do sensível que altera previsibilidades e configurações

estabilizadas de espaço, tempo e capacidades de agência (CALDERÓN, 2020). Assim, os sujeitos podem desconstruir identidades impostas, fabular novas topografias para suas experiências e novas possibilidades de transformação.

Segundo Rancière (2011, p. 6), “a instituição da democracia significa a invenção de uma nova topografia, a criação de um espaço feito de espaços desconectados contra o espaço aristocrático que conecta o privilégio material dos donos de terras com o poder simbólico da tradição”. Essa desconexão entre os espaços produz intervalos nos quais ocorre o tensionamento entre polícia e política. Assim, para Rancière (2011, p. 6), a questão do espaço deve ser pensada primeiramente em termos de distribuição: “distribuição de lugares, limites, do que está dentro ou fora, do que é central ou periférico, visível ou invisível”.

Ainda que Rancière afirme que a redefinição da topografia da experiência não necessariamente esteja conectada com a proposição cartográfica de Deleuze, ele admite que o método da igualdade investe na abertura e disposição da superfície de modo a “criar um modelo de distribuição e coexistência contra os modelos de exclusão presentes em certa visão do tempo” (RANCIÈRE, 2016, p.148). Nesse sentido, a dramaturgia do espaço (RANCIÈRE, 2022, p. 97) organiza a presença dos corpos de uma maneira inabitual e inesperada. Assim, acreditamos que o método da cena auxilia Rancière a criar uma superfície na qual possa praticar um exercício do olhar e da escuta, um tipo de escuta e escritura (po)ética capaz de trabalhar as operações de emergência de uma superfície que faz aparecer as hierarquias onde elas são recorrentemente camufladas.

A dissertação de mestrado de Lucas Veloso Nigri, “Remédio anti-covardia: cartografia de vulnerabilidades, comunicação e política do

processo de construção e performance do dia de luta antimanicomial” (2020), realizada junto ao movimento social antimanicomial de Belo Horizonte, revela o trabalho de construção do protesto dia de luta antimanicomial desde as discussões coletivas nos centros de referência e atendimento à saúde mental da prefeitura (e outras instituições relacionadas ao Sistema Único de Saúde) até os encontros para a elaboração de um desfile nas ruas da cidade. O trabalho revela como a topografia da superfície elaborada nesse encontro entre o pesquisador e os sujeitos da luta antimanicomial permitiu uma metodologia a) maleável às vulnerabilidades metodológicas, incertezas e dilemas do trabalho de campo, de maneira a aproveitar oportunidades e trilhas imprevistas que tem a potência de “desapropriar” e colocar em xeque quadros e conceitos pré-estabelecidos pelo desenho de pesquisa ou mesmo literatura acadêmica; b) encontrar linhas e vestígios semióticos que permitam compreender como sujeitos nomeiam, resistem e/ou reconfiguram as vulnerabilidades que lhes acometem; c) conectar eventos-territórios que, apartados espaço-temporalmente, influenciam as condições de possibilidade das topografias e efeitos interacionais (performatividades) que, ao mesmo tempo, constroem e possibilitam a emergência de sujeitos, processos interacionais e instituições.

No trabalho, Veloso mostra como a análise de superfícies e materialidades do mundo social (topografias) são uma forma promissora de se inferir sobre como se manifestam, sobrepõem e diferenciam culturas e modos de sociabilidade num dado contexto. Para o autor, “o método da igualdade favorece um exercício de mapeamento dos “diagramas” de relações de e das múltiplas *assemblages* concretas (subjetividades, territórios, coletivos e formas de expressão) e suas funções (comunicação educação, trabalho, arte, luta política, entre

outras), permitindo entender as condições de possibilidade das existências sociais e suas articulações” (VELOSO, 2020, p. 67). Observar e participar da construção de um processo comunicativo-político em movimento, implica vivenciar novos desafios e vulnerabilidades na produção de registros afetivos, textuais e audiovisuais de um trabalho de campo de “participação-observante” em que o pesquisador realiza um contínuo questionamento e “desapropriação” dos enquadramentos que faz sobre os sujeitos de sua pesquisa ao buscar compreender como esses nomeiam, e/ou reconfiguram as vulnerabilidades e “danos” que os localizam num dado contexto.

A elaboração do protesto ocorreu como uma bricolagem espaço-temporal de topografias, corpos e performatividades que foram anteriormente experimentadas noutras ocasiões, mas que criavam algo novo, em qualidades, escala e intensidades amplificadas. A elaboração do samba-enredo, os adereços com elementos derivados de múltiplos lugares, as frases que compunham rimas e gestos foram tomadas emprestadas de vários contextos e vivências, acentuando a percepção da cartografia encarnada como parte do processo de construção de cenas nas quais os sujeitos se desidentificam com identidades impostas, reconfigurando suas corporeidades através de fabulações críticas que utilizam a bricolagem e a justaposição de discursos, gestos, imagens e saberes para a transformação de seu aparecimento. Em vários momentos da preparação para a manifestação do Dia da Luta Antimanicomial foi possível ver um processo de apropriação descrito por Rancière (2012, 2020) como emancipação política.

Tomar emprestadas as roupas, os discursos ou mesmo os gestos e hábitos dos outros, de tempos outros, para agir “como se” fossem iguais é um dos aspectos centrais da prática emancipatória para Rancière, pois

“institui uma cena de interlocução através de uma dramaturgia” (RANCIÈRE, 2019c, p.76). Fazer “como se” a cena de interlocução existisse, tomando emprestada a linguagem do outro, não se reduz a usar as palavras desse outro, mas apropriar-se performativamente de sua língua, retorcendo-a, arrancando seu sentido normal, seu sentido legítimo.

A linguagem da emancipação “se forma com palavras da língua do outro, palavras emprestadas que são retorcidas e perdem seu sentido normal, legítimo” (Rancièrre, 2019c, p.79). Essa é uma linguagem que nos confronta a outros dizeres e rostos, que nos força a pensar e que configura a cena para tornar visível a invisibilidade das desigualdades, para oferecer imagens excessivas de hierarquias que se recusam a emprestar suas palavras àqueles que não deveriam aparecer, que não deveriam ter tempo para criar, nem espaços outros para transitar.

A língua da singularidade igualitária é uma língua idiomática que retoma as palavras, que modifica seu uso, que mistura os gêneros e varia as relações entre o próprio e o figurado. Assim, podemos dizer que, fundamentalmente, o idioma igualitário é como uma linguagem emprestada (RANCIÈRE, 2019c, p. 79).

A superfície composta e percorrida pelo método em ação revela uma topografia intervalar de um jogo que modifica as posições e coordenadas onde aparecem os corpos, as relações entre os corpos e as estimativas de suas capacidades, as palavras e as imagens: “esse jogo desfaz uma ordem dada de relações entre o visível e as significações a ele relacionadas e constitui outras tramas sensíveis que podem contribuir para a ação de sujeitos políticos” (RANCIÈRE, 2009, p.515) que se desdobra e aparece na cena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método da igualdade permite transformar em cena alguns acontecimentos (já narrados e mesmo conectados a outros eventos), pois há uma (re)montagem que opera “através da *mise en scène* discursiva e sensível que construo entre palavras por meio de um conjunto de fios que são ligados. Eu construo a cena tendo em mente a referência possível a outras cenas” (RANCIÈRE, 2018, p. 121).

A operação de percorrer a superfície de modo a conferir a ela uma topografia intervalar mostra como o método da igualdade demanda a construção de “uma forma de racionalidade não hierárquica que não procura explicar um fato, um acontecimento, uma vez que a inteligibilidade deriva da singularidade escolhida e das redes identificadas em torno dela” (RANCIÈRE, 2020, p. 839). Tal definição do método deriva da importância que Rancière confere à tentativa de evitar representar ou explicar o mundo e os fatos de maneira causal, obedecendo a uma linearidade consensual que busca apenas classificar, nomear, organizar, reforçar ordens e normas assimétricas. A representação, segundo Rancière, explica o mundo e redimensiona o trabalho crítico do sujeito que se interessa em conectar singularidades, articulando-as em atrito e em mosaico. É como se uma cena singular pudesse se transformar em “um aparelho através do qual podemos olhar outras cenas e ter uma percepção, um entendimento diferente de outras singularidades, lançando luz ao redor” (RANCIÈRE, 2020, p. 840).

O diálogo que os trabalhos de teses e dissertações aqui referenciados estabelece com Rancière evidencia que a cena é produzida quando uma demanda por justiça é elaborada nesse exercício de articular cenas através da produção de uma narrativa ficcional. A ficção

não é uma invenção, nem se opõe à realidade, mas é uma forma de organização narrativa que auxilia na produção de novos enunciados, de novas conexões, a partir da ativação de um imaginário político que desafia e interpela um imaginário hegemônico, evidenciando as incoerências, os excessos e as injustiças das representações hierarquizantes. Esse trabalho fabulativo promove, assim, outras possibilidades de arranjos e articulações que alteram as condições de vulnerabilidade e a dinâmica do aparecer dos sujeitos e dos acontecimentos, reorganizando o escopo do legível, do audível e do inteligível e retirando-os de uma ordem hierárquica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, V. B. S. “**Nós sempre trabalhamos. E muito**” – atravessamentos e subversões de travestis nos mundos do trabalho. 130 f. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- CALDERON, A. Reivindicación de las apariencias en el trabajo de Jacques Rancière. **Daimon**, n.79, p, 21-35, 2020.
- FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. Naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.
- HARDING, S. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 163-168, 2007.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- MARQUES, Â. O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo. **Galáxia**, v. 47, e53828, 2022.
- MARQUES, Â. C. S.; PRADO, M. A. M. O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. **Mídia & Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 7-32, 2018.
- MARQUES, Â.; PRADO, M. A. (Org.). **Pequena máquina anti-hierárquica**: entrevista sobre o método da cena. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2021.

- OLIVEIRA, A. K. C. “**Só assim você me escuta**”: arranjos posicionais dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do combate ao pixo em Belo Horizonte. 235 f. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- OLIVEIRA JÚNIOR, O. **Entre a luta, a voz e a palavra**: partilhas de sentido em torno de um sarau de periferia. 263 f. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- PANAGIA, D. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière. **Diacritics**, v. 30, n. 2, p. 113-126, 2000.
- QUINTANA, L. La estética de la política y la política de la estética: colaboraciones, pasajes, fronteras. In: QUINTANA, L.; MANRIQUE, C. A. (Comp.). **Cómo se forma un sujeto político**: prácticas estéticas y acciones colectivas. Bogotá: Uniandes, 2016. p. 1-28.
- QUINTANA, L. Jacques Rancière and the emancipation of bodies. **Philosophy and Social Criticism**, v. 45, n. 2, p. 212-238, 2019.
- RANCIÈRE, J. On the theory of ideology (the politics of Althusser), **Radical Philosophy**, v. 7, p. 96-101, 1974.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: 34, 1996.
- RANCIÈRE, J. **Et tant pis pour les gens fatiguées**. Paris: Amsterdam, 2009.
- RANCIÈRE, J. Ten thesis on politics. In: **Dissensus: on politics and aesthetics**. London: Continuum, 2010. p. 27-43.
- RANCIÈRE, J. The thinking of dissensus: politics and aesthetics. In: BOWMAN, P.; STAMP, R. (Ed.). **Reading Rancière**. London: Continuum, 2011. p. 1-17.
- RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- RANCIÈRE, J. **The method of equality**. Interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Cambridge: PolityPress, 2016.
- RANCIÈRE, J. **La Méthode de la scène**. Paris: Lignes, 2018.
- RANCIÈRE, J. **Le travail des images**. Conversations avec Andrea Soto Calderón. Dijon: Les Presses du Réel, 2019a.

RANCIÈRE, J. El tiempo de los no-vencidos. **Revista de Estudios Sociales**, n. 70, p. 79-86, 2019b.

RANCIÈRE, J. **El litigio de las palabras**: diálogo sobre la política del lenguaje. Entrevista a Javier Bassas. Barcelona: Ned, 2019c.

RANCIÈRE, J. La pensée des bords (entretien avec Fabienne Brugère). **Critique**, n. 881, p. 828-840, 2020.

RANCIÈRE, J. **O método da cena**. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

VELOSO, L. H. N. **Remédio anti-covardia**: cartografia de vulnerabilidades, comunicação e política do processo de construção e performance do dia de luta antimanicomial. 201 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

WAKS, J.; CARVALHO, J., VALLE, L.; GRECO, M. Tomada da palavra e conquista do tempo livre: uma entrevista com Jacques Rancière. In: CARVALHO, J. (Org.). **Jacques Rancière e a escola**: educação, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 25-50.

7

AUTOETNOGRAFIA: TESTEMUNHAR A PARTIR DE UM EU VULNERÁVEL ¹

Jean-Luc Moriceau ²

Reconhecer a sua própria vulnerabilidade. Não apenas como pesquisador, mas em todas as nossas vidas humanas. Sentir-se desarmado, oprimido, indignado. Não saber mais o que fazer, não poder mais fazer nada. Confrontado com as dificuldades da existência, da perda, da ausência, do absurdo, da injustiça. Confrontado, às vezes, com o que nós estudamos, com o que nós ensinamos. A necessidade de recuar, de lutar, de reinventar o caminho, de transmitir e seguir em frente. Mas também confrontado e confortado pelo rosto do outro, que também sofre ou pode sofrer. Sentir-se responsável. Responsável por quê?, perguntou Ricoeur (1990). Pela fragilidade, ele respondeu. A fragilidade em si mesma, a fragilidade no outro, a fragilidade das nossas instituições. Ainda que experienciamos e encontramos o que é frágil em tantos aspectos e circunstâncias das nossas existências, embora o frágil

¹ Tradução de Sônia Caldas Pessoa, Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Bolsista de Produtividade (PQ) do CNPQ, Bolsista Capes-Print como Professora Visitante no Insitut Mines-Telecom (Evry, França) 2023/2024, Coordenadora do Projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência, financiado pela Fapemig.

² Professor de Métodos de Pesquisa no Institut Mines-Telecom Business School e membro do Innovation Technology Economics and Management Laboratory (LITEM, um laboratório da Paris-Saclay). Ele coordena cursos para estudantes de doutorado. Defende uma abordagem humanista para organizações, comunicação e pesquisa, na qual enfatiza a importância dos afetos, dos relacionamentos e das performances. Ele promove abordagens qualitativas, métodos inventivos, reflexividade e escrita evocativa, onde a ética e a hospitalidade ficam à frente e orientam a pesquisa. Suas publicações pelo Selo PPGCOM/UFMG incluem "Afetos na pesquisa acadêmica" e um livro de membros do departamento de comunicação social: "Afetos: Pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau", editado pelos professores Sônia Caldas Pessoa, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Carlos Magno Camargos Mendonça. Contato: jean-luc.moriceau@imt-bs.eu.

possa ser uma bússola para orientar as nossas pesquisas ou julgar a sua pertinência, muitas vezes nos proibimos de levar em conta esta experiência em primeira pessoa, esta responsabilidade em primeira pessoa. Fomos muito alertados contra a visada da subjetividade. Fomos muito lembrados de que precisamos ser científicos, nos ensinaram a performance do pesquisador como o oposto do frágil, assegurada pelo seu método, suas leituras, sua posição exterior. Sentimo-nos, portanto, **obrigados, obrigamo-nos** a privar-nos do conhecimento direto e íntimo do frágil, aquele que nasce da nossa relação cognitiva e afetiva de longo prazo com as vulnerabilidades³.

Tomar a própria vulnerabilidade como objeto de estudo, como experiências íntimas e compartilhadas, como possibilidade de aproximação com as dos outros e do mundo ao redor, é isso que a autoetnografia pode permitir. A autoetnografia consiste em descrever na primeira pessoa e refletir sobre a experiência da própria cultura, de uma condição ou de uma trajetória, tal como ela se imprime em nós, tal como a encontramos. Ela parte de uma descrição densa da experiência vivida, querendo reconstituí-la em todas as suas dimensões, revelando em sua essência a ética, a política e a cultura. Ela acrescenta um viés de reflexividade para dar sentido e importância a essa experiência, para compreender seu alcance. Se parte de uma experiência singular, é uma forma ancorada e humanista de contar e pensar os mundos da comunicação e das organizações.

Para questões em que nos parece necessário conhecer de dentro, na própria carne, através da trajetória, na atmosfera subjetiva, no poder

³ Este capítulo é uma continuação de uma reflexão iniciada em Moriceau (2019). Alguns exemplos já publicados foram incluídos, mas inseridos numa perspectiva renovada e em conexão com o projeto deste livro.

e na crueldade, essas situações ou esses lugares onde o cultural, o social, o político, a economia estão impressos nas subjetividades, essas encruzilhadas onde se conjugam problemáticas éticas e práticas que parecem indissociáveis e tão difíceis de resolver, conduzir a pesquisa o mais próximo possível de si mesmo pode oferecer uma vantagem incomparável.

O “eu autoetnográfico” (ELLIS, 2004) não é o do pesquisador que conhece, que julga, que classifica. Ele é um eu vulnerável. Vulnerável porque exposto ao outro - ao seu rosto, ao seu olhar, ao seu poder - e ao contexto que penetra no âmago das subjetividades, a ponto de não reconhecer mais o que é seu. Vulnerável porque vivencia os limites de sua agência, mostrando como o ambiente e as forças sociais imprimem ações, discursos e pensamentos. Vulnerável porque descobre muitos níveis do eu, muitas fissuras e ambiguidades, desejos e ansiedades, que ameaçam sentimentos de unidade ou identidade. Vulnerável mas não passivo, que grita e escreve, que se move e experimenta, que fala e reflete, que debate e combate. Vulnerável porque está muito inseguro sobre como seu texto será recebido, o que esta pesquisa fará com sua existência, o que fará com sua própria subjetividade. E, no entanto, é sem dúvida apenas se o investigador aceitar a sua vulnerabilidade essencial que o seu texto terá uma oportunidade de funcionar, de provocar, de mudar a ordem das coisas.

O pesquisador vulnerável não tem a segurança de uma teoria inicialmente posta como verdade ou conhecimento, ele confronta a experiência e busca nela os suportes teóricos para pensá-la. Da mesma forma, não tem o enquadramento de um formato obrigatório para o seu texto, tendo que adaptar a escrita ao que descobre. Para descrever a experiência vivida, para se fazer performativa, a escrita busca e pode

utilizar diferentes formas, nem sempre usuais na escrita acadêmica. A autoetnografia inicia a aventura de contar-se (RAGO, 2013), e não sabemos na partida onde esta aventura nos levará. Em consonância com esta fragilidade, neste texto, nos apoiaremos na nossa própria experiência, na nossa atividade ou nas nossas leituras de textos autoetnográficos. O quadro teórico não será explicado no início, mas será formado a partir de reflexões sobre essa experiência e a escrita será, por vezes, mais experiencial do que analítica.

Contudo, entre os múltiplos fios teóricos aos quais esta experiência nos poderia ter conduzido, foi surgindo gradualmente um diálogo com Ricoeur, que será privilegiado aqui. Em seu livro *Soi-même comme un autre*, Ricoeur (1990) narra o duplo drama do eu em busca de sua identidade (narrativa) e do eu exposto à face do outro, cuja identidade está aberta à ética. Neste livro, Ricoeur deixa de lado o eu como ego e segue um primeiro fio do eu que se descobre ao falar, ao agir, ao contar-se. Contudo, mostra a necessidade de incluir o segundo fio ético devido ao fato de o sujeito poder ser sofrido, frágil, vulnerável. O eu não tem posição privilegiada para conhecer o outro. Ele se descobre com o outro e para o outro por uma condição comum de exposição ao sofrimento, à morte, à culpa.

A autoetnografia será assim apresentada como uma escrita de experiência vivida a partir da qual surge a reflexão (1). Mas o autor da narrativa da experiência precisa impor “critérios contra si mesmo” (BOCHNER, 2000), tomando “a si mesmo como outro”, um critério completamente diferente, que surpreende ao descobrir escrevendo com uma “visada para uma ‘vida boa’” com e para os outros em instituições justas” Ricoeur (1990, p. 202) (2). A busca por uma escrita justa da narrativa torna-se um modo de investigação (Richardson, 2000) e uma

forma de colocar em intriga a experiência vivida: um esforço crítico e clínico, reflexivo e terapêutico (3). A reflexão sobre (e nesta) narrativa não conduz a uma solução ou a uma afirmação “viril” do investigador, mas sim à abertura à preocupação, ao reconhecimento de rostos, por um pesquisador que não está apenas preocupado, mas afetado, e possivelmente ferido pela questão ética (4). A pesquisa, portanto, não tem como objetivo propor regras ou leis. Para Ricoeur (1990), as questões éticas surgem quando diversas regras ou leis imperativas competem ou não fazem justiça à singularidade da situação. Este confronto é uma problemática que descreve a autoetnografia: o nascimento de uma resolução, traçando todos os percursos, a pesagem de prós e contras, hesitações e covardias, dilemas e rotas falsas, tentações e oportunidades perdidas. Mostra a invenção de uma resposta, o nascimento de uma afirmação ética (5). Concluiremos que a subjetividade que assim se expõe é justamente a de um sujeito em formação face ao problema ético e que se a escrita consegue ser performativa, fazendo-nos reviver a experiência vivida no presente, ela nos ensina a experiência ética de outro como se acontecesse consigo mesmo.

TESTEMUNHAR

Kévin Flamme (2022) é modelo profissional. Ele nos conta como um dia, enquanto esperava o trem, um estranho se aproximou dele, disse-lhe que ele era muito bonito e sugeriu que conhecesse sua empresa, o que poderia abrir as portas para ele ser modelo. Após hesitar, ele embarca em um caminho que mistura as experiências mais contrastantes e paradoxais, entre o glamour e o sofrimento. E descobre que ele mesmo terá que pagar a ida para um *casting*, uma aposta que

pode abrir a porta para momentos de prazer sob os *flashes*, da bajulação do narcisismo, ou pelo contrário, para um botão que pode ser apertado à noite, de olhos fechados, um sorriso não totalmente controlado, ele poderá ser despedido, humilhado, sem compensação. As horas de espera, as jornadas de trabalho de 14 horas, as promessas não cumpridas, a necessidade de seguir tudo o que lhe é dito, fala sobre o lado obscuro da carreira de modelo. Mas ele não se apresenta como vítima apenas denunciando práticas humilhantes. Ele analisa suas próprias reações, afetos, desejos, os mecanismos que o levaram a aceitar tanto sacrifício. Ele mostra sua vulnerabilidade, as dificuldades de construção de uma subjetividade no cerne das situações alienantes. Diante do uso de recursos psicológicos tão destrutivos, e diante da multidão daqueles que gostariam de abraçar profissões, o autor chama práticas e lutas emancipatórias.

A sua história faz-nos viver a situação com ele e estremecemos, entramos na sua reflexão, identificamo-nos e testemunhamos o que de outra forma não nos poderia ser contado. A compreensão das realidades e motivações da carreira de modelo não advém de uma análise distanciada e realizada de fora. Nenhum depoimento coletado por meio de entrevistas poderia transmitir a vivência dessa experiência, especialmente num mundo onde a lealdade, o silêncio e a reputação são as chaves do sucesso. Dele recebemos um conhecimento íntimo graças ao relato, na primeira pessoa, de uma experiência contada com o máximo de dimensões, contradições e sinceridade. Não há solução ou resposta certa, mas sobretudo a potência do drama tal como foi vivenciado pelo autor, pedindo-nos que o revivamos por dentro, em seu interior, e compreendamos toda a sua complexidade. Sentirmos tal como se apresentou, forçando-nos a reagir.

O desafio da autoetnografia é fazer com que nós, leitores, revivamos a experiência vivida no presente, para compreender a problemática por dentro, como se o outro que escreve fosse nós mesmos. O texto deve operar como uma performance (MORICEAU; MARQUES; PESSOA, 2022), conseguindo captar, restaurar e reviver a experiência vívida, para depois nos levar a refletir sobre ela. É assim que a autoetnografia pode nos levar a compreender por dentro a experiência vivida pela qual o próprio autor passou. Para isso, a experiência subjetiva deve ser contada com a maior profundidade e autenticidade possível, em toda a sua densidade emocional, cognitiva e comportamental (MARECHAL, 2009). Como afirmam C. Ellis e A. Bochner (2000): “os autoetnógrafos demandam ao leitor que sintam a verdade de suas histórias e se tornem co-participantes, confrontando o curso da narrativa moral, emocional, estética e intelectualmente”.

O desafio do método autoetnográfico é manter viva a experiência, e não transformá-la em um “objeto” de estudo, que poderia ser examinado à distância. Pelo contrário, começa com a descrição fenomenológica da experiência em todas as suas dimensões subjetivas. É um testemunho, um atestado de como é estar nessa situação. O prefixo auto corresponde ao fato de que aquilo que estudamos se manifesta em sua riqueza, em sua complexidade e em sua multiplicidade em nossa própria experiência. O pesquisador descreve o que está passando do modo mais vívido que consegue, descrevendo a situação tal como foi vivenciada por dentro por um sujeito encarnado, situado, exposto e hesitante. Esta descrição abre-se à ética na prática.

Porém, o objetivo não é se mostrar, numa espécie de auto complacência ou exibicionismo. O que há de ser escrito, o que queremos captar, é a forma como a cultura (etno), a política, a organização, a

comunicação... farão parte da nossa experiência, em toda a diversidade, intimidade e nudez desta inscrição: como a organização está impressa na experiência e na trajetória de uma pessoa e como ela produz e complica questões éticas e políticas, como estas estão engajadas no conjunto de uma existência.

É essa ideia de inscrição e impressão que a grafia do sufixo traz. Parece-nos, por um lado, poder designar a inscrição do contexto, das relações de poder, dos modos de relação estudados na experiência da primeira pessoa, no corpo, nas emoções, nos pensamentos da pessoa que escreve. E designar por outro lado todo o trabalho de descrição e restituição desta experiência, na criação de textos performativos que lhe façam justiça e comuniquem ao leitor o seu imediatismo e a sua intensidade.

“Autoetnografia”: três dimensões do método que C. Ellis e A. Bochner (2000, p. 739) resume da seguinte forma: “Autoetnografia é um gênero de escrita autobiográfica que apresenta vários níveis de consciência, ligando o pessoal ao político”. O eu que se descreve é um eu imerso na cultura, num feixe de comunicações e relações, o eu dá acesso à situação tal como ela foi vivenciada. Por exemplo, A. Kolker (1996) descreve a brutalidade e a desumanidade do sistema de seguro saúde americano. Ela não o descreve em geral ou de modo global, mas como o encontrou em seu drama pessoal. Ela tem câncer e, ainda assim, **não tem** cobertura para suas despesas médicas. Ela acha que tem direito, acredita numa certa justiça, descreve todas as fases da sua luta. Nós a acompanhamos tanto em suas certezas quanto em seus desesperos. Ela não se apresenta como excepcional, a descrição dos seus estados é tão precisa que nos parece que provavelmente reagiríamos como ela. Por falta de apoio, ela não pôde ser tratada e faleceu logo após escrever o

seu texto. Este é um caso singular, mas sentimos que algo semelhante poderia acontecer a muitos de nós (mesmo fora do contexto americano), o que nos faz lê-lo com ainda mais interesse e compreensão. Sua escrita não julga, mas descreve a experiência. Ganhamos uma compreensão que não se assemelha a lições de moral, mas sim a lições de vida.

Analisar a própria experiência como fonte de reflexão não é novidade, e pensaremos, por exemplo, em Montaigne, Rousseau ou Proust. A partir da década de 2000, esta estratégia de pesquisa foi teorizada e rapidamente tornou-se aceita como um método nas ciências sociais. O próprio termo *autoetnografia* foi usado pela primeira vez por K. Heider em 1975, quando ele retomou a narrativa de um estudante que descrevia “o que estava fazendo”. Mas rapidamente, o termo reunirá uma variedade de abordagens possíveis⁴. Trata-se de designar uma etnografia realizada sobre a própria cultura (HAYANO, 1979; VAN MAANEN, 1995a). Uma outra possibilidade é a de uma escrita revelar a cultura do grupo ao qual o autor pertence na sua explicação com outra cultura dominante (PRATT, 1994). De forma mais ampla, pode ser uma etnografia que abandona a perspectiva externa e objetiva, e mistura a experiência de vida do pesquisador com a do outro estudado (DENZIN, 2014). Finalmente, com as confissões no campo (contos confessionais, VAN MAANEN, 1988), é a história reflexiva da própria investigação de uma cultura que se torna objeto de estudo. Aqui, com base na prática e no enquadramento de diversas pesquisas *autoetnográficas*, propomos a aplicação de questões éticas, como já fizeram alguns autores.

⁴ Para uma história mais completa do termo, ver D. Reed-Danahay (1997, p. 4-9), Ellis (2004, p. 37-41) e Denzin (2014, p. 19-33).

DE E CONTRA SI MESMO

Primavera de 2009. A formação de doutorado reúne cerca de 40 estudantes de doutorado de toda a França. Esta manhã decidi apresentar-lhes as possibilidades da autoetnografia. Sinto que os alunos estão interessados, mas é palpável uma certa reserva. Um aluno se manifesta, diz que essa abordagem seria ótima para ele, mas que não sente que tem o direito de usá-la. Em economia, explica, não é possível fazer isso, seria visto como demasiado subjetivo. Vários estudantes parecem assentir com um olhar de desculpas para mim. Recomendo que sigam o conselho do orientador de suas teses, mas levantem com ele a possibilidade de incluir alguns momentos autoetnográficos na tese. Convido o estudante a nos contar sobre sua pesquisa e sua experiência. Ele estuda apoio a pessoas que vivem com HIV. Ele próprio é ativista há dois anos numa associação que ajuda pessoas com HIV. Mas garante que não quer que a sua investigação seja afectada pela sua posição; em vez disso, procederá a entrevistas semiestruturadas com ativistas de outras associações, colegas e pacientes. Na conversa que se seguiu, admitiu que a sua própria experiência foi muito mais rica do que aquela que conseguiu recolher através das entrevistas, sobretudo que nem tudo se podia dizer e que o contato com outras associações não foi fácil. Ele sabe que seu conhecimento íntimo lhe permite entender o que é dito com meias palavras, corrigir discursos social ou “politicamente corretos”, mas só quer se basear no que é dito nas entrevistas. Para ele, o aspecto emocional é central: as trocas com os pacientes são intensas. Ele fala sobre como devemos, no entanto, manter uma certa distância emocional. Ele nos mostra toda uma densidade humana que parece não

poder ser expressa através de entrevistas. Então ele começa a descrever sua atividade, com lágrimas nos olhos. Todos ouvem com muita atenção.

Estas lágrimas vieram, sem dúvida, da recordação de alguns momentos muito difíceis, mas pareceu-me que vieram também de uma certa violência acadêmica. A tese é uma provação muito exigente e o percurso doutoral é assombrado por muitas histórias, reais ou fantasiadas, sobre júris com critérios rígidos e estritos. Não se deve tentar abordagens originais, manter sempre a maior distância possível, não pensar muito por si mesmo... Raras são as formações de doutorado nas quais esse medo não é discutido. Ele parecia paralisado entre a tentativa de escrever a sua própria história, mesmo que em poucas páginas, para partilhá-la e refletir sobre ela. Parecia haver uma certa ansiedade e angústia, indistintas mas que seriam compreendidas e partilhadas pelos outros alunos.

Eu me pergunto o que fazer. Sua narrativa parecia ir tão bem, sem dúvida melhor do que eu poderia fazer, para mostrar o interesse da autoetnografia, e ainda assim, eu tinha o direito de encorajá-lo em direção ao que poderia ser para ele um muro, um conjunto de dificuldades pela frente? Não estaria eu então utilizando-o, para mostrar que estava “certo”, para ter sucesso no meu curso? Já fui criticado por apresentar aos alunos o que outros professores consideram “perigoso”. Mas como posso gerir a minha convicção em relação a mim mesmo, e a observação quando vamos a conferências internacionais, de que a investigação francesa em gestão é muitas vezes tímida (atrasada?) metodologicamente. Talvez um pouco covardemente, aconselho-o a tomar um tempo para refletir, que talvez pudesse pelo menos escrever algumas linhas para si mesmo, por lealdade a si mesmo

e como uma garantia de que o que ele faria de outra forma e não se afastaria muito de sua própria experiência.

A “timidez” metodológica não é, contudo, a única razão que explica certos preconceitos ou mal-entendidos em relação à autoetnografia. Certas críticas são justificadas e mostram-nos os perigos ou possíveis erros da aventura autoetnográfica. Como podemos fazer para que a narrativa da nossa própria experiência seja a base de uma investigação acadêmica, e que ela nos permita refletir sobre questões éticas?

Para A. Bochner (2000, p. 271), não é suficiente querer contar a nossa própria experiência, precisamos também de “critérios contra nós mesmos”: contra as nossas inclinações naturais e contra um determinado hábito acadêmico. Ele convida o autor a mostrar a vulnerabilidade e a honestidade, a confiar-nos os seus pensamentos belos e feios, o que é difícil de admitir, se isso estiver no cerne da experiência descrita. Quer sentir as dores pelas quais o autor passa de “quem eu era” para “quem me tornei”, revelando a carne e o sangue, testemunhando uma preocupação sensível e atenta pelas pessoas envolvidas, permitindo assim: “confirmar e humanizar a experiência trágica, testemunhando o que significa viver com vergonha, abuso, vício, deficiência e ganhar poder através deste testemunho”.

Alguns textos autoetnográficos se limitam a uma descrição da experiência tal como ela fala por si, ou como a contradição com o senso comum ou a teoria é óbvia. Porém, tratando-se de questões éticas, ou tendo em conta o medo que acaba de ser descrito, é preferível levantar esta descrição através de uma discussão teórica. Na reflexão assim armada pelas teorias das organizações e da ética, o praticante tenta pensar a sua experiência, mostrar as suas implicações, as potencialidades, as consequências, e ao fazê-lo conseguir uma

contribuição teórica ancorada na experiência. Tomando esta experiência como a de outra, ao compreendê-la por dentro, em eu interior, o pesquisador se desdobra, sendo ao mesmo tempo pesquisador e testemunha, um enriquecendo e controlando o outro, perspectivando e destacando o que lhe é confiado, pode caminhar, se tiver sucesso, para uma contribuição que é ao mesmo tempo empiricamente densa e teoricamente profunda.

Se a escrita começa assim com a experiência íntima, dentro de si, à flor da pele e dos afetos, não é por fraqueza do método ou por seguir um subjetivismo incapaz de distanciamento e objetividade. É porque vivemos em um mundo de gestão, de organizações e instituições e de capitalismo, que estamos imersos nele e sempre estivemos, e que não é possível estudá-lo de fora. A autoetnografia não descreve um *self* colocado em uma organização, mas um si mesmo atravessado e imbuído de estratégia e organização, um *self* gestor e organizador. O texto é sempre colocado nesse contexto. É nesse eu contextualizado, e não em um sujeito isolado, que surgem as questões éticas. Estas podem, portanto, ser refletidas em uma situação. Uma coisa é pensar nas implicações éticas da apresentação de métodos de investigação originais na formação doutoral, outra coisa é colocar a questão neste caso específico e num contexto cultural, social, político e acadêmico definido. Quando, por exemplo, T. Adams descreve seu percurso de revelação de sua homossexualidade, ele mostra todas as dificuldades, as pressões, os *flashbacks*, as traições, o assédio e, principalmente, todas as etapas pelas quais passou ao se opor ao imaginário popular que se trata de “sair do armário”, como um limiar, um degrau a ser transposto, ele mostra a violência institucional, simbólica e toda a trajetória pela qual teve que passar. As questões éticas de sinceridade consigo mesmo,

privacidade, ativismo, da exposição do íntimo... são apresentadas e estudadas no seu contexto político e cultural, dando-lhes a luz e o sabor não de uma questão teórica mas de um drama vivido. A organização universitária é apresentada sob uma visada muito diferente.

Em outras palavras, confiar a própria experiência não é suficiente, especialmente se o eu tiver precedência sobre si mesmo (se o autor quiser se mostrar da melhor maneira possível, sem respeitar o “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 1975)), se a narrativa não é ocasião para um difícil esforço de reflexividade, se não estiver ligado à teoria. Seria necessário, para usar a expressão de Ricoeur, conseguir tomar-se “como outro”, para que o eu afirmasse a sua singularidade mas como um entre muitos outros, para que fosse um meio de acesso aos problemas que se colocam a todos. A autoetnografia permite-nos então explorar todas as dimensões do objetivo ético no sentido de Ricoeur (1990, p. 202): “o objectivo da ‘vida boa’ com e para os outros em instituições justas”. Ricoeur sublinha o contraste entre o eu e um eu egológico que apenas procuraria impor os seus interesses. O eu para este autor, assim como no “autocuidado”, também visa a autoestima, é capaz de agir intencionalmente, de ser fonte de iniciativa. A autoetnografia, para estudar questões éticas, primeiro traça a narrativa dessa luta consigo mesmo e contra si mesmo. Mas um eu que não é uma partícula elementar, que está em diálogo com os outros: um eu com e para os outros. Um eu localizado nas instituições, que quer que elas sejam justas, que distribuam a todos a sua parte justa. E é esta situação do eu que se escreve num contexto institucional e organizacional, um eu inseparável e sempre já num mundo de organizações, que é o maior interesse da autoetnografia para a ética empresarial. A autoetnografia investiga as profundezas de um caso singular, mas aborda questões

gerenciais e organizacionais que serão repetidas em outros lugares, sob outras formas. Ao contrário da lei moral, as questões éticas surgem de nós pessoalmente e de uma forma sempre única (voltaremos a isto). Não podem ser entendidas como leis gerais, apenas como aquilo que se dirige a cada pessoa. Diante dessas questões éticas que abordam os “eus” de uma forma única a cada vez, a autoetnografia traça a jornada multidimensional de um eu que expõe e reflete sua ação e sua posição.

ORIENTAÇÕES CRÍTICAS E ORIENTAÇÕES CLÍNICAS

Isabela Paes (2011) é atriz. Ela está realizando uma etnografia do Odin Teatret, um importante grupo dinamarquês na cena teatral contemporânea, e deseja compreender melhor a organização que permite o sucesso de criações reconhecidas, às vezes sob restrições excepcionalmente fortes. Participou por mais de seis meses da vida e das produções do grupo. Em particular, ela descreve detalhadamente as técnicas e práticas de formação de atores. Porém, no seio de sua investigação, ela percebe que algo está mudando dentro dela: ela, a atriz, a pesquisadora, a participante não é mais a mesma. Seu diário de campo dá testemunho disso. Ela percebe que as técnicas de treinamento também são “técnicas de si”, no sentido de Hadot (2002) e Foucault (2001). Ela então descreve essa transformação, suas hesitações, o desejo renovado, a difícil busca da presença. Neste ponto a escrita torna-se autoetnográfica. Isto nos faz compreender por dentro como os modos de ser-em-comum e as práticas dentro desta organização não estão apenas focadas na criação e na produção, mas sobretudo em estar mais presentes, mais vivos: uma forma de viver. Para a pesquisadora, isso ecoa as teses de Bernard Stiegler. O capitalismo padroniza subjetividades, sufoca o desejo, interpreta mal o trabalho como paixão

e contribuição. Para Paes, o Odin Teatret produz outros modos de individuações psíquicas e coletivas. Isto nos faz compreender por dentro como os modos de ser-em-comum e as práticas dentro desta organização não estão apenas focadas na criação e na produção, mas sobretudo em estar mais presentes, mais vivos: uma forma de viver.

É escrevendo e refletindo sobre o que escreveu que ela toma consciência do que está acontecendo. A escrita revela o percurso de si, traíndo um eu que se torna e que se pensa, um eu em diálogo com os outros e com a organização. Assim, a escrita não é um relatório de investigação, mas sim, segundo a expressão de Richardson (2000), um modo de investigação. Escrevemos em busca de compreensão. É algo que sentimos, mas sem identificá-lo, sem ainda ter meios para refletir sobre isso. É sobre isso que a escrita vai tratar, em toda a sua diversidade, na sua ambiguidade, como mistura de intuições e emoções – escrever o que acontece na fronteira entre um exterior a ser apreendido, a organização, e uma interioridade que se surpreende nas suas reações. A escrita não transcreve apenas o que se sabe e se pensa; ela o descobre, reveste-o de palavras, eleva-o à sua autêntica complexidade; ela o traz à luz, quase o dá à luz. Aí a escrita se dedicará à interpretação desse texto, tentará não traí-lo ou reduzi-lo, tentará dar-lhe ainda mais profundidade e sinceridade, escolhendo as palavras, explicando as intuições e os desvios das ideias do pensamento, descobrindo então novos significados, iluminando-o com conceitos e experimentando teorias.

No entanto, isso mostra uma nova dificuldade. A voz da testemunha que escreve a experiência e a voz do pesquisador que tenta pensá-la devem sempre ser distinguidas, mesmo que correspondam e respondam uma à outra o tempo todo. Estas vozes podem se complicar

por incluir, por exemplo, a voz de quem vive a experiência, a de quem se recorda dela, a de quem reflete sobre ela, a de quem influenciou a primeira experiência, que de um possível narrador, aquele que fala em nome da organização ou de um grupo... Embora na aparência se pudesse esperar que o dispositivo de escrita fosse o mais simples possível: apenas o testemunho de uma experiência e, possivelmente, uma reflexão teórica sobreposta; a escrita autoetnográfica pode resultar em composições complexas. E todas estas escolhas de composição não são neutras nem no efeito de compreensão e consciência produzidas, nem nas implicações teóricas da escrita.

Mas, como mostra o texto de Isabela Paes, a escrita não é apenas um modo de investigação, ela também pode ser clínica e crítica. A escrita autoetnográfica rastreia como a gestão, a organização, o social, o capitalismo, a política são incorporados à nossa existência, como estão impressos na nossa pele, na nossa identidade, na nossa subjetividade, nos nossos pensamentos, como afetam e como respondemos, negociamos e nos inventamos neste diálogo. O que fica assim impresso em nós é o que precisamos expressar, apreender e recapturar, compreender, associar, apropriar-se. O que está escrito dentro de nós é o que deve ser descrito, escrito e gritado na sinceridade, proximidade e vulnerabilidade da experiência vivida através da pesquisa. Ela participa na criação de nossa resposta à situação, do nosso percurso ético e existencial, permitindo-nos tratar ou aliviar certos males, permitindo-nos revelar ou reagir a certas injustiças. Escrever pode ter um efeito terapêutico, mas é sempre uma tomada de consciência. Pode ser libertador ou criativo para mudanças pessoais. Pode ser político. E toda escrita é política (BARTHES, 1953). Toda nova forma de escrita em pesquisa tem efeitos sobre o campo.

Se a escrita autoetnográfica tem assim diferentes funções potenciais, existem diferentes tradições ou correntes que favorecem uma delas. Lembro-me desse encontro de tradições. Carolyn Ellis e Arthur Bochner, alguns dos principais promotores da autoetnografia nos Estados Unidos, foram convidados para o programa de doutorado da universidade em estudos humanistas na Holanda. Hugo Letiche, diretor do programa, começou o dia contando sua própria história em primeira pessoa. A história combinou o seu compromisso de não deixar o irmão da nora sozinho e ocioso na África do Sul com uma descrição meticulosa e cruel da organização burocrática da imigração. Ellis fica entusiasmada com tal história e explica que começaria a história descrevendo o irmão no aeroporto sul-africano, perguntando se ele conseguiria partir para a Holanda. Para ela (ELLIS, 2004, p. 333-5), trata-se, na verdade, de pensar como uma etnógrafa e de escrever como uma romancista. Ela gosta de descrever sua experiência da forma mais precisa, os fatos, o contexto, os pensamentos enquanto utiliza todos os recursos da escrita para chegar ao que há de mais sincero e profundo, ao mais cativante. Trata-se de comunicá-lo da forma mais impressionista, expressionista e precisa, jogando com o suspense e o ritmo para que o leitor não tenha outra vontade senão descobrir os versos seguintes. Ela também nos dá conselhos neste sentido: não escrever como um narrador onisciente, mas a partir do nosso lugar e do nosso verdadeiro papel, deixar a intriga emergir durante a escrita, escolher personagens marcados, concretos e coloridos, escolher com cuidado as cenas e diálogos (...e negociar o consentimento dos participantes envolvidos).

Mas naquela mesma noite, no restaurante, Letiche discutiu a proposta de composição do texto de Ellis. Ele mostrou que começar a

história dessa maneira tem profundas implicações teóricas. É descrever a imigração como uma passagem ou um transporte, não é partir da decisão da família anfitriã, é atribuir o poder de agir ao serviço de imigração, etc. As escolhas de composição da narrativa: o enquadramento, dentro e fora da câmera, os personagens que falam, as divisões de tempo e espaço já definem um modo de ver e, portanto, uma abordagem teórica. Para ele, a história não deve ser apenas cativante ou terapêutica, deve ser ponderada com a discussão teórica que a acompanha.

A orientação da autoetnografia pode assim privilegiar dimensões clínicas ou críticas, sem que ambas sejam verdadeiramente dissociáveis. Uma possibilidade é, de fato, promover a dimensão terapêutica, desvitimizadora e libertadora da escrita autoetnográfica. A prioridade se move em direção a uma escrita mais emotiva e sincera, performativa, que toca o leitor. Muitas vezes, cabe ao leitor extrair as próprias implicações e fornecer a ancoragem e a visão teórica correspondentes. Muitas vezes envolve escrever sobre experiências traumáticas ou descrever como uma subcultura, um gênero, uma etnia, uma condição que é vivenciada (ver, por exemplo, DENZIN, 2014). Outra possibilidade insiste com mais ênfase no desenvolvimento das pessoas. A experiência descreve um percurso, uma passagem; inscreve uma iniciação, uma compreensão que deixa marcas e transforma o autor. Dele tira uma reflexão, uma lição que sua escrita pretende transmitir ao leitor. Os temas estão antes ligados à vida organizacional e à gestão, à vivência de conflitos éticos, ao estresse ou à injustiça. A discussão teórica circunda ou se integra à narrativa, e o autor tem mais consciência de que a construção da narrativa, a escolha das cenas e a ordem dos testemunhos carregam implicações e afirmações teóricas. Como diz J. van Maanen (1995b), estilo já é teoria.

Mas em ambos os casos há uma dificuldade tremenda, que complica a redação do texto. A escrita de si é algo a partir do qual é possível refletir e teorizar, mas a escrita já está imbuída de teoria. Para Ricoeur (1983), a experiência nos leva a uma chuva de estados múltiplos e muitas vezes discordantes, a escrita irá reuni-los no decorrer de uma narrativa, é uma “desfiguração”: a narrativa deve amarrar os estados díspares em uma intriga; é representação. Trata-se, portanto, de descrever a experiência da forma mais autêntica possível, designando tão crus e múltiplos quanto possível os fatos, emoções, pensamentos e ações tais como nos aparecem. Mas temos que contar uma história sobre isso, e é esse trabalho de composição, inevitável, que exige reflexividade, e que é parte integrante da investigação. A teoria ganha forma gradativamente, em diálogo com o texto, a descrição fenomenológica é acoplada a uma hermenêutica, cada uma orientando e controlando a outra.

Se existe então uma certa objectividade nesta exposição da experiência subjetiva, ela é diferente daquela das ciências naturais. Estaria mais próximo da objetividade na história, como descreve Ricoeur (1955). Reside sobretudo no rigor de uma abordagem metódica: aqui a exposição, na maior autenticidade e multiplicidade possível, de um eu vulnerável, que ousa apresentar-se como era, sem apagar as partes obscuras ou vergonhosas, que decide, então, pensar esta experiência. Ricoeur acrescenta que este rigor contribui para a construção de uma subjetividade comum, uma aprendizagem partilhada da nossa humanidade através da história assim contada.

AFETOS E SOLICITUDE

Contudo, estas orientações mais clínicas ou mais críticas, e esta dupla vertente de rigor e literatura, não correspondem apenas a uma

preocupação epistemológica. Parecem-nos ser elas que tornam estes textos particularmente adequados ao estudo de questões éticas e políticas. Por exemplo, em estudos sobre organizações, muitas vezes a investigação envolve principalmente pessoas que agem e falam. Raros são os trabalhos, como os de Dejours (1998), que incluem o sofrimento em suas análises – mas mesmo assim o pesquisador não descreve o seu próprio sofrimento. A autoetnografia estuda a organização por um pesquisador que não está apenas preocupado, mas também afetado, e que escreve a partir dessa ferida ou drama pessoal. Ele pensa que suas ações e palavras estão voltadas para o rosto do outro, ele também pode sofrer ou causar sofrimento e pensa neles dentro da estrutura de uma organização. É esta sensibilidade aberta por uma ferida ou por uma provação, misturada com o desejo de compreender e melhorar a situação que é a marca das autoetnografias sobre questões ligadas à organização.

Mais uma vez reconheceremos esta marca com Ricoeur. Em *O si mesmo como um outro*, ele começa a refletir sobre a questão da responsabilidade através da identidade de quem age ou de quem fala. Mas apesar de toda a força e luz assim trazida, ele compreende que deve ir além de uma abordagem que é, sem dúvida, demasiadamente formal. Quer reconhecer que as pessoas envolvidas não estão apenas a agir e a falar, mas também a sofrer, e que há assimetrias de posições a ter em conta.

Hugo Letiche (2008), por exemplo, descreve sua experiência no hospital, principalmente quando o filho sentia dores. Ele alterna entre o relato de como essa experiência o toca e o afeta, a descrição da organização do sistema de cuidados e uma reflexão sobre a complexidade sugerindo como a organização poderia ser melhorada.

Mostra como o hospital trata (*cure*), mas deixa de cuidar (*care*). Ele também relata seus debates éticos quando se tratou de intervir para garantir que tivesse os melhores médicos para seu filho: o que era certo para seu filho poderia prejudicar outras pessoas mais vulneráveis.

Seu relato autoetnográfico não é o de um pesquisador neutro e distanciado. Ele descreve a violência de um sistema a partir da experiência de uma posição vulnerável, não como uma vítima que exige reparação ou como um juiz onisciente, mas como alguém que sentiu dor e injustiça e gostaria de contribuir para a sua humanização. A experiência em primeira pessoa não é um viés subjetivo, mas uma fonte incomparável de conhecimento e, sobretudo, uma posição privilegiada para pensar essa humanização. A experiência hospitalar é um contato com a própria vulnerabilidade. A experiência o afetou, depois ele não é mais o mesmo e é esse afeto que o orienta em sua pesquisa.

A virada afetiva (CLOUGH; HALLEY, 2007; GREGG; SEIGWORTH, 2010) mostrou precisamente a fertilidade de uma posição tão afetada. Por um lado, ao dar um papel maior às emoções e às sensações, mas sobretudo porque são os afetos que nos obrigam a pensar, sinalizam-nos que está acontecendo algo que nos toca, nos indigna ou nos transporta. Os afetos obrigam a uma atitude de escuta e hospitalidade ao que nos é estranho, pondo em movimento tanto o pensamento como as posições (MORICEAU, 2020). O que afeta Hugo Letiche é o que não o pode deixar indiferente, o que o leva a escrever, a pensar, a agir, a tomar posição.

E o que o afeta está ligado ao sofrimento dos outros, do filho, do paciente do leito ao lado, do cuidador sobrecarregado e desprezado. Que o sistema de saúde trata sem conseguir cuidar, que assim trata de forma imperfeita, que é violento, é o que esta experiência grita aos gestores e

organizadores hospitalares, certamente algo que uma abordagem gerencial não ignora, mas é tão difícil de compreender. E aqui está o ponto de partida a partir do qual o autor tentará repensar o cuidado.

ÉTICA E MORAL

No entanto, a experiência dos problemas na primeira pessoa e a solicitude pelos outros nem sempre são suficientes para orientar a reflexão ética, porque como mostra Levinas (1974), mesmo que o rosto do outro me comande, há sempre o outro do outro que pode ser prejudicado pela minha preocupação. A ética, a busca da vida boa e da ação justa devem, às vezes, separar-se entre liberdade e comando, entre regras e escolhas.

Diederik van Meenen (2009) é auditor. Ele tirou um ano sabático para contribuir com uma organização não governamental que trabalha na África. Durante algum tempo, foi gestor financeiro de uma entidade operacional em Serra Leoa. Alimentos e equipamentos seriam entregues em uma cidade bastante distante e para isso precisam de combustível para os caminhões. A única maneira de obtê-lo neste momento requer um pouco de corrupção. Ele se recusa a assinar o cheque. Para ele, os problemas do país advêm sobretudo da corrupção, e ele se recusa a participar nela. A importância da transparência é a sua convicção central, algo pelo qual trabalhou durante toda a sua vida. Por falta de combustível, os caminhões não sairão. Os alimentos não serão distribuídos. A raiva do chefe local da ONG no dia seguinte levou van Meenen a todo um caminho de reflexão ética, de vários anos, que ele descreve com grande honestidade. Ele não consegue compreender que as empresas de auditoria internacionais certifiquem as contas como verdadeiras e sinceras enquanto a corrupção é notória – mas

compreende a preocupação com o pragmatismo. A narrativa de experiências como a anterior vem acompanhada de uma pesquisa com auditores, do ativismo junto à l'Ordre des Experts-Comptables⁵ e da proposta de mudança nos modelos de relatório.

As problemáticas éticas se situam frequentemente no conflito entre várias regras: aqui o imperativo da transparência e da honestidade versus a ajuda aos seres humanos em situações de urgência. O que fazer quando intervêm várias normas obrigatórias conflitantes? É aqui que Ricoeur se propõe a distinguir e a priorizar a ética e a moralidade. No primeiro nível está a ética: a escolha pessoal de um modo de vida, a procura da felicidade, com e para os outros, em instituições justas. Mas esta escolha pessoal é limitada por regras morais e universais que a impõem e a restringem. Trata-se de seguir essas regras, como não matar outra pessoa, sempre considerar os outros como um fim, nunca como um meio. Mas se várias regras morais estão em conflito e se contradizem, elas não podem mais orientar decisões e ações com clareza. O problema é insolúvel por cálculo ou raciocínio. Da mesma forma, quando a lei é demasiado geral para fazer justiça a uma situação particular, quando não se pode ter em conta certas configurações específicas, corre o risco de deixar de ser equitativa. É aqui que Ricoeur traz outro nível de ética, como convicção, como compromisso consigo mesmo, que exceda as regras morais em oposição ou mal ajustadas. É aqui que as questões éticas nos são endereçadas como situações de reflexão, que exigem da nossa parte um compromisso. Porque então só cabe a nós estimar o que parece melhor na situação.

⁵ A Ordre des Experts-Comptables, ou OEC, é uma organização profissional de Revisores Oficiais de Contas na França. O instituto foi criado por Portaria em 1945 e colocado sob a tutela do Ministério da Economia, Finanças e Orçamento.

Esta última reflexão ética, insegura, sem guia infalível, difícil, da qual nasce um engajamento, um eu que afirma uma posição numa situação singular que lhe é endereçada, é precisamente o que a autoetnografia pode descrever. Não apresenta uma demonstração ou uma solução, mas sim um confronto com uma problemática, o nascimento de uma resolução, traçando todos os caminhos, a pesagem de prós e contras, hesitações e covardias, dilemas e caminhos errados, tentações e oportunidades perdidas, mostra a gênese de uma decisão diante do que não se consegue decidir. Mostra a invenção de uma resposta, o nascimento de uma afirmação ética. Ela mostra um caminho percorrido, nos dá a experiência e nos convida a discutir com o autor, não num caso abstrato, mas num contexto preciso de conflitos de normas. Nós, leitores, extraímos dela sabedoria prática, proveniente da experiência, da experiência de outro, mas de outro como nós.

A ESCRITA DE SI COMO UM OUTRO

Alphonso Lingis é filósofo e etnógrafo. Ele viaja pelo mundo, encontra situações que o afetam e extrai suas reflexões filosóficas dessas experiências. Em um texto (Lingis, 2016), ele primeiro descreve o assalto em uma praia de Copacabana, sua raiva, depois a polícia que lhe apresentou três meninos alegando serem ladrões. Ele então diz que foi enganado em um mercado indonésio, pois o pássaro que ele havia encomendado nunca chegou. Ao encontrar o comerciante, ele se encontra novamente na posição de vítima buscando justiça junto à polícia. Mas em ambos os casos, ele antecipa as consequências das suas acusações, refaz o percurso e a posição do ladrão, reflete sobre a sua própria posição, sobre a lei, sobre a hegemonia americana... De repente, a confiança em seu direito vacila. O que é justo? Ele não sabe mais. Ele

vivência, apesar de qualquer distância cultural, o encontro com o rosto do outro, tanto na sua vulnerabilidade como no seu contexto institucional. A sua posição transforma-se, reflete-se, o eu se move, o eu que se escreve testemunha o seu próprio tremor, ele hesita. Ele retirará todas as acusações. Não é possível entrar em todos os detalhes aqui, mas parece que sua recusa dá a cada um o que é mais importante para cada um - uma justiça redistributiva na prática. Ele fica surpreso com a sua própria reação, nós o sentimos feliz com seu movimento, com seu distanciamento de si mesmo. Sempre fiel a si, mas já não mais a si mesmo, um eu que se torna outro, ou ainda mais si mesmo, tocado e amadurecido pela experiência ética.

A autoetnografia não resolve problemas éticos, não conduz a regras gerais. Mostra em toda a sua profundidade e força como surgem problemas éticos para o eu. Mas o autor escreve-o na primeira pessoa, como poderia ter sido colocado a outro, como pode ser colocado a qualquer um, embora cada vez mais nos seus próprios contextos organizacionais. A escrita autoetnográfica descreve como o problema se apresentou a um eu, como ele o recebeu, como se viu mudado, como se envolveu. Mostra que a ética não é precisamente o cumprimento de regras, mas o reflexo de situações cada uma, única, na encruzilhada de regras e leis, confrontando com rostos, pensando nas consequências, na invenção de si mesmo. O tema da reflexão ética é um tema em movimento, menos aquele que é confrontado com uma questão ética do que aquele que esta questão suscita. Se não resolver os problemas, prepara-nos para situações futuras, que também serão únicas, exigindo de nós todo um percurso, contribuindo para que surja em nós um sujeito ético.

As problemáticas éticas apresentam-se geralmente ancoradas num contexto, numa galáxia de outros processos e histórias. A autoetnografia,

eminentemente qualitativa, tenta preservar toda esta complexidade, o que a torna credível, o que nos prepara para futuras questões éticas. Os profissionais que adotam tal abordagem possuem conhecimento profundo da situação organizacional ou gerencial única estudada. Eles não precisam temer sua subjetividade, pois é o seu percurso como sujeito diante do problema ético em sua organização que está sendo estudado. Mais um tema a ser levado como qualquer outro para pesquisa. Um tema para escrever e refletir com todos os recursos da teoria das organizações e da ética, pronto para seguir as exigências e o rigor acadêmico. Não há dúvida então que esta reflexão escrita na primeira pessoa do singular, rica em detalhes, precisão e reflexividade, será uma valiosa contribuição para a compreensão dos problemas éticos nas organizações. A singularidade dos problemas e a sua forma de se endereçarem a quem procura corresponde à singularidade de uma voz, à singularidade de uma escrita que lhe responde, que – se tiver sucesso – nós, leitores, entendemos como se nos acontecesse para nós mesmos, de nossa própria jornada única. Se a escrita tiver sucesso... porque cada vez o autor procura a escrita, a narrativa, a reflexão adequada para transmitir a experiência vivida, para fazê-la reviver para nós no presente - sem nunca ter a certeza de que a escrita consegue assim fazer; é performativo, rico em detalhes, precisão e reflexividade, será uma valiosa contribuição para a compreensão dos problemas éticos nas organizações.

VULNERABILIDADE E POLÍTICA

Somos todos, em grande medida, vulneráveis, como nos tornamos conscientes com a perspectiva do cuidado (GILLIGAN, 1982). E é a partir desta parte da vulnerabilidade que nos engajamos na escrita da autoetnografia. Porém, nem todos entramos no hospital na mesma

posição de vulnerabilidade, alguns têm dinheiro para acessar determinados profissionais ou relacionamento com médicos. Nem todo mundo tem a oportunidade de viajar pelo mundo ou tirar um ano sabático. De minha parte, escrevo consciente de uma posição social privilegiada. O diálogo com Ricoeur leva-nos a colocar em primeiro lugar a relação ética, que me parece essencial. Contudo, não se trataria de esquecer todos os aspectos políticos que rodeiam as situações descritas. A vulnerabilidade está em grande parte ligada à posição e às normas sociais, isso deve ser incluído na descrição e reflexão. Em particular as vulnerabilidades ligadas ao gênero, à etnia, à orientação sexual, à deficiência, à classe social, à idade, etc., componentes essenciais da autoetnografia, mostram a opressão, a injustiça, a dominação, a alienação, nos seus efeitos sobre os corpos, os afetos, os pensamentos, as trajetórias, as capacidades. Tornar visível, descrever a partir de um ponto de vista que foge da norma, dar voz a vozes muitas vezes reduzidas ao silêncio, mostrar gritos, gestos, conquistas, lutas estão entre os objetivos da autoetnografia.

Estas questões políticas tornam as questões ainda mais prementes e, por vezes, problemáticas. Por exemplo, escrever textos autoetnográficos em conjunto, para comparar experiências e procurar um nós (cf. DIVERSI; MOREIRA, 2018; MONTIEL *et al.*, 2022). Outramente, a questão da representatividade da fala na primeira pessoa face a face aos membros de uma comunidade. E o lado inadequado de descrever detalhadamente a própria vulnerabilidade, quando se encontra pessoas em uma posição muito mais precária e sofrida. Em todos estes casos é necessário encontrar outras formas de escrever, a possibilidade de recorrer a outras epistemologias (HOUSTON, 2007).

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. **Narrating the closet**: an autoethnography of same sexe desire. Walnut Creek: Left Coast Press, 2011.
- BARTHES, R. **Le degré zéro de l'écriture**. Paris: Seuil, 1953.
- BOCHNER, A. P. Criteria against ourselves. **Qualitative Inquiries**, v. 6, n. 2, p. 226-272, 2000.
- CLOUGH, P. T. **The affective turn**: theorizing the social. Durham: Duke University Press, 2007.
- DENZIN, N. K. **Interpretive autoethnography**. Newbury Park: Sage Publications 2014.
- DEJOURS, C. **Souffrance en France**: la banalisation de l'injustice sociale. Paris, Seuil, 1998.
- DIVERSI, M.; MOREIRA, C. **Betweenner autoethnographies**. A path towards social justice. London: Routledge, 2018.
- EARHART, R. S. **Partiality of responsibility**: ethics in sustainability consulting. Baarn: De Weijer Uitgeverij, 2011.
- ELLIS, C. **The ethnographic I**: a methodological novel about autoethnography. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. **Composing ethnography**: alternative forms of ethnographic writings. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996.
- ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: research as subject. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 733-768.
- FOUCAULT, M. **L'Herméneutique du sujet**: cours au Collège de France (1981-1982). Paris: Seuil, 2001.
- GILLIGAN, C. **In a different voice**. Boston: Harvard University Press, 1982.
- GREGG, M.; SEIGWORTH, G. J. **The affect theory reader**. Durham: Duke University Press, 2010.
- HADOT, P. **Exercices spirituels et philosophie antique**. Paris: Albin Michel, 2002.

- HAYANO, D. M. Auto-ethnography: paradigms, problems, and prospects. **Human Organization**, v. 38, n. 1, p. 99-104, 1979.
- HOUSTON, J. Indigenous autoethnography: formulating our knowledge, our way. **The Australian Journal of Indigenous Education**, v. 36, S1, p. 45-50, 2007.
- KOLKER, A. Thrown overboard: the human costs of health care rationing. In: ELLIS, C.; BOCHNER, A. (Ed.). **Composing ethnography**. Walnut Creek: AltaMira Press, 1995. p. 132-159.
- LEJEUNE, P. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1975.
- LETICHE, H. **Making healthcare care**. Charlotte: Information Age Publishing, 2008.
- LEVINAS, E. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. La Haye: Martinus Nijhoff, 1974.
- LINGIS, A. Justice. In: LETICHE, H.; LIGHTFOOT, G.; MORICEAU, J.-L. **Demo(s): philosophy - pedagogy - politics**. New York: Sense Publishers, 2016. p. 85-92.
- MARECHAL, G. Autoethnography. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G.; WIEBE, E. (Ed.). **Encyclopedia of case study research**. Thousand Oaks: Sage, 2009. p. 43-45.
- MONTIEL, G. I.; TORRES-HERNANDEZ, T.; VAZQUEZ, R.; TIBURCIO, A.; ZAVALA, F. "It wasn't only the pandemic": a collaborative autoethnography of Latinx women in higher education navigating the COVID-19 pandemic in rapidly shifting immigration contexts. **Journal of Latinos and Education**, v. 21, n. 3, p. 266-276, 2022.
- MORICEAU, J.-L. L'autoethnographie. Contre soi-même comme un autre. In: MORICEAU, J. L.; SOPARNOT, R. **Recherche qualitative en science sociale: s'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode**. Caen: EMS, 2019. p. 53-66.
- MORICEAU, J.-L. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.
- MORICEAU, J.-L.; MARQUES, A. C. S.; PESSOA, S. C. Textes performances: affecter, réenvisager, transmettre. **Communication**, v. 39, n. 2, 2022.
- PAES, I. **Mouvements: individuation et transformation. Une approche ethnographique de l'Odin Teatret**. Thèse de doctorat, Télécom Ecole de Management en association avec l'UEVE, Evry, France.

- PRATT M.-L. Transculturation and autoethnography: Peru 1615/1980. In: BARKER, F.; HULME, P.; IVERSON, M. (Ed.). **Colonial discourse/postcolonial theory**. New York: Manchester University Press, 1994. p. 24-46.
- RAGO, L. M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas : Unicamp, 2013.
- REED-DANAHAY, D. E. Introduction. In: REED-DANAHAY, D. E. **Auto/Ethnography: rewriting the self and the social**. Oxford UK: Berg, 1997. p. 1-17.
- RICHARDSON, L. Writing: a mode of inquiry. In : DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 923-948.
- RICOEUR, P. **Histoire et vérité**. Paris: Seuil, 1955.
- RICOEUR, P. **Temps et récit**. Tome I: L'intrigue et le récit historique. Paris: Seuil, 1983.
- RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.
- VAN MAANEN, J. **Tales on the field**: on writing ethnography. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- VAN MAANEN, J. An end to innocence: the ethnography of ethnography. In: Van Maanen, J. **Representation in ethnography**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995a.
- VAN MAANEN, J. Style as theory. **Organization Science**, v. 6, n. 1, p. 133-143, 1995b.
- VAN MEENEN, D. **Exploring normative professionalism**: an auto ethnography of audit in the aid industry. Capelle aan den IJssel: Accretion, 2009.

8

A VIDA AFETIVA DOS ANTROPÓLOGOS: ETNOGRAFIA E ESCRITAS DE SI NA PESQUISA SOBRE SEXUALIDADES, GÊNERO E FAMÍLIA

*Leandro de Oliveira*¹

INTRODUÇÃO

Bangu, Rio de Janeiro/RJ, junho de 2006. Tendo recentemente defendido minha dissertação de mestrado, submeti à seleção para o Doutorado em Antropologia no PPGAS/Museu Nacional um projeto que discutia namoro e relações com a família de origem entre homens gays (que depois se ampliou, incluindo mulheres lésbicas e mães de pessoas homossexuais). Nessa mesma época, aos 28 anos, comecei a namorar um rapaz encantador (podemos chamá-lo de Dani), recém graduado na área de Ciências Sociais Aplicadas (trabalhando em sua área de formação, em um cargo bem remunerado), que morava com os pais (os quais não sabiam sobre sua orientação sexual) em um bairro periférico relativamente próximo à parte da cidade em que eu residia com minha família. O projeto que submeti ao doutorado não falava nada sobre minha vida pessoal, mas se propunha a investigar como gays conjugavam namoro e relações familiares, e tinha a premissa implícita

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UERJ, mestrado em Ciências Humanas e Saúde pela mesma instituição, doutor em Antropologia pelo PPGAS/ MN/ UFRJ. É professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGAN/UFMG, tendo lecionado anteriormente na Universidade Regional do Cariri/URCA (Crato/CE). Foi bolsista do Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde (Fundação Ford), e prof. do curso de Especialização em Gênero e Sexualidade EGES/ CLAM/ UERJ. É co-autor, com Marcelo Natividade, do livro "As Novas Guerras Sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil", possuindo também artigos e capítulos de livro em diversas publicações especializadas (abordando temas como parentesco, gênero, sexualidades, política, religião e emoção).

de que isto demandava algum malabarismo. Meu namorado tinha um irmão gay assumido, Lino. Embora a família estivesse ciente da orientação sexual de Lino, e Lino soubesse da orientação sexual de Dani, este último não desejava em hipótese alguma sair do armário para seus pais. Nessa época, eu nunca fora a uma parada gay e evitava expor minha orientação sexual para desconhecidos, mas também não fazia muito esforço para ocultá-la. Algumas pessoas em minha família, incluindo minha mãe, já estavam cientes sobre meus gostos sexuais, e mais ou menos resignados com esse fato. Dado que eu habitava um armário mais amplo e arejado, o armário de Dani me exasperava – em especial porque Dani queria me arrastar pra dentro dele, me apresentando para seus pais como “um amigo” presumivelmente heterossexual. O segredo dele era direito dele, mas eu não tinha a menor paciência (ou sequer competência) para fazer *cosplay* de hetero em almoços de família. E o convite para frequentar sua casa era uma dádiva incômoda: gesto inestimável de confiança e afeto, mas que demandava que eu compactuasse com o segredo que ele desejava manter, e me engajasse ativamente em sua proteção. Sucedem-se dias e semanas pontuados por uma troca afetiva intensa com Dani, com encontros e telefonemas diários, bilhetes apaixonados, um fim de semana a passeio em Ouro Preto/MG, fotografias, presentes, gentilezas. Argumento: “Teus pais aceitaram Lino, porque você não conta também?”. Mas Dani temia fazê-los sofrer – especialmente sua mãe, que teria ficado muito abalada quando Lino se assumiu gay e saiu de casa. Ele não queria fazê-la passar por isto uma segunda vez. Na banca de seleção ao doutorado, um arguidor comentara que meu projeto parecia implodir com a “teoria da aliança” dos estudos clássicos de parentesco, por operar com a premissa de que homens gays, ao menos de vez em quando, manteriam

as redes de namorados apartadas da família de origem. Paradoxo peculiar: Dani quer que eu frequente a casa e me integre a sua família, mas permaneça na zona de limbo habitada pelos amigos – e aja, fale e cale como se fosse um amigo. Ele, por sua vez, frequentava minha casa na qualidade de “namorado”, acolhido com muito afeto por meus familiares, ainda que uma etiqueta tácita fizesse com que a natureza de nossa relação nunca fosse explicitamente mencionada: casa de ferreiro com espeto de pau... Talvez Dani tenha razão: namorados são uma espécie de amigo, e amigos podem se tornar uma espécie de parente, não? Talvez eu devesse estudar esse assunto (a amizade) em minha tese. Em algum momento, ainda no início do namoro, sondei Dani sobre a possibilidade de, a médio prazo, morarmos juntos – experiência que eu nunca tivera, que começara a cogitar após conhecê-lo. Ele explicou que isto era impossível, pois estava prestes a comprar um apartamento próprio com seu pai, para o qual estariam se mudando em breve – em um bairro nobre da cidade, bastante distante do lugar em que eu residia, demandando cerca de duas horas de deslocamento de ônibus. Meio frustrado, meio conformado, penso comigo mesmo: até que o tema que escolhi pra minha tese faz sentido.

Compartilho este relato pessoal, aqui, na expectativa de que ele sirva como introdução aos dilemas da pesquisa e da escrita etnográfica que discutiremos nas próximas páginas. Abordarei, nelas, problemas teórico-metodológicos tocantes à construção de conhecimento através de observação participante e etnografia, a partir de uma releitura de experiências que vivenciei durante a elaboração de minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado. O texto contempla três objetivos articulados: 1) refletir sobre desafios e potencialidades da inclusão de uma escrita de si da/o pesquisador/a em textos

etnográficos; 2) problematizar os limites entre vida pessoal e pesquisa acadêmica, tanto no trabalho de campo quanto na escrita etnográfica; 3) refletir sobre o modo como experiências emotivas podem contribuir para a construção de conhecimento antropológico (COELHO, 2019). Estas reflexões são balizadas por debates sobre saberes localizados e escrita posicionada nos Estudos de Gênero e Sexualidade, mas também por um diálogo com o campo da Antropologia das Emoções.

As duas sessões iniciais do texto discutem, respectivamente, modos convencionais de construção de conhecimento no campo da Antropologia e seu tensionamento, nos últimos 50 anos, com a emergência de críticas aos ideais da imparcialidade, objetividade e neutralidade científica. A terceira seção e a quarta seção, por sua vez, colocam sob exame aspectos de minha experiência pessoal e etnográfica relativos ao trabalho de campo e a escrita de minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado, tematizando as fronteiras porosas entre vida pessoal e vida acadêmica. A análise e a estrutura do texto são orientadas por uma questão central, a que tento me endereçar: como vida pessoal/afetiva e trabalho intelectual se entrelaçam na experiência de antropólogos? Espero que esta reflexão, embora exploratória e incipiente, contribua para fomentar debates sobre o lugar dos afetos na posicionalidade do sujeito do conhecimento e na construção de “saberes localizados” no campo das Ciências Humanas.

CIENTISTAS DESENGAJADOS, OBSERVADORES PARTICIPANTES E SEUS AFETOS: UM BREVE HISTÓRICO

Início nossa jornada com uma provocação: o que é *pesquisar*? Trata-se de uma atividade histórica e culturalmente muito específica, orientada à construção de conhecimento a partir de convenções e

rituais próprios. Em que pese o esforço de certos filósofos na Grécia antiga para tomar a *physis* como objeto de explicações materialistas, entendida como um domínio internamente homogêneo sujeito a regularidades causais, é somente na Idade Moderna que se constitui algo parecido com nossa concepção de “ciência” (TAMBIAH, 1990). A empreitada da ciência moderna conjugava a premissa de que o mundo era uma instância opaca, cuja verdade demandava trabalho sistemático para ser desvelada, com a certeza de que a Natureza era expressão dos desígnios de Deus, e de que a Ciência era uma atividade mundana que confirmava Sua graça e glória – um *ethos* que, como notou o sociólogo Robert Merton (2013 [1936]), fez com que os quadros científicos na Europa entre os séculos XVII e XIX fossem intensivamente ocupados por protestantes puritanos, cuja perspectiva religiosa comportava afinidades eletivas com a visão de mundo laica partilhada na comunidade científica. Paradoxalmente, a adesão pessoal (e afetiva) ao *ethos* protestante parece ter oferecido um solo propício à implantação dessa epistemologia que concebe o mundo natural como realidade acabada (que, em última instância, expressaria a perfeição dos desígnios divinos) e concebe o fazer científico como revelação de fatos puros cuja existência independe da perspectiva do observador. As práticas de pesquisa científica hegemônicas à época apostavam, sob graus e formas variáveis, no *distanciamento* como estratégia de produção da verdade: a separação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento assegurava que o cientista produziria representações acuradas da realidade, a despeito de predisposições pessoais, afetos ou escolhas ideológico-políticas.

A institucionalização da Antropologia como disciplina acadêmica, no Século XIX, ocorreu em sintonia com estes ideais de cientificidade.

Diversos procedimentos eram, então, adotados pelos ditos “antropólogos de gabinete” para asseverar a veracidade das narrativas antropológicas, a despeito da parcialidade de suas fontes. A questão de fundo que ora motivava o trabalho antropológico consistia em explicar o paradoxo colocado pelo reconhecimento de uma unidade biológica da espécie humana, quando confrontado à pluralidade das realizações da Cultura humana. É fato amplamente sabido que estes intelectuais, em geral, não davam muito valor à pesquisa de campo (embora alguns dentre eles pudessem eventualmente praticá-la); em vez disto, dedicavam suas energias à tarefa de catalogar e comparar dados produzidos por terceiros para melhor contribuir com o projeto de uma “Ciência do Homem”.

Edward B. Tylor, oriundo de uma família Quaker (e por vezes referido como um dos fundadores da disciplina), tentava atingir esta segurança epistemológica por meio do que chamava de “teste da recorrência”. A obtenção de relatos *semelhantes* sobre uma determinada instituição (ou mito, ou ritual etc.), fornecidos por observadores diferentes, a respeito de lugares diferentes e em épocas diferentes, era tomada como evidência de que estes depoimentos eram “verdadeiros”: afinal, uma mentira não poderia ter sido sustentada com sucesso por tanta gente em toda parte (Tylor, 2005 [1871]). Este estilo de método comparativo atribui autenticidade a um dado a partir da repetição e da redundância nos relatos sobre sua existência, desconsiderando as condições de produção destes relatos. Tal linha de argumentação não deixa de ser engenhosa; ela tentava neutralizar vieses introduzidos no relato pela subjetividade dos observadores (cotejando, uns com os outros, depoimentos assinados por diferentes pessoas) e, simultaneamente, neutralizar vieses oriundos da perspectiva do

analista (prescrevendo um procedimento impessoal e sistemático para seleção dos relatos considerados válidos). Não obstante, este tipo de estratégia de construção do conhecimento científico se tornou inaceitável, do ponto de vista de convenções que ganharam espaço na Antropologia ao longo do Século XX.

Mas em que consistiram estas mudanças nas formas de construção do fazer antropológico? A invenção da “observação participante”, nas primeiras décadas do Século XX, teria aberto um espaço maior para uma reflexão sobre a subjetividade dos pesquisadores? E em que consistia a tal “observação participante”? Para fins da discussão que estamos fazendo aqui, há pelo menos três cortes históricos relevantes na compreensão dessas transformações: o período inicial de constituição da Antropologia em fins do Século XIX; o paradigma da antropologia moderna que imperou ao longo do Século XX, instituindo a observação participante como fonte central da especificidade e do êxito teórico-metodológico da disciplina; e perspectivas críticas a este paradigma, que ganham força especialmente a partir dos anos 1970. A Antropologia de tradição empirista que é inaugurada no início do Século XX (notadamente com as obras de Malinowski, na vertente britânica, e Franz Boas, na linhagem norte-americana da disciplina) não rompia frontalmente com os cânones do objetivismo científico, mas introduzia expressiva desestabilização ao prescrever o engajamento com o outro (em vez do distanciamento) como estratégia metodológica central de construção do conhecimento antropológico. Conviver cotidianamente, partilhar da comida e da mesa, dançar, festejar, enfim, “participar” da vida local das maneiras que nos sejam facultadas: tudo isto propicia o estranhamento de nossa própria visão de mundo e intuições preciosas sobre a de nossos interlocutores. Esta experiência, contudo, se fazia

acompanhar de estratégias de escrita sustentadas em um apagamento, no texto, da pessoa do etnógrafo, sugestivo da premissa implícita de que sua subjetividade seria na melhor das hipóteses irrelevante e na pior um óbice (em vez de um meio de construção da pesquisa, instrumento a ser afinado e ajustado no curso de interação, conversa e convívio cotidianos em um dado grupo).

Essa problemática se tornou bastante evidente a partir do escândalo peculiar que foi deflagrado pela publicação póstuma dos diários pessoais de Bronislaw Malinowski em fins dos anos 1960, por decisão de sua viúva (Malinowski, 1997 [1967]). Malinowski é, com alguma frequência, retratado como uma espécie de “herói cultural” em um mito de origem sobre a constituição da antropologia moderna no início do Século XX, cuja ambição consistia em compreender a visão de mundo de outros povos por meio de observação participante, obedecendo a “princípios rigorosos” de método. É inegável, como sugere a análise de inspiração foucaultiana desenvolvida por Geertz (2005), que ele ocupou um lugar de “fundador de discursividade” – um autor cujos textos instituem convenções de escrita que serão posteriormente adotadas ou imitadas por outros autores. Como sugere George Stocking (1983), este lugar simbólico concedido a Malinowski foi simultaneamente comprometido e confirmado pela publicação de seus diários íntimos. Neste documento, Malinowski expressava sentimentos não-dissimulados de irritação e/ou desprezo direcionados aos nativos das Ilhas Trobriand, seus interlocutores durante os dois anos de trabalho de campo intensivo que realizou na Melanésia – além de uma preocupação excessiva com a própria saúde, que se manifestava em um consumo exagerado de medicamentos, e diversas outras disposições e experiências pessoais singulares (devaneios e planos ambiciosos sobre

sua futura carreira; desejos e experiências eróticas; o registro de um sonho em que ele fazia sexo consigo mesmo, com um duplo/sósia seu, etc.). Essas experiências de Malinowski, vertidas sem grandes filtros para dentro de seu diário pessoal em meio a anotações casuais sobre atividades cotidianas, parecem ter sido criteriosamente depuradas e excluídas das publicações em que o autor expôs o resultado de suas pesquisas. Não obstante, a publicação dos Diários gerou reações apaixonadas na comunidade antropológica, incluindo posições defensivas que sugeriam que a observação participante era uma atividade intelectual/técnica/profissional que, enquanto tal, dispensava a necessidade de sentimentos genuínos de simpatia pelos interlocutores da pesquisa².

Em artigo que discute a relação entre trabalho intelectual e emoções, a antropóloga Maria Cláudia Coelho (2019) sugere que a controvérsia suscitada por essa obra é expressiva de uma estratégia de gestão do lugar das emoções na pesquisa antropológica, que as apresentava como “intrusas indesejáveis”. Na história da disciplina, esta forma de conceber a relação entre o trabalho de campo e a experiência afetiva do etnógrafo foi se modificando, de tal modo que a partir dos anos 1980 era possível conceber as emoções não mais como uma *interferência* (inevitável, porém indesejável) na condução da pesquisa, e sim como um *meio* para a compreensão do outro (passível de reflexão por parte do pesquisador e incorporação à apresentação de resultados). Em diálogo com a argumentação proposta pela autora, eu sugeriria que a caracterização das emoções como intrusas na situação de campo surge, justamente, a partir da vinculação do etnógrafo a uma

² Uma variante desta posição pode ser encontrada em conhecido artigo de Clifford Geertz (1997) que versa sobre a prática da observação participante.

“grafia da vida” regida por convenções de escrita distintas e incompatíveis com aquelas que regiam, até então, a escrita etnográfica. Era uma prática muito comum em etnografias, até essa época, que o etnógrafo-autor comparecesse como personagem na introdução (obedecendo a uma fórmula convencional bastante específica, que consistia em ofertar um breve relato sobre a entrada em campo, por vezes evocando dificuldades iniciais e o modo como a observação participante propiciou sua superação), desaparecendo total ou quase totalmente no resto do livro, mostrando muito pouco de si nesse processo. Tudo se passa como se a *escrita de si* do etnógrafo praticada nos diários pessoais de Malinowski fosse investida de um suplemento especial de poder, expressando verdades sobre o autor-pesquisador que eram capazes de colocar em xeque não somente a verdade sobre o Outro que aquele etnógrafo específico pretendia revelar em seus textos, mas o próprio projeto de conhecimento subjacente à prática etnográfica.

De fato, nas etnografias de inspiração Malinowskiana, a inscrição autobiográfica do pesquisador persistiu por muito tempo como uma espécie de tabu. O pesquisador aparecia no texto de maneira pontual e estratégica, para assegurar ao leitor que os dados foram coletados pelo autor com o devido cuidado metodológico, conferindo ao relato a *autoridade* de um testemunho em primeira pessoa (Clifford, 1998 [1986]). As referências à pessoa ou ao passado do etnógrafo costumavam estar restritas a agradecimentos a colegas, administradores coloniais e/ou financiadores, a um relato mais ou menos lacônico sobre a entrada em campo e, eventualmente, a aparições incidentais e superficiais nos capítulos posteriores – *no papel de pesquisador*, perguntando coisas a fulano ou a beltrano durante a situação de campo. Podemos ainda acrescentar um problema adicional, pertinente à disjunção espacial e

temporal entre o contexto das atividades de campo e o contexto da escrita acadêmica. O texto não é (e jamais poderia ser) uma reprodução acurada das circunstâncias da pesquisa, pois é uma atividade feita em outro momento e outro lugar, que deveria assumir seu caráter de reconstrução precária e contingente (FABIAN, 2013). A pretensão de representar acuradamente o que “de fato aconteceu” nos arrasta de volta a uma perspectiva objetivista, em que o cientista (como uma espécie de Rei Midas moderno) se pretende capaz de cristalizar nas próprias mãos fragmentos do passado que, tal como as águas de um rio, constituem um fluxo que escorrega pelos dedos de todas as outras pessoas.

Hoje, existe amplo reconhecimento no campo da Antropologia (e nas Ciências Humanas em geral) de que a ficção do observador imparcial é insustentável. Pelo menos desde os anos 1980, há um entendimento de que emoções e experiências subjetivas da/o etnógrafa/o, longe de constituir obstáculo, podem ser tratadas como um *meio* para a compreensão da experiência do outro (COELHO, 2019). Retornarei a este assunto na última seção deste texto. Antes de examiná-lo mais detidamente, contudo, gostaria de me endereçar a um conjunto correlato de problemas, atinente a esse caráter parcial e situado do conhecimento científico. Tem se tornado recorrente, em dissertações e teses de doutorado nos últimos dez ou quinze anos (notadamente, mas não apenas, no campo dos Estudos de Gênero), que os discentes incluam uma espécie de nota autobiográfica em uma seção introdutória do trabalho, e compareçam sob formas e graus variáveis como personagens ao longo de seu desenvolvimento. Essa estratégia de escrita costuma ter, como finalidade, a explicitação do posicionamento da/o autor/a, partindo da premissa de que a ideia de um sujeito cognoscente

desengajado do mundo é uma falácia. Não obstante, creio que ainda há pouco debate e reflexão sobre como essas localizações podem ou devem ser construídas. Como nossa posicionalidade poderia vir a ser definida?

O PESQUISADOR DESPOSSUÍDO: POSICIONALIDADE DO SUJEITO E SABERES LOCALIZADOS

Acompanho de perto aqui (e desdobro, à minha maneira) a sugestão de Donna Haraway, de que os saberes científicos são “localizados” – i. e., marcados de uma maneira ou outra pelos posicionamentos sociais e políticos da pesquisadora ou pesquisador. Este tema foi fartamente explorado no campo dos estudos feministas, se fazendo presente também em reflexões críticas de pesquisadores oriundos de outros grupos minoritários e/ou lugares periféricos nas geopolíticas da academia: o “sujeito do conhecimento” das epistemologias de viés objetivista, supostamente neutro, imparcial e não marcado, carrega consigo e em si um bocado de bagagem. Leia-se: ele é *par default* homem, branco, cisgênero, presumível ou efetivamente heterossexual, recrutado em setores economicamente privilegiados da sociedade, propenso a juízos ético-morais e estéticos afinados com sua visão de mundo e estilo de vida. É, também, o herdeiro inadvertido de uma linhagem de saberes imperialistas, que remonta ao Renascimento e se desdobra ao longo da Idade Moderna: um projeto de “conhecimento ilimitado”, solidário de uma “megalomania masculina” (MCCLINTOCK, 1999), em que cartografia, história natural e etnografia reverberam em sintonia com o ímpeto expansionista de Estados-Nação ocidentais em direção a periferias e interiores (PRATT, 2010).

Este sujeito cognoscente vetusto e imaculado pode até reconhecer que possui certos pendores políticos (ou morais, ou religiosos), e se

municar de procedimentos rituais (algumas pessoas diriam “metodológicos”) para tentar exorcizá-los de sua prática científica. Não obstante, as marcas de parcialidade oriundas de diversos privilégios sociais permanecem para ele imperceptíveis, invisíveis e indizíveis – até o momento em que um dedo em riste oriundo das periferias vocifera um “eu te acuso”, e novas sensibilidades político-culturais impedem que essa voz seja ignorada, silenciada ou desqualificada.

Considerando a recente ascensão de discursos negacionistas e anticientíficos no Brasil, convém esclarecer: não estou sugerindo que os saberes produzidos no campo da ciência sejam desprovidos de base objetiva – nem nas Ciências Humanas, nem em outras áreas do conhecimento. A condição necessária de construção de alguma objetividade é, justamente, a explicitação das condições sociais e político-culturais que moldam a perspectiva parcial da/o observador/a. Desta abordagem, o objetivismo da ciência que se pretende desinteressada é um artifício retórico (BECKER, 2009), empregado – ainda que de forma inadvertida e não-consciente – a serviço da manutenção de estruturas de poder e prestígio que desqualificam outros modos de conhecimento.

Aqui, no entanto, começam a surgir alguns problemas: a tarefa de “se situar” pode parecer ilusoriamente simples, mas nem sempre é fácil de executar. O que deve ser considerado como marcador social relevante, para definir o lugar social da/o Cientista? Existe uma possibilidade bastante razoável de que experiências e classificações sociais potencialmente relevantes, presentes na trajetória desta/e ou daquela/e pesquisador/a, sejam excluídas do relato. Mesmo que fôssemos capazes de arbitrar uma lista de categorias ditas mais ou menos estruturais (digamos, classe social, cor/raça, gênero, orientação

sexual), é difícil prever de antemão como estes marcadores sociais da diferença irão interagir uns com os outros e operar em contextos específicos (PISCITELLI, 2008; SIMÕES; FRANÇA; MACEDO, 2010). Além disto, certas formas de pertencimento e posicionamento social podem mudar ao longo da vida da pessoa: afinal, é possível mudar de endereço, de religião, de posição social, de partido político (e etc.).

Caberia, porventura, à/ao pesquisador/a uma liberdade absoluta para decidir como se apresenta no texto, e quais partes de sua própria história são ou não relevantes? Como sugere Butler (2015), um intelectual não é capaz de dar conta plenamente das condições que o constituem enquanto sujeito, pelo simples fato de que ele não as controla; enquanto ser humano, ele partilha desta condição de “desposseção” com o resto da humanidade. Os cientistas – tal como toda e qualquer pessoa, diria Erving Goffman (2001) – não possuem uma localização social única e definitiva, e seus posicionamentos são em essência dependentes do reconhecimento por parte de terceiros, em situações de interação que são balizadas por convenções culturais historicamente mutáveis. O relato sobre si da/o pesquisador/a, desta perspectiva, é sempre uma resposta a interpelações externas, sejam estas oriundas de interlocutores em campo, de colegas (ou professores, ou alunos) no mundo da academia e quaisquer outros atores sociais relevantes (financiadores da pesquisa, movimentos sociais etc.). Notem que, de um modo ou de outro, a capacidade que teremos de produzir essa inscrição de si em um texto acadêmico será balizada por convenções e etiquetas partilhadas na academia. À guisa de exemplo: alguns anos atrás, um aluno de pós-graduação cuja formação de base se deu na área de Ciências Sociais aplicadas externou, para mim, intenso espanto ante o modo como antropólogos falam de si em seus textos; em

sua área de formação original, os discentes eram instados não somente a cultivar um distanciamento epistemológico no tratamento dos temas sobre os quais escreviam, mas (inclusive) a evitar o recurso à escrita em primeira pessoa!

“Situar-se” não requer uma exposição de si confessional e sincera, mas um esforço para tentar ganhar alguma consciência sobre as interpelações que são condição necessária de nosso lugar como pessoas e pesquisadores. E, ao menos do ponto de vista da Antropologia, as interpelações de que somos alvo em situações de observação participante, oriundas de nossos interlocutores, são hoje consideradas de especial relevância: como sugere Roy Wagner, estamos todos sujeitos a formas de *antropologia reversa* em que nossos interlocutores expõem sua própria perspectiva acerca do pesquisador e do mundo social de onde ele provém (WAGNER, 2010 [1975]).

É possível acrescentar uma camada adicional de complexidade a estes processos, que não discutirei explicitamente neste texto, inclusive por ser algo bastante difícil de tratar: o efeito, intencional ou não, que o discurso sobre si do pesquisador pode ocupar em certas estratégias de arte retórica e de persuasão de leitores. Se afirmo que meu pensamento foi influenciado pela leitura de tal e qual autor, ou por minha identificação pessoal como um pesquisador gay, branco e cisgênero oriundo de camadas populares, estas alegações comunicam (tanto quanto ocultam) coisas sobre a pessoa, e a apresentam ao leitor sob tal ou qual lente. Não se trata, certamente, de um relato desinteressado. Evidentemente, se assumirmos (acompanhando as ideias dos dois ou três últimos parágrafos) que o senso de si desse sujeito despossuído é dependente das conexões que ele mantém com terceiros, somos levados à conclusão de que os efeitos desta ou daquela estratégia de persuasão

dependem, diretamente, das disposições da pessoa que por ela se deixa, ou não, persuadir.

Estou, aqui, tentando sinalizar para o caráter desse controle que podemos exercer sobre o texto acadêmico que produzimos: precário e parcial, mas, ainda assim, existente, dentro das condições de possibilidade que ensejam esta prática de escrita. Uma decorrência desta reflexão é que mudanças vivenciadas pelo pesquisador (em sua vida pessoal e/ou no contexto acadêmico, político e sociocultural em que ele se insere) podem possibilitar um reexame e releitura de textos passados, incluindo a incorporação de trechos de diário suprimidos. Na próxima seção, abordarei essa problemática a partir de um reexame deste tipo, relendo algumas experiências pessoais e de pesquisa que vivenciei.

Em seguida, na quarta e última seção do texto, retomo um problema articulado às discussões que apresentei aqui acerca da posicionalidade do sujeito do conhecimento. Os usos da noção de saberes localizados tendem, em geral, a sinalizar para compromissos políticos e aspectos públicos da vida da/o pesquisador/a. Mas será que nossas posições são constituídas somente de forma racional, por tais e quais alinhamentos na esfera pública?

ETNOGRAFIA E VIDA PESSOAL: EMOÇÃO, ESCRITA (IN)VULNERÁVEL E OS LIMITES À PARTICIPAÇÃO

Em ocasiões anteriores, esbocei exercícios de escrita de si focando o modo como minha trajetória enquanto pesquisador e minhas perspectivas epistemológicas estão entrelaçadas a aspectos de minha vida pessoal (alguns dos quais permanecem, até o momento, circulando em versões *mimeo* entre amigos, colegas e alunos). Um destes exercícios ocorreu a propósito de um prefácio a uma coletânea sobre “violência de

gênero”, que redigi um tanto quanto às pressas, a pedido de um amigo muito querido (OLIVEIRA, 2017). O conjunto dos artigos publicados nessa coletânea que prefaciei parecia, a meu ver, oscilar entre uma retórica científica mais objetivista e distanciada e a adoção de posicionamentos político-epistemológicos mais engajados. Expor e, na medida do possível, contextualizar e sociologizar certos aspectos de minha trajetória passada me pareceu, na ocasião, uma forma adequada de ressaltar a potência desta segunda tendência sem desmerecer os esforços e resultados de trabalhos alinhados à primeira.

Argumentei, à época, que o fato de eu ser um homem gay oriundo de uma favela carioca, marcado por certos conjuntos específicos de experiências e por conexões em tais e quais redes – incluindo, em diferentes momentos da vida, vínculos pessoais com cristãos conservadores, com namorados e amigos gays, e com intelectuais politicamente engajados com a agenda dos Direitos Sexuais – modelou mutações progressivas em minhas perspectivas político-epistemológicas acerca do conhecimento científico. Estávamos em meados de 2017, e eu andava bastante exasperado com a tempestade perfeita que se anunciava no cenário político brasileiro, com destaque para o recente *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e a escalada em curso de conservadorismos político-morais; esta percepção pessoal da conjuntura pode ter servido como motivação para redigir esse texto em um registro autobiográfico e engajado. Paralelamente, é possível (como destacado pela Profa. Sabrina Finamori, amiga e colega de trabalho minha, em comunicação pessoal) que a predisposição a esse autoexame fosse, também, reverberação da interação cotidiana com nossas alunas, alunes e alunos – uma espécie de reação a seu interesse assertivo por debates político-teóricos referentes à posicionalidade do

sujeito do conhecimento, à noção de “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019) e discussões correlatas. Não desejo, aqui, me delongar sobre os limites desse exercício passado de escrita. Gostaria, contudo, de desdobrá-lo, revisitando algumas experiências de pesquisa que tive ao longo das últimas duas décadas.

Em 2004, quando cursava o mestrado em saúde coletiva, fui selecionado para participar em um programa de treinamento em metodologia de pesquisa nas áreas de gênero, sexualidade e saúde, contemplado com bolsa concedida pela Fundação Ford. O projeto que desenvolvi neste programa de treinamento envolveu a condução de etnografia em uma boate na periferia do Rio de Janeiro, frequentada por travestis, por *bichas-boy* (homens gays que “se montam”, vestindo roupas femininas na boate) e por parceiros sexuais de travestis que eram referidos por elas simplesmente como “homens” ou “homens de verdade” – contando, ainda, com a frequência de homens gays que não se montavam. Esta boate possuía áreas à meia-luz, que os frequentadores chamavam de “becos”, em que era possível fazer sexo com um ou mais parceiros. Um dos problemas mais substantivos com que lidei foi uma espécie de limite à participação em campo, pelo fato de que eu próprio não praticava sexo nesse ambiente –um interdito prescrito de forma mais ou menos implícita em instâncias formais da universidade, que abracei de bom grado. Embora de vez em quando abordado por pessoas que demonstravam atração erótica por mim, eu sempre repelia essas investidas da maneira mais cortês possível. E, de modo geral, eu evitava falar sobre minha própria vida com interlocutores da pesquisa.

Durante as situações de observação participante, vivenciei dilemas diversos, parte dos quais está de algum modo codificada no texto da

dissertação – mas tive, também, diversos dilemas no processo de escrita, acerca do que seria ou não pertinente e apropriado discutir no texto. Alguns desses problemas foram, aliás, notados pelo prof. Sérgio Carrara, que então atuava como meu orientador³. Essa etnografia propôs uma interpretação sobre sistemas simbólicos e práticos acionados nas dinâmicas de avaliação e seleção de parceiros sexuais na boate – argumentei, *grosso modo*, que havia um código moral prescrevendo a interação erótica entre pessoas que exibissem gêneros considerados opostos e fortemente contrastantes (como a travesti e o “homem de verdade”), marcando outros tipos de vínculo como inadequados (especialmente, mas não apenas, do ponto de vista de travestis que frequentavam esse ambiente). Sem entrar no mérito da maior ou menor qualidade desse modelo analítico, em retrospectiva percebo que as condições em que ele foi construído aparecem de forma um tanto quanto embotada no texto – em parte devido a uma resistência a expor minha vida pessoal nas situações de campo, mas também devido a uma dificuldade em tratar dessas situações no texto escrito.

De modo geral, no treinamento em pesquisa etnográfica que recebi ao longo da graduação e do próprio mestrado, havia uma sinalização

³ Creio que Sérgio estivesse mais ou menos ciente dessas dificuldades que vivenciei na construção de conexões em campo, ainda que eu filtrasse bastante o que contava para ele e o que omitia por considerar excessivamente pessoal ou pouco relevante. Tenho a impressão, aliás, de que não partilhei com ele as situações de campo que relato adiante. Em retrospectiva, acho uma pena que eu nunca tenha construído um diário registrando interações com meus orientadores (prática que foi adotada por pelo menos dois orientandos meus, Josyanne Alencar Gomes e Thiago Camargo Barreto, fazendo com que o orientador figurasse como uma espécie de personagem coadjuvante, respectivamente, nos textos da monografia de graduação e dissertação de mestrado destes alunos). Dos encontros de orientação que tive com o Prof. Sérgio, tenho somente anotações muito esquemáticas, desprovidas de indicação precisa de data e dispersas em cadernos de disciplina (consistindo, em geral, de indicações de referência bibliográfica ou sugestões analíticas). A despeito dessa ausência relativa de registros, tenho uma memória (mais ou menos borrada) de alguns desses encontros de orientação. Em uma destas sessões, Sérgio sugeriu que eu poderia ir à boate “montado” como uma *bicha-boy*, “para ver o que acontece – talvez no final da pesquisa”, como uma espécie de ‘experimento’ de participação... Na época, contudo, não me senti apto a seguir essa sugestão.

muito assertiva de que era importante (ou mesmo imprescindível) discutir, no texto, como se deu a “entrada em campo”. Nessa discussão, havia espaço e incentivo para alguma escrita de si, mas não era de todo claro como esta deveria ser feita: o que contar? Como contar? Eu tinha um senso difuso de que se um antropólogo falasse mais de si do que dos outros, talvez houvesse algo de errado com a pesquisa (ou com o antropólogo): afinal, assim eu pensava, a finalidade da etnografia é dar a conhecer a experiência do outro. Paralelamente, eu acreditava que o fato de eu ser um jovem gay pesquisando questões de sexualidade era acolhido/aceito (ou, conforme o caso, mais ou menos tolerado) na academia pelas pessoas cientes desta informação, mas que seria mais adequado – e prudente/ seguro – manter uma postura circunspecta acerca desse assunto no registro escrito. E, como se isto não bastasse, eu considerava minha orientação sexual um assunto pessoal, a ser eventualmente partilhado somente com pessoas muito próximas; não era claro pra mim se eu gostaria de ter *esta* informação fixada explicitamente em um pedaço de papel, atrelada a meu nome e a minha pessoa pelo resto da vida. Talvez, no fim das contas, houvesse um conteúdo emotivo vinculado a esse senso de prudência: insegurança, medo e/ou ansiedade quanto aos efeitos potenciais deste tipo de exposição de si na escrita acadêmica – aventei essa possibilidade em Oliveira (2017). Mas eu mantinha, também, uma atitude de reserva no contato interpessoal com interlocutores em campo, que (em retrospectiva) me parece efeito de uma inquietação, pouco consciente, quanto aos limites entre aquela atividade de formação profissional e minha própria vida pessoal.

Essa adesão emotiva a uma espécie de *ethos* da discrição teve efeitos peculiares sobre a construção da pesquisa. Nos contatos que fiz

em campo, várias pessoas não externavam qualquer curiosidade com relação a minha orientação sexual – talvez porque elas presumissem que sou gay e/ou não estivessem especialmente interessadas nisto. Mas sofri diversas interpelações sobre este assunto por parte de outras pessoas, às quais frequentemente reagi de forma mais ou menos evasiva – por exemplo, dizendo que eu não estava lá para falar de mim, ou que eu estava lá como pesquisador, para fazer uma pesquisa. Em uma dessas situações, Antonio⁴ (um homem gay de 35 anos, com o qual eu já conversara algumas vezes antes disto) tentou flertar comigo, dizendo que eu tinha uma “boca linda”; não sendo correspondido, ele fez um movimento de aproximação corporal, tentando passar a mão em meu rosto e enfiar um dedo dentro de minha boca, o que ensejou outro movimento de afastamento corporal por minha parte. Esta cena (ocorrida em um intervalo de segundos, da qual eu próprio já não me lembrava direito) está registrada em um de meus cadernos manuscritos de campo, que recentemente exumei da caixa-arquivo em que ele permanecera guardado por mais de uma década. Antônio pediu desculpas pela “brincadeira”, mas algum tempo depois fez investidas de teor semelhante. Ao narrar esse caso em minha dissertação de mestrado, diluí um pouco os detalhes, mas registrei uma conversa cujo teor foi para mim altamente perturbador:

Reencontrando Antônio em ocasiões posteriores, este externou em diversos momentos interesse erótico por mim, investidas que procurei repelir da forma mais polida possível, frisando que meu interesse era apenas a realização da pesquisa. Em um desses encontros subsequentes, ele externou intensa irritação com essa atitude de reserva:

⁴ Os nomes de interlocutores da pesquisa foram todos alterados, de modo a resguardar sua privacidade.

“Antonio: Qualé a tua?

(...)

Leandro: Eu não to procurando sexo.

Antonio: Mas faz, não faz?

Leandro: Não aqui...

Antonio: Você tem namorado?

Leandro: Não...

Antonio: É enrustido, tem namorada?

Leandro: Não.

Antonio: Você se acha melhor que a gente?” (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

Ante esse questionamento desconcertante, respondi (constrangido) que não me considerava melhor que ninguém, e que não estava ali para “ficar” com outras pessoas, e sim para conhecer o lugar e seus frequentadores, *na condição de pesquisador*. Creio que, para um antropólogo, não pode haver coisa mais perturbadora que ouvir de um interlocutor em campo uma acusação de superioridade moral como a que estava implicada nessa interpelação. Logo após esse confronto, ele novamente pediu desculpas pela insistência e tentou justificar sua conduta, mas sem perder a chance para reiterar seu interesse:

Antônio me disse, então, “desculpa, não quis te ofender, você é um cara atraente, a gente até perde a cabeça, fiquei muito afim de você...”. Algo assim (foi tudo muito rápido). Ele próprio reconhece que passou um pouco dos limites, mas no meio do pedido de desculpas, parece que continua dando em cima de mim. Na hora, pensei como a vida seria mais simples se eu tivesse uma prancheta de questionários numa mão e uma pilha de termos de consentimento na outra, fazendo apenas entrevistas com roteiro de perguntas pré-aprovado e engessado – em vez de lidar com esse inferno de observação participante, em que você quer participar conversando e o outro quer que você participe te apalpando. Após umas horas de sono, fico me perguntando como interpretar essa história, e isso não sai da minha cabeça. Dá pra por isso na dissertação? A pergunta, “você se acha melhor que a

gente?”, me perturba bem mais que a apalpação. Em geral, esse tipo de incômodo é sinal de que a carapuça serviu. Mas eu não me acho superior a ninguém ali. Será que eu sou lido dessa maneira, como alguém que se acha superior, arrogante, algo assim? Semana passada, o próprio Antônio me fez uma pergunta e outra sobre minha situação financeira; expliquei que eu morava com minha família aqui mesmo na favela, que pagava minhas contas com recursos de bolsa de estudos que acabaria daqui uns seis meses, que não sabia o que faria no ano que vem, que talvez eu tente dar aula, talvez eu tenha que voltar a depender de ajuda da família. Ele pareceu espantado quando falei que era morador da área, mas a resposta dele veio com outro galanteio embutido (“além de bonito, inteligente! Você vai conseguir um trabalho de sucesso, com muito dinheiro”). Bem, no fim das contas, não deixo de fazer parte de uma espécie de elite (intelectual?) da favela. “Camadas médias suburbanas”, talvez? Tem uma e outra pessoa por aqui fazendo graduação, em faculdade privada, mas não conheço nenhum mestrando. Bolsa não tem estabilidade nem INSS, mas paga as contas, e não deixa de ser um privilégio, símbolo de status. Embora vizinhos/amigos/parentes me infantilizem por isso, perguntando quando vou parar de estudar, começar a trabalhar, mesmo sabendo que tenho bolsa. Mas será que ele [Antônio] acha que sou de classe média? Tenho pânico de surtar, não terminar o mestrado, bacharel desempregado de volta à estaca zero. Ou será que ele acha que eu não correspondo à paquera dele por outro motivo (por juízo moral contra pessoas que têm muitos parceiros, ou por me achar bonito demais pra ele, ou algo assim)? Lembro das aulas de etnografia que tive – faz sentido perder tempo escrevendo tanto sobre mim? (Malinowski, pelo menos, tinha um diário separado pra essas coisas – o meu é essa bagunça). De volta a Antônio: como manter uma relação com esse sujeito? Já dizia Radcliffe-Brown⁵, às vezes o melhor jeito de preservar uma relação é ficar longe da pessoa, pra não correr o risco de brigar com ela... O problema é: como fazer etnografia, desse jeito? (Notas de campo sobre dia 27/08/2005, redigidas em 28/08/2005, ligeiramente editadas para fins de clareza na redação).

⁵ Alusão a texto clássico de Radcliffe-Brown (1973 [1940]).

Antes de comentar o relato acima, acho conveniente fornecer ao leitor algumas pistas sobre qual era, então, minha compreensão do fazer etnográfico (ainda que eu não tivesse uma consciência plena disto). Nessa época, eu já tivera contato com uma e outra referência bibliográfica que adotava um estilo mais engajado de escrita. Lembro que, durante o mestrado, tive a oportunidade de discutir (em alguma disciplina, ou sessão de orientação, ou grupo de estudos) um artigo de Ralph Bolton (1995), um antropólogo gay norte-americano, que abordava como a fronteira entre sua vida pessoal e sua vida profissional se borrou por ocasião de pesquisa sobre HIV/Aids que ele realizou entre homens gays na Bélgica. Durante essa pesquisa etnográfica, Bolton frequentou espaços de sociabilidade gay e teve relações sexuais com diversos parceiros, realizando entrevistas com eles e sendo integrado a suas redes de amizade. Tenho uma vaga memória das impressões que retive da leitura e debate desse texto: Bolton teria sido um pouco ingênuo, por acreditar que entrevistas com parceiros sexuais seriam qualitativamente superiores a entrevistas “distanciadas”, devido à suposta intimidade que o sexo propiciaria; o texto continha uma exposição excessiva e desnecessária da vida pessoal do autor (que narra o processo pelo qual se descobriu um homem gay, e o fato de que escolheu fazer pesquisa na Bélgica por ter vivido uma grande paixão durante visita anterior a esta localidade); além disto, ao menos nesse artigo, o pesquisador falava mais de si que dos outros. Ele teve acesso à casa de diversas pessoas (ambiente nem sempre franqueado aos antropólogos, especialmente na pesquisa em centros urbanos) e à possibilidade de participar de forma bastante intensiva em atividades cotidianas de sociabilidade com estes sujeitos – para todos os efeitos, indicadores convencionais de uma boa entrada em campo. Não

obstante, minha percepção seletiva enfatizou os pontos frágeis da pesquisa, em vez de suas contribuições (em tal grau que, embora tenha conhecido esse texto por volta de 2005, esta é a primeira vez que me senti interpelado a dialogar com ele).

Estou tentando sinalizar, aqui, que à época eu não tinha as competências necessárias para construir uma escrita mais posicionada e, como deve ficar mais claro adiante, que as condições a minha volta também não eram especialmente favoráveis a este tipo de escrita e/ou a uma imersão etnográfica que borrarasse as fronteiras entre o pessoal e o profissional. Em função disto, acho que acabei tratando minhas emoções como “intrusas indesejáveis”, para utilizar a expressão de Coelho (2019) examinada em sessão anterior deste texto. O trecho de diário reproduzido acima evoca como, em um primeiro momento, canalizei os sentimentos de irritação motivados pela interação com Antônio contra a própria prática da observação participante; logo em seguida, a irritação é substituída por um questionamento racional/cognitivo (“como interpretar essa história?”), sucedido por uma preocupação pragmática (“dá pra por isso na dissertação?”) e, ato contínuo, um sentimento intenso de inquietação quanto aos sentidos possíveis dessa cena, acompanhado por meia dúzia de ponderações sobre como minha posição de classe seria percebida por meu interlocutor (e qual, de fato, seria essa posição, considerando meu *status* incerto de “estudante”). Parafraseando Geertz (1989): *situar-se* é, sem sombra de dúvida, uma tarefa enervante. Em retrospectiva, fico me perguntando se esse tipo de escrita não funcionava como uma forma de trabalho emocional (HOCHSCHILD, 2013) por meio do qual eu tentava gerir e neutralizar esses afetos incômodos. Esta experiência afetiva incômoda, contudo, foi acompanhada por um esforço hermenêutico que

acabou balizando algumas interpretações que produzi. Poderíamos nos perguntar se seria possível realizar este tipo de trabalho intelectual dissociado do trabalho emocional demandado pela contradição entre o sentimento de “choque cultural” vivido nas situações de campo e o *ethos* antropológico que prescreve a relativização como atitude cognitivo-afetiva a ser adotada nos processos de compreensão da diferença.

Esse fragmento de diário não foi citado na dissertação; minha percepção seletiva, no tratamento de notas de campo, fez com que ele fosse relegado ao esquecimento por ser “subjetivo demais” e por conter “informação” de menos. A cena nele relatada, contudo, me ajudou a compreender que a recusa sistemática em corresponder a flertes em um ambiente voltado à sociabilidade erótica pode fomentar tensões que dificultam “a manutenção de intercâmbios estritamente linguísticos” em campo (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Alguns outros fatores podem ser elencados, nessa lista de desafios à construção de uma maior proximidade em campo. O fato de que a pesquisa tinha um horizonte temporal muito circunscrito, prevendo aproximadamente quatro meses de “trabalho de campo”, não favorecia a construção de laços mais intensos com as pessoas. E o contexto institucional em que a pesquisa foi construída incentivava esforços de objetivação e de controle da própria subjetividade (em grau maior, em todo caso, que o incentivo a uma escrita reflexiva e posicionada). Recordo, nitidamente, a peleja que foi obter a aprovação do projeto em Comitê de Ética, que recomendara em um parecer inicial que eu solicitasse assinaturas em TCLE de toda e qualquer pessoa com quem eu conversasse na boate, incluindo o número de RG/CPF destas pessoas (exigência posteriormente redirecionada a “entrevistas formais”, que na prática não foram realizadas). Uma relação contratual desse tipo é difícil de compatibilizar com a prática da

observação participante, em que o conhecimento é construído através de interação casual e imersão na vida cotidiana do outro, nos termos e nos limites em que este nos possibilita interagir e participar de sua vida.

A pesquisa etnográfica em ambientes de interação erótica, contudo, evoca problemas ético-morais adicionais. Ela tangencia um tabu cultural muito específico, que interdita o sexo no trabalho de campo e obstrui a reflexão sobre a subjetividade erótica dos próprios pesquisadores – de tal maneira que, neste tipo de pesquisa, a conduta de abstinência sexual configura uma estratégia de proteção do *self* da/o pesquisador/a e de defesa de uma fronteira artificial entre vida pessoal e trabalho (KULICK, 1995). Estes dilemas, embora expostos de forma mais flagrante em pesquisas sobre sexualidade, talvez sejam intrínsecos à pesquisa antropológica de modo geral. A antropóloga Ruth Behar (1996), em uma releitura da proposta metodológica de George Devereux, sinalizou que muitos etnógrafos adotam “métodos” como estratégias de defesa para lidar com sua própria ansiedade, culpa, incerteza ou desamparo em situações de campo:

Até mesmo afirmar “Eu sou uma antropóloga, isto é trabalho de campo” é uma forma clássica de uso do método para drenar a ansiedade gerada por situações em que nos sentimos cúmplices com estruturas de poder, ou incapazes de aliviar o sofrimento, ou sem saber se agimos ou observamos (BEHAR, 1996, p. 6).

Estas estratégias defensivas (ou “metodológicas”) permitiriam ao pesquisador “prosseguir funcionando de maneira eficiente”, mas teriam também um efeito sobre os vínculos em campo – se não como mecanismos para manter o outro à distância, como formas de tentar manter seu *self* relativamente desconectado dele, blindado contra os

efeitos dessa aproximação. Estas dinâmicas de conectividade presentes na situação de campo teriam sua contrapartida nos processos de escrita. A autora defende a adoção de uma “escrita vulnerável” que, ao abrir mão do distanciamento sujeito-objeto, destranca uma “caixa de Pandora” (ensejando efeitos imprevisíveis e riscos diversos para quem se expõe desta maneira), mas tem o potencial de afetar e enredar a/o leitor/a, sendo capaz de expressar nuances da experiência das/os etnógrafas/os que não seriam comunicáveis de outro modo. Com uma nota de ironia, ela argumenta que o principal risco implicado na “escrita invulnerável”, que apaga do texto a experiência emotiva da/o autor/a, é produzir um documento entediante. Poderíamos, contudo, ponderar sobre as implicações ético-políticas desse tipo de estratégia de escrita.

Meu apego ao papel de pesquisador, e o esforço para me resguardar sob ele (repetindo, em campo, que eu estava lá “apenas fazendo uma pesquisa”), contribuíram para certas dificuldades que vivenciei em campo e que impactaram minhas escolhas na escrita. O mesmo pode ser dito acerca do entendimento que eu tinha das fronteiras entre vida acadêmica e vida pessoal. A certa altura, ao longo do período em que fiz a pesquisa de campo, amigos meus (homens, gays e cisgênero) me comunicaram que pretendiam visitar a boate em que eu estava fazendo pesquisa, para conhecê-la. De um modo ou de outro, a presença deles nessas visitas ajudou bastante na realização da pesquisa: ao contrário de mim, eles tinham interesse em ficar com outras pessoas na boate (um deles chegou a se “montar”, inclusive), e acabaram me ajudando a conversar e a construir relações com outras pessoas nesse espaço. Na escrita, omiti essa informação, por entender que essa colaboração de amigos pessoais “em campo” não apenas destoava do cânone científico da etnografia Malinowskiana, mas também que ela não era especialmente relevante.

Vale salientar que, durante a execução dessa pesquisa, vivenciei receios quase paralisantes de que um passo em falso pudesse ocasionar consequências graves (a inviabilização do campo, o corte da bolsa de pesquisa, uma acusação de falha metodológica e/ou conduta antiética, etc.); de um modo ou de outro, estes temores impactaram bastante a transformação dessa experiência em texto escrito.

Outra história omitida na dissertação (porque os detalhes dela me pareciam pouco relevantes e, acima de tudo, extremamente pessoais), diz respeito a uma espécie de *meltdown* afetivo que tive durante uma dessas incursões a campo. Alguns meses antes da entrada em campo, eu iniciara um namoro com uma pessoa particularmente insegura, possessiva/ciumenta, que teve certa dificuldade em entender o fato de que eu estaria nos meses subsequentes *trabalhando* todo sábado à noite, realizando pesquisa naquela boate. Após algum tempo, ele pediu para me acompanhar nessas incursões a campo. Em retrospectiva, me pergunto o que poderia ter ocorrido se eu tivesse concordado com o pedido dele; contudo, dado que a relação com esse namorado era de antemão meio conflituosa, respondi que eu preferia ir sozinho, receoso de que eventuais atritos em público pudessem interferir negativamente sobre a pesquisa. Isto culminou no rompimento de nossa relação, que me deixou bastante abalado. Ainda que meu compromisso profissional com a pesquisa não fosse propriamente a “causa” do rompimento, funcionara como uma espécie de estopim para ele. Eis que, no sábado seguinte ao rompimento desse relacionamento, uma de minhas interlocutoras em campo (Daiane, *bicha-boy* que flertara comigo em ocasiões anteriores, com quem até então eu mantinha interações mais distanciadas, pontuadas pelo “estou apenas fazendo uma pesquisa”) comentou que eu parecia chateado, e perguntou se estava tudo bem comigo. Conteí – soluçando e tentando

prender o choro – que eu acabara de me separar de meu namorado. Daiane me abraçou, disse que “homem nenhum merece que a gente fique desse jeito”, e começou a me fazer uma dúzia de perguntas sobre a relação, sobre o namorado, o rompimento. Em resumo, a qualidade da nossa relação melhorou imensamente depois disto: em encontros subsequentes na boate, ela passou a me cumprimentar de maneira muito efusiva, a estar mais disposta a conversar, e com alguma frequência a me apresentar para conhecidos dela.

Na dissertação, reconheci que a resposta a questões de interlocutores sobre minha vida pessoal funcionou como uma “contraditória” necessária, em retribuição à ajuda dada por eles para a realização de minha pesquisa. Não obstante, essa caracterização alusiva e vaga não explicitava de forma adequada como esses vínculos estavam de fato sendo construídos. Em retrospectiva, me parece razoável sugerir que a exibição de vulnerabilidade na situação que acabei de relatar propiciou um tipo de conexão mais intensa com Daiane (ou, em todo caso, qualitativamente diferente daquela que era possível a partir do lugar e da fachada do “pesquisador”). Essas omissões não significam que essa etnografia seja destituída de mérito; realizei a pesquisa possível, da maneira possível, dentro de uma conjuntura marcada por uma pluralidade de fatores pessoais e institucionais. Mas é possível acrescentar camadas adicionais de sentido ao trabalho incorporando estas experiências suprimidas, e talvez inspirar ou ajudar outros pesquisadores que estejam atravessando dilemas parecidos em suas pesquisas.

As cenas que relatei acima evidenciam, espero, que a expressão e a experiência emocional do pesquisador são parte do processo de construção de relações em campo. Acredito que o registro deste tipo de experiência possa, também, aportar intuições e compreensões em um

nível mais profundo – ainda que de maneiras diferentes para pesquisadores diferentes, e que nem sempre seja fácil codificar essas experiências sob a forma do texto escrito. Com este ponto em mente, gostaria de partilhar uma cena a mais com vocês, situada em uma zona intersticial entre vida pessoal e vida acadêmica, que até hoje não relatei em lugar algum, e que talvez ajude a desenvolver nossa reflexão sobre este assunto.

COMPREENSÕES EMOTIVAS: REPOSICIONAMENTOS AFETIVO-INTELECTUAIS DO SUJEITO

Em dezembro de 2012, durante o recesso natalino da Universidade Regional do Cariri (em que eu lecionava desde o ano anterior), passei algumas semanas na casa de meus familiares em Bangu, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, fui com um amigo a Madureira, tradicional centro comercial da zona norte carioca, para a compra de presentes natalinos para nossas respectivas famílias. Eu estava, neste período, trabalhando simultaneamente na finalização de minha tese de doutorado, que discutia relações familiares entre gays e lésbicas (OLIVEIRA, 2013), e na revisão final de um livro que discutia os efeitos do poder religioso sobre a vida de pessoas LGBT, que também abordava relações familiares como tema transversal (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013). Enquanto caminhávamos pela rua, entre lojas intransitáveis e calçadas apinhadas de gente, fui interpelado por este amigo (cuja identidade, a rigor, não vem muito ao caso, mas que era também um homem gay cisgênero com formação na área de Ciências Sociais) sobre o andamento destes dois trabalhos. Comentei que estava adotando a perspectiva da Antropologia das Emoções na tese, pois parte dos relatos que me foram oferecidos continham discursos emotivos sobre a

revelação da homossexualidade para familiares (retratando em detalhes cenas de choro coletivo, e sendo por vezes narrados em meio a lágrimas por meus interlocutores). Ele perguntou se eu estava construindo uma análise politicamente posicionada, ou se estaria “insistindo em relativizar tudo, como você costuma fazer”; respondi que estava, sim, mostrando na tese como essas expressões emotivas estavam conectadas a preconceitos coletivos, mas lidando com situações em que meus próprios interlocutores não relatavam suas vidas usando essa linguagem política de crítica a preconceitos. A conversa, a partir daí, teve desdobramentos singulares; o estopim para tais desdobramentos foi um comentário meu, casual, lembrando que duas décadas antes meu pai se suicidara perto do Natal, e que isso modificara o jeito como minha família conduzia as comemorações natalinas. Reproduzo abaixo, com pequenas edições, notas em diário que tentaram reconstituir este diálogo, tomadas alguns dias após sua ocorrência:

Fulano: Deve estar sendo difícil, pra você, escrever sobre essas coisas na tese, tendo perdido teu pai tão cedo [com 14 para 15 anos de idade] ...

Leandro (em tom de indiferença/*sentindo* indiferença): Olha, eu não senti muito a perda de meu pai.

Fulano (soando espantado): Como não? Isso não é normal. Toda pessoa fica abalada quando morre alguém da família.

Leandro: Olha, eu nunca senti luto por familiares do jeito como as outras pessoas sentem. Eu sei que é um sentimento que eu deveria sentir, mas pra mim é uma sensação embotada, distanciada – tipo, “ah, que pena, não vou poder mais ver essa pessoa”... Como se fosse um conhecido com o qual perdi contato, e nunca mais vou ter como achar.

Fulano: Mas então! É justamente disso que estou falando. Você não vai poder ter, com teu pai, as conversas que os teus entrevistados tiveram com os pais deles. Você não sente essa perda?

Leandro (inquieto, desconfortável, racionalizando): Às vezes eu acho que eu já vivi todo o luto, toda perda que eu tinha pra viver. Tipo, pra mim, me descobrir gay, foi como viver de uma vez só o luto pela perda de todas as relações. Quando eu contei pra minha mãe e pra minha tia, você sabe que ninguém me maltratou nem me pôs pra fora de casa, mas eu senti como se eu as tivesse perdido...

Fulano (impaciente): Mas Leandro, você tá invertendo tudo! Você tá falando de luto sobre a perda de gente viva, e negando o luto pela morte de teu pai! E você contou pra sua mãe que você é gay depois que teu pai morreu, não foi?

Leandro (em tom sereno, embora contrariado com esse interrogatório): Sim, foi depois, uns seis meses depois. Mas eu não tô negando luto algum. Eu nunca chorei pela morte de meu pai – nem quando soube, nem no enterro, nem nunca. Eu até queria ter chorado, sabia que devia ter chorado, que as pessoas esperavam isso e etc., tipo uma obrigação cultural. Mas eu simplesmente não consegui. Talvez eu até tenha ficado meio triste, triste por tabela, pelo sofrimento de minha tia, pelo desespero de mamãe quando o caixão desceu durante o sepultamento... Mas não “de luto”. Na verdade, acho que não sei bem o que eu senti.

Fulano (elevando o tom de voz): Viado, pra que serve toda essa tua antropologia, se você não é capaz nem de saber o que sentiu quando teu pai morreu?!

Leandro (a esta altura já bastante abalado): Olha... Sendo bem sincero, acho que a única coisa que senti quando meu pai morreu foi alívio. Porque eu não ia ter que lidar com o problema de decidir se eu contava ou não pra ele se sou gay, nem com o problema de ter que mentir e esconder, ou ter que lidar com a raiva ou o desgosto dele quando ele soubesse...

Fulano (me interrompendo, soando perplexo e exaltado): Meu Deus, Leandro! Isso tudo são racionalizações! E isso não é você falando, isso é a homofobia falando! Foi a homofobia – da cultura, da sociedade – que te impediu de sentir o afeto que você devia ter sentido por teu pai, e de chorar pela morte dele! (Notas sobre o dia 21/12/2012, registradas em 26/12/2012).

Fiquei em silêncio por um breve instante, tentando processar racionalmente essa interpelação, e imediatamente comecei a chorar em alto e bom som – intensa e convulsivamente, de um jeito como nunca fizera em toda minha vida adulta, durante vários minutos e com uma força tal que desconhecidos paravam a nossa volta pra perguntar o que estava acontecendo. Meu amigo esclareceu para alguns desses transeuntes que eu estava abalado por ter perdido uma pessoa próxima da família – o que não deixava de ser verdade, ainda que a reação a essa perda tivesse chegado com mais ou menos duas décadas de atraso. Precisei me agachar por alguns instantes na calçada pra recobrar o fôlego, enquanto era alvejado por palavras de conforto oferecidas por este meu amigo. Minutos após essa crise, paramos em uma lanchonete para beber água com gás e, talvez com a intenção de amenizar meu patente constrangimento, ele fez uma provocação em tom bem humorado: “Essa sessão de terapia em praça pública, você vai escrever sobre ela em tua tese, né?”, ao que prontamente respondi, em tom assertivo: “Em hipótese alguma!”⁶.

⁶ A despeito do tom jocoso e informal desse comentário, a comparação entre antropologia e psicanálise poderia render desdobramentos diversos. Zilly (2017), em pesquisa que investigou o engajamento de intelectuais brasileiros com a agenda dos Direitos Sexuais, argumentou que o envolvimento político-intelectual com questões de gênero e sexualidade é afetivo, regulado por gramáticas da emoção. A descoberta de teorias que ajudam a dar sentido para experiências e inquietações pessoais é, frequentemente, apresentada como fonte de “alívio”, “satisfação” e/ou “encantamento” – que Zilly equipara às experiências da cura xamânica e psicanalítica, partindo de texto clássico de Levi-Strauss (2008 [1949]), que estabelece uma analogia formal entre estas duas modalidades de prática terapêutica. O engajamento com essas agendas de pesquisa estaria associado, pelos interlocutores de Zilly, a

Não custa esclarecer que meu pai era um homem sexista e homofóbico; que enquanto um adolescente gay “no armário” (que tinha, inclusive, certa dificuldade para reconhecer e aceitar a própria orientação sexual), eu ocupava um lugar bastante vulnerável na relação com ele, marcada por hierarquias e relações de poder intergeracionais (e por sentimentos misturados de respeito, medo e ressentimento); que em uma ocasião e outra meu pai já externara, de forma bastante agressiva, a desconfiança de que eu pudesse ser homossexual por “ainda” não ter uma namorada, ou por considerar pouco masculino meu gosto pessoal pela flauta-doce, instrumento musical ao qual eu dedicava horas diárias de adicção nessa época.

Durante muito tempo, guardei esta cena do Natal de 2012 (e as notas fragmentárias que fiz acerca dela) comigo mesmo; é possível que eu a tenha mencionado para uma ou outra pessoa, sem esmiuçar detalhes. Ao fazer esse registro, eu não tinha a menor intenção de utilizá-lo como material de pesquisa; eu estava simplesmente tentando organizar minhas ideias no papel, para entender melhor o que ocorrera e, o que eu sentira nessa situação. Falar sobre ela é, de certo modo, revivê-la – o discurso emotivo não descreve fatos puros, nem carrega ideias abstratas; ele move, transporta e transforma pessoas. Talvez a/o leitor/a, a esta altura, esteja se perguntando o que no fim das contas eu aprendi a partir dessa experiência. Passados dez anos, me sinto capaz não somente de expor publicamente essa história, mas talvez de extrair dela alguma potencialidade analítica, para fins da argumentação que estou construindo neste artigo. Afinal, a exposição do *self* da/o etnógrafa/o é,

experiências cognitivo-afetivas de atribuição de sentido a situações perturbadoras (geradoras de “choque moral”); a adesão a essas teorias seria vivenciada como uma experiência libertadora e transformadora.

para fins da escrita acadêmica, totalmente destituída de valor se não estiver integrada à construção de uma argumentação (BEHAR, 1996, p. 14).

Uma pista para esta reflexão pode ser encontrada na sugestão de Michele Rosaldo (2019 [1984]) de que emoção e cognição não são aspectos opostos e incomensuráveis da pessoa humana, mas formas distintas de *pensamento*, articuladas no bojo dos processos de constituição do *self*: o pensamento racional seria mais “frio” e lento, distante da experiência, enquanto a emoção é um modo de pensamento “quente”, corporalizado e engajado com o mundo. Outra pista pode ser derivada do programa de pesquisa delineado por Abu-Lughod e Lutz (1990), na proposição de (inspiração foucaultiana) de que as emoções sejam tratadas como *discursos* (enunciados dotados de eficácia, que constituem objetos e sujeitos no mundo), que são corporalizados/incorporados, e que guardam relação com ordens morais e aspectos estruturais da vida social.

Uma consequência direta destas perspectivas é que tanto razão quanto emoção podem propiciar compreensões sobre o funcionamento do mundo – argumento presente, por exemplo, na discussão de Renato Rosaldo (1993 [1989]), sobre a experiência de dor e raiva que vivenciou com a morte de sua esposa (Michele Rosaldo, citada logo acima), ocorrida em um acidente enquanto esta realizava pesquisa de campo nas Filipinas. Rosaldo sugere que essa experiência pessoal de perda lhe facultou uma melhor compreensão do discurso de seus interlocutores Ilongot, que conectava o luto à fúria. Entre os Ilongot, a perda de um parente próximo deflagrava um sentimento de aflição e ira, o impulso para a “caça de cabeças”, que só poderia ser aplacado retirando outra vida humana (prática obstruída pela proibição estatal à caça de cabeças, a partir de 1972). Rosaldo parte de uma premissa da antropologia hermenêutica, de que o posicionamento inicial dos antropólogos (i.e.,

sua perspectiva) se modifica ao longo do processo de interpretação e compreensão da cultura do Outro. Esta abordagem hermenêutica, contudo, priorizaria cognição e pensamento racional, negligenciando o papel que experiências emocionais podem desempenhar nesses processos. O argumento, *grosso modo*, é que estes afetos comparecem na constituição de um “sujeito posicionado”: inicialmente, Rosaldo tentava encontrar significados e explicações racionais para a “raiva” Ilongot, e não estava adequadamente posicionado para compreender sua força subjetiva; o luto devastador pela morte súbita e precoce de sua esposa, contudo, opera uma transformação neste posicionamento inicial, impactando a construção de interpretações na escrita etnográfica. Além disto, ele afirma que a evocação da experiência pessoal do etnógrafo ajuda a comunicar, para o leitor, “a qualidade e intensidade da fúria Ilongot de forma mais acessível ao leitor que modos mais desengajados de escrita” (Rosaldo, 1993 [1989], p. 11).

Se aderirmos às perspectivas expostas acima, podemos assumir que experiências afetivas vivenciadas pelo pesquisador (seja durante o trabalho de campo, seja em situações sociais de outra ordem) transformam seu *self*, sua subjetividade e a posição ou posições de sujeito que ele ocupava até então. Esses deslocamentos podem ocorrer de forma suave ou abrupta, mas parecem estar no cerne das mudanças de perspectiva que todo antropólogo atravessa ao conduzir observação participante: a compreensão da experiência do outro, no fundo, seria um processo simultaneamente cognitivo e emotivo, cujo componente afetivo é ainda pouco discutido em debates metodológicos na área. Notem que, embora o foco do autor seja no impacto de emoções sobre processos cognitivos, existe também evidência de que formas de engajamento político possam ser motivadas por discursos emotivos

(ZILLY, 2017; JASPER, 2016). Poderíamos, por conseguinte, questionar se existem conexões entre políticas do conhecimento e políticas do sentimento: os posicionamentos ético-políticos da/o pesquisador/a comprometida/o com a produção de “saberes localizados”, nos termos de Haraway (1995), são estritamente racionais? Ou poderiam estar acoplados a experiências e discursos emotivos, por vezes eclipsados pela adoção de estratégias de “escrita invulnerável”?

A cena do passeio natalino no centro comercial de Madureira me possibilitou – de maneira um tanto quanto turbulenta, leia-se – conectar minha experiência pessoal paradoxal com o luto (o reconhecimento de uma prescrição moral ao trabalho de luto, conjugado ao que eu considerava uma incapacidade pessoal em atender a esta prescrição coletiva) a processos político-culturais mais amplos (a “homofobia” estrutural). A rigor, não vem ao caso se a explicação fornecida de forma improvisada por meu amigo poderia ou não, de um ponto de vista analítico, ser considerada a mais satisfatória ou adequada; a questão aqui é que, naquela situação social, ela funcionou como a fagulha que deflagra um incêndio, queimando e iluminando ao mesmo tempo.

Expectativas culturais marcadas por preconceito sexual não determinam o que tais e quais pessoas sentem ou deixam de sentir, mas fornecem matéria prima para formas de perceber o mundo, de narrar o passado e de construir a si mesmo. A imersão prévia em um universo de preconceitos morais contra a homossexualidade me possibilitava sentir a saída do armário para pessoas vivas como “luto”, como se aqueles vínculos familiares estivessem sendo rompidos. Esse mesmo horizonte cultural torna inteligível que a morte de um familiar possa ser recebida com uma mistura paradoxal de tristeza e alívio – tudo se passa como se

o medo de ser fonte de decepção e/ou ter que lidar com a fúria paterna sobrepunha ou obstruía a emergência dos sentimentos de perda que costumamos nomear como “luto”. De fato, a pista afetivo-intelectual fornecida a golpes de martelo por meu amigo, quando ele sugeriu que eu estava “invertendo” o que “de fato acontece”, rendeu diversos desdobramentos analíticos: por exemplo, uma hipótese com a qual comecei a tatear nessa época, de que os discursos emotivos de minhas interlocutoras e interlocutores seriam, simultaneamente, meios de comunicação e de instituição de “distâncias sociais”, variações situacionais no grau de intimidade entre pessoas que estão atreladas a processos e contextos macroestruturais (PARK, 1970). As reações emocionais e corporais intensas de sofrimento narradas pela mãe que se refere à descoberta da homossexualidade de um filho como uma espécie de luto parecem ser quase uma inversão simétrica do luto não vivido do filho que, ao se descobrir gay, se desconectou dos seus. Em um caso, a mãe chora pela descoberta de uma distância social que a afasta e separa de seu filho, sentida como uma perda; no outro, uma distância social previamente sentida, sofrida e engolida em seco por um filho obstrui a emergência de sentimentos moralmente prescritos de perda por um ente querido. E a matriz que alimenta estes distanciamentos interpessoais é, justamente, o preconceito estrutural contra a homossexualidade: ele fornece a linguagem que torna essas experiências possíveis, do mesmo modo como a linguagem que denuncia o preconceito está entrelaçada à reconfiguração destas distâncias e a emergência de afetos outros.

Convém considerar um último ponto, crucial para entendermos como esse tipo de compreensão pôde ser construída. É o confronto entre a experiência vivida do pesquisador (incluindo relações familiares,

relações com interlocutores em campo e problematizações antropológicas) e perspectivas de valorização da variação sexual e dos direitos sexuais (implicadas na denúncia a formas estruturais de preconceito sexual), deflagrado pelas interpelações muito assertivas de meu amigo durante nosso passeio natalino, que forneceu condições apropriadas para o surgimento dessa intuição afetivo-intelectual. Notem que eu já tinha plena ciência de todos os elementos acionados nessa história, mas a referida situação de interação me levou a conectá-los em rede e senti-los operando em rede de forma totalmente inusitada até então.

Coincidência ou não, minha sensibilidade analítica no tratamento dos materiais da tese melhorou bastante após esse episódio – seja por um reconhecimento da força e do sentido do discurso emotivo de meus interlocutores, quando estes falavam sobre suas relações familiares, seja por uma maior sensibilidade a silêncios, elisões e apagamentos presentes na releitura que estes faziam de suas experiências passadas. Creio que experimentei também mudanças no jeito como penso sobre minha vida pessoal – por exemplo, com relação à cena relatada na introdução deste artigo, hoje compreendo melhor as motivações de Dani e o afeto que ele dedicava a seus pais, e me sinto capaz de reconhecer e problematizar a má-vontade que então sentia ante as escolhas feitas por ele. E, certamente, fiquei bem mais atento e sensível a conexões entre experiências pessoais e cenários culturais mais amplos, na análise e escrita acadêmica. Eu já fora, anteriormente, exposto à recomendação de que o discurso emotivo deve ser articulado a aspectos estruturais da vida social – talvez na leitura de Rezende e Coelho (2010), talvez na leitura de bibliografia trabalhada por estas mesmas autoras, nas disciplinas que cursei com elas na UERJ entre fins dos anos 1990 e início

dos anos 2000. Não obstante, *experimental* este tipo de conexão a partir de uma vivência pessoal oferece um tipo de intuição sintética bastante diferente daquela que é possível alcançar através de contemplação analítica e especulativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, gostaria de retomar a questão que lancei no início deste trabalho, acerca da natureza do fazer científico. Há, evidentemente, mais de um jeito de fazer ciência. Modos convencionais de fazer científico prescrevem a separação entre sujeito e objeto como forma de validar o conhecimento produzido; neste caso, a subjetividade do pesquisador seria uma interferência que pode comprometer a qualidade dos dados, e a separação entre observação participante e vida pessoal se apresenta como um ideal desejável. A adoção de metodologias objetivistas e de uma escrita distanciada oferece (a despeito de qualquer outro mérito que se queira afixar a ela) pelo menos uma ‘vantagem’ para aqueles que a adotam: ela protege a intimidade e o *self* dos pesquisadores do escrutínio público. A escrita posicionada, por outro lado, envolve graus variados de risco e exposição de si. Em pesquisas de viés objetivista, o risco de ver seu trabalho desacreditado é minimizado pela certeza de que um bom uso do método adequado é capaz de controlar flutuações e impurezas que a subjetividade supostamente introduziria. A/o pesquisador/a posicionada/o, por sua vez, sabe que não poderá se amparar nesse tipo de estratégia defensiva. Ao falar de si, ela/e faz opções tão conscientes quanto for possível acerca do que deve (ou não) integrar seu texto, sabendo que deve se equilibrar entre o compromisso ético com seus interlocutores na pesquisa, convenções de escrita pactuadas na

academia, sua adesão a certos valores políticos e/ou outras conexões relevantes, e lidar de um modo ou de outro com sua própria experiência afetiva na escrita.

Nesta releitura de situações passadas, tentei expressar como vivenciei incertezas e ansiedades durante uma experiência de observação participante vivida no mestrado (atinentes a uma insegurança quanto ao que seriam as formas mais ou menos adequadas de condução da pesquisa, mas também às fronteiras borradas entre vida acadêmica e vida pessoal), que reverberavam sobre o processo de escrita. Procurei mostrar como a manutenção de um distanciamento com relação a meus interlocutores funcionava simultaneamente como estratégia defensiva ante tais ansiedades, e como a queda de algumas dessas barricadas favoreceu a construção de relações em campo e a própria realização da pesquisa – processo este que poderia ter sido discutido no texto etnográfico, se eu não tivesse optado por estratégias mais distanciadas de escrita, suprimindo ou borrando aspectos dessa experiência que me pareciam excessivamente pessoais e subjetivos. Tentei, ainda, sinalizar que experiências afetivas vivenciadas pelo antropólogo – tanto em campo, quanto em sua “vida pessoal” – podem oferecer intuições importantes para a construção de uma etnografia.

Não estou afirmando que toda/o pesquisadora/o deva, necessariamente, escancarar suas experiências pessoais na escrita acadêmica. Afora o fato de que as informações expostas têm que ser pertinentes para fins da argumentação conduzida neste ou naquele trabalho, convém considerar que nem todas as pessoas podem estar dispostas a (ou ser capazes de) arcar com custos e implicações dessas formas de exposição de si. E, de resto, a adoção de uma escrita desengajada pode eventualmente ser estratégica (para fins de

interlocução com instituições, gestores públicos, financiadores de pesquisa, etc.). Este ensaio não deve, portanto, ser tomado como uma prescrição compulsória a um *outing* da vida afetiva dos pesquisadores. Procurei, apenas, sugerir que ela é parte integrante dos processos de pesquisa, e que devemos estar atentas/os a ela: as compreensões que alcançamos em campo, tal como o conhecimento científico que produzimos a partir delas, dificilmente poderiam ser resultado de processos puramente cognitivos. Acredito que reconhecer a força dos afetos que nos movem a pensar desta ou daquela maneira, e identificar situações sociais (de campo, ou outras) que ensejaram sua constituição, pode nos ajudar a produzir textos, senão melhores, ao menos mais calorosos e envolventes que uma escrita acadêmica “fria”. Cabe, contudo, a/o leitor/a avaliar se esse tipo de prática de pesquisa e de escrita acadêmica sustenta tais e quais vantagens em comparação com estilos mais objetivistas de construção de conhecimento científico – e, em caso positivo, decidir se/como pretende aderir a este tipo de abordagem em suas próprias pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life. In: LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. (Org.). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.
- BECKER, H. A moralidade da representação. In: BECKER, H. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 10-17.
- BEHAR, R. **The vulnerable observer**. Anthropology that breaks your heart. Boston: Beacon Press, 1996.
- BOLTON, R. Tricks, friends, and lovers: erotic encounters in the field. In: KULICK, D.; WILLSON, M. (Org.). **Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork**. London: Routledge, 1995. p. 106-126.

- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 [1986].
- COELHO, M. C. As emoções e o trabalho intelectual. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 273-297, 2019.
- FABIAN, J. **O tempo e o outro**: como a Antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GEERTZ, C. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.
- GEERTZ, C. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, C. **Obras e Vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. A natureza da deferência e do porte. In: GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 51-94.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HOCHSCHILD, A. R. Trabalho emocional, regras de sentimento e estrutura social. In: COELHO, M. C. (Org). **Estudos sobre interação**: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 169-209.
- JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- KULICK, D. Introduction: The sexual life of anthropologists: erotic subjectivity and ethnographic work. In: KULICK, D.; WILLSON, M. (Org.). **Taboo**: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork. London: Routledge, 1995. p. 1-21.
- LEVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In: LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008 [1949]. p. 181-200.
- MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

- McCLINTOCK, A. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Unicamp, 2010.
- MERTON, R. K. Puritanismo, pietismo e ciência. In: MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: 34, 2013 [1936].
- OLIVEIRA, L. Ver e ser visto: fazendo etnografia das práticas sexuais. In: **Gestos que pesam: performance de gênero e práticas homossexuais em contexto de camadas populares**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) –Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, L. Prefácio. In: GOMES FILHO, A. S.; SILVA, L. M.; DUARTE, S. M. (Org.). **Violência de Gênero: resistência em tempos de crise no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2017. s.p.
- PARK, R. E. Distância social. In: PIERSON, D. **Estudos de Organização Social: leituras de sociologia e antropologia social (tomo II)**. São Paulo: Martins, 1970 [1924].
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ROSALDO, R. **Culture and truth: the remaking of social analysis**. Boston: Beacon Press, 1989.
- ROSALDO, M. Z. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 54, p. 31-49, dez. 2019.
- SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L.; MACEDO, M. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 37-78, dez. 2010.
- STOCKING JR., G. W. The ethnographer's magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski. In: STOCKING JR., G. W. (Ed.). **Observers observed: essays on ethnographic fieldwork**. History of Anthropology, v. 1. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p.70-120.
- TAMBIAH, S. J. Magic, science and religion in western thought: anthropology's intellectual legacy. In: TAMBIAH, S. J. **Magic, science, religion and the scope of rationality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TYLOR, E. B. A ciência da cultura. In: CASTRO, C. (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 [1871].

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZILLI, B. D. Teorias que libertam: narrativas de intelectuais brasileiros sobre engajamento em Direitos Sexuais. **Intersecções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 19, n. 1, p. 106-128, jun. 2017.

9

TEMPOS, NARRATIVAS E VULNERABILIZAÇÃO NA “SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS”

*Phellipy Jácome*¹

São sete horas da manhã. Uma voz feminina, saída de uma pequena caixinha alocada na mesa de luz, nos alerta que “é hora de acordar”. Enquanto lutamos para despertar, a assistente virtual avisa as condições meteorológicas da cidade e, sem intervalo, antecipa os principais compromissos do dia. Estamos em tempos de pós-distanciamento social, o que implica uma rotina ainda mais hipermediada por artefatos eletrônicos que não nos deixam desconectar. Enquanto dormimos, nossas extensões tecnológicas continuam a receber e-mails, mensagens nos aplicativos, atualizações de rastreamento de uma compra realizada no exterior e lembretes de uma reunião agendada há um mês. Mal saímos da cama e a sensação é de que já estamos atrasados. Checamos tudo enquanto tomamos um café da manhã acelerado, deslizando também por fotos e *stories* de amigas e amigos que saíram, viajaram, cozinham, estão de luto ou torceram pelo time do coração: são muitos os fragmentos de vida na palma de nossa mão. A depender do dia da semana, temos também imagens do passado, mobilizadas para recordar um tempo que já não existe. Um meme nos faz rir e nos deriva a um perfil que deslizamos por mais de meia hora sem perceber.

¹ Professor do Departamento de Comunicação Social e pesquisador permanente do PPGCom da UFMG. É coordenador do *Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas*. Contato: phellipy@ufmg.br.

Com tantas rotas de fuga, é difícil gerar rotina e concentração, motivo pelo qual buscamos formas de um controle externo, capaz de conciliar o tempo do trabalho e o tempo das distrações. Um aplicativo nos auxilia nessa tarefa, enquanto mobilizamos a plataforma eleita pela universidade para as aulas virtuais. Ao final do encontro, estamos outra vez “sem tempo” e a caixa de e-mails, whatsapp e telegram seguem acumulando possibilidades de interação. Tarefas ainda pendentes nos forçam a recorrer a áudios em velocidade 1.5x, enquanto pedimos comida por um *appfood*, calculando o tempo da rota, o preço do prato, do frete, dos desejos do nosso paladar e da sensação incômoda de que estamos explorando alguém com menos tempo do que nós mesmos. Simultaneamente, os artefatos eletrônicos continuam acumulando atividades que parecem não caber em apenas 24 horas.

As experiências temporais contemporâneas são atravessadas por uma permanente sensação de achatamento e possibilidades de um sem número de ações. Longe de ser uma exclusividade de nossa era, o sentimento de uma “aceleração da história” também pode ser diagnosticado em outros momentos, como o fez Reinhardt Koselleck (2006; 2014) ao analisar fatores técnicos da desnaturalização da experiência temporal, recorrendo a exemplos da introdução da locomotiva no Século XIX ou ainda a incorporação do relógio mecânico no Século XVI. O autor alemão aponta que antes da invenção de instrumentos técnicos de aceleração, os Estados europeus, apesar de registrarem avanços em sistemas de transporte e comunicação, ainda possuíam um limite determinado pela natureza: estradas e carruagens, se melhoradas, ainda necessitavam da condução da força de cavalos; navios aperfeiçoados, mas a vela, seguiam dependendo das condições dos ventos. Uma aceleração radical da experiência temporal moderna só

poderia ser alcançada com a ideia, posta em prática, de uma suposta transposição das barreiras naturais. Iniciar o dia conversando um robô, vivenciá-lo por plataformas e estar conectados ainda que à distância seriam índices dessa superação? O que a condição periférica de países e sujeitos interfere na constituição desses processos? De que maneira essas práticas são também resultados de colonialidades de saber e poder e resultam em processos de vulnerabilização? Como se dá a relação entre humanos e não-humanos em nossos atuais regimes de historicidade?

Muitas questões podem ser derivadas dessas perguntas, mas neste ensaio gostaríamos de nos determos à tentativa de problematizar o que poderíamos chamar de “plataformização temporal”, isto é, como nossas relações com o tempo, hoje, devem também ser pensadas a partir da força política e sensível das plataformas. Para isso, num primeiro momento, trataremos das aporias do tempo e de que maneira essa noção nos ajuda a entender a relação entre uma realidade cósmica, humana e, agora, plataformizada. Nesse sentido, gostaríamos de recuperar o conceito de *narrativa* para perceber como agentes não humanos também devem ser pensados como propulsores temporais. Por fim, discutiremos a regulação e o direito ao tempo nas “sociedades das plataformas”, fator que julgamos essencial para entendermos as políticas do contemporâneo.

O TEMPO COMO APORIA CÓSMICA E POLÍTICA

Em nosso cotidiano, falamos um tanto quanto livremente sobre um passado “que já não existe” ou que deve ser “revisitado”, de um futuro esperançoso de dias melhores “que virão” ou catastrófico, cuja “chegada” devemos evitar, num presente de urgência, sempre ameaçado

por um trânsito que não cessa de acontecer. Temos, portanto, uma relação bastante complexa e paradoxal entre o tempo como uma *existência* (no sentido de que se ele passa, ele é) e o tempo como uma *ausência* (no sentido em que ele, em alguma medida, também deixa de ser). Essa aporia, detectada nas *Confissões* de Agostinho, diz de uma pergunta bastante capiciosa e de difícil resolução: como medimos uma coisa que passa? Afinal, à questão sobre o que seria um dia, podemos responder que corresponde ao movimento de rotação da terra e que esse intervalo dura 24 horas. No entanto, de maneira tautológica, podemos pensar que 24 horas é o tempo de rotação do planeta e que, por sua vez, representa também um dia. À medida que nos aproximamos de categorias menores (do dia à hora, da hora a minutos e segundos), chegamos ao preceito normativo do Comitê Internacional de Pesos e Medidas, que atestou há poucos menos de 60 anos que “o segundo é a duração de 9 192 631 770 períodos da radiação correspondente à transição entre dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de césio 133” (INMETRO, 2003, p. 23).

Como podemos perceber, mesmo em suas formas de regulação científica, não há maneiras precisas de responder sobre o início ou o fim do tempo, já que somente podemos sentir e agir sobre o seu entre. Isto é, ainda que percebamos os movimentos dos astros, estabeleçamos a duração dos segundos, sintamos o nosso envelhecimento, soframos a morte de nossos semelhantes e as transformações da natureza, o tempo cosmológico continua sendo um mistério sem resolução, na medida em que precisamos de vocábulos temporais, inclusive, para imaginar um universo sem ele: “o que havia *antes* do tempo? É possível pensar em algo que virá *depois* dele?” Daí a grande vantagem, por exemplo, dos mais variados calendários que, ao elegerem um marco como ponto zero,

nos permitem pensar como infinito o tempo anterior e posterior a essa divisão cronológica culturalmente estabelecida (ou, em muitos casos, imposta).

No entanto, as dimensões temporais também são permeadas por fatores psicológicos “capazes de tornar tempos cronológicos semelhantes distintos para pessoas diferentes, posto que cada uma está vivenciando experiências de mundo particulares” (CARVALHO, 2012, p. 172), além de políticos e coloniais. Afinal, o fato de um dia começar num traçado imaginário no Oceano Pacífico ou de Greenwich ser considerado o “meridiano principal” diz mais sobre as artificialidades dos sistemas de medição e menos de posição naturais. Como aponta Silvia Rivera Cusicanqui, ao comentar o *boom* desenvolvimentista em algumas partes do que se convencionou chamar “sul global” no início dos anos 2000, persiste, de maneira bastante evidente, uma separação simbólica, epistêmica e consequente com o Norte:

As longitudes são arbitrárias, as latitudes não o são: têm materialidade. Pode-se pensar na diferença norte-sul, mas sem esquecer que as corporações transnacionais e os capitalismo selvagens se assentam hoje em países emergentes (os BRICS) e dali avassalam territórios, populações e recursos de outros lares, mas nem por isso deixam de ser do Sul (RIVERA CUSICANQUI, 2018, p. 90. Tradução nossa).

Cosmológico e cultural, o inquérito sobre o ser-do-tempo nos leva a uma série de aporias na explicação de nossas experiências. Há, como identificou Agostinho, uma inconstância incontornável, na medida em que falamos do tempo, sem conseguir explicar o seu “como”. É, portanto, em sua passagem, no seu trânsito, que podemos abarcar suas potências e seus dilaceramentos (RICOEUR, 1997). Esse trânsito carrega consigo diferentes profundidades, com temporalidades contraditórias

que permite pensar, inclusive, em acontecimentos que são simultâneos, mas não necessariamente síncronos. Na escuta de um *podcast* diário de notícias, por exemplo, podemos perceber inúmeros estratos do tempo: do acontecimento que está sendo reportado hoje; da existência de estruturas narrativas radiofônicas prévias; das possibilidades de *affordance* do próprio dispositivo em que se escuta; da relação com o cotidiano de ouvintes; da maneira como esse episódio específico se encaixa na coleção entre aqueles que os precedem e que o sucederão; e assim por diante. Quando teria começado então, esse episódio? Na possibilidade de converter ondas sonoras em *bits*? Na criação daquela plataforma específica? Na invenção do rádio? Na criação daquele canal? Na eclosão do acontecimento discutido?

A especulação filosófica sobre o tempo tende a ser, inclusive em seus aspectos metodológicos, uma meditação inconclusiva, sempre ameaçada por novas possibilidades de questionamentos. Esse cisma é o que leva Agostinho a derivas intermináveis, em que respostas sobre o tempo sempre são ameaçadas por novas perguntas que surgem para desestabilizá-las. Por isso, afirma Paul Ricoeur (1994), o pensamento agostiniano sofre as coerções da inconsistência ontológica do tempo, em que as discordâncias não cessam de perturbar qualquer grau de concordância. Nesse sentido, ao abordar as relações temporais, o filósofo francês propõe uma junção da perspectiva aristotélica da intriga à proposta de Agostinho como forma de fazer essas reflexões avançarem.

Apesar de reiterar que não há uma continuidade teórica evidente entre esses postulados, Ricoeur defende que a junção dessas perspectivas é pertinente, na medida em que Aristóteles vê, na composição da intriga, a possibilidade de uma total concordância nas

formas dramáticas. É, portanto, agregando a questão da temporalidade ao conceito aristotélico de tessitura da trama que Ricoeur encontra as bases para formular sua teoria narrativa: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15). Ao combinar as perspectivas agostiniana e aristotélica, Ricoeur traça o conceito de concordância-discordante, demonstrando a dialética aberta de uma experiência viva, na qual a discordância, própria do tempo cosmológico, é responsável por arruinar a concordância. E esta, enquanto estratégia narrativa, surge para repará-la e levar adiante a luta entre elas.

Cabe aqui, no entanto, enfatizar o que Ricoeur entende por narrativa. Ainda que represente uma estratégia humana para enfrentar as discordâncias da vida, o ato de narrar deve ser compreendido como uma solução poética apenas *temporária*. Isto é, frente ao caráter aporético do tempo, cabe à narrativa não resolver seus paradoxos, mas fazê-los trabalhar produtivamente. Por isso, a narrativa aqui não é entendida como um gênero do discurso ou como uma modalidade específica de enunciação, mas sim como uma condição humana para que possamos tornar apreensíveis o mundo físico e o tempo cosmológico: “não caracterizamos a narrativa pelo modo, isto é, pela atitude do autor, mas pelo ‘objeto’, posto que chamamos de narrativa exatamente o que Aristóteles chama de *muthos*, isto é, o agenciamento dos fatos” (RICOEUR, 1994, p. 63).

É narrando que articulamos elementos dispersos e fazemo-los concordar, dispendo em intriga aquilo que antes não possuía relação. Por isso, “a arte de compor consiste em fazer parecer concordante essa discordância: o um por causa do outro predomina então sobre um após

o outro” (RICOEUR, 1994, p. 72). Como uma ação humana, a narrativa deve ser entendida de maneira tão representacional quanto produtora, constituindo-se como a fabricação de uma relação entre o domínio do real e o domínio do imaginário, isto é, uma transposição metafórica do campo de nossa vivência prática:

a narrativa acaba sendo um sistema particularmente efetivo de produção de significados discursivos pelo qual se pode mostrar às pessoas como viver uma “relação caracteristicamente imaginária com suas condições de vida reais”, ou seja, uma relação irreal mas válida com as formações sociais nas quais estão imersos e nas quais desdobram sua vida e cumprem seus destinos como sujeitos sociais (WHITE, 2001, p. 12. Tradução nossa).

Ao narrar, domesticamos o grande silêncio e estabilizamos – ainda que de modo sempre limitado – o fluxo de sentidos, dando coerência e certo fechamento ao que antes era demasiado aberto para ser inteligível. Não se trata de dizer que, ao narrar, resolveríamos as aporias do tempo no sentido filosófico ou científico, mas sim que, em um mundo repleto de discordância, é função da narrativa estabelecer nexos que fazem concordar, de distintas maneiras, unidades antes dispersas.

Por isso, a trama pode ser entendida como uma representação da ação e um agenciamento dos fatos. Essa dupla característica da narrativa nos afasta da ideia da imitação de uma realidade fixa, pré-existente, a ser meramente descrita. Ao contrário, a concordância-discordante promove uma síntese do heterogêneo, obtendo uma configuração possível de uma simples sucessão. Por isso, a atividade narradora é tanto dependente de um mundo prefigurado (Mimese I, que diz respeito aos esquemas de representação do real, como pressuposições de verdade, de realidade); quanto de sua passagem a um mundo configurado (Mimese II, que diz respeito à dimensão poética da

narrativa, correspondendo às estratégias de criação e de inteligibilidade) a ser refigurado (Mimese III, ou o domínio de intervenção da atividade receptora) e que passa a ser parte do mundo prefigurado, tornando esse círculo interpretativo infinito. É graças a essa tríplice ação mimética que a narrativa consegue mediar o tempo como fluxo (ontologicamente inconsistente) e tempo como duração (culturalmente delimitado).

A experiência narrativa, cabe negitar, não é isenta de hierarquias ou de componentes de coerção, e pode ser mesmo encarado como um direito muito mal distribuído (JÁCOME, 2020). Afinal, as experiências das colonialidades de saber e de poder buscam delimitar atrasados e “modernos”, vencedores e vencidos, aqueles que têm direito a narrar e a narrar-se e aqueles que veem vulnerabilizados seu direito à voz, com os seus “pôr-em-intriga” tratados como algo sem importância ou que mereceria ser destruído, suplantado. Em ambos os casos, acreditamos, há uma política temporal que opera para permitir/restringir a configuração de narrativas e suas formas de concordância-discordante.

Nesse sentido, podemos, a partir da teoria narrativa de Ricoeur, avançar em pelo menos dois pontos não discutidos pelo autor ao definir a narrativa como *condição* da experiência *humana* do tempo. Em primeiro lugar, nos parece ser importante para abarcar a dimensão política da narrativa, territorializar e corporificar a produção desse por-em-intriga. Se é bem verdade que ao propor seu círculo hermenêutico, Ricoeur defende a existência de um mundo prefigurado, com esquemas de real pré-definidos que atuam diretamente nas dimensões éticas da narrativa, é também verdadeiro que ele pouco de ocupa de relações territoriais/corporais mais específicas. Assim, nos parece potente também pensar, junto a Veena Das, que o *sujeito* é a

condição da experiência e que as nossas formas de narrar também são subordinados por nossos estatutos corporais, que fixam um determinado limite sobre o nosso mundo: “A experiência de ser um sujeito é a experiência de um limite” (DAS, 2020, p. 16). Isso diz, então, de nossas formas de engajamento no cotidiano, do trabalho do tempo não somente como uma representação, mas como uma ação política fundamental. Se a narrativa é a “guardiã do tempo” (RICOEUR, 1997, p. 417), na medida em que só há tempo pensado enquanto tempo narrado, é relevante nos perguntarmos sobre as condições dessa proteção e também das ameaças às quais está sujeita.

Um segundo ponto, derivado dessa discussão inicial, é perceber como agentes não-humanos também participam desse embate temporal. Talvez nosso tempo seja exemplar na proliferação de híbridos (LATOUR, 1994) de natureza e de cultura que atuam em nossas formas de vida. Assim, a narrativa pode ser entendida como uma estratégia de sujeitos humanos, mas também não-humanos, na resolução dos paradoxos temporais. Essas resoluções são sempre politicamente marcadas e influenciam na distribuição do direito à memória, ao esquecimento, à expectativa, às possibilidades de projetar futuros e revisitar passados, à própria contingência de narrar e ser narrado. Os mais diversos dispositivos (a ampulheta, o relógio solar, o cronômetro, a clepsidra, o rádio relógio, os sinos, entre tantos outros) sempre ajudaram a moldar e a controlar ações sobre o tempo, mas certamente os processos de plataformização incidem de maneira muito particular em nossas formas narrativas e na maneira como organizamos as temporalidades, inclusive em suas formas de colonialidades.

Para tentar materializar essa discussão, gostaríamos de recorrer a um exemplo bastante provocativo trazido por Amanda Jurno (2020) em

sua tese doutoral. A autora mobiliza uma controvérsia gestada entre o Facebook e o jornalista norueguês Tom Egeland, que teve sua conta suspensa da plataforma em 2016 ao republicar a icônica foto de Nick Ut “O Terror da Guerra”, que mostra a criança Phan Thi Kim Phuc correndo despida junto a outros vietnamitas após um ataque químico de napalm disparado por tropas estadunidenses em 1972. Apesar de mundialmente premiada e de ter reconhecida importância ao denunciar os horrores cometidos no Vietnã (tendo vencido, inclusive, um *Pulitzer*), a fotografia republicada foi censurada pela plataforma sob a alegação de que a imagem feria a “comunidade” já que seu conteúdo violava as políticas sobre nudez, conteúdo sexual e pornografia infantil.

O jornalista tentou ainda republicar a mesma imagem na capa de um jornal estadunidense na década de 1970, mas recebeu novo alerta da plataforma sobre conteúdo indesejável. Vários jornalistas noruegueses endossaram o apoio e também tiveram a foto removida e/os seus perfis suspensos. Após uma enorme pressão, que envolveu inclusive a primeira-ministra norueguesa (e também a suspensão de sua conta), a plataforma decidiu permitir a circulação da imagem, reconhecendo sua importância histórica para a “comunidade”. Em sua tese, Jurno (2020), destaca de maneira relevante as graves implicações dos processos de “edição da história” realizados pelo Facebook. Além disso, a autora demonstra como a plataformização do jornalismo envolve uma espécie de caixa-pretização das relações entre seleções humanas e algorítmicas.

Essa responsabilização do algoritmo nos parece interessante de ser abordada pelo prisma das narrativas e das temporalidades por, pelo menos, dois aspectos. O primeiro deles diz da possibilidade de agência de não-humanos na composição das intrigas e na maneira que se permite/impede de fazer circular pequenas sínteses do heterogêneo. No

entanto, isso não deve significar somente uma relação maquina, neutra ou a-histórica (como muitas vezes parecem sugerir as plataformas). Ao contrário, o que fica evidente a partir do caso da foto “O terror da Guerra” é que os algoritmos também necessitam de um mundo prefigurado para exercer suas potências narrativas. Entender as dimensões éticas que condicionam a possibilidade de narrar algoritmicamente nos parece ser um ponto fundamental em nosso mundo plataformizado. Nesse sentido, é também importante que combatamos a falsa ideia de que a responsabilização do algoritmo também significaria uma desresponsabilização da própria plataforma, como nos faz querer crer o Facebook. Como ação de inúmeros sujeitos, a infraestrutura gestada pelo Meta possui um claro fluxo cultural e posições marcadas por suas fidelidades ideológicas.

Nesse sentido, o outro ponto que gostaríamos de destacar é sobre o perigo de entender as várias historicidades humanas e não-humanas como uma “comunidade” homogênea e coesa. Em uma entrevista citada por Jurno, o gerente de comunicações do Facebook nos países nórdicos afirmou que a plataforma era uma “comunidade global” que deveria ter regras possíveis de serem aplicadas em “qualquer padrão cultural” (JURNO, 2020, p. 135). Isso, claro, traz inúmeros problemas do ponto de vista de uma política temporal: a) primeiro, condiciona um determinado passado, como se ele não fosse um campo de permanente disputa de sentidos. No caso da foto citada, por exemplo, a querela sobre a pertinência ou não se sua publicação é inerente a um debate sobre a legitimidade das ações bélicas de alguns países e a necessidade de se apagar determinados rastros históricos; b) além disso, a justificativa para o aceite da plataforma após a pressão internacional era de que a imagem em questão representava um importante registro de época e de

que a empresa iria trabalhar seu banco de dados para permitir esse tipo de imagem. Isso nos leva a um questionamento sobre as possibilidades de denúncia de violação de direitos humanos, hoje. Afinal, o que permitiu a circulação de “O Terror da Guerra” foi seu reconhecido lastro histórico. Se essa imagem fosse feita hoje, na Síria, no Afeganistão ou na Ucrânia qual argumento poderia ser mobilizado para sensibilizar a plataforma sobre sua necessidade de repercussão?; c) por fim, como ressalta Rita Segato, é inegável que existas hegemonias localizadas, já que é cada vez maior a capacidade que os países desenvolvidos têm de induzir, direcionar e regular trânsito de pessoas e de bens culturais. “Atores nunca antes tão poderosos, territorialmente localizados e com lealdades nacionais claras colocam a totalidade de seus recursos massivos para manter sob controle os fluxos a um âmbito global e impor sua orientação” (SEGATO, 2007, p. 44, *tradução nossa*). Não por acaso, Zuckerberg deve dar explicações aos parlamentos europeus e estadunidenses sobre a atuação de suas empresas nos processos eleitorais ou na disseminação de informação falsa, mas nem sequer cogita-se uma vinda para esclarecer a atuação de suas empresas no Brasil ou em outras partes menos interessantes do planeta.

Nesse sentido, a ideia de uma comunidade global tende a encobrir uma responsabilidade associada ao poder, na mesma medida em que revelam possibilidades e constrangimentos temporais (Quem pode denunciar, revisar o passado e propor outros futuros possíveis?) e os direitos às narrativas. Isso, acreditamos, tem a ver com a sociedade da plataforma, mas também com processos históricos que lhes são anteriores.

SOCIEDADE DA PLATAFORMA: DO SISTEMA-MUNDO MODERNO À PLATAFORMA-MUNDO GLOBAL?

Como ressaltam Van Dijck, Poell e Wall (2018), nossa vivência contemporânea é profundamente atravessada pelas condições de emergência e existência da “sociedade da plataforma”. Para os autores, há, pelo menos desde os anos 2000, uma infraestrutura global sendo construída de maneira constante e que nos impede de estudar estruturas sociais e políticas isoladas dos processos de plataformação. Longe de serem somente uma questão de mercado, Airbnb, Uber, Spotify, TikTok, Tinder entre tantos outros dizem também das formas pelos quais o poder é distribuído e concentrado. Desse modo, como “arquiteturas programáveis desenhadas para organizar interações entre usuários” (VAN DIJCK; POELL; WALL, 2018, p. 9), as plataformas atravessam hoje nossas formas de locomoção (GUERRA, 2021), as relações de trabalho (GROHMANN, 2020), nossa alimentação, relações sexuais e amorosas (JÁCOME; VIEIRA, 2022), nossas identidades (OLIVEIRA; MANTOVANI, 2001) a forma como lidamos com dinheiro. Nesse movimento, ressalta D’Andrea (2020, p. 13),

ao longo dos anos 2010, as chamadas *Big Five* – Alphabet-Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft – se consolidaram como serviços infraestruturais e hoje centralizam cada vez mais atividades cotidianas e estratégicas. Influências em processos eleitorais, uso irrestrito de dados pessoais para fins comerciais e uso de algoritmos e bases de dados para perpetuar preconceitos e desigualdades são algumas das questões que, cada vez mais, preocupam governos, empresas e sociedade civil.

A consolidação desses conglomerados de produção de sociabilidade associados a infraestruturas programáveis de relação entre humanos e não-humanos, portanto, modificam de maneira bastante abrupta a

forma como lidamos com o tempo e as maneiras pelos quais o narramos, acentuando ainda mais táticas de dominação e colonização de experiências, afinal, “devido às nossas dependências em relação a determinadas infraestruturas, esses mecanismos começam a estruturar nossas vidas inteiras” (VAN DIJCK, 2019, *online*). Em *Ofício de Cartógrafo*, Jesús Martín-Barbero propõe, de maneira bastante provocativa, uma inversão da ideia, bastante disseminada nos anos 1970 e que encontram eco até os dias atuais, de que a comunicação funcionaria como um processo de dominação. Para o autor, recorrendo a perspectivas freirianas, ao contrário, deveríamos focar no estudo da dominação como processo de comunicação. Algo similar poderíamos dizer sobre as plataformas. Menos do que entendê-las como uma forma específica de arbítrio, gostaria de a inqueríssemos como consequências e causas de processos que lhes são anteriores, mas que também são modificados por sua aparição.

Se nos parece válida a afirmação de uma “sociedade da plataforma”, é necessário também reconhecer suas pluralidades e que seus impactos são bastantes dissimiles nas regiões ricas e nas zonas expropriadas do planeta. Assim, nos parece importante investigar as condições históricas de produção desse mundo interligado por diferentes infraestruturas e, nesse ponto, os estudos decoloniais latino-americanos têm bastante a acrescentar na discussão para começarmos a diversificar e historicizar aquilo que entendemos como “infraestrutura global”.

Para Aníbal Quijano, por exemplo, a globalização é resultado da constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. O autor mobiliza o conceito do *sistema-mundo moderno* desenvolvido, principalmente,

por Immanuel Wallerstein, para advogar que o padrão de poder mundial iniciado após a invasão europeia daquilo que viria a ser conhecido como continente americano, foi o primeiro efetivamente global da história conhecida. “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder com vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Esse novo padrão de poder, diferentemente do que foi, em suas especificidades, os impérios asteca, romano ou hindu, teve a capacidade de se estender globalmente e de incluir, violentamente, a humanidade numa mesma base temporal. Esse processo só foi possível graças à discriminação entre conquistadores e colonizados fruto de uma ideia biológica de raça e também a formas de controle do trabalho em torno do capital e de um mercado que, a partir de então, poderia se dizer “conectado”. Como destaca Quijano, a composição de relações sociais fundadas em princípios raciais produziu identidades radicalmente novas.

Desse modo, uma pequena parcela da humanidade, a Europa, passou a advogar um poder moral e epistêmico sobre todas as demais, capaz de definir toda uma nova galáxia semântica baseada em binarismos: não-brancos/brancos, oriente/ocidente, sul/norte, primitivo/civilizado/, tradicional/moderno; vencidos/vencedores. Rita Segato (2013), ao tratar da crítica a colonialidades também aponta como a construção de gênero a partir de um sistema patriarcal foi essencial para o desenvolvimento de uma pedagogia da crueldade. Nesse sentido, o binarismo ocidental, fortemente ancorado num desprezo à alteridade (inclusive às não-humanas), tem uma clara base temporal, na medida em que numa perspectiva unilinear, o futuro dos colonizados só poderia encontrar sentido naquilo que era o passado da Europa (e depois dos

Estados Unidos, por exemplo). É como se toda a humanidade passasse a ser valorada numa escala cronológica eurocêntrica e racista. Para os vencidos,

sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Implicava também sua realocização no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado (QUIJANO, 2005, p. 127).

O sistema-mundo moderno representou, portanto, pela primeira vez em escala global, um padrão específico de poder moldado num domínio colonial e ancorado num fluxo de capitais. Por isso, a “América” não deve ser vista como um exemplo isolado, incorporado a uma economia capitalista existente, mas a própria manifestação da possibilidade de existência da economia-mundo capitalista. Ou seja, paradoxalmente, várias lógicas históricas temporalmente distintas passaram a ser parte de uma outra dominante: a do capital, com efeitos nunca antes vistos em escala planetária. A racialização das relações e a despojo ontológico de sujeitos como mercadorias pode gerar a sensação de uma aceleração do tempo histórico, como se ele pudesse ser produzido pela ação de pessoas e não necessariamente por desígnios divinos ou mesmo naturais. Afinal, por meio, dos saques e da necropolítica produzida nas colônias, Europa pode experimentar um vertiginoso progresso e financiar sua industrialização, criando uma espécie de *know-how* desenvolvimentista baseado na ideia de conquista. Essa forma de autoridade também determinava a quem pertence o presente e quem eram encarados como contemporâneos. As políticas do tempo, ressalta Mudrovcic (2018, p. 10, *tradução nossa*):

Consistem num conjunto de operações que, ao mesmo tempo, sancionam o que é próprio ou característico do presente, constroem um “outro”, excluindo-o diacronia ou sincronicamente desse presente, o outro é anacrônico. O outro não é meu contemporâneo.

Desse modo, com a crescente acumulação de capitais, o sistema-mundo moderno, em suas diversas formas de existência e transformação nos últimos séculos, inclusive com outros países e corporações assumindo uma posição de “liderança”, foi gerando um enorme contingente de extemporâneos. A constituição dessa rede global nos parece, portanto, um fator fundamental para entendermos o desenvolvimento da sociedade das plataformas e também as importantes diferenças que ela coloca. Isto é, fatores como a migração massiva (por guerras, por fomes, por desastres ambientais), a necessidade de revisão de fronteiras físicas e simbólicas, empresas supostamente cada vez mais transnacionais e a desresponsabilização como infraestrutura alteram de maneira significativa a relação entre “contemporâneos” e “extemporâneos” gerando choques naquilo que, quiçá, podemos nomear como uma plataforma-mundo global, com diversos conflitos que envolvem modificações nas nossas capacidades de narrar e de ser narrado.

Nesse mundo plataformizado, é urgente que estejamos atentos à condição de produção de epistemes próprias em que o direito ao tempo seja efetivamente considerado. Encarar as temporalidades como um direito inalienável de humanos e não-humanos pode nos ajudar a compreender outras possibilidades de existência, outros fluxos temporais e outras formas de narrar e constituir realidades menos vulnerabilizantes.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, C. A. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. **InTexto**, n. 45, p. 35-54, maio/ago. 2019.
- D'ANDRÉA, C. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.
- DAS, V. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Unifesp, 2020.
- GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, p. 106-122, jan./abr. 2020.
- GUERRA, A. G. **Infraestruturas, narrativas e imaginários algorítmicos**: tecnografando o preço dinâmico do Uber. 237 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- INMETRO. **Sistema Internacional de Unidades SI**. 8. ed. Rio de Janeiro: INMETRO, 2003.
- JÁCOME, P. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: MIRANDA, C. M.; SOUSA, M. E.; CARVALHO, C. A.; LAGE, L. R. (Org.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020. p. 91-108.
- JÁCOME, P.; VIEIRA FILHO, M. J. Em busca do match: dinâmicas interacionais no Tinder em contexto pandêmico. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 19, n. 54, p. 132-151, jan./abr. 2022.
- JURNO, A. **Facebook e a plataforma do jornalismo**: uma cartografia das disputas, parcerias e controvérsias entre 2014 e 2019. 226 f. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: 34, 1994.

- MUDROVCIC, M. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? CONGRESO INTERNACIONAL DE FILOSOFÍA DE LA HISTORIA, IV, 2017. **Actas...** Buenos Aires: UBA, 2017.
- OLIVEIRA, F. C.; MANTOVANI, C. M. C. A. Diálogos em isolamento: observação das experiências de mulheres com deficiência no Instagram durante a pandemia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, n. 3, p. 776-789, jul./set. 2021.
- PESSOA, S. C. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018.
- QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa I**. Campinas: Papirus, 1994.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa III**. Campinas: Papirus, 1997.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Un mundo ch'xi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- SEGATO, R. **La Nación y sus Otros**: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007
- VAN DIJCK, J. **A sociedade da plataforma**: entrevista com José van Dijck. DigiLabour, 2019.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. **The platform society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

10

COMENTÁRIOS SOBRE UMA METODOLOGIA VULNERÁVEL: A ANÁLISE DO DISCURSO

*Ida Lucia Machado*¹

INTRODUÇÃO

O tema para a construção desses escritos nos veio de um convite de um grupo de colegas professores que, cada um dentro do local onde se posiciona como pesquisador trabalha – como nós, analistas do discurso – com as ferramentas de que dispõe para estudar e divulgar metodologias vulneráveis. São muitas as metodologias que oferecem aspectos mais ou menos frágeis e, sobretudo, as que recaem nas complicadas artimanhas da linguagem e de seu contato com determinados públicos. A questão da validade ou da vulnerabilidade das metodologias a ser debatida nessa obra pareceu-nos um desafio e, no nosso caso particular, um convite para uma “expedição e uma aventura” (CHARAUDEAU, 1983) nas intrincadas selvas da reflexão linguageira e científica.

É essa reflexão que nos moverá, ao longo da escrita de nosso artigo no qual nos debruçamos sobre o trabalho realizado por uma metodologia que não foi facilmente aceita em sua implantação. Lembramos que, originalmente, trata-se de uma teoria francesa, de linha materialista, criada pelo filósofo francês Michel Pêcheux (1938-

¹ Doutora pela Université de Toulouse II (atual Jean Jaurès)/França. Professora de Análise do Discurso (Semiolinguística) e orientadora de alunos da Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Bolsista Produtividade (Nível 1D) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: idaluz@hotmail.fr.

1983). Suas ideias são muito praticadas ainda hoje no Brasil e no mundo². Além disso, conceitos da disciplina em pauta vigoram ainda em várias correntes de Análise do Discurso atualmente. Aqui abordaremos, justamente, uma delas.

Ao refletir sobre o que poderíamos escrever, no presente caso, nosso olhar caiu, fascinado, em uma citação transcrita no “Argumento Inicial”³ enviado pelos organizadores do livro aos futuros/eventuais articulistas deste livro:

É a metodologia o grande mecanismo que confere singularidade, validade e confiabilidade à ciência, ao sistematizar e registrar escolhas, procedimentos, técnicas que, no final, serão balizadores de um conhecimento válido e confiável a respeito do assunto investigado. Séculos de aprimoramento tornaram a metodologia algo devidamente “científico”, portanto capaz de conferir “seriedade” e, por meio de seu rigor, mesmo “cientificidade” ao conhecimento produzido na forma de ciência (DEMO, 1995).

A cientificidade de uma metodologia. Seu aspecto mais sério. Isso nos conduziu a tudo o que temos feito desde que nos tornamos professora e pesquisadora em Análise do Discurso. Com nosso estilo de escrita, nossa tendência a promover uma imbricação de diferentes metodologias (sobretudo nos últimos 18 anos, quando tomamos por objeto de pesquisa escritos vindos daqueles e daquelas que narram suas vidas), não estaríamos, por acaso, “driblando” essa cientificidade, sobretudo o seu aspecto “duro”, ao propor novas aventuras no domínio da linguagem? Não estaríamos nos enveredando por caminhos por

² Graças, sobretudo, ao brilhante trabalho da linguista Eni Orlandi.

³ Ou “chamada para a escrita de artigos”, que, no nosso caso, acompanhou o gentil convite de uma das organizadoras do livro em pauta.

demais sensíveis, vulneráveis, sujeitos a ataques? Dito de outro modo: estaríamos realmente fazendo ciência? Ou pelo menos, uma forma desta?

Felizmente, na terceira página do supracitado *Argumento inicial*, deparamo-nos com outras vozes que nos sopraram aos ouvidos: “Vulnerável não significa frágil, mas tão somente limitado e imperfeito como os seres que o criaram”. No caso, o método criado para sustentar a teoria, a metodologia. Iremos aqui utilizar mais o último termo, como explicaremos mais adiante.

Nosso artigo divide-se em duas partes: na primeira – com a devida compreensão das organizadoras/organizadores e eventuais leitores – faremos uma rápida visita ao passado, ou seja, a um passado de estudos que nos é individual, mas que, sem dúvida, existe ou é também praticado, de alguma forma, por algum grupo. O que queremos dizer com isso é que somos embalados pela ilusão da individualidade em nossos escritos, mas, toda individualidade, em algum momento se encontra ou tem sua origem em algo coletivo.

Seja como for, nessa primeira parte, iremos expor alguns pontos de uma disciplina vulnerável – a Análise do Discurso – na qual embarcamos um dia, sem muito refletir, intuitivamente. Há pessoas que se deixam guiar pela intuição e quem lhes escreve é uma delas.

Na segunda e terceira seções tentaremos verificar algo que nos perturba quando o assunto é ainda a famosa “cientificidade”. Como podemos discutir, no âmbito da Análise do Discurso, o tratamento por ela dado aos procedimentos linguageiros que incluem a emoção? Mais ainda, a emoção que dá lugar a sentimentos variados? E, mostrar que eles não são, como durante muito tempo se pensou, isolados da

racionalidade? Eis algumas perguntas que nortearão nossos escritos nessas seções.

Finalmente, apresentaremos nossas Conclusões. Nelas surgirão pequenos exemplos retirados do *corpus* objeto de nossa recente pesquisa apoiada pelo CNPq sob o número 307.596/2021-4. Somos infinitamente gratas à essa instituição de pesquisa por acreditar em nós.

E, DE REPENTE, JÁ TEMOS UM PASSADO...

Para abordar uma disciplina que nos é cara e na qual trabalhamos há mais de 30 anos, convidamos os leitores a fazer uma pequena viagem ao nosso passado⁴. Acreditamos já ter falado sobre o assunto – em nossas aulas ou orientações⁵, em aulas ou conferências. Sem mais delongas, embarquemos nesse passado (bem recente, do ponto de vista histórico).

Foi preciso certo esforço para fazer com que a Análise do Discurso, ou melhor dizendo, uma nova corrente dela – a Semiolinguística – fosse aceita no Brasil, mais especificamente na pós-graduação da universidade onde trabalhamos. Sentimo-nos felizes por ter levado para frente tal movimento, em uma época em que não tínhamos muito conhecimento dos procedimentos de uma pós-graduação universitária. O fato é que houve um encontro entre uma jovem professora e uma jovem corrente de Análise do Discurso e, podemos dizer que dele saíram ambas beneficiadas.

É preciso explicar que, antes mesmo de nos tornarmos professora da UFMG, tomamos conhecimento das ideias e conceitos do Professor

⁴ Na verdade, no lugar do verbo “trabalhamos” deveríamos dizer “militamos”.

⁵ Professores são repetitivos...

Patrick Charaudeau, da Universidade de Paris XIII na França: durante um congresso internacional de francês, realizado em Belo Horizonte, fomos a ele apresentadas por uma professora mineira⁶ que nos indicou como alguém interessada em trabalhar com a Análise do Discurso. Charaudeau, por sua vez, “apresentou-me” à uma vertente de análise do discurso, a Semiologia, metodologia que acabara de conceber em seu Doutorado de Estado, defendido no final dos anos 70 do Século XX, na Sorbonne sob a orientação do renomado professor Bernard Pottier. Isso aconteceu alguns meses após minha volta da França, onde acabara de realizar um doutorado cujas bases teóricas vinham de uma associação entre linguística, semiótica e didática, como pregava em seus cursos e escritos, meu primeiro orientador de doutorado, o professor Jean Peytard, de Besançon. Em nosso caso particular, na época, o que conhecíamos de análise do discurso vinha de leituras de alguns escritos de Michel Pêcheux e de seus seguidores, como por exemplo, Denise Maldidier.

Ora, a proposta de participação e difusão por nós recebida pelo Professor Charaudeau no supracitado congresso de francês intrigou-nos: só após ler o seu primeiro livro, *Langages et Discours* (1983) com o qual fomos apresentadas, foi que notamos que sua teoria colocava em destaque conceitos e procedimentos ligados aos aparelhos da linguagem, tais como a enunciação, a argumentação, a narração e a retórica em uso feita por aqueles que visavam uma comunicação, uma

⁶ Citamos aqui a Professora Doutora Eunice Dutra Galéry, a quem seremos sempre gratas pela generosa amizade e ensinamentos durante nossa graduação em Francês/Português na UFMG e, depois, por nossa parceria no ensino do Francês Instrumental, em um grupo formado e liderado pelo Professor Bernard Aubert, na USP. Galéry sempre foi uma mestra *avant la lettre* com grandes conhecimentos tanto em literatura quanto em linguística francesa. Por assim dizer, digamos que ela pressentiu nessa proposta de prática de Análise do Discurso, algo que poderia se encaixar com nossa maneira de trabalhar. Assim, se adentramos na prática da Análise do Discurso, foi graças a ela.

transmissão de ideias ao “outro”, ao seu interlocutor. Charaudeau sempre considerou a linguagem como um veículo de comunicação entre diferentes “seres falantes”. Explicando rapidamente: quando determinando “eu” se dirige a um “tu” ele visa transmitir algo, um sentimento, uma ideia, um plano de ação, palavras que esperam tornar o “tu” ciente de seus pensamentos e de seu modo de encarar o mundo. Em outros termos: de seu desejo de estabelecer uma troca comunicativa. Nada é aleatório no emprego das palavras: até um simples “bom dia” vem carregado de intenções, nem que seja para demonstrar que estamos cumprindo regras sociais de boa-educação que nos foram transmitidas por familiares ou pela escola.

Também notamos na então “nova corrente” de Análise do Discurso, uma grande influência vinda da Sociologia. Não apenas dela, mas também de outras disciplinas afins, tais como a Antropologia e a Psicologia social. Tal fato nos surpreendeu agradavelmente. Sempre fomos a favor de metodologias abertas e sempre fugimos das dogmáticas, fechadas. Ao realizar um mestrado em Linguística textual aplicada ao ensino do francês, sob a orientação do Professor Bernard Aubert, na Universidade de São Paulo, aprendemos com ele que um método é algo fechado, acabado, enquanto uma metodologia, para progredir no mundo linguístico e discursivo deve ser sempre algo em movimento⁷. Tais palavras nunca nos abandonaram. Essa imbricação de disciplinas vindas de outros horizontes que o das ciências da linguagem à corrente charaudiana de Análise do Discurso bem como os exemplos de sua aplicação/interpretação de documentos vindos de diferentes veículos (midiático, administrativo, literário) fornecidos no livro

⁷ Evidentemente, trata-se de uma tomada de posição subjetiva, mas que foi por nós adotada. Outras devem existir.

Langage et Discours (1983), mostraram-nos que essa corrente analítica-discursiva desaguava em terras favoráveis, libertárias. Fomos assim seduzidas a embarcar nessa aventura: difundir tal modo de pensar/analisar/enxergar a Análise do Discurso como um meio de comunicação com o outro.

Ao lado do professor Charaudeau, da professora Sylvie Martin, adida cultural da Embaixada Francesa em Minas Gerais – e, com o precioso amparo e interesse de alguns de nossos estudantes de língua e literatura francesa⁸ – redigimos e apresentamos – tanto para a CAPES, quanto para o COFECUB um projeto intitulado “Análise do discurso: procedimentos de persuasão e de sedução”, por nós redigido em duas línguas: português e francês. Surpreendentemente, tal projeto foi aceito pelos dois órgãos de fomento. Nós mesmas, por incrível que isso possa parecer, atuando ativamente como coordenadora da parte brasileira do projeto, desconhecíamos na época sua importância⁹.

Hoje, conhecemos o valor de tal projeto para uma pós-graduação. Sem falsa pretensão, podemos afirmar, no caso da Análise do Discurso, que foi ele a mola propulsora que, por assim dizer, a “lançou” (no início representada apenas pela corrente Semiolinguística) na UFMG, o que propiciou a fundação do primeiro núcleo da Faculdade de Letras, intitulado *Núcleo de Análise do Discurso*, oficializado pela Congregação desse Curso em 1996. Mas, o fato é que, mesmo antes disso já trabalhávamos com a Análise do Discurso e tínhamos conseguido formar um grupo. De forma geral, tanto o primeiro quanto o segundo

⁸ Que se tornaram professores atuantes no cenário da Análise do Discurso brasileira, por seu trabalho na UFMG e em diferentes universidades do país.

⁹ A ele, seguiu-se um outro, centrado sobre a temática dos gêneros, também com duração de quatro anos.

projeto CAPES/COFECUB que dirigimos ao lado de Charaudeau, reuniu pesquisadores franceses e brasileiros em torno do tema “discurso”: em nossos estudos analisou-se, em primeiro lugar, o funcionamento ou a engrenagem linguageira concebida pelos jornais impressos e por organismos criadores de publicidades, seu *savoir-faire* dirigido tanto para a captação como também para adesão de leitores/consumidores em diferentes documentos veiculados tanto no Brasil quanto na França, com destaque para àqueles vindos das mídias impressa e televisiva. Logo a seguir, os analistas do grupo voltaram-se para outros tipos de discurso: os praticados por homens ligados à política, por jornalistas televisivos, por redatores de revistas e jornais etc.

Graças a tais projetos, o grupo pode elaborar e lançar várias coletâneas com artigos fundadores sobre esse modo de apreensão/análise discursiva e isso já a partir de 1994, logo após a realização do primeiro grande congresso internacional de Análise do Discurso na FALE/UFMG. Enquanto grupo fomos assim aprofundando nossos estudos, ao longo dos quase dez anos dos projetos.

Sem dúvida, essa foi a primeira luta que a metodologia Semiolinguística ganhou no âmbito acadêmico. Outras se seguiram, é claro, mas, com muita persistência e dedicação conseguimos que a Análise do Discurso (ou, em sua abreviação, AD) entrasse para o rol dos estudos de pós-graduação em Linguística¹⁰.

Mas, como já deixei transparecer, não se pode esquecer – isso faz parte de sua história- que em 1992/1993, houve certa rejeição ou talvez, espanto em relação ao atrevimento de uma jovem professorinha de

¹⁰ Entre os professores já atuantes e conhecidos pelo seu trabalho na Linguística da Pós-Graduação somos gratas pelo apoio incontestável da Professora Vera Lucia Menezes, a primeira colega a nos convidar para dividir com ela um curso na pós-graduação da FALE/UFMG: uma metade dele se baseou na linguística anglo-saxônica, a outra na linguística francesa.

francês, vinda de uma universidade do interior mineiro (UFOP), ou seja, essa que aqui escreve, ao propor diante de colegas já consagrados como professores de Linguística, a inclusão da AD, em uma importante reunião. “-Análise do discurso? -O que é isso, afinal de contas?” “-Não seria algo que ficaria melhor na Literatura que na Linguística?” eis algumas das questões que nos perseguiram nesse dia e depois, durante algum tempo. Acreditamos que a AD dava a impressão de ser uma disciplina meio fluída (ainda mais a que propúnhamos, centrada nas ideias inovadoras de Charaudeau) se comparada às disciplinas básicas do ensino da linguística. Enfim, “Toda a liberdade implica uma certa desordem, toda ordem implica um certo constrangimento” como bem afirma Perelman¹¹.

As dúvidas que uns e outros lançaram sobre a validade da AD, como foi dito, atormentaram-nos durante certo tempo. Explicamos: sentíamos-nos frágeis no sentido de não saber explicar com a devida ênfase o que é uma metodologia, como ela é válida justamente por ser tão compósita e por estar em constante movimento e atualização.

É preciso reconhecer que, como pesquisadores, todos nós nos atemos, em um gesto humano a uma espécie de “tutor” como diz o neuropsiquiatra Boris Cyrulnik (2002; 2007; 2015). O fato é que a vida vai nos forjando, nos ensinando a cair, ganhar forças com os tombos ou rasteiras que levamos, levantarmo-nos e seguir em frente. Ora, para adquirir tal resiliência diante de fatores que nos sejam contrários, precisamos nos apoiar em tutores. Utilizamos aqui um termo agrícola: por exemplo, se queremos plantar um tomateiro, devemos saber que a planta precisa de alguns pedaços finos de madeira, colocados

¹¹ *apud* Grácio, capa do blog Casa do Livro, www.ruigracio.com/pessoal/ em 2020.

firmemente na terra de forma vertical, para que suas folhas neles se apoiem, com nossa ajuda, e não fiquem se arrastando pelo chão. Só assim a planta e suas futuras frutas progredirão¹².

Em um contexto psicológico, resumindo bastante, segundo Cyrulnik (2002; 2007; 2015) os tutores necessários aos seres humanos podem ser representados por pessoas (uma família amorosa), mas também por um lugar, por certos fatos, objetos, obras de arte..., enfim, por algo que provoque no ser humano (que dela precisa) uma necessária sacudida e o leve a encarar a vida e continuar em frente, mesmo após sofrer um traumatismo.

No âmbito teórico, acreditamos ser normal e humano o fato de nos beneficiarmos com a palavra ou boa influência de certos tutores que irão nos “puxar para cima” e nos quais confiamos. Esses criadores de ideias, conceitos ou teorias irão nos dar certa estabilidade e nos amparar, em nossas afirmações.

Ainda nesse âmbito, propomos que uma teoria ou metodologia possa também representar o papel de “tutora”, norteando nossas pesquisas. Porém...é preciso convir que metodologia, teoria e outras palavras que representam conceitos afins podem ser frias na sua cientificidade. Ora, nem tanto ao céu nem tanto a terra: é lógico que para ser considerada científica, uma metodologia deve ser dotada de certas normas de base. Porém, por trás delas pulularão vozes, práticas humanas. Não só a de quem as criou, mas também as vozes de outros teóricos que dela se serviram como incentivo para suas criações teóricas. E tais encontros do ser humano com uma teoria trazem sempre uma ponta de afeto. De simpatia.

¹² Pelo menos foi o que nos ensinaram a fazer, na infância.

Ou seja: uma metodologia na qual encontremos certas respostas para nossas inquietações e reflexões mentais pode também ser uma espécie de passe-livre, um singular tutor.

Mas, o fato de nos agarrarmos a uma teoria ou a uma metodologia não nos transformará em meros “imitadores” de vozes alheias?

Não é bem assim. Vejamos alguns ditos vindos de outros teóricos. Começemos pelo teórico português Grácio que utiliza, curiosamente, a palavra “ventriloquismo” para essas constantes repetições de palavras e ideias e assim define tal atitude:

O ventriloquismo é de facto um recurso essencial para a inclusão social, para a criação de um sentimento de pertença a uma comunidade e para a promoção de uma convivencialidade baseada em elementos partilhados e supostamente comungados pelas pessoas “normais”. O reverso do ventriloquismo é a fragilidade de um ser exposto à eficácia dos mecanismos ideológicos que o fazem tomar por suas as ideias que ele próprio apropriou por sujeição a parâmetros de modos alheios de considerar a realidade e o seu significado (GRÁCIO, 2020, p. 1).

Grácio traz-nos aqui, com sua grande habilidade retórica, novas luzes sobre conceitos que descobrimos nas primeiras traduções do russo para o francês, ambas publicadas em 1970, de dois livros de Mikhaïl Bakhtine: *La poétique de Dostoïevski* e *L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen âge et sous la Renaissance*. Devemos confessar que tal “encontro” com o Mestre russo, ainda na época de nosso doutorado, nos encantou: descobrimos, como tantos outros colegas, o mistério da palavra bivocal, do dialogismo, da polifonia. Ou seja, o fato de que ao nos exprimirmos sempre utilizamos a voz do “outro”, de alguém que antes de nós já utilizou tal ou tal palavra ou conceito; o que fazemos, na verdade, é dar novos sentidos e lugares

a palavras já enunciadas por outras vozes. A descoberta bakhtiniana se confirmou com a leitura de escritos da linguista Authier-Revuz sobre dialogismo mostrado e dialogismo constitutivo.

Ora, eis que Grácio destaca nesses recursos de seres comunicativos vivendo em sociedade, uma forma de estratégia languageira. Desse modo, a voz do outro é por nós incorporada e passa a fazer parte de nosso discurso por razões pragmáticas: queremos ser incluídos e aceitos em certos grupos sociais que utilizam determinadas palavras ou construções languageiras. As palavras do pesquisador português conferem um toque de ironia aos conceitos supracitados (Bakhtin e Authier-Revuz). Ou seja, Grácio as concebe também como um meio de sobrevivência e, acreditamos como uma suave estratégia manipulativa. Ou uma forma de atuação no grande teatro da vida: aceitação por seus desejados/futuros pares. O que vem confirmar que, no mundo da linguagem, pequenos fatos banais por nós praticados mesmo sem que demos conta dessa prática, podem e devem se constituir em objetos de estudo.

E assim, todos nós somos ventríloquos natos, pois, diz Grácio, somos “habitados pelos jogos e pelos usos de uma linguagem que não inventamos, por um falar anônimo que julgamos ser nosso, mas que essencialmente replica a transmissão normalizada de uma visão do mundo”. (GRÁCIO, 2020, p. 1). Desse modo, como seres falantes ou comunicantes podemos cair na ilusão de que estamos a criar formas languageiras novas, somos “descobridores”! Novos astronautas descobrindo novas galáxias! Outros sujeitos da linguagem, mais realistas, observam no uso da linguagem ou na aplicação de uma teoria um exercício de busca e não algo finito. Uma seleção de palavras feitas entre as múltiplas opções que se apresentam nessa vida.

E assim caminha o saber teórico, sustentado por diferentes metodologias. E assim é a Semiologia com suas interpretações de discursos, segundo Charaudeau (1983, p. 56): elas consistem – nada mais, nada menos – alguns “possíveis interpretativos” deste ou daquele discurso realizado por este ou por aquele pesquisador.

Isso é também “fazer linguística”. Mergulhar, sem medo, em sua fonte maior e mais efervescente: a da linguagem viva, a que faz ideias aflorarem e circularem.

Como estamos falando da Semiologia, devemos especificar, ainda que rapidamente, os possíveis interpretativos supracitados. Eis o esclarecimento que Charaudeau nos fornece e que é válido não só para sua teoria (talvez seja melhor dizer – “corrente de análise do discurso”), mas, também para outras¹³:

Os possíveis interpretativos são fruto de práticas sociais que caracterizam um grupo ou uma comunidade humana. São as representações das experiências linguageiras que os indivíduos participantes desses grupos possuem, tanto como sujeitos individuais quanto como sujeitos coletivos (CHARAUDEAU, 1983, p.57, tradução nossa).

Talvez esteja aí o “x” da questão, a resposta às questões que nos atormentaram. Aí reside o diferencial da teoria analítico discursiva vista em sua forma mais ampla face às disciplinas pioneiras ou fundadoras dos Estudos Linguísticos. Elas têm, de modo geral, um princípio, meio e fim já comprovado. São firmes e fortes. A AD, no entanto, oferece sempre variáveis tanto pelo fato de ter se subdividido em diferentes correntes, como também por se debruçar sobre o ser

¹³ Em reunião realizada on-line (março/2023) dos membros da AD da atual diretoria da Abralin, repertoriamos ao menos sete delas atualmente em uso no Brasil.

humano e sobre suas estratégias de sobrevivência em um mundo governado pela palavra, seja esta persuasiva e/ou sedutora. Pelas escolhas subjetivas dos diferentes sujeitos ao se amparar das palavras, ao adquiri-las ou adotá-las, escolhendo-as de acordo com suas ideologias, no interior de um enorme mercado linguageiro, frequentado por tantos outros sujeitos. Que vão empregar tais palavras em discursos com visadas diferentes. Seja como for, não existe um uso neutro da palavra.

É por isso que aqui tomamos a liberdade de falar sobre a disciplina AD, vendo-a não como um método pronto e acabado, mas, como uma metodologia vulnerável, uma forma de ideologia adotada por uns, criticada por outros. Mas, é justamente esse balanço entre fragilidade e força que lhe dá sua graça e garante sua sobrevivência no mundo acadêmico. São algumas de suas contradições, que angariam, cada vez mais, adeptos desejosos de estudá-la e descobrir a razão dessa maleabilidade.

Isso dito, discutiremos a partir daqui uma questão que se agita dentro da charmosa vulnerabilidade dessa metodologia: a ilusão da cientificidade racional *versus* a criatividade emocional.

A ESCRITA VINDA DE REFLEXÃO CIENTÍFICA NÃO DISPENSA UM “EU” COM SEUS SENTIMENTOS, SUA SUBJETIVIDADE

Recentemente, ficamos surpresas quando um de nossos alunos, vindo de outra disciplina que a AD, mas que a escolheu para realizar seu doutorado¹⁴ perguntou-nos se deveria escrever sua tese deixando de

¹⁴ Tais casos são frequentes no âmbito da AD. Somos procurados sempre por alunos que vieram de outros domínios que os das letras, propriamente ditas, para continuar sua formação. Assim, já formamos doutores em AD vindos da Comunicação, da Biologia, do Direito, da Filosofia, da Arquitetura etc. Esse é, aliás, um dos objetivos da Análise do Discurso, todas suas correntes confundidas.

lado os pronomes “eu” ou “nós”, tradutores ou índices de sua subjetividade ou se poderia empregá-los. Enfim: queria saber se podia deixar aflorar seu “eu” de forma explícita ou não. Sem dúvida, a causa de minha surpresa está ligada à já falada vulnerabilidade de uma disciplina (a AD vista como um todo) que toma diferentes pontos dos ditos ou escritos de diferentes seres como objetos de análises.

No âmbito da escrita acadêmica ou da escrita dita científica, todos os pesquisadores – ou pelo menos grande parte destes amparam-se (após Saussure, é claro) nos ditos e escritos de Émile Benveniste. Genial Benveniste que, um dia, em um de seus seminários na *École des Hautes Études* de Paris, revolucionou o mundo dos estudos linguísticos ao dizer que a subjetividade era inerente em todo uso da linguagem. E, depois, ao escrever sobre o assunto, como por exemplo, podemos visualizar no 5º Capítulo de seu livro *Problèmes de linguistique Générale, 1* (1966). Apenas a título de revisão, apresentamos aqui alguns enunciados do supracitado livro, apesar da enorme difusão e impacto que as ideias do sábio filólogo tiveram nas pesquisas sobre linguagem e sobre os Estudos Linguísticos, na França e no mundo:

Assim a linguagem oferece a possibilidade de uma subjetividade, por sempre conter formas linguísticas apropriadas para se exprimir e o discurso provoca o aparecimento da subjetividade, constituída em instâncias discretas [pronomes pessoais indicadores da *deixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações de espaço e de tempo em torno do “sujeito”]. De algum modo, a linguagem propõe formas “vazias” que são tomadas ou apropriadas por cada locutor, no exercício do [seu] discurso e que se referem à sua “pessoa”, definindo-o, ao mesmo tempo, como um “eu” com seu parceiro “tu” (BENVENISTE, 1966, p.268-269, tradução e adaptação nossa).

É curioso (e poético, acreditamos) pensar que mesmo ao conceber conceitos de matemática ou física, sem que tais índices (colocados entre chaves na citação acima) apareçam os locutores que os enunciam ali estão, de forma implícita, mas subjetiva. Mesmo na foto anônima de determinada pessoa ou paisagem: ela é fruto do ponto de vista, do foco adotado pelo fotógrafo, um ser humano, ao escolher aquele ângulo e não outro. Ou seja: ao exercer sua subjetividade.

No âmbito da AD, notamos muitas vezes a expressão dos sentimentos por meio dos usos languageiros de certos sujeitos. Isso traz à tona o estudo das emoções na linguagem. Eis uma pergunta que os analistas do discurso frequentemente se fazem: como abordá-las? Essa inquietação já dominava Mendes, estudiosa da argumentação na linguagem, ao se perguntar:

Sabe-se que desde Aristóteles as paixões humanas vêm sendo estudadas, mas como entendê-las em nossa contemporaneidade? De que maneira um analista do discurso pode teorizar e estabelecer categorias para estudar esta faceta da expressão humana que é ao mesmo tempo íntima e particular a cada indivíduo – a esfera do privado – mas também totalmente suscetível de se manifestar na esfera pública, seja através de gêneros de discursos mais institucionalizados, seja através de manifestações ostensivas de qualquer natureza, seja através de transgressões, lapsos, dentre outros. (MENDES, 2007, p. 9).

Tais questões precedem os artigos de um belo livro sobre emoções no discurso. Ao longo dos artigos que compõem o livro, veremos a nítida influência do estudo das emoções por meio dos conceitos veiculados pelos clássicos da retórica e da argumentação.

No entanto, há uma outra via para estudar a nevrálgica dupla “razão científica *versus* emoções”. Ela foi proposta pelo pesquisador de

neurociências, neurologia, psicologia e filosofia António Damásio (2007). Sem mencionar o viés clássico, que trouxe um grande desenvolvimento para os estudos discursivos que aqui nos interessam, Damásio constata que, de modo geral, no mundo das ciências, as grandes vedetes para todos os desenvolvimentos culturais são mostradas a partir do desenvolvimento da inteligência e do elevado grau de socialização dos indivíduos. Tudo o que se refere aos avanços e progressos mostra-se automaticamente ligado ao intelectual. Um intelectual frio, racional. Ora, Damásio critica o fato de se pensar que uma forma escrita da inteligência, por exemplo, se materializa por si só, sem necessidade de nenhum elemento exterior. Em suas próprias palavras a criatividade – que não pode existir sem a emoção, é um tanto quanto abandonada, pois, tudo se passa

Como se a criatividade não fizesse parte desse complexo edifício que é o afeto. Como se, enfim, a cognição, por si só, pudesse assegurar a continuação e a gestão do processo de invenção cultural, sem que a *percepção* do valor dos acontecimentos vividos, bons ou maus, não detivesse mérito algum (DAMASIO, 2007, p. 27, tradução nossa).

Desse modo, o papel das emoções e dos sentimentos é desdenhado em favor de uma lógica pura. Para confirmar esse raciocínio, o pesquisador português dá um exemplo simples: quando tomamos um comprimido A para aliviar uma dor que estamos sentindo, estamos sendo guiados por um sentimento, o sentimento da dor. Ou seja, “o excepcional e lógico intelecto humano não teria inventado práticas e instrumentos culturais sem ter sido motivado pelos sentimentos” (DAMASIO, 2007, p. 28, tradução nossa).

As palavras de Damásio se abrem para um modo de raciocínio novo, diferente do processado pelo *pathos-éthos-logos*, tríade adotada e aplicada pelos analistas do discurso contemporâneos, como Plantin, Amosy, Charaudeau, bem como tantos outros analistas do discurso brasileiros ou, de forma mais ampla, latinos.

Evidentemente tais conceitos são válidos e deles nos servimos e serviremos inúmeras vezes. Mas, queremos aqui nos referir a um outro modo de encarar as emoções estudadas na linguagem: elas são provocadas por sentimentos e estes são associados à razão científica. Não há compartimentos separados entre razão e emoção como se estudou durante muito tempo, no âmbito da expressão cultural e linguageira. Em outras palavras, o cérebro está sempre em busca de reações sensoriais.

EM UMA METODOLOGIA VULNERÁVEL, A ENTRADA DE UM CORPUS TAMBÉM VULNERÁVEL

Todas as questões levantadas nas seções anteriores têm vindo à tona desde que voltamos nosso olhar para os escritos íntimos, ligados às narrativas espontâneas de vida. Os narradores de si, na maior parte das vezes, ao expor suas vidas, deixam a emoção fluir¹⁵ em seus discursos.

Tocamos aqui em mais um ponto vulnerável da AD. A escolha desses *corpora*. Há alguns anos propusemos, em um congresso da Abralin em São Carlos, congresso este centrado sobre novas materialidades discursivas, que o estudo das narrativas de vida, até então pouco realizado pelos

¹⁵ Ou não fluir: mas essa seria uma ação subjetiva que pode gerar um outro tipo de emoção: aquela que aparece quando nos confrontamos com uma “escrita branca” (Para maiores informações ver MACHADO, 2020, p. 157).

analistas do discurso, passasse a ser uma dessas materialidades. O que não significa que as narrativas de biografias ou autobiografias já não fossem estudadas em outras disciplinas: na História, na Sociologia, na Psicanálise, na Literatura, na Antropologia etc., mas sob outros enfoques que os dados pela AD, sobretudo por uma corrente de AD que se volta para a comunicação entre pares, dentro dos estudos languageiros, qual seja, a Semiologia¹⁶.

Queremos enfatizar que o que nos levou ao atual interesse pelo estudo do ato-de-se-contar não está ligado às proposições do professor e ensaísta Philippe Lejeune, que ligou sua arte ao estudo das biografias e autobiografias. O que nos impulsiona são excertos de narrativas de vida que podemos perceber em autores desconhecidos ou não e que, muitas vezes, mesmo sem se darem conta disso, falam de sua vida privada, misturando-a com outros temas. Até o político, por exemplo. Esse foi o caso tanto de Lula quando foi Presidente do Brasil quase na mesma época que Sarkozy foi presidente da França. Tanto um quanto o outro, por vezes, citavam casos que diziam respeito à sua vida misturando-os aos ditos voltados aos seus respectivos *métiers* políticos. Esses discursos fusionados foram objeto de nosso primeiro projeto aceito pelo CNPq. A partir daí novos fenômenos, relacionados ao primeiro foram nos surgindo à mente, até chegarmos ao que chamamos, na esteira da filósofa Chantal Jaquet (2015) “discursos de sujeitos transclasses”.

¹⁶ Logicamente, há caminhos que já apontavam para o estudo da materialidade discursiva narrativa de vida por nós proposta, como as que notamos na *Grammaire du sens et de l'expression* de Patrick Charaudeau (1992) com sua detalhada explicação dos modos de organização descritivo e narrativo cujos exemplos e divisões incluem fatos vividos em diferentes vidas, por diferentes enunciadorees. Também Henry Boyer (1984) membro do grupo de Charaudeau realizou um interessante estudo sobre cartas ou comentários de leitores, no livro *L'écrit comme enjeu* (1988).

Ou seja: se antes nossos *corpora* eram vulneráveis, os tornamos ainda mais com a inclusão do sujeito dito transclasse. Que, como o leitor pode imaginar, refletirá ao contar ocorrências de sua vida, não apenas suas lutas e histórias pessoais como também nelas deixará implícita a força de determinismos sociais que “condenam” um indivíduo com poucas chances a uma vida sem grandes realizações, ou então ao seguimento de uma pequena carreira já adotada pelos seus pais ou predecessores: assim, o filho de um modesto lavrador, será sempre um modesto agricultor; o filho de um pescador que não pode ir à escola, seguirá também esse caminho; uma mãe de família deverá cuidar de seus filhos e marido, seguindo um antigo modelo patriarcal. A sociedade se exulta quando as células familiares não se movem. Ora, um transclasse será aquele que irá se rebelar contra esse *status quo* do macrocosmo social e procurará, de um modo ou de outro, mudar sua vida. Em uma tentativa de defini-los, transcrevemos o que afirmamos em livro sobre o assunto:

Os transclasses designariam os sujeitos que passam para um outro lado, que vão de uma classe para outra (daí o termo inglês *passe-classing*), contrariando todas as expectativas. O termo indica, pois, uma mobilidade. Alguns sujeitos conseguem realizar mudanças que serão contraditórias, se examinadas em relação ao seu meio de origem: atravessarão uma espécie de ponte (por eles edificada por meio de estudos e também pelo desejo de mudança) para passar de uma cultura para outra./// Na maior parte das vezes, é preciso que o sujeito transclasse tenha uma certa audácia para efetuar uma transição entre um modo de vida e outro e consiga escapar [...] das falsas determinações morais ou dogmas impostos pelo núcleo familiar, pela religião ou pela sociedade. [...] tal sujeito será o autor da sua mudança identitária, condizente com uma nova vida ou um novo equilíbrio de vida (MACHADO, 2020, p.104).

O sagaz leitor percebe que uma pessoa – no caso uma professora e pesquisadora – só poderia dedicar-se à tal pesquisa deixando aflorar sua sensibilidade e sua ideologia. E isso não seria uma tentativa de unir ou de provar que, em um cérebro, como diz Damásio (2007), a emoção é provocada por um sentimento e este está ligado à razão?

Seja como for, é esse o nosso caso pessoal. As desagradáveis emoções de uma filha que assistiu injustas humilhações que caíam sobre seu pai adorado, justamente por ser um operário pobre, não teriam nela despertado um sentimento de revolta, o desejo de explicar – de forma científica e por meio de uma metodologia de AD – o processo interno pelo qual passou?

Damásio diz o seguinte sobre a narrativa:

O mundo da narrativa é também o mundo das histórias; um mundo feito de personagens, de ações e de acessórios, povoado por heróis e malvados, por sonhos, ideais e desejos; [...] A vida é feito de uma infinidade de histórias simples e complexas, banais e distintas, que descrevem ruídos e paixões, mas também a tranquilidade de nossas existências – e que dizem muito sobre nós (DAMÁSIO, 2007, p. 133-134).

E o cientista completa seu raciocínio ao afirmar que o espírito que trabalha para a realização dessas narrativas ou que carrega em si a arte do conto, para exercer tal tarefa, ligará elementos distintos que remontam ao “fio do pensamento”. Assim agindo, “o cérebro apela para diferentes regiões sensoriais” (DAMÁSIO, 2017, p. 134).

E os pesquisadores, criadores de teorias ou seus seguidores entram assim nessa combinação da razão que gera emoções que, por sua vez, gerarão sentimentos: entre eles o sentimento de que há que se narrar não só as alegrias, mas também antigos sentimentos geradores de

tristeza. E de uma certa desilusão contra uma sociedade burguesa e classista.

ALGUMAS PALAVRAS PARA CONCLUIR

O assunto proposto pelos organizadores desse livro é apaixonante, mas, precisamos respeitar o limite de páginas como autora ou articulista. Resta-nos ainda muito a dizer sobre a origem das emoções que atravessam nossas palavras e sobre modos diferentes de estudá-las. Nessas páginas, apenas ousamos lançar um breve princípio de reflexão, motivadas que fomos pelo tema do livro.

Antes de fechar nossos escritos, gostaríamos de aqui expor uma prova do encontro/fusão entre inteligência/emoção que resultou no sentimento de criar os sujeitos transclasses. A filósofa francesa Chantal Jaquet (2015, 2019), escutou ou, melhor dizendo, leu outras vozes e seus raciocínios, vindos de intelectuais tais como Bourdieu e Passeron, em dois livros conjuntos: *Les hérétiques* (1964) e *La reproduction* (1970). Nesses livros os autores levantaram o espinhoso tema das diferenças de classes e seus resultados na escola superior francesa. O fato é que revelaram o que muitos, já na época, sabiam (e aprovavam...), ou seja, quem é bem-nascido é automaticamente favorecido, pois, estuda em escolas melhores e é bem recebido em universidades de prestígio. Já aqueles da classe inferior se não são iletrados, conseguem no máximo um diploma de conclusão do ensino obrigatório na França, realizado em escolas que pouco se preocupam com o lugar intelectual que tais jovens ocuparão no futuro, pois, sendo pobres ou com poucos recursos irão certamente se dedicar a dar continuação ao trabalho braçal dos pais. Trabalho mal considerado na vida social e tudo leva a crer, mal remunerado. Há toda

uma geração – e essa é a denúncia dos dois teóricos – que está sendo prejudicada pelos determinismos sociais.

Ora, anos depois, Chantal Jaquet quis mostrar que nem todos são assim vítimas desse sistema perverso: alguns indivíduos conseguem fugir a tais “leis”.

O termo *transclasse* não é ainda totalmente bem aceito, acreditamos. Há quem veja nele somente transgressão violenta a família ou desmedida ambição social. Não sejamos radicais. O termo e o conceito de *transclasse* visa indicar as pessoas que, não contentes com o destino que lhes foi traçado, lutam (e, muitas vezes saem vitoriosos) para modificá-lo. Querem um outro “eu” e não o que foi decidido por sua família e sua classe social. Como bem lembra Jaquet:

Que fique, pois, claro que tanto a reprodução social quanto a não-reprodução obedecem a causas históricas, econômicas e políticas, e que estas não têm nada de mecânico. [...] A reprodução [de um estado de vida já seguido pelos pais ou próximos de um indivíduo] não é uma fatalidade, um estado que terá que ser conservado por toda a eternidade, ela é o produto de uma história marcada por relações de poder e antagonismo, encobertas ou abertas, entre dominantes e dominados. [...] Assim a reprodução social admite a existência de alguns ajustes, segundo seus principais teóricos, Bourdieu e Passeron (1964, p. 41-42): a existência dos *transclasses*, vem contrariar o determinismo social, ainda que não o invalide (JAQUET; BRAZ, 2018, p. 12 *apud* MACHADO, 2020).

Explicamos aqui a inserção de parte dessa nossa pesquisa e dos ditos de Jaquet. A filósofa francesa baseou-se em outras vozes e em uma ideologia vigente em seu país (hoje amenizada, mas não de todo finda). Essas vozes vinham de teóricos famosos. Elas lhes despertaram emoções passadas que geraram sentimentos vividos, em favor dos quais tentou

mostrar sua opinião, como intelectual, ao escrever sobre os transclasses.

A brilhante ideia de adotar tal tema, não lhe veio gratuitamente: ela o enfrentou com conhecimento de causa. Em recente livro, eis que Jaquet declara:

Eu não descobri a filosofia no liceu, mas sozinha, com 12 anos. [...] um primo mais velho me deu dois manuais de filosofia, pois, não iria mais precisar deles. Foi um presente precioso: na minha casa, os livros eram raros (JAQUET, 2021, p. 51, tradução nossa).

Foi então com a leitura desse livro, que cheguei à origem da “criação” teórica de Jaquet. Ela mesma explica o porquê de não ter continuado a vida como seus familiares que eram pobres, católicos fervorosos que ofereciam seus sofrimentos a Deus. Segundo o que diz, foi Sócrates com seu famoso enunciado “Eu só sei uma coisa, é que não sei nada” que a intrigou e animou. Sócrates tomou o lugar de Jesus como ela diz (JAQUET, 2021, p. 53) e nunca mais a deixou. Assim, o “tutor” dessa intelectual na juventude de Jaquet foi esse filósofo, que, com sua maiêutica a inspirou a “começar a varrer suas dúvidas” (JAQUET, 2021, p. 54) o que a levou, aos poucos a desconstruir o mundo no qual vivia e a preparar àquele no qual se sentiu melhor.

O que vemos é que as teorias ou metodologias – ao menos algumas delas – ao serem captadas pelos frágeis seres humanos que somos, colaboram para que criemos outras. Metodologias imperfeitas e sujeitas a críticas, mas, abertas às investigações que farão o pensamento avançar.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. **L'Argumentation dans le discours**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2006.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Ces mots qui ne vont pas de soi**. Boucles réflexives et non-coïncidence du dire. 2. ed. Limoges: Lambert-Lucas, 2013.
- BAKHTINE, M. **La poétique de Dostoïevski**. Paris: Éditions du Seuil, 1970a.
- BAKHTINE, M. **L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au moyen âge et sous la renaissance**. Paris: Gallimard, 1970b.
- BENVENISTE, É. **Problèmes de la linguistique générale**. Paris: Tel Gallimard, 1966.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Les héritiers**. Les étudiants et la culture. Paris: Minuit, 1964.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **La reproduction**. Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Minuit, 1970.
- BOYER, H. **L'Écrit comme enjeu**. Principe de scription et principe d'écriture dans la communication sociale. Paris: Didier, 1988.
- CYRULNIK, B. **Un merveilleux malheur**. Paris: Odile Jacob, 2002.
- CYRULNIK, B. **Os alimentos afetivos**. O amor que nos cura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CYRULNIK, B. Resiliência: continuar a nascer. In: CABRAL, S.; CYRULNIK, B. (Org.) **Resiliência: como tirar leite de pedra**. São Paulo: Casapsi, 2015. p. 33-56.
- CHARAUDEAU, P. **Langage et discours**. Paris : Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.
- DAMASIO, A. **L'ordre étrange des choses**. La vie, les sentiments et la fabrique de la culture. Paris: Odile Jacob, 2017.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GRÁCIO, R. Casa do Livro, www.ruigracio.com/pessoal/ , 2020, consulta em março 2023.
- JAQUET, C. **Les transclasses ou la non-reproduction**. Paris: P.U.F, 2015.
- JAQUET, C. **Juste en passant**. Paris: P.U.F., 2021.

JAQUET, C; BRAS, G. **La fabrique des transclasses**. Paris: P.U.F., 2018.

JAQUET, C; BRAS, G. La fabrique des transclasses. Paris: P.U.F., 2018 *apud* MACHADO, I. L. **Narrativas de vida**. Saga familiar & Sujeitos transclasses. Coimbra: Grácio, 2020.

MACHADO, I. L. **Narrativas de vida**. Saga familiar & Sujeitos transclasses. Coimbra: Grácio, 2020.

MENDES, E. Prefácio. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. (Org.) **As emoções no discurso, vol. 1**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 9.

PLANTIN, C. **A argumentação**. São Paulo: Parábola, 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011). Possui experiência no mercado de produtos e serviços de valor agregado para Telefonia Celular (2003-2006) e no desenvolvimento de estudos de usabilidade (2007-2011) e pesquisas de mercado (2005-2011). Foi professora visitante na Escola de Ciência da Informação da UFMG (2012-2013) e atuou na Fapemig como bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação (PCCT/2014-16). É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é diretora adjunta e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Luiz Alex Silva Saraiva

Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista de produtividade do CNPq. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Atualmente é Coordenador (2023-2025) do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também foi Subcoordenador (2019-2021). Foi membro fundador e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), à qual é filiado e onde tem coordenado Grupos de Trabalho em diversas edições do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0). É também filiado à Associação Nacional

de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), onde foi membro do Comitê Científico da Divisão Estudos Organizacionais (2013-2014) e atualmente coordena o Tema de Interesse Estudos Organizacionais e Cidades (2021-2023), à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Esocite.BR), onde coordenou um Grupo de Trabalho Estudos Feministas de Ciência, Tecnologia e Sociedade: Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia, Classe e Deficiência no Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (2021), e à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Membro do Conselho Editorial da Editora UFMG. Diretor das séries 'Estudos Organizacionais e Sociedade' e 'Comunicação, Discursos e Experiências', ambas na Editora Fi. Fundador e Editor-Chefe da Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, tem sido editor convidado em outros periódicos brasileiros (Gestão & Planejamento, Cadernos EBAPÉ.BR, Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Revista de Administração de Empresas), sendo Membro do Corpo Editorial Científico de dezenas de periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais. Publicou os seguintes livros: Afeto da, na e para a universidade – volume 1 (Fi, 2023), Estudos organizacionais e sociedade - volume 1 (Fi, 2023), Discursos e Organizações (Fi, 2022), Diferenças e territorialidades na cidade (Barlavento, 2020), História, práticas sociais e gestão das/nas cidades (Barlavento, 2020), Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário (Barlavento, 2019), Energia, organizações e sociedade (Massangana, 2018), Fundamentos de administração: um convite ao mundo dos negócios (SEBRAE Minas, 2017), Gestão estratégica das empresas (SEBRAE Minas, 2017), Sete pecados capitais nas organizações (UFBA, 2014), Identidade nas organizações (Juruá, 2010), Análise do discurso em estudos organizacionais (Juruá, 2009), Organizações Familiares: Um Mosaico Brasileiro (UPF, 2008), Simbolismo Organizacional no Brasil (Atlas, 2007), Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas (Saraiva, 2006). Atua como Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

Sônia Caldas Pessoa

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPq (Bolsa PQ). Professora visitante no Institut Mines-Télécom (França), entre agosto de 2023 e julho de 2024, com bolsa Capes-Print. Co-coordenadora da Rádio Terceiro Andar, do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG) e do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e emprego. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Foi Bolsista do CNPq em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication), Paris, França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Foi Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. É sub-coordenadora do GT Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Coordena projetos financiados pelo CNPq, Capes e Fapemig. É idealizadora do Blog Tudo Bem Ser Diferente (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão da partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 9 anos, em 2016, com hidrocefalia. Contato: soniacaldaspessoa@gmail.com.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. É co-autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017 – com Angie Biondi); *Diálogos e Dissidências: Foucault e Rancière* (Appris, 2018 – com Marco Aurélio Prado); e *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018 – com Luis Mauro Sá Martino). É organizadora dos livros *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018) e *Imagens e Alteridades* (SELO PPGCOM, 2019). É tradutora das seguintes obras do filósofo Jacques Rancière: *O trabalho das Imagens* (Chão da Feira, 2021) e *O método da cena* (Quixote + Do, 2021). Integra os grupos de pesquisa MARGEM (UFMG); DIZ (UFV) e Grupo de Pesquisa Corpo, imagem e sociabilidade (UTP). Pesquisadora colaboradora do Grupo LITEM, Université Évry Val d'Essone, Institut Mines-Télécom et Université Paris-Saclay. Este trabalho resulta de uma colaboração científica entre os autores, iniciada em 2014. Agradecemos o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e da Fapemig. Contato: angelasalgueiro@gmail.com.

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011). Possui experiência no mercado de produtos e serviços de valor agregado para Telefonia Celular (2003-2006) e no desenvolvimento de estudos de usabilidade (2007-2011) e pesquisas de mercado (2005-2011). Foi professora visitante na Escola de Ciência da Informação da UFMG (2012-2013) e atuou na Fapemig como bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação (PCCT/2014-16). É co-coordenadora do *Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades*. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é diretora adjunta

e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Carlos Alberto de Carvalho

Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na Graduação e no Programa de Pós-Graduação. Pesquisador sobre narrativas jornalísticas relativas ao HIV, Aids e homofobia, divulgação científica e relações de gênero. Assume posições políticas e éticas nas produções acadêmico-científicas, a partir de um corpo gay e em processo de envelhecimento, por não acreditar em ciências neutras ou objetivas. É o coordenador do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber, com dezenas de artigos em periódicos, capítulos de livros e livros organizados, no Brasil e no exterior. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: carloscarvalho0209@gmail.com.

Ida Lucia Machado

Doutora pela Université de Toulouse II (atual Jean Jaurès)/França. Professora de Análise do Discurso (Semiolinguística) e orientadora de alunos da Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Bolsista Produtividade (Nível 1D) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: idaluz@hotmail.fr.

Jean-Luc Moriceau

Professor de Métodos de Pesquisa no Institut Mines-Telecom Business School e membro do Innovation Technology Economics and Management Laboratory (LITEM, um laboratório da Paris-Saclay). Ele coordena cursos para estudantes de doutorado. Defende uma abordagem humanista para organizações, comunicação e pesquisa, na qual enfatiza a importância dos afetos, dos relacionamentos e das performances. Ele promove abordagens qualitativas, métodos inventivos, reflexividade e escrita evocativa, onde a ética e a hospitalidade ficam à frente e orientam a pesquisa. Suas publicações pelo Selo PPGCOM/UFMG incluem “Afetos na pesquisa acadêmica” e um livro de membros do departamento de comunicação social: “Afetos: Pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau”, editado pelos professores Sônia Caldas Pessoa, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Carlos Magno Camargos Mendonça. Contato: jean-luc.moriceau@imt-bs.eu.

Leandro de Oliveira

Graduado em Ciências Sociais pela UERJ, mestrado em Ciências Humanas e Saúde pela mesma instituição, doutor em Antropologia pelo PPGAS/ MN/ UFRJ. É professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGAN/UFMG, tendo lecionado anteriormente na Universidade Regional do Cariri/ URCA (Crato/CE). Foi bolsista do *Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde* (Fundação Ford), e prof. do curso de Especialização em Gênero e Sexualidade EGES/ CLAM/ UERJ. É co-autor, com Marcelo Natividade, do livro “As Novas Guerras Sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil”, possuindo também artigos e capítulos de livro em diversas publicações especializadas (abordando temas como parentesco, gênero, sexualidades, política, religião e emoção). Contato: lenadroclam@gmail.com.

Luiz Alex Silva Saraiva

Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista de produtividade do CNPq. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Atualmente é Coordenador (2023-2025) do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também foi Subcoordenador (2019-2021). Foi membro fundador e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), à qual é filiado e onde tem coordenado Grupos de Trabalho em diversas edições do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0). É também filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), onde foi membro do Comitê Científico da Divisão Estudos Organizacionais (2013-2014) e atualmente coordena o Tema de Interesse Estudos Organizacionais e Cidades (2021-2023), à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Esocite.BR), onde coordenou um Grupo de Trabalho Estudos Feministas de Ciência, Tecnologia e Sociedade: Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia, Classe e Deficiência no Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (2021), e à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Membro do Conselho Editorial da Editora UFMG. Diretor das séries 'Estudos Organizacionais e Sociedade' e 'Comunicação, Discursos e Experiências', ambas na Editora Fi. Fundador e Editor-Chefe da Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, tem sido editor convidado em outros periódicos brasileiros (Gestão & Planejamento, Cadernos EBAPÉ.BR, Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Revista de Administração de Empresas), sendo Membro do Corpo Editorial Científico de dezenas de periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais. Publicou os seguintes livros: Afeto da, na e para a universidade – volume 1 (Fi, 2023), Estudos organizacionais e sociedade - volume 1 (Fi, 2023), Discursos e Organizações (Fi, 2022), Diferenças e territorialidades na cidade (Barlavento, 2020), História, práticas sociais e gestão das/nas cidades (Barlavento, 2020), Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário (Barlavento, 2019), Energia, organizações e sociedade (Massangana, 2018), Fundamentos de administração: um convite ao mundo dos negócios (SEBRAE Minas, 2017), Gestão estratégica das empresas (SEBRAE Minas, 2017), Sete pecados capitais nas organizações (UFBA, 2014), Identidade nas organizações (Juruá, 2010), Análise do discurso em estudos organizacionais (Juruá, 2009), Organizações Familiares: Um Mosaico Brasileiro (UPF, 2008), Simbolismo Organizacional no Brasil (Atlas, 2007), Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas (Saraiva, 2006). Atua como Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

Marco Aurélio Máximo Prado

Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. É Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Realizou estágio doutoral junto ao Departamento de Sociologia da City University of New York (CUNY) e pós-doutoral na Cátedra de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts/Amherst pela Fundação Fulbright.). É coautor do livro Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière (Appris, 2018) com Ângela Cristina Salgueiro Marques, autor do livro Ambulare (SELO PPGCOM, 2018) e de vários artigos científicos, bem como coorganizador por dossiês temáticos em diferentes revistas científicas. É editor auxiliar da Revista Psicologia Política e foi presidente da Associação Nacional de

Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). É bolsista produtividade CNPq e conta generosamente com o apoio da Fapemig, CNPq, e fomentos de pesquisa nacionais e internacionais. Contato: mamprado@gmail.com.

Pedro Demo

Doutor em Sociologia pela Universität Des Saarlandes/Alemanha (1971). Professor Titular Aposentado da Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. Professor Emérito. Fez pós-doutorado na UCLA/Los Angeles (1999-2000). Tem experiência na área de Política Social, com ênfase em Sociologia da Educação e Pobreza Política. Trabalha com Metodologia Científica, no contexto da Teoria Crítica e Pesquisa Qualitativa. Pesquisa principalmente a questão da aprendizagem nas escolas públicas, por conta dos desafios da cidadania popular. Publicou mais de 100 livros. Contato: pedrodemo@gmail.com.

Phellipy Jácome

Professor do Departamento de Comunicação Social e pesquisador permanente do PPGCom da UFMG. É coordenador do *Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas*. Contato: phellipy@ufmg.br.

Sônia Caldas Pessoa

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPq (Bolsa PQ). Professora visitante no Institut Mines-Télécom (França), entre agosto de 2023 e julho de 2024, com bolsa Capes-Print. Co-coordenadora da Rádio Terceiro Andar, do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG) e do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e emprego. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Foi Bolsista do CNPq em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication), Paris,

França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Foi Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. É sub-coordenadora do GT Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Coordena projetos financiados pelo CNPq, Capes e Fapemig. É idealizadora do Blog Tudo Bem Ser Diferente (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão da partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 9 anos, em 2016, com hidrocefalia. Contato: soniacaldaspessoa@gmail.com.

ÍNDICE REMISSIVO

- acesso livre, 118, 129
- Achille Mbembe, 130, 136, 142
- ações, 53, 63, 93, 131, 133, 147, 150, 157,
160, 183, 200, 201, 204, 259, 267,
269, 298
- afetação, 36, 49, 72, 95, 101
- afetividade, 36
- afeto, 35, 36, 37, 45, 202, 213, 245, 251,
287, 294
- Afetos, 17, 44, 46, 96, 97, 99, 101, 102,
105, 106, 107, 128, 181, 200, 210, 304,
306, 307, 308, 311
- Alteridades, 153, 307
- Análise do Discurso, 58, 72, 83, 278,
279, 280, 281, 282, 283, 284, 285,
291, 308
- Antropologia, 16, 212, 215, 216, 218,
222, 226, 242, 255, 283, 296, 309
- apagamento, 43, 148, 219
- argumento cartesiano, 23
- arte, 47, 58, 163, 174, 226, 264, 287, 296,
298
- ato da escrita, 169
- Autoetnografia, 16, 188
- bricolagem, 175
- bricoleur, 53, 69
- Bronislaw Malinowski, 219
- campos científicos, 114
- capacitismo, 130, 137, 138, 140, 148, 152
- cartografia, 48, 54, 66, 83, 173, 175, 180,
223, 276
- cidade, 157, 158, 167, 168, 174, 203, 212,
258, 305, 310
- ciência, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18,
19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39,
42, 43, 44, 45, 55, 56, 87, 88, 94, 96,
104, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115,
116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123,
124, 125, 127, 128, 129, 139, 151, 153,
154, 156, 159, 178, 216, 224, 251, 252,
255, 256, 257, 279, 280
- Ciências Humanas, 16, 121, 178, 179,
180, 212, 215, 222, 224, 276, 309
- Ciências Sociais, 47, 98, 212, 225, 242,
309
- cientificidade, 20, 21, 24, 25, 27, 31, 37,
117, 120, 216, 279, 280, 287, 291
- científico, 12, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 23,
25, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 39, 42,
43, 47, 51, 90, 94, 103, 108, 109, 110,
112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119,
120, 125, 126, 127, 128, 142, 143, 153,

- 155, 157, 167, 169, 170, 216, 218, 222, 228, 239, 252, 254, 265, 279
- cientista, 24, 43, 110, 111, 167, 216, 222, 298
- cinema, 147
- Clifford Geertz, 220
- coletivos, 119, 174, 243, 290
- comunicação, 56, 62, 76, 78, 89, 95, 98, 112, 115, 117, 119, 120, 129, 157, 161, 170, 173, 174, 180, 181, 182, 188, 228, 250, 259, 272, 282, 284, 296, 308
- comunidade científica, 68, 117, 118, 119, 120, 122, 216
- condição ontológica, 131, 140, 143, 144, 147
- conhecimento científico, 19, 31, 125, 126, 218, 254
- corpus*, 48, 49, 52, 53, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 281, 295
- corpus* sensível, 49, 96, 97, 98, 100, 101, 102
- crítica, 16, 28, 35, 47, 57, 67, 100, 113, 153, 154, 155, 167, 169, 197, 243, 255, 273
- democracia, 171, 172, 173, 178
- dependentes químicos, 145
- desejo, 50, 58, 68, 74, 77, 109, 112, 115, 195, 201, 229, 283, 297, 298
- desigualdades, 27, 30, 76, 168, 176, 271
- diálogos, 36, 38, 54, 102, 122, 151, 165, 168, 198
- diferenças, 22, 23, 25, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 40, 42, 110, 114, 275, 299, 306, 312
- dimensão afetiva, 44, 46, 47, 78, 98, 101, 102, 113, 127
- discurso, 12, 13, 17, 30, 37, 57, 73, 79, 83, 89, 90, 92, 94, 100, 102, 119, 161, 169, 170, 172, 226, 246, 247, 251, 264, 278, 282, 284, 285, 286, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 303, 305, 310
- discurso decolonial, 51
- distanciamento, 61, 76, 82, 94, 97, 193, 206, 216, 218, 226, 239, 253, 258
- divulgação científica, 123, 130, 308
- Donna Haraway, 223
- emoções, 108, 188, 196, 200, 202, 220, 222, 236, 247, 248, 255, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 303
- empregabilidade, 163, 164, 165
- epistemologia, 11, 216
- Erving Goffman, 225
- escolhas metodológicas, 22, 66, 114
- escrita de si*, 200, 205, 211, 214, 221, 227, 231
- escrita e pesquisa científica*, 108
- escrita invulnerável*, 239, 249
- escrivência, 51
- esforço reflexivo, 114
- espaço, 35, 49, 69, 72, 97, 102, 119, 127, 129, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 199, 218, 231, 239, 273, 292
- estado da arte, 50, 122
- estereótipos, 56, 59, 111, 148

- estratégia, 126, 133, 137, 144, 189, 193,
 216, 218, 220, 222, 226, 238, 239, 252,
 253, 264, 267, 289
 estratégias defensivas, 238
 etarismo, 130
ethos, 216, 231, 237
 ética, 33, 47, 94, 96, 112, 115, 129, 131,
 132, 149, 173, 181, 182, 184, 185, 187,
 192, 194, 203, 204, 205, 206, 207,
 208, 255, 308
 etnografia, 16, 189, 195, 214, 223, 229,
 230, 231, 234, 239, 241, 253, 256
 eu autoetnográfico, 183
 exclusão, 43, 165, 166, 173
 exercício, 16, 27, 29, 37, 50, 52, 79, 86,
 90, 95, 96, 104, 110, 111, 115, 122, 124,
 127, 142, 157, 173, 174, 177, 229, 289,
 292
 experiência vivida, 182, 183, 184, 187,
 197, 207, 250
 experiências, 16, 43, 46, 49, 52, 53, 55,
 57, 59, 61, 63, 65, 69, 73, 80, 81, 85,
 87, 89, 90, 93, 94, 97, 98, 99, 100,
 101, 102, 103, 104, 108, 128, 138, 145,
 155, 156, 157, 158, 160, 165, 166, 168,
 170, 173, 181, 182, 185, 199, 204, 205,
 208, 214, 219, 222, 224, 227, 228, 241,
 242, 245, 248, 250, 251, 253, 256, 259,
 262, 266, 272, 277, 290, 306, 308, 311
 experiências metodológicas, 53, 99,
 101, 102
 experimentação, 113, 156
 fé, 14, 19, 20, 27, 29
 feminicídios, 146
 ficção, 142, 177, 222
 formas de expressão, 174
 fragilidades, 37, 95, 97, 103, 108, 109,
 111, 131
 gênero, 16, 30, 42, 44, 86, 112, 130, 137,
 141, 145, 146, 166, 188, 199, 208, 212,
 224, 228, 229, 245, 256, 264, 273,
 308, 309
 genocídio, 141, 151, 168
 gordofobia, 130
 grupos de pesquisa, 82, 93, 153, 307,
 321
 grupos vulneráveis, 32, 33, 34, 43
 hierarquia dos saberes, 158
 historicidade, 260
 homicídios, 141, 146
 horizontalidade, 163, 164, 166, 170
 humanidade, 22, 28, 29, 30, 40, 155,
 164, 200, 225, 273, 274
 Idade Média, 19, 27, 28, 144
 identidade, 151, 183, 184, 197, 201, 242,
 274
 ideologia, 20, 35, 44, 291, 298, 300
 igualdade, 16, 44, 156, 157, 162, 166,
 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178
 Iluminismo, 19, 27
 imaginário, 65, 74, 89, 111, 144, 178,
 193, 262, 265
 incertezas, 15, 27, 68, 72, 81, 89, 174,
 253
 indígenas, 141, 145

- investigação científica, 35, 53, 57, 67,
73, 95
- Jacques Rancière, 153, 155, 156, 162,
178, 179, 180, 307
- jornalismo, 64, 147, 148, 268, 276
- Judith Butler, 132, 149, 165
- LGBTQIAP+fobia, 130, 137, 138, 141,
143, 148
- limites, 13, 14, 15, 22, 30, 34, 37, 43, 88,
109, 132, 160, 162, 173, 183, 215, 227,
229, 231, 233, 238
- linguagem, 54, 120, 176, 243, 250, 278,
279, 282, 283, 289, 290, 292, 293, 295
- linguística, 282, 285, 286, 290
- literatura, 87, 137, 158, 162, 174, 200,
255, 282, 284
- margens, 33, 35
- método, 11, 13, 15, 16, 21, 25, 27, 31, 35,
39, 41, 44, 47, 48, 50, 54, 63, 64, 69,
76, 77, 110, 153, 154, 155, 156, 157,
158, 160, 162, 163, 166, 169, 170, 171,
173, 174, 176, 177, 178, 180, 182, 187,
188, 189, 193, 217, 219, 238, 252, 280,
283, 291, 307
- metodologia, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22,
30, 35, 51, 66, 67, 94, 112, 158, 160,
161, 165, 174, 229, 278, 279, 280, 282,
283, 285, 286, 287, 288, 291, 295, 298
- metodologias vulneráveis, 10, 15, 38,
278
- Michel Foucault, 154
- Michel Pêcheux, 17, 278, 282
- misoginia, 130, 138, 140, 145, 147, 148
- modernidade, 25, 273
- modos de sociabilidade, 174
- moral, 12, 131, 133, 136, 187, 189, 195,
203, 230, 233, 234, 246, 249, 273
- movimento, 27, 52, 59, 76, 82, 87, 95,
96, 99, 103, 118, 120, 123, 127, 129,
166, 167, 174, 175, 202, 206, 232, 261,
271, 281, 283, 286
- narrativa, 50, 61, 100, 112, 177, 184, 187,
189, 191, 192, 194, 199, 200, 204, 207,
260, 264, 265, 266, 267, 277, 296, 298
- narrativa ficcional, 177
- narrativas epistemológicas e de vida,
49
- neutralidade, 10, 16, 24, 25, 115, 215
- normalização da ciência, 29
- objetividade, 10, 16, 21, 24, 32, 37, 170,
193, 200, 215, 224
- objetivismo, 218, 224
- ontologias, 29, 42
- opressão, 29, 32, 208
- ordenamento, 25, 26
- organização, 17, 47, 116, 125, 145, 163,
169, 172, 178, 187, 193, 195, 196, 197,
198, 201, 203, 204, 207, 296
- patriarcado, 146, 147
- Patrick Charaudeau, 282, 296
- Paul Ricoeur, 263
- pensamento, 11, 17, 30, 42, 48, 51, 52,
61, 99, 100, 110, 149, 154, 155, 156,

- 158, 161, 167, 169, 172, 196, 202, 226, 247, 248, 263, 298, 301
- pensamentos, 26, 48, 51, 66, 67, 101, 107, 183, 188, 192, 197, 198, 200, 208, 283
- performance*, 77, 83, 112, 125, 174, 180, 182, 187, 256
- performatividades, 174, 175
- periferia, 41, 160, 162, 179, 229
- permanência, 25, 28, 40, 57, 59, 89, 122
- perspectiva relacional, 130
- pertencimento, 32, 34, 40, 42, 43, 225
- pesquisa qualitativa, 47, 94
- pessoa em situação de deficiência, 92
- pessoas em situação de rua, 145
- pessoas negras, 141, 143, 146, 147
- pichadores, 167, 168
- plataforma, 259, 263, 268, 269, 271, 275
- plataformas sociais digitais, 147
- plataformização, 260, 267, 268, 271, 276
- pluralidade, 38, 217, 241
- poder de agência, 132, 133, 135, 136, 138
- poder público, 168
- polícia, 168, 173, 205
- política, 6, 16, 33, 38, 39, 47, 83, 96, 115, 131, 132, 136, 147, 149, 157, 159, 165, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 187, 197, 207, 212, 243, 260, 266, 269, 285, 309
- políticas públicas, 147
- pós-estruturalismo, 33
- pós-graduação, 47, 58, 84, 93, 99, 123, 225, 281, 284, 285
- posicionalidade, 16, 33, 215, 223, 227, 228
- posicionamento social, 225
- Positivismo, 128
- potência do corpo, 51
- potencialidades, 109, 115, 133, 139, 148, 192, 214
- prática, 15, 16, 26, 34, 44, 47, 50, 63, 69, 77, 104, 118, 120, 126, 127, 153, 156, 158, 161, 166, 170, 175, 187, 189, 205, 206, 220, 221, 224, 227, 230, 236, 237, 245, 247, 254, 260, 265, 282, 289
- prática científica, 15, 126, 224
- precarizações, 15, 131, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149
- processo metodológico, 47
- produção da verdade, 216
- produção do conhecimento, 15, 109, 116, 119, 155, 157
- prostituição, 164, 165
- protagonismo, 46, 57, 77, 95, 148, 169
- Psicanálise, 296
- Psicologia, 150, 153, 178, 179, 283, 310
- Psicologia Social, 153, 310
- Publicidade, 98
- Publish or perish, 122
- racismo, 130, 137, 138, 141, 142, 143, 147, 148, 150, 151
- reflexão, 17, 22, 33, 53, 69, 76, 111, 113, 122, 125, 126, 140, 168, 172, 182, 184, 186, 189, 192, 197, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 215, 218, 220, 223, 227, 238, 242, 247, 278, 291, 299

- regras, 110, 121, 166, 185, 203, 204, 206, 255, 269, 283
- religião, 9, 12, 19, 20, 21, 135, 143, 212, 225, 297, 309
- René Descartes, 23
- representação, 138, 147, 149, 160, 177, 200, 254, 265, 267
- resistência, 103, 132, 133, 149, 165, 230, 256
- responsabilidade, 45, 47, 57, 76, 91, 115, 182, 201, 270
- riscos, 10, 15, 50, 66, 76, 93, 97, 109, 117, 138, 149, 239
- saber qualificado, 23, 42
- saberes, 13, 16, 25, 29, 30, 31, 38, 39, 40, 41, 42, 64, 77, 128, 168, 175, 215, 223, 224, 227, 249
- saberes localizados, 16, 215, 223, 227, 249
- Semiolinguística, 278, 281, 282, 284, 285, 290, 296, 308
- senso comum, 19, 21, 43, 110, 123, 192
- singularidade, 19, 171, 176, 177, 185, 194, 207, 279
- socialização, 120, 294
- sociedade da plataforma, 270, 272, 277
- Sociologia, 9, 153, 256, 283, 296, 310, 311
- subjettivação política, 168
- subjettividade, 25, 27, 37, 182, 183, 185, 186, 197, 200, 207, 211, 217, 218, 237, 238, 248, 252, 291, 292, 293
- subjettivismo, 193
- sujeito cognoscente, 216, 222, 223
- sul global, 262
- técnica, 21, 24, 28, 29, 76, 77, 92, 220
- telenovelas, 147, 148
- tempo, 16, 21, 22, 25, 27, 38, 39, 40, 47, 49, 60, 64, 69, 70, 77, 84, 86, 97, 102, 104, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 129, 139, 161, 166, 168, 170, 173, 174, 176, 180, 191, 193, 196, 199, 203, 221, 232, 234, 240, 246, 249, 255, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 280, 286, 292, 293, 295
- temporalidade, 264
- teoria, 11, 17, 31, 34, 41, 44, 64, 66, 71, 73, 100, 113, 183, 192, 194, 199, 200, 207, 213, 264, 266, 278, 280, 282, 287, 288, 289, 290
- territórios, 66, 85, 174, 262
- testemunho, 187, 192, 195, 197, 221
- testemunhos, 51, 105, 199
- tomada de decisão, 115
- topografia, 171, 172, 173, 174, 176, 177
- torre de marfim, 14, 39, 122
- trabalho, 37, 47, 53, 57, 68, 70, 81, 82, 94, 99, 100, 102, 103, 114, 137, 145, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 177, 178, 186, 188, 195, 200, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 228, 234, 236, 237, 238, 241, 248, 249, 252, 253, 255, 259, 267, 271, 273, 276, 278, 279, 284, 285, 299, 307
- travessia, 46, 51, 54, 60, 75, 85, 88, 92, 94, 97, 103, 104
- travestilidades, 163, 164

- travestis, 143, 144, 151, 163, 164, 165,
166, 178, 229, 230
- universidade, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26,
31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44,
47, 50, 84, 88, 95, 98, 123, 198, 229,
259, 281, 286, 305, 310
- universidade pública, 41, 50, 84
- validade universal, 9, 10
- Veena Das, 48, 266
- verdade, 9, 11, 12, 19, 23, 27, 29, 31, 32,
48, 55, 86, 91, 93, 103, 108, 110, 117,
118, 125, 137, 140, 149, 151, 154, 171,
183, 187, 198, 216, 221, 229, 230, 244,
245, 265, 266, 281, 288
- vida ordinária, 104, 154
- vida social, 34, 112, 113, 247, 251, 299
- violência institucional, 193
- violências físicas, 130, 132, 142, 144,
145, 146, 148
- violências simbólicas, 130
- virada afetiva, 112, 129, 202
- visibilidade, 93, 96, 127, 144, 166
- vivências pessoais e profissionais, 50
- vulnerabilidade, 10, 11, 15, 16, 22, 29,
33, 34, 35, 38, 40, 43, 95, 100, 101,
108, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136,
137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147,
148, 149, 156, 160, 178, 181, 182, 183,
186, 192, 197, 202, 206, 207, 208, 241,
278, 291, 292
- vulnerabilização, 16, 131, 260
- xenofobia, 130, 137, 148



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org